

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

RIO DE JANEIRO
2014

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, da DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, da DN TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013, da Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013)

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Coordenação de Informações Corporativas
Rio de Janeiro

2014

SUMÁRIO

Página

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	
1.	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013..... 14
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 14
1.1.1.	Relatório de Gestão Individual 14
1.2.	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 16
1.3.	ORGANOGRAMA FUNCIONAL 19
1.4.	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 76
1.5.	MACROPROCESSOS DE APOIO..... 92
1.6.	PRINCIPAIS PARCEIROS..... 116
2.	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013..... 119
2.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS 119
2.1.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE..... 119
2.2.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS 121
2.2.3.4.	Ações – Orçamento de Investimento – OI..... 122
2.2.3.5.	Análise Situacional 143
2.3.	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO..... 143
3.	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013..... 144
3.	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO..... 144
3.1.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 144
3.2.	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... 150
3.3.	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES..... 151
3.3.1.	Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal 151
3.3.2.	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos..... 152
3.3.3.	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos 153
3.3.4.	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores 154
3.6.	INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS..... 154
4.	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013..... 163
4.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... 163
4.1.	EXECUÇÃO DAS DESPESAS 163
4.1.1.	Programação 163
4.1.1.1.	Análise Crítica 163

	Página
4.1.3.	Realização da Despesa..... 165
4.1.3.1.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total 165
4.1.3.3.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total 166
4.4.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS..... 167
4.4.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício..... 167
4.4.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 173
4.4.3.	Informações Sobre a prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 173
4.4.4.	Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse 174
4.4.5.	Análise Crítica 175
5.	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013..... 178
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 178
5.1.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE 178
5.1.1.	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 178
5.1.1.1.	Lotação 178
5.1.1.2.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada..... 178
5.1.2.	Qualificação da Força de Trabalho..... 179
5.1.2.1.	Estrutura de Cargos e Funções 179
5.1.2.2.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 179
5.1.2.3.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade..... 180
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 181
5.1.4.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 182
5.1.4.1.	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria 182
5.1.4.2.	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada 182
5.1.5.	Cadastramento no SISAC 182
5.1.5.1.	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC..... 182
5.1.5.2.	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU 183
5.1.5.3.	Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC 183
5.1.8.	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 184
5.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 191
5.2.1.	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão..... 191
5.2.2.	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados 193
5.2.3.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 194

5.2.4.	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	195
5.2.5.	Análise Crítica dos Itens 5.2.3. e 5.2.4	197
5.2.6.	Composição do Quadro de Estagiários	198
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	198
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	198
6.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	198
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	204
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	204
7.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	204
7.1.1	Análise Crítica	206
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	206
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	206
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	206
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	208
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	210
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS NORMATIVAS	210
9.1.	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	210
9.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	210
9.1.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	212
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	213
9.2.1.	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	213
9.2.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final Exercício	219
9.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	219
9.4.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93.....	223
9.4.1.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	223
9.4.2.	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	223
9.6.	Alimentação SIASG e SICONV	224
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	225
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	225
10.1.	DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS.....	225

10.2.	MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE	226
10.3.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	226
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	226
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	226
11.4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	227
11.5.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIAS DAS EMPRESAS ESTATAIS	379
11.5.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	379
11.5.2.	Composição Acionária da UJ como Investidora.....	379
11.6.	RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	381
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	383
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	383
12.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	383
12.1.1.	Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	383
12.1.2.	Ambiente Regulatório.....	383
12.1.3.	Alinhamento de Furnas à Lei nº 12.783	384
12.1.3.1.	Prorrogação das Concessões.....	384
12.1.3.2.	Indenização e Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados.....	385
12.1.3.3.	Recuperação da Tarifa de Transmissão	385
12.1.3.4.	Próximas Concessões a Vencer	386
12.1.3.5.	Projeto de Reestruturação Organizacional (Projeto PRO-Furnas).....	386
12.1.3.6.	Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ).....	389
12.1.3.7.	Plano Diretor.....	390
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS		
13.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	392
14.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	392
15.	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	392
16.	PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426

	Página
17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	426
18. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
20. PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
21. PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
22. PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
23. PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
24. PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
25. PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
26. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
27. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	426
29. PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
30. PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
31. PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
32. PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
34. PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
35. PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
36. PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
37. PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
38. PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
39. PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427

40.	PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	427
41.	PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	431
42.	PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	431
43.	PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	431
44.	PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	431
45.	PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	432
46.	PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
47.	PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
48.	PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
49.	PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
50.	PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
51.	PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
52.	PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
53.	PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
54.	PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
55.	PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
56.	PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
57.	PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
58.	PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	470
59.	PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	471
60.	PARTE B, ITEM 48, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	471

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro A.1.1.1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	14
Quadro A.2.2.3.4. Ações do Orçamento de Investimento.....	122
Quadro A.3.2. Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	150
Quadro A.3.3.2. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	152
Quadro A.3.3.3. Síntese da Remuneração dos Administradores	153
Quadro A.3.3.4. Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	154
Quadro A.4.1.1. Programação de Despesas	163
Quadro A.4.1.3.1. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	165
Quadro A.4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	166
Quadro A.4.4.1. Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	167
Quadro A.4.4.2. Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	173
Quadro A.4.4.3. Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	173
Quadro A.4.4.4. Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	174
Quadro A.5.1.1.1. Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	178
Quadro A.5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	178
Quadro A.5.1.2.1. Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	179
Quadro A.5.1.2.2. Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	179
Quadro A.5.1.2.3. Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12	180
Quadro A.5.1.3. Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	181

	Página
Quadro A.5.1.4.1. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro	182
Quadro A.5.1.4.2. Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12	182
Quadro A.5.1.5.1. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	182
Quadro A.5.1.5.2. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	183
Quadro A.5.1.5.3. Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	183
Quadro A.5.2.1. Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	191
Quadro A.5.2.2. Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizado	193
Quadro A.5.2.3. Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	194
Quadro A.5.2.4. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	195
Quadro A.5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	198
Quadro A.7.1. Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	204
Quadro A.8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	206
Quadro A.8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	209
Quadro A.9.1.1. Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	210
Quadro A.9.2.1. Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	213
Quadro A.9.4.1. Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	223
Quadro A.9.6. Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICON	224
Quadro A.11.5.1. Composição Acionária do Capital Social	379
Quadro A.11.5.2. Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	379

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2013 de Furnas Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo a Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e a Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013).

Esta UJ é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976. Os itens identificados a seguir não estão contemplados neste Relatório por não se aplicarem à realidade da Empresa.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

- 2.2.1. Programa Temático
- 2.2.1.1. Análise Situacional
- 2.2.2. Objetivo
- 2.2.2.1. Análise Situacional
- 2.2.3. Ações
- 2.2.3.1. Ações – OFSS
- 2.2.3.2. Ações – Subtítulos OFSS
- 2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

- 3.4. Sistema de Correição
- 3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

- 4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa
- 4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ
- 4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ
- 4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- 4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- 4.1.3.7. Análise Crítica da Realização da Despesa
- 4.2. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 4.2.1. Análise Crítica
- 4.3. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 4.3.1. Análise Crítica
- 4.5. Suprimento de Fundos
- 4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo
- 4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
- 4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)
- 4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos
- 4.5.5. Análise Crítica
- 4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ
- 4.6.1. Benefícios Financeiros e Creditícios
- 4.6.1.1. Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação
- 4.6.1.2. Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica
- 4.6.2. Renúncias Tributárias
- 4.6.2.1. Renúncias Tributárias sob a Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação
- 4.6.2.2. Valores Renunciados e Contrapartida
- 4.6.2.3. Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

- 4.6.2.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia
- 4.6.2.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária
- 4.6.2.6. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
- 4.6.2.7. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- 4.6.2.8. Comunicações à RFB
- 4.6.2.9. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- 4.6.2.10. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
- 4.6.2.11. Fiscalizações Realizadas pela RFB
- 4.6.2.12. Renúncia Tributária – Análise Crítica
- 4.7. Gestão de Precatórios
 - 4.7.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta
 - 4.7.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta
 - 4.7.3. Análise Crítica
- 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013
 - 5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
 - 5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013
 - 6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário
 - 6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
 - 6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional
 - 6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais Sob a Responsabilidade da UJ
 - 6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
- 9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013
 - 9.5. Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário
- 11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013
 - 11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 - 11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
 - 11.2.1. Declaração Plena
 - 11.2.2. Declaração com Ressalva
 - 11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei Nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC Nº 1.133/2008
- 13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
- 14. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
- 16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
- 17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
- 18. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
- 19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

20. PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
21. PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
22. PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
23. PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
24. PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
25. PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
26. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
27. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
29. PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
30. PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
31. PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
32. PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
34. PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
35. PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
36. PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
37. PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
38. PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
39. PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
41. PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
42. PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
44. PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
45. PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

46. PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
47. PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
49. PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
50. PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
51. PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
52. PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013
53. PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
54. PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
55. PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
56. PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
57. PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
58. PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
59. PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013
60. PARTE B, ITEM 48, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 27.05.2014, por meio da RD nº 010/2758.

O Relatório da Administração junto com as Demonstrações Financeiras de Furnas 2013, foram publicados em 16 de abril de 2014, no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DORJ) e encontram-se disponíveis no site da Empresa (www.furnas.com.br).

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2014.

Nilmar Sisto Foletto
Diretor-Presidente em Exercício

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 –
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia (MME) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)			Código SIORG: 2852 Código SIORG: 226
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Furnas Centrais Elétricas S.A.			
Denominação Abreviada: Furnas			
Código SIORG: 060478		Código LOA: 01.30.32.228	Código SIAFI: 32228
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 23.274.194/0001-19	
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica Transmissão de Energia Elétrica Comércio Atacadista de Energia Elétrica			Código CNAE: 3511-5 Código CNAE: 3512-3 Código CNAE: 3513-1
Telefones/Fax de contato:	(21) 2528-4480	(21) 2528-4545	(21) 2528-4378
Endereço Eletrônico: presidencia@furnas.com.br			
Página na Internet: www.furnas.com.br			
Endereço Postal: Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de "Minas Gerais", em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

A Companhia está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

Em 29.04.2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social em R\$ 500 milhões, correspondente à capitalização de Adiantamento de Futuro Aumento de Capital (AFAC) provenientes da Eletrobras, mediante a emissão para subscrição privada de 2.449.739 mil novas ações, sendo 1.911.091 mil ações ordinárias e 538.648 ações preferenciais. O período para o exercício dos direitos de subscrição pelos minoritários terminou em 11 de outubro de 2013. Sendo assim, o Estatuto Social da Empresa foi alterado e passou a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Art. 5º O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentas e dez mil, seiscentas e setenta e oito) ações todas nominativas e sem valor nominal.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras (Código de Ética, Política de Sustentabilidade e Política de Risco das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Auditoria Interna e da Diretoria Executiva, Políticas de Estoques, Informática, Gestão de Pessoas, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança Empresarial, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Educação Ambiental, Contratação, Gestão de Riscos e Controles Internos, Atos Normativos e Instrumentos de Comunicação. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde 2010, as Políticas de Sustentabilidade e de Risco e o Código de Ética definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apoiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas por Diretoria, até o nível de Divisão. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como Separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno e apresenta a seguinte composição:

- administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Administração; Finanças; Operação e Manutenção; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.
- as atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Gerência/Assessoria, Divisão, Coordenação e Gestores de Projetos.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos acima citados afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para o trato do material da Empresa, envolvendo: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.

Manual de Aquisição – estabelece critérios e procedimentos para requisitar, licitar e adquirir materiais e equipamentos.

Manual de Contabilidade – estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa.

Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.

Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva, do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.

Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para tanto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos e responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas.

Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Fonte: Intranet e Internet de Furnas.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

“a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;

b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;

d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;

e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;

f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;

g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;

h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.

i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;

j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.” Criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão a ela associado, interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principal acionista a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Furnas atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e atualmente possui instalações em todas as regiões do Brasil, abrangendo 15 estados e o Distrito Federal.

A empresa opera e mantém um diversificado parque gerador e transmissor no qual figuram 17 usinas hidrelétricas, sendo 2 em parceria com a iniciativa privada e 6 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, 2 termelétricas convencionais, totalizando 12.827,5 MW de potência instalada, cerca de 24 mil km de linhas de transmissão e 63 subestações, com capacidade de transformação de 109.865 MVA, construídas com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada.

Nos próximos anos, serão acrescidos 6.332 MW de capacidade instalada ao Sistema Elétrico Brasileiro com a entrada em operação das próximas unidades geradoras da UHE Santo Antônio e com a construção de mais 3 novas usinas hidrelétricas e 51 parques eólicos, com investimentos próprios e em parceria com a iniciativa privada. Além disso, a empresa participa da construção de 20 subestações (novas e ampliações), e de mais de 2.000 km de novas linhas de transmissão.

A excelência na operação e manutenção credenciou a empresa a se engajar em novos projetos como a Linha de Transmissão Coletora Porto Velho-Araraquara II, mais conhecida como Linhão do Madeira, maior do mundo em corrente contínua, cujas obras foram concluídas em 2013.

Além de operar grande parte desses empreendimentos, a empresa atua, ainda, na área de comercialização de energia elétrica e em 2013 comercializou 46.390 GWh.

Em 2013, os investimentos em empreendimentos próprios atingiram um total de aproximadamente R\$ 945 milhões e as inversões em Sociedades de Propósito Específico (SPE), R\$ 1.127 milhão. A produção de energia foi de 31.513 GWh e o EBTIDA Ajustado Individual foi de R\$ 113 milhões. Os ajustes provenientes do novo marco regulatório levaram a um prejuízo de R\$ 818 milhões.

Ao final do exercício de 2013, Furnas contava com 3.547 empregados efetivos e 1.339 não efetivos.

Em paralelo à sua atividade de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, a empresa pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades, desenvolvendo programas que visam preservar a biodiversidade. Destaca-se ainda, pela realização de projetos de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de uso racional da energia, de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Objetivos Estratégicos

No ano de 2013, Furnas passou por mudanças profundas em sua estrutura organizacional e implementou diversas ações alinhadas às diretrizes estratégicas, de excelência operacional, de crescimento sustentável e de adequação às tarifas existentes, que melhoraram a governança

corporativa e a gestão dos negócios. Também foi um ano de vitórias com a conquista de novos empreendimentos que garantiram sua expansão, além do redirecionamento da estratégia e dos objetivos da empresa.

Mesmo com os imensos desafios do ano, Furnas continuou cumprindo o seu papel de prestadora de serviço de excelência à sociedade brasileira. Em 2013, realizamos 89% (R\$ 2,072 bilhões) do total do orçamento previsto para investimentos, percentual considerado sucesso em um ano de mudanças estruturais internas. Além de manter a robustez do sistema, Furnas cresceu e prosseguiu com os ajustes para adequar-se ao novo regime econômico do setor elétrico brasileiro.

Considerado referência, o projeto de reestruturação organizacional de Furnas, que já vinha sendo desenvolvido, foi intensificado e aprofundado com o objetivo de tornar a empresa mais ágil, eficiente e ajustada aos desafios futuros. A conclusão do escopo previsto do projeto PRO-Furnas, em julho de 2013, englobou o desenho da nova estrutura organizacional, com base em diagnóstico detalhado da situação vigente, a comparação com *benchmarks* nacionais e internacionais, a elaboração de iniciativas para a otimização dos processos empresariais e o dimensionamento quali-quantitativo de pessoal. O trabalho resultou na identificação de cerca de 230 iniciativas de otimização que representam até 27% de redução da base de custos da empresa com pessoal próprio e contratados, levando Furnas a patamares de eficiência próximos aos das melhores práticas.

Dando continuidade ao projeto, em dezembro de 2013, foram formalizados novo Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrato com a Roland Berger Strategy Consultants, instituindo o que se passou a denominar PRO-Furnas II, em total alinhamento com a reestruturação da *Holding* Eletrobras.

Para adequar-se às necessidades decorrentes de projetos em desenvolvimento na empresa e às novas exigências do setor de energia elétrica, foi de extrema importância a aprovação, em agosto de 2013, do aditamento e da reabertura do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ), de desligamentos de empregados aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a admissão de novos funcionários. Com isso, projeta-se uma economia mensal de cerca de R\$ 50 milhões e acumulada de aproximadamente R\$ 1 bilhão com custo de pessoal a partir de dezembro de 2014.

Com impacto tão relevante no quadro de pessoal, foi necessário definir critérios para a movimentação interna de empregados, otimizar a alocação de pessoal e permitir o alinhamento dos objetivos estratégicos da empresa com os interesses e competências dos empregados.

No que se refere à estratégia, Furnas contratou a empresa Accenture do Brasil Ltda. para elaboração de projeto, revisão e implantação do novo Plano Estratégico. Além de adaptá-lo ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para a atuação da companhia no curto prazo, serão definidos, no âmbito do projeto, objetivos e metas gerenciais para os próximos anos.

A fim de obter melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, foram estabelecidas estratégias de participação nos certames, de modo a ganhar competitividade. Assim, Furnas obteve êxito nas disputas de 2013, conquistando em parceria, sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPE), a outorga de autorização para a construção de 34 parques eólicos e suas respectivas conexões. Fechamos o ano com chave de ouro com a vitória no leilão para concessão da UHE São Manoel, em total sinergia com os negócios de Furnas. Com esses novos projetos, já garantimos o alcance das metas de expansão para os próximos dois anos.

Também foram desenvolvidas estratégias de comercialização visando à otimização do portfólio de contratos da energia de Furnas nos ambientes de Contratação Regulado e Livre. Em dezembro de 2013, no 12º Leilão de Energia Existente, foram vendidos 800 MW médios, energia proveniente das usinas de Itumbiara (MG/GO), Serra da Mesa (GO) e Mascarenhas de Moraes (SP/MG), em condições que permitiu a obtenção de receita adicional de R\$ 1,34 bilhão.

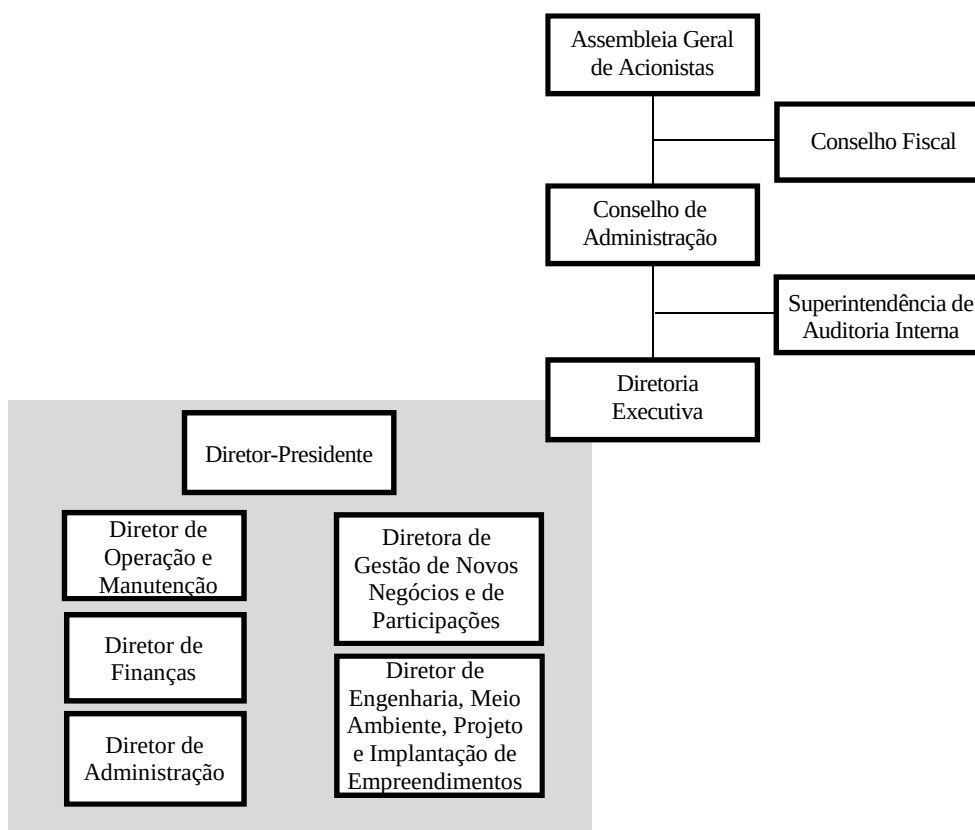
Destaque do ano também para a conclusão das obras da UHE Batalha e início de operação da UHE Simplício, ambas 100% Furnas. Fruto de diálogo entre a gestão da empresa e as diversas esferas públicas envolvidas nos dois processos, o término das obras das duas hidrelétricas foi finalmente possível, permitindo que a empresa começasse a contabilizar as receitas previstas.

Tão importante quanto a expansão de Furnas é a manutenção do sistema gerador e transmissor existente para garantir a eficiência operacional das suas instalações. A empresa vem modernizando o sistema de geração e transmissão por meio do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), bem como do Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER), desenvolvido desde 2011 e que engloba investimento da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Já foram constatados resultados em termos de eficiência e confiabilidade, preparando o País para sediar, com segurança, os grandes eventos esportivos: Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Essas e outras realizações fizeram de 2013 um importante ano para Furnas, de recuperação e de resgate da história de sucesso e de seriedade da empresa que carrega a responsabilidade de ser a espinha dorsal do Sistema Elétrico Brasileiro.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A seguir é apresentado o organograma por Diretoria com as respectivas atribuições das áreas:



Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral e constituída pelo presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de (03) três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;

- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 deste estatuto.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;

- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos neste Estatuto.

O valor em reais estabelecido no inciso I será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de Comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Superintendência de Auditoria Interna (AD)

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder

Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Superintendência de Auditoria Interna:

- definir políticas e objetivos da Auditoria Interna;
- coordenar e implementar metodologias e ferramentas necessárias para as atividades da Auditoria Interna;
- planejar, executar e controlar a realização de trabalhos de auditoria interna, conforme programação específica, previamente definida, emitir relatório com recomendações para os achados de auditoria no exercício e parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais do exercício anterior;
- acompanhar a definição e implementação de ações correntes decorrentes de trabalhos realizados;
- promover a realização de trabalhos especiais de auditoria, determinados pela Alta Administração da Companhia, não previstos na programação anual;
- acompanhar os atendimentos dos órgãos externos de fiscalização e controle como TCU e CGU, a fim de verificar o cumprimento das demandas dirigidas a Companhia, monitorar as recomendações expedidas por estes órgãos até a sua implementação ou analisar e avaliar as justificativas para descumprimento e providências adotadas pelo gestor;
- liderar o macroprocesso de Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 27, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;
- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;
- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;

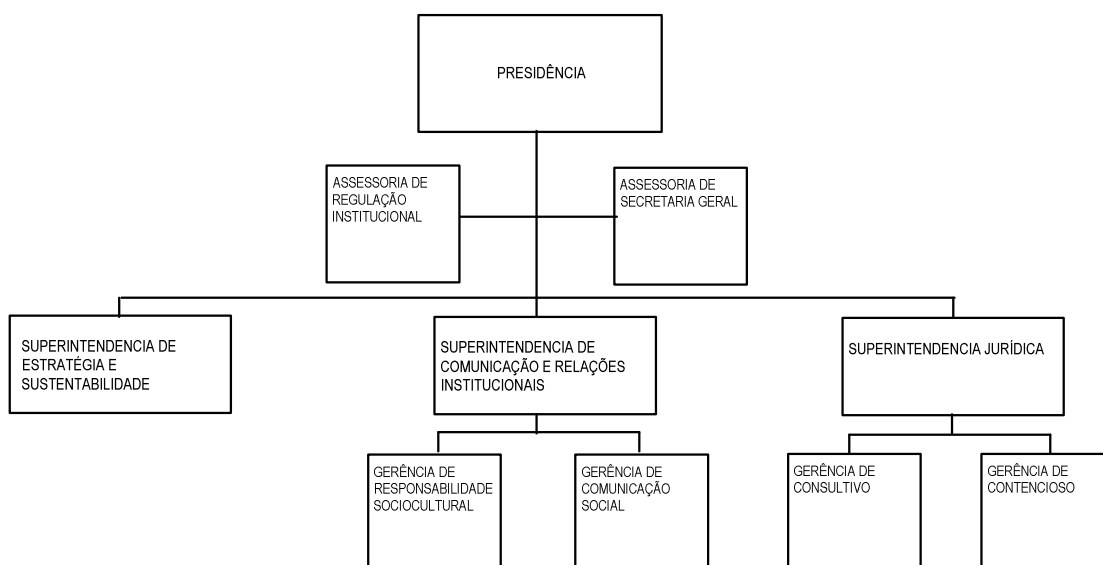
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 deste Estatuto;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;
- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Presidência (DP)



Assessoria de Secretaria Geral (ASG.P)

Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

Verificar a adequação processual das matérias a serem submetidas à deliberação da Administração Superior.

Elaborar as pautas das reuniões da Administração Superior e executar as atividades relacionadas à lavratura, ao registro e à publicação das atas, além de sua comunicação.

Divulgar e controlar a distribuição das deliberações e resoluções dos órgãos da Administração Superior da Companhia.

Garantir a gestão, circulação e arquivo de documentação.

Liderar o macroprocesso de Secretaria Geral.

Assessoria de Regulação Institucional (ARI.P)

Coordenar, planejar e realizar as atividades de Regulação Institucional, Regulação Técnica e Regulação Econômica da empresa.

Executar as atividades relacionadas ao processo de estabelecimento dos valores dos reajustes e das revisões das receitas de transmissão e de geração de energia elétrica.

Coordenar estudos de natureza econômico-financeira com a finalidade de fundamentar ações da Companhia perante a Aneel.

Acompanhar a legislação específica da regulação econômica aplicada à atividade de geração e transmissão de energia elétrica, analisando os efeitos sobre o resultado econômico-financeiro.

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade (ES.P)

Elaborar e acompanhar o Planejamento Anual de Furnas ao nível de cada uma das Diretorias.

Elaborar estudos e pareceres de suporte à Diretoria, ao planejamento estratégico e às decisões de investimentos da empresa.

Planejar, coordenar e organizar ações, estudos e campanhas relativas à área de sustentabilidade da empresa.

Projetar a evolução estrutural do mercado num horizonte de cinco anos, definindo um cenário base para os diversos Planos de Negócios de Furnas.

Liderar o macroprocesso de Planejamento Estratégico.

Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais (CR.P)

Orientar a publicação de quaisquer relatórios e outros documentos de circulação externa, com vistas a resguardar a imagem institucional da Empresa.

Controlar a relação da empresa com os meios de comunicação locais.

Desenvolver e coordenar a política de comunicação interna da empresa.

Coordenar a participação da Companhia em ações e atividades referentes ao desenvolvimento comunitário, à inclusão social, à promoção da cidadania e às ações de combate à pobreza.

Liderar o macroprocesso de Comunicação e Relações Institucionais.

Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P)

Planejar, desenvolver e implantar ações e projetos de investimento social, bem como processos referentes a patrocínios, convênios, parcerias e doações.

Incentivar, coordenar e acompanhar o programa de voluntariado empresarial.

Liderar o macroprocesso de Responsabilidade Social.

Gerência de Comunicação Social (GCA.P)

Orientar a publicação de quaisquer relatórios e outros documentos de circulação externa, com vistas a resguardar a imagem institucional da Empresa.

Planejar, coordenar e organizar eventos, ações, pesquisas e campanhas publicitárias que divulguem, para o público interno e externo, as realizações de Furnas.

Superintendência Jurídica (SJ.P)

Consolidar a informação de contencioso, com vista a dispor de uma visão geral sobre a situação em todas as áreas da empresa e do direito.

Orientar a atuação jurídica da Companhia, aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para Furnas, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e jurisprudência.

Representar e defender os interesses de Furnas na esfera judiciária ou administrativa, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando para adequado andamento.

Liderar o macroprocesso Jurídico.

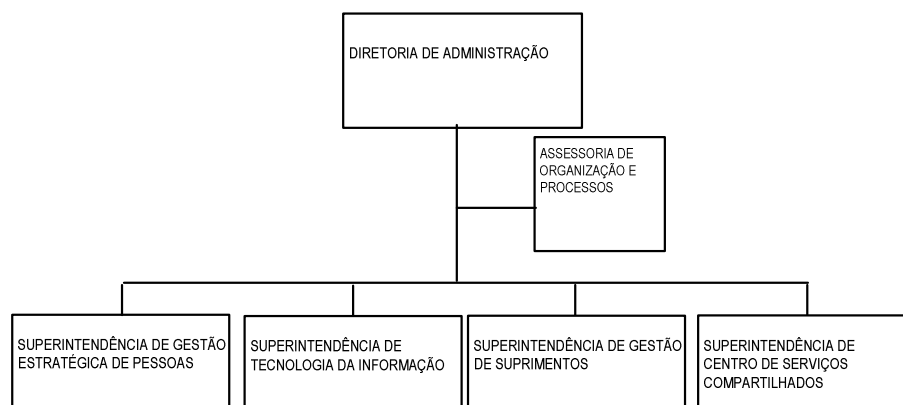
Gerência de Consultivo (GCO.P)

Analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos, referentes a processo de consultivo jurídico.

Gerência de Contencioso (GCI.P)

Representar e defender os interesses de Furnas nos âmbitos administrativo e judicial.

Diretoria de Administração (DA)



Assessoria de Organização e Processos (AOP.A)

Promover na empresa as melhores práticas na gestão por processos.

Apoiar os processos de comunicação e gestão da mudança de organização da empresa, no sentido de reforçar a cultura organizacional.

Rever e atualizar o Manual da Organização da empresa, apoiando as áreas na sua contribuição.

Desenvolver as atividades relacionadas com a certificação de sistemas de gestão.

Analisar, mapear e ajustar os processos visando a melhoria continua dos mesmos.

Coordenar as iniciativas de transformação da organização e dos processos.

Liderar o macroprocesso de Desenvolvimento Empresarial.

Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A)

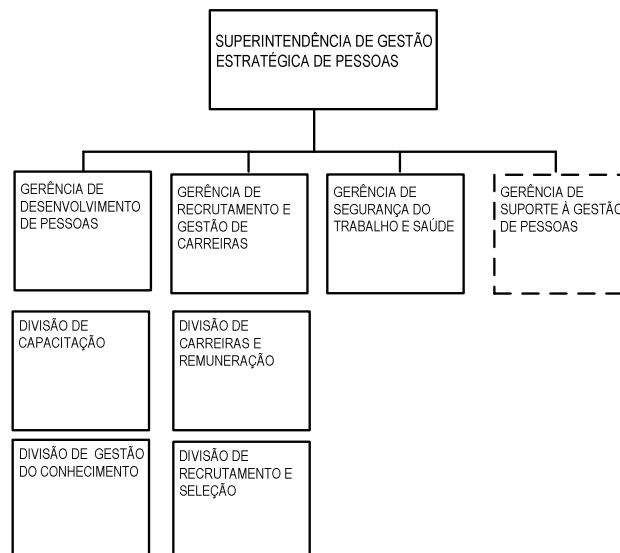
Definir e propor as estratégias e políticas de gestão de pessoas, promover a sua difusão em toda a organização e gerir a sua implementação.

Planejar, coordenar e controlar as seguintes atividades: seleção e avaliação, carreiras e remuneração, administração de pessoas, educação corporativa e segurança do trabalho.

Promover a celebração dos convênios firmados com a Fundação Real Grandeza, com instituições oficiais de ensino e entidades de benefícios sociais e serviços assistências.

Avaliar o desempenho das demais áreas de gestão de pessoas da empresa.

Liderar o macroprocesso de Recursos Humanos.



Gerência de Desenvolvimento de Pessoas (GDP.A)

Planejar e coordenar o Programa de Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento de Furnas, em articulação com as áreas da Companhia.

Analisar e propor alternativas de Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico de Furnas.

Divisão de Capacitação (DDCA.A)

Executar o Programa de Educação Corporativa de Furnas, em articulação com as áreas da Companhia.

Executar os Planos de Desenvolvimento Individual (PDI).

Divisão de Gestão do Conhecimento (DDGC.A)

Administrar o acervo de conhecimento da Companhia, incluindo a gestão documental e administração da biblioteca.

Executar as atividades de Gestão do Conhecimento na Companhia.

Gerência de Recrutamento e Gestão de Carreiras (GRC.A)

Planejar e coordenar o processo de seleção interno e externo, acompanhamento dos processos de admissão e demissão e gestão de carreiras e remuneração.

Elaborar programas corporativos voltados para gestão de pessoas e pesquisas de clima organizacional e satisfação.

Divisão de Carreiras e Remuneração (DCAR.A)

Executar as atividades de ciclo de avaliação de desempenho e do potencial dos empregados e acompanhamento da trajetória profissional dos mesmos.

Executar o desenvolvimento e implementação de programas de sucessão gerencial.

Divisão de Recrutamento e Seleção (DRSE.A)

Executar as atividades de recrutamento interno e externo de empregados e estagiários, acompanhamento de admissão e demissão e implementação de atividades de concurso.

Executar programas corporativos voltados para pesquisas de clima organizacional e de satisfação.

Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde (GSS.A)

Propor e coordenar a execução das atividades de bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Coordenar e desenvolver programas, eventos, estudos e pesquisas voltadas para o bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A)

Manter o cadastro de pessoal de Furnas e de mão de obra direta, controlando os afastamentos e licenças.

Desenvolver atividades de suporte à administração de mão de obra direta da Companhia.

Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A)

Definir, implementar e controlar as estratégias e políticas de TI.

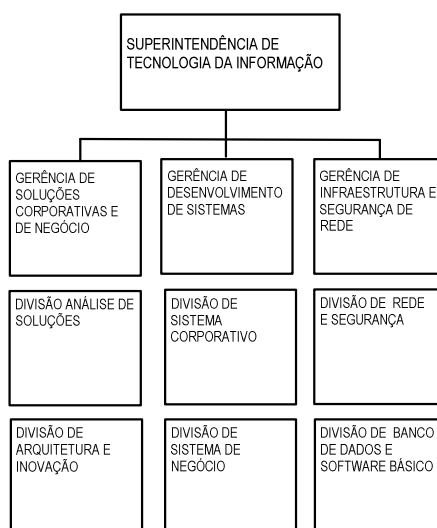
Gerir contratos com entidades externas que envolvam a área de TI, o que envolve a negociação e o acompanhamento dos mesmos.

Planejar e Gerenciar o portfólio de projetos de Tecnologia da Informação de Furnas, estabelecendo prazo, escopo, qualidade e custos.

Prospectar soluções inovadoras de Tecnologia da Informação, voltadas tanto para o negócio quanto para áreas corporativas de Furnas.

Avaliar o desempenho das demais áreas de TI da empresa.

Liderar o macroprocesso de Tecnologias da Informação.



Gerência de Soluções Corporativas e de Negócio (GCN.A)

Desenvolver projetos de TI para a Companhia, estabelecendo em conjunto com a Superintendência a governança, prazo, escopo, qualidade e custos.

Acompanhar o portfólio de projetos de Tecnologia de Furnas.

Divisão de Análise de Soluções (DASO.A)

Compreender as demandas estratégicas das áreas de Furnas.

Executar os projetos estratégicos de Tecnologia, especificando os requisitos funcionais para sua implementação.

Divisão de Arquitetura e Inovação (DAQI.A)

Apoiar os estudos de arquitetura, com base nos requisitos, para o desenvolvimento dos projetos de TI.

Apoiar a implementação de soluções inovadoras de Tecnologia.

Gerência de Desenvolvimento de Sistemas (GDS.A)

Planejar o atendimento às demandas para desenvolvimento de soluções tecnológicas de acordo com a priorização estabelecida.

Estabelecer e acompanhar os indicadores de desempenho dos processos relacionados ao desenvolvimento de Sistemas.

Divisão de Sistema Corporativo (DDSC.A)

Acompanhar o atendimento às demandas para desenvolvimento das soluções no Sistema Integrado de Gestão – SAP.

Acompanhar a execução dos processos de desenvolvimento junto às fábricas de *software*.

Divisão de Sistemas de Negócio (DDSN.A)

Acompanhar o atendimento às demandas para desenvolvimento de sistemas de informação.

Acompanhar a execução dos processos de desenvolvimento junto às fábricas de *software*.

Gerência de Infraestrutura e Segurança de Rede (GIR.A)

Definir e monitorar os procedimentos para utilização e operação dos recursos da infraestrutura da Rede Corporativa da empresa.

Monitorar o uso dos recursos de TI da Rede Corporativa, rastreando eventos críticos e evidenciando possíveis incidentes de segurança.

Divisão de Rede e Segurança (DDRS.A)

Implementar políticas de Segurança da Informação na infraestrutura da Rede Corporativa.

Implantar e manter a infraestrutura de interconexão, física e lógica, de redes locais que compõem a Rede Corporativa.

Divisão de Banco de Dados e Software Básico (DBDS.A)

Implantar as rotinas e procedimentos relacionados à segurança, integridade e disponibilidade das informações corporativas, armazenadas nos bancos de dados.

Implantar as atividades de suporte a software básico e de uso geral.

Superintendência de Gestão de Suprimentos (GS.A)

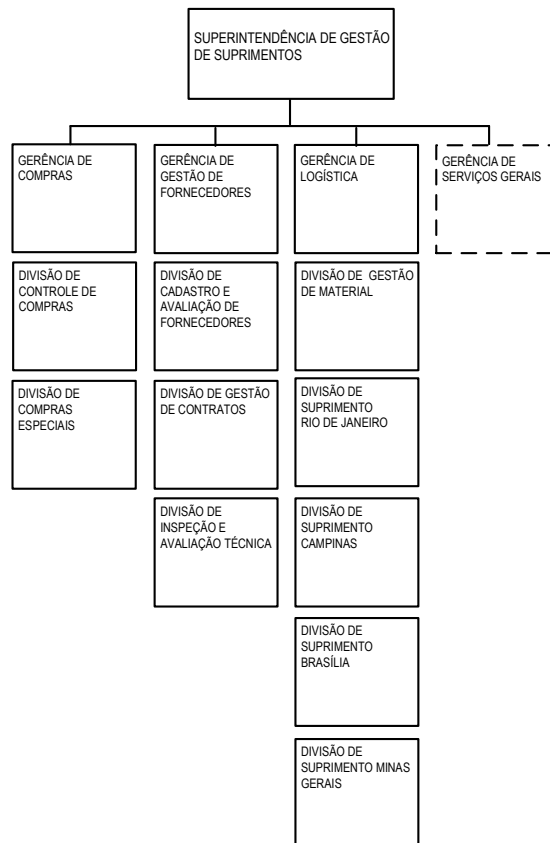
Definir e propor as estratégias e políticas de compras, promover sua difusão pela empresa e gerir sua implementação.

Planejar e coordenar as atividades de Suprimentos, nomeadamente logística de suprimentos, gestão de fornecedores, aquisição de bens e contratação de serviços e gestão de contratos.

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de aquisição de bens e contratação de serviços.

Avaliar o desempenho das demais áreas de gestão de suprimentos da empresa.

Liderar o macroprocesso de Suprimentos e Logística.



Gerência de Compras (GCM.A)

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de aquisição de bens e contratação de serviços.

Coordenar a execução das atividades de aquisição de bens e contratação de serviços.

Divisão de Controle de Compras (DCCM.A)

Acompanhar o desempenho dos órgãos de compra.

Orientar os órgãos sobre aquisição de bens e contratação de serviços.

Divisão de Compras Especiais (DCME.A)

Receber, abrir, analisar e avaliar os documentos de habilitação e proposta.

Elaborar os documentos de contratação.

Gerência de Gestão de Fornecedores (GFO.A)

Promover a execução das atividades de cadastramento e de avaliação de desempenho de fornecedores em Furnas.

Coordenar as atividades de administração de contratos de fornecimento de bens.

Divisão de Cadastro e Avaliação de Fornecedores (DCAF.A)

Analisar a adequação da documentação apresentada pelos interessados em participar do cadastro de Furnas.

Consolidar as informações quanto ao desempenho dos fornecedores.

Divisão de Gestão de Contratos (DGCO.A)

Gerir o instrumento contratual em articulação com outros órgãos de suprimento e os órgãos requisitantes.

Habilitar os documentos de cobrança, análise de reajustamento de preços e aplicação de multas, bem como emissão de aditamentos contratuais.

Divisão de Inspeção e Avaliação Técnica (DIAT.A)

Executar a inspeção de materiais e equipamentos, nas instalações de fornecedores ou terceiros.

Avaliar a capacitação fabril, tecnológica e de gestão da qualidade de fornecedores de materiais e equipamentos.

Gerência de Logística (GLM.A)

Programar a composição qualitativa e quantitativa de estoque de Furnas, bem como definir sua localização, em articulação com os órgãos usuários.

Gerir o transporte de cargas nas modalidades de carga geral, especial e indivisível.

Divisão de Gestão de Material (DGMA.A)

Estabelecer os padrões de arranjo físico das instalações de armazenamento da Companhia e dos equipamentos necessários à sua operação.

Divisão de Suprimento Rio de Janeiro (DSUR.A)

Administrar as instalações de armazenamento sob sua responsabilidade na região Rio.

Receber, armazenar e distribuir os materiais e equipamentos.

Divisão de Suprimento Campinas (DSUC.A)

Administrar as instalações de armazenamento sob sua responsabilidade na região Campinas.

Receber, armazenar e distribuir os materiais e equipamentos.

Divisão de Suprimento Brasília (DSUB.A)

Administrar as instalações de armazenamento sob sua responsabilidade na região Brasília.

Receber, armazenar e distribuir os materiais e equipamentos.

Divisão de Suprimento Minas Gerais (DSUM.A)

Administrar as instalações de armazenamento sob sua responsabilidade na região Minas Gerais.

Receber, armazenar e distribuir os materiais e equipamentos.

Gerência de Serviços Gerais (GSG.A)

Coordenar a execução, no âmbito do Escritório Central, das atividades de administração predial e de serviços gráficos.

Coordenar a execução das atividades de manutenção do Escritório Central.

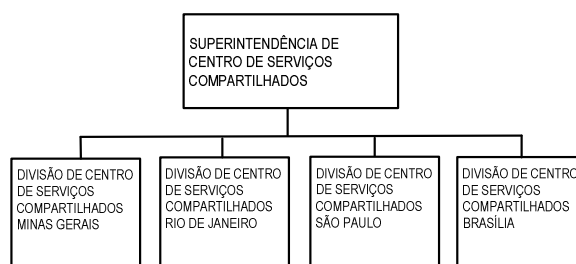
Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados (CS.A)

Coordenar, com as áreas corporativas homólogas, a definição de diretrizes e implementação de estratégias, políticas e objetivos.

Definir, implementar, monitorar e controlar os acordos de níveis de serviço contratados.

Prestar serviços administrativos da operação, gestão de pessoas, infraestrutura, segurança, compras e serviços gerais.

Liderar o macroprocesso de Serviços Gerais.



Divisão de Centro de Serviços Compartilhados Brasília (CSCB.A)

Cooperar com as áreas corporativas homólogas na definição de diretrizes e implementação de entregas, políticas e objetivos na região de Brasília.

Planejar e controlar atividades de administração da operação, prestação de serviços de RH, suporte à gestão de pessoas, infraestrutura, segurança de rede, compras e serviços gerais na região de Brasília.

Definir, implementar, monitorar e controlar os acordos de níveis de serviço contratados na região de Brasília.

Divisão de Centro de Serviços Compartilhados Minas Gerais (CSCM.A)

Cooperar com as áreas corporativas homólogas na definição de diretrizes e implementação de entregas, políticas e objetivos na região de Minas Gerais.

Planejar e controlar atividades de administração da operação, prestação de serviços de RH, suporte à gestão de pessoas, infraestrutura, segurança de rede, compras e serviços gerais na região de Minas Gerais.

Definir, implementar, monitorar e controlar os acordos de níveis de serviço contratados na região de Minas Gerais.

Divisão de Centro de Serviços Compartilhados Rio de Janeiro (CSCR.A)

Cooperar com as áreas corporativas homólogas na definição de diretrizes e implementação de entregas, políticas e objetivos na região do Rio de Janeiro.

Planejar e controlar atividades de administração da operação, prestação de serviços de RH, suporte à gestão de pessoas, infraestrutura, segurança de rede, compras e serviços gerais na região do Rio de Janeiro.

Definir, implementar, monitorar e controlar os acordos de níveis de serviço contratados na região do Rio de Janeiro.

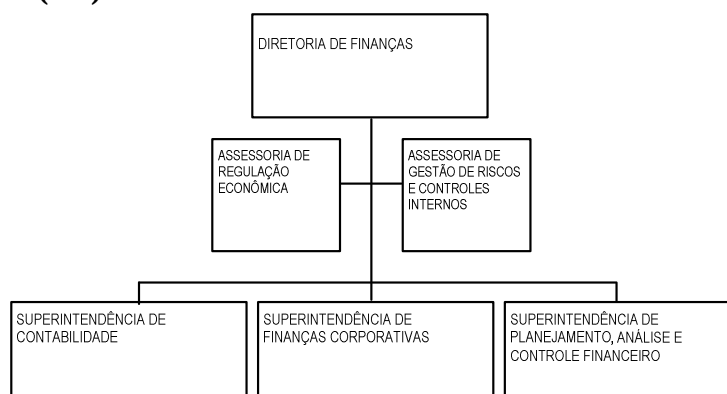
Divisão de Centro de Serviços Compartilhados São Paulo (CSCS.A)

Cooperar com as áreas corporativas homólogas na definição de diretrizes e implementação de entregas, políticas e objetivos na região de São Paulo.

Planejar e controlar atividades de administração da operação, prestação de serviços de RH, suporte à gestão de pessoas, infraestrutura, segurança de rede, compras e serviços gerais na região de São Paulo.

Definir, implementar, monitorar e controlar os acordos de níveis de serviço contratados na região de São Paulo.

Diretoria de Finanças (DF)



Assessoria de Regulação Econômica (ARE.F)

Executar as atividades relacionadas ao processo de estabelecimento dos valores dos reajustes e das revisões das receitas de transmissão e de geração de energia elétrica.

Coordenar estudos de natureza econômico-financeira com a finalidade de fundamentar ações da Companhia perante a Aneel.

Acompanhar o comportamento dos preços, das tarifas de uso e das receitas praticadas na prestação do serviço de energia elétrica, estimando as receitas de transmissão e de geração.

Acompanhar a legislação específica da regulação econômica aplicada à atividade de geração e transmissão de energia elétrica, analisando os efeitos sobre o resultado econômico-financeiro.

Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos (ARC.F)

Monitorar de forma sistemática o valor do *cash flow at risk*.

Efetuar a medição do VaR (*value at risk*).

Definir os conceitos, métodos, medidas de risco e *Key Risk Indicators*” (KRI).

Desenvolver projetos para a gestão de riscos significativos.

Promover a cultura de gestão de riscos corporativos e de gestão do ambiente de controles internos, bem como a aplicação das respectivas metodologias.

Fornecer à Administração Superior as informações estratégicas necessárias às deliberações referentes à gestão de riscos corporativos.

Promover a adequação do ambiente de controles internos, em relação aos aspectos regulatórios internos e externos.

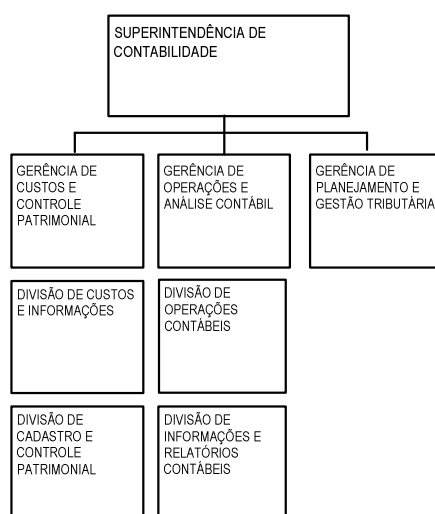
Superintendência de Contabilidade (SC.F)

Planejar, estabelecer, coordenar, controlar e propor planos e metas para o gerenciamento e disseminação de informações econômico-financeiras regulatórias, societárias e fiscais.

Planejar, estabelecer, coordenar, controlar e propor planos e metas para o registro de operações contábeis oficiais e auxiliares de contabilidade geral e de custos.

Planejar, estabelecer, coordenar, controlar e propor planos e metas para a análise e controle contábil e patrimonial.

Liderar o macroprocesso de Contabilidade.



Gerência de Custos e Controle Patrimonial (GCP.F)

Planejar, coordenar, instituir, divulgar e acompanhar as atividades de contabilidade de custos e informações.

Planejar, coordenar, instituir, divulgar e acompanhar as atividades de cadastro e controle patrimonial.

Divisão de Custos e Informações (DCIN.F)

Identificação, implantação e gerenciamento do cadastro da estrutura de apuração dos custos estruturais e das ordens em curso, em atendimento aos requisitos legais e gerenciais.

Análise, apuração e definição de critérios de contabilização dos custos estruturais e das ordens em curso.

Divisão de Cadastro e Controle Patrimonial (DCCP.F)

Promoção do controle, organização e manutenção do cadastro da propriedade, para a adequada representação físico-contábil dos bens, direitos e instalações.

Análise técnica dos processos de adição e desativação do ativo imobilizado e gerenciamento do cadastro e apuração das ordens de desativação e alienação de bens.

Gerência de Operações e Análise Contábil (GOC.F)

Estabelecer e propor os procedimentos contábeis a serem obedecidos para cumprimento das disposições legais e fiscais e das disposições específicas do setor de energia elétrica.

Coordenar a elaboração das Demonstrações Econômico-Financeiras periódicas e das Demonstrações e Relatórios Contábeis.

Divisão de Operações Contábeis (DOPC.F)

Analisar e controlar as contas contábeis que envolvam terceiros, emitindo relatórios e informando as inconsistências detectadas para fins de regularização do processo.

Analisar, do ponto de vista contábil e administrativo, os documentos recebidos de órgãos da Companhia e de entidades externas.

Divisão de Informações e Relatórios Contábeis (DIRC.F)

Elaborar as demonstrações financeiras regulatórias e societárias mensais, trimestrais e anuais, de forma individual e consolidada.

Elaborar as informações contábeis internas específicas para a Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal e para órgãos da Companhia, além das externas.

Gerência de Planejamento e Gestão Tributária (GPG.F)

Gerenciar a atividade de tributos na Empresa, controlando e fiscalizando os procedimentos fiscais no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Elaborar o planejamento tributário visando a redução da carga tributária, e, quando necessário, a obtenção de benefícios fiscais.

Superintendência de Finanças Corporativas (SF.F)

Planejar, coordenar, controlar e propor planos e metas para as atividades de operação e captação de recursos financeiros para as atividades da Companhia.

Coordenar e negociar a utilização dos serviços bancários no país e no exterior, para apoio aos órgãos da Companhia.

Negociar contratos de financiamento e empréstimos, a serem contraídos junto à Eletrobrás e às entidades financeiras nacionais e internacionais.

Administrar os títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Liderar o macroprocesso de Finanças e Tesouraria.



Gerência de Tesouraria (GTE.F)

Promover o registro e o controle dos compromissos financeiros, o pagamento das obrigações assumidas e a cobrança das obrigações assumidas com Furnas.

Promover o controle da movimentação do Caixa, das contas bancárias e das linhas de crédito de curto prazo.

Divisão de Controle de Pagamentos (DCPG.F)

Analisar os compromissos assumidos, verificando os aspectos financeiros, validade, valores, prazos e condições de faturamento e pagamento, tributação e garantias.

Examinar documentos de cobrança em aspectos de preenchimento, idoneidade e legitimidade.

Divisão de Operações de Tesouraria (DDOT.F)

Executar a gestão das diversas contas correntes da Companhia e das disponibilidades financeiras do caixa da Companhia.

Executar recebimentos e pagamentos das obrigações financeiras da Companhia.

Gerência de Gestão de Financiamentos e Seguros (GFS.F)

Participar da elaboração das políticas de seguros e de operação e captação de recursos financeiros da Companhia.

Orientar e acompanhar os processos de operação e captação de recursos financeiros.

Divisão de Empréstimos e Financiamentos (DEFI.F)

Apoiar a estruturação das operações de captação de recursos junto à Eletrobras, instituições financeiras e bancos de desenvolvimento.

Promover o diligenciamento dos contratos de empréstimos e financiamentos e elaborar os processo de pagamento do Serviço da Dívida e seus respectivos tributos.

Divisão de Seguros (DISG.F)

Analisar tecnicamente e preparar a documentação necessária para contratação de seguro e liberação do pagamento dos prêmios devidos.

Realizar estudos, emitir parecer e negociar nos casos de contratação de seguro.

Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro (OP.F)

Apoiar na definição da estratégia de negócios da empresa, através de análises financeiras.

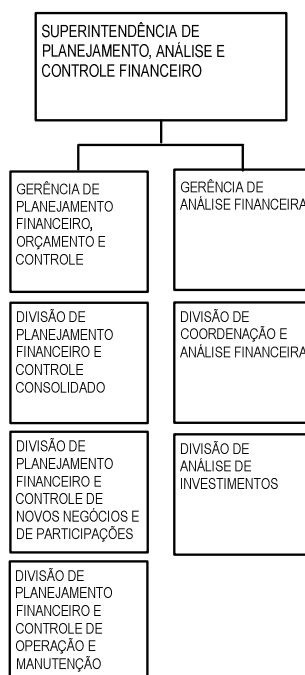
Desafiar os planos de negócio propostos pelas áreas de negócio.

Assegurar o controle de planos e orçamentos, identificando e propondo medidas corretivas quando apropriado.

Controlar a realização e a rentabilidade dos investimentos mais importantes dos negócios.

Planejar, coordenar, controlar e propor diretrizes, planos e metas abrangendo as atividades de planejamento financeiro e orçamento.

Liderar o macroprocesso de Planejamento e Controle.



Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F)

Assegurar o controle de planos e orçamentos, identificando e propondo medidas corretivas quando apropriado.

Apoiar na definição da estratégia de negócios da empresa.

Divisão de Planejamento Financeiro e Controle Consolidado (DPFC.F)

Desafiar os planos de negócios propostos pelas áreas corporativas e fazer a consolidação destes para toda a empresa.

Controlar a realização e a rentabilidade dos investimentos mais importantes das áreas corporativas e fazer a consolidação desses indicadores para toda a empresa.

Divisão de Planejamento Financeiro e Controle de Novos Negócios e de Participações (DPNP.F)

Controlar a realização e a rentabilidade das Unidades de Negócios, nas áreas de Novos Negócios e Participações.

Desafiar os planos de negócios propostos pelas áreas de Novos Negócios e Participações.

Divisão de Planejamento Financeiro e Controle de Operação e Manutenção (DPFO.F)

Controlar a realização e a rentabilidade das Unidades de Negócios, nas áreas de Operação e Manutenção.

Desafiar os planos de negócios propostos pelas áreas de Operação e Manutenção.

Gerência de Análise Financeira (GFI.F)

Realizar estudos econômico-financeiros para avaliação e modelagem de investimentos e do portfólio de investimentos da empresa.

Realizar análise das projeções econômico-financeiras dos investimentos tais como análise de resultados, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e fluxo de dividendos.

Divisão de Coordenação e Análise Financeira (DDCF.F)

Realizar estudos econômico-financeiros relativos às pré-qualificações de empresas a serem contratadas, para prestação de obras e serviços ou para fornecimento.

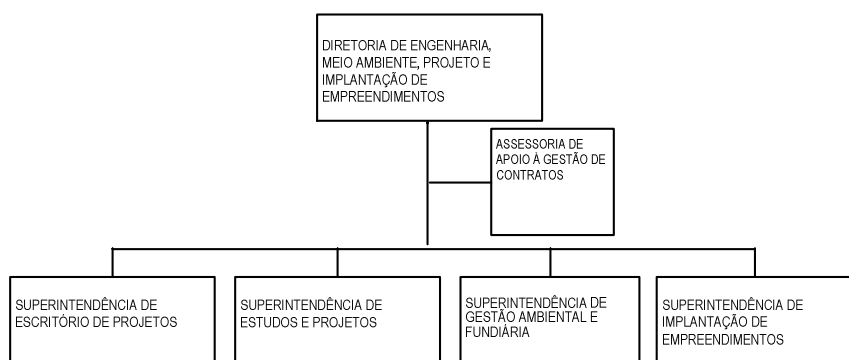
Atuar nos processos licitatórios, propondo e checando as condições que deverão constar das especificações econômico-financeiras para licitações em geral.

Divisão de Análise de Investimentos (DAIN.F)

Elaborar estudos econômico-financeiros para avaliação e modelagem de investimentos da Companhia.

Elaborar relatório de avaliação econômico-financeira dos Planos de Negócios de investimentos da Companhia.

Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos (DE)



Assessoria de Apoio à Gestão de Contratos (AGC.E)

Coordenar a elaboração dos principais processos licitatórios e a consequente gestão administrativa destes Instrumentos Contratuais, no âmbito da Diretoria.

Coordenar, no âmbito da DE, o atendimento às demandas dos organismos externos de controle.

Coordenar, elaborar e fazer a gestão dos processos das Autorizações de Serviços (AS), na modalidade de Convite, no âmbito do Escritório Central.

Coordenar e acompanhar o orçamento estrutural, no âmbito da Diretoria.

Superintendência de Escritório de Projetos (EP.E)

Coordenar, integrar e padronizar as atividades dos Gestores de Projeto.

Prover visibilidade sobre o desempenho dos projetos, com o monitoramento central de escopo, prazos e custos dos projetos sob sua responsabilidade.

Acompanhar e controlar as principais pendências e riscos dos projetos, apoiando a identificação e equacionamento, com gerenciamento centralizado de oportunidades e riscos.

Centralizar e gerenciar as informações e documentações compartilhadas, bem como promover a manutenção da base de conhecimento com o registro de lições aprendidas.

Coordenar a elaboração, atualização e monitoramento dos planos Plurianual (PPA) de Furnas e Plano Geral de Obras (PGO) de Furnas.

Coordenar e acompanhar o orçamento de investimento, no âmbito da Diretoria.

Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E)

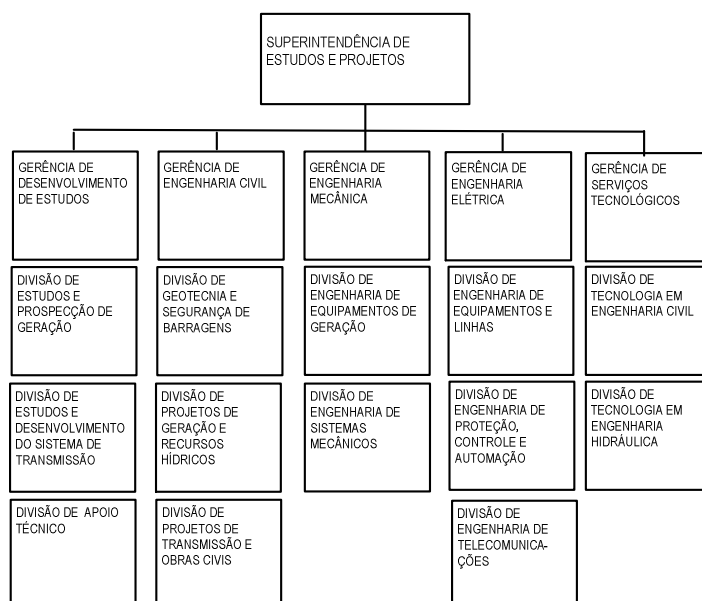
Promover a modernização dos critérios de projeto e especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de soluções tecnológicas para as mesmas.

Coordenar os acessos ao sistema de transmissão da Companhia, por agentes de geração e consumidores livres.

Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de Estudos e Projetos de Geração, Transmissão e Telecomunicações, para novos projetos e para intervenções autorizadas.

Coordenar e executar a elaboração dos estudos técnicos, investigação e viabilização técnica e econômica de empreendimentos de transmissão e geração.

Liderar os macroprocessos de Estudos e Projetos de Geração e de Transmissão.



Gerência de Desenvolvimento de Estudos (GDE.E)

Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de engenharia de planejamento da expansão e apoio técnico aos Estudos e Projetos de empreendimentos de Geração e Transmissão.

Avaliar o impacto da expansão do sistema de geração e transmissão nas instalações de Furnas e coordenar os acessos ao sistema de transmissão da Companhia, por agentes de geração e consumidores livres.

Divisão de Estudos e Prospecção de Geração (DEPG.E)

Elaborar estudos energético-econômicos pertinentes a empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas e estudos técnicos relativos à expansão de médio e longo prazo do sistema gerador de energia elétrica da Empresa

Divisão de Estudos e Desenvolvimento do Sistema de Transmissão (DEDT.E)

Participar dos grupos de estudos de expansão das regiões Sudeste e Centro-Oeste, além das expansões estruturais das interligações e conexão de grandes usinas.

Avaliar o impacto da expansão do sistema de geração e transmissão nas instalações de Furnas, analisando possíveis superações nas capacidades elétricas dos equipamentos.

Preparar as especificações das características elétricas dos equipamentos dos reforços na transmissão, bem como para substituição dos equipamentos indicados pela Operação por obsolescência ou sinistro.

Divisão de Apoio Técnico (DDAT.E)

Gerir e manter as informações e o acervo de natureza técnica dos empreendimentos para apoiar as atividades de engenharia de interesse da Companhia.

Gerir e manter informações baseadas nos sistemas de suporte técnico às atividades de engenharia para o GIS Furnas, RINDAT e CADTEC e EPFM.

Gerência de Engenharia Civil (GEC.E)

Promover a modernização dos critérios de projeto e especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de soluções tecnológicas de engenharia civil.

Coordenar, no âmbito da Superintendência, as atividades de engenharia de empreendimentos de geração hidráulica, inclusive PCH.

Divisão de Geotecnia e Segurança de Barragens (DGSB.E)

Desenvolver e acompanhar a elaboração de projetos de empreendimentos de Geração e Transmissão, englobando riscos geológico-geotécnicos e otimização de projetos.

Executar serviços de segurança de barragens para avaliação do desempenho das estruturas de empreendimentos de geração, com base no monitoramento e inspeções.

Divisão de Projetos de Geração e Recursos Hídricos (DPRH.E)

Realizar o desenvolvimento e acompanhamento de estudos técnicos de empreendimentos de Geração, incorporando análise de riscos hidrológicos e otimização de projetos.

Preparar documentação técnica para participação em leilões de Geração.

Divisão de Projetos de Transmissão e Obras Civis (DPTO.E)

Realizar e acompanhar o desenvolvimento de projetos de Geração e Transmissão, incluindo, para as atividades inerentes à transmissão, aquisição e orçamentação.

Preparar documentação técnica para participação em leilões de Geração e apoiar a preparação de documentação técnica para leilões de Transmissão.

Gerência de Engenharia Mecânica (GEM.E)

Coordenar a elaboração do orçamento para participação dos leilões de fontes alternativas, bem como participar da seleção de equipamentos para os empreendimentos.

Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de engenharia mecânica visando atender aos Estudos e Projetos de Geração, Transmissão e Telecomunicações, para novos projetos e para intervenções autorizadas do parque em operação.

Divisão de Engenharia de Equipamentos de Geração (DEGR.E)

Elaborar e analisar os Projetos de Viabilidade, Básico e Executivo relativos a atividades relacionadas aos equipamentos de geração para implantação de empreendimentos.

Elaborar estudos, projetos e especificações técnicas de equipamentos, sistemas e materiais relativos à sua área de competência.

Divisão de Engenharia de Sistemas Mecânicos (DESM.E)

Elaborar e analisar os Projetos de Viabilidade, Básico e Executivo relativos a atividades relacionadas aos sistemas mecânicos para implantação de empreendimentos.

Elaborar estudos, projetos e especificações técnicas de equipamentos, sistemas e materiais relativos a sua área de competência.

Gerência de Engenharia Elétrica (GEE.E)

Promover a modernização dos critérios de projeto e especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de soluções tecnológicas de engenharia elétrica.

Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de engenharia elétrica e de telecomunicações.

Divisão de Engenharia de Equipamentos e Linhas (DEEL.E)

Elaborar e analisar estudos, projetos (básicos, fabricantes e executivos) e especificações técnicas relativos a equipamentos, subestações, linhas de transmissão e usinas.

Implementar as atividades técnicas de estudo e engenharia relacionadas aos acessantes e conectantes do sistema da Companhia.

Divisão de Engenharia de Proteção, Controle e Automação (DPCA.E)

Elaborar e analisar estudos, projetos (básicos, fabricantes e executivos) e especificações técnicas relativos aos equipamentos e sistemas de subestações e usinas.

Elaborar análise e parecer sobre projetos de transmissão, bem como elaborar orçamentos, premissas técnicas e propostas técnicas para participação em leilões ou parcerias.

Divisão de Engenharia de Telecomunicações (DETC.E)

Elaborar o planejamento dos sistemas de telecomunicações da empresa e conduzir tecnicamente a legalização dos sistemas de telecomunicações junto à Anatel.

Elaborar e analisar estudos, projetos (básicos, fabricantes e executivos) e especificações técnicas relativas aos equipamentos e sistemas de Telecomunicações.

Gerência de Serviços Tecnológicos (GST.E)

Apoiar a viabilização e implantação de novos negócios por intermédio de serviços tecnológicos, avaliações técnicas e estudos próprios de campo e laboratório além da análise de estudos realizados por terceiros.

Desenvolver projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+I) com foco no estabelecimento de novos parâmetros de engenharia e novos domínios tecnológicos.

Divisão de Tecnologia em Engenharia Civil (DTEC.E)

Realizar avaliações técnicas e estudos próprios de campo e laboratório, além da análise de estudos realizados por terceiros em sua área de competência.

Realizar estudos, análises e pesquisas de campo e laboratório para avaliar os parâmetros e premissas de engenharia visando otimização de resultados e minimização de riscos dos empreendimentos.

Divisão de Tecnologia em Engenharia Hidráulica (DTEH.E)

Realizar estudos hidráulicos em modelo reduzido e prestação de serviços de apoio tecnológico referentes à área de hidráulica experimental.

Desenvolver pesquisas e projetos de capacitação tecnológica, nas áreas de Hidráulica e Hidráulica Experimental.

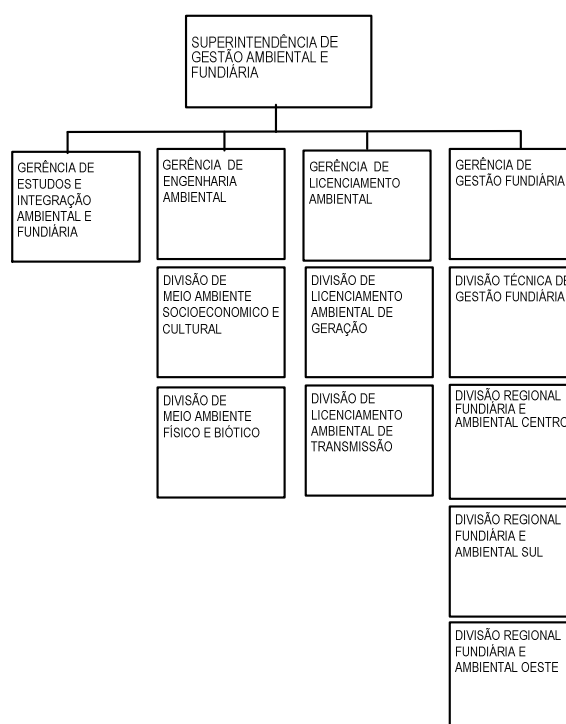
Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)

Coordenar a formulação de diretrizes e políticas para compatibilizar as atividades de gestão ambiental e fundiária, com as exigências legais e com as diretrizes da Companhia, para empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar a liberação fundiária para implantação de empreendimentos de geração e transmissão. Coordenar o licenciamento e os estudos ambientais dos empreendimentos em implantação e em operação, conforme demandas da Companhia.

Coordenar a participação nos estudos ambientais e fundiários para viabilização de novos negócios de geração e transmissão, conforme demandas da Companhia.

Liderar o macroprocesso de Meio Ambiente e Gestão Fundiária.



Gerência de Estudos e Integração Ambiental e Fundiária (GEF.E)

Coordenar a elaboração de procedimentos, estudos e projetos, incluindo inventário de emissões de gases de efeito estufa, a composição de indicadores ambientais e a participação em grupos de trabalho relativos às atividades ambientais e fundiárias.

Coordenar e consolidar as informações relativas ao licenciamento e à avaliação ambiental e fundiária de novos empreendimentos visando à participação em novos negócios de transmissão e geração.

Gerência de Engenharia Ambiental (GEA.E)

Gerenciar a elaboração de estudos, avaliações e projetos ambientais dos empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar a implantação dos programas relativos à área de engenharia ambiental, dos empreendimentos de geração e transmissão.

Divisão de Meio Ambiente Socioeconômico e Cultural (DASC.E)

Realizar estudos, avaliações e projetos ambientais de meios socioeconômico e cultural dos empreendimentos de geração e transmissão.

Realizar a implantação dos programas relativos à área de engenharia ambiental dos meios socioeconômico e cultural, dos empreendimentos de geração e transmissão.

Divisão de Meio Ambiente Físico e Biótico (DAFB.E)

Realizar estudos, avaliações e projetos ambientais de meios físico e biótico dos empreendimentos de geração e transmissão.

Realizar a implantação dos programas relativos à área de engenharia ambiental dos meios físico e biótico, dos empreendimentos de geração e transmissão.

Gerência de Licenciamento Ambiental (GLA.E)

Gerenciar o processo de Licenciamento Ambiental, visando a obtenção das licenças e demais autorizações e anuências de órgãos envolvidos para implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar o atendimento das licenças ambientais, autorizações, anuências e exigências emanadas de outros órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental.

Divisão de Licenciamento Ambiental de Geração (DLAG.E)

Consolidar e controlar as informações para o atendimento das licenças ambientais, autorizações, anuências e exigências emanadas de outros órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental para empreendimentos de geração.

Realizar o processo de Licenciamento Ambiental, visando a obtenção das licenças e demais autorizações e anuências de órgãos envolvidos para implantação e operação de empreendimentos de geração.

Divisão de Licenciamento Ambiental de Transmissão (DLAT.E)

Consolidar e controlar as informações para o atendimento das licenças ambientais, autorizações, anuências e exigências emanadas de outros órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental para empreendimentos de transmissão.

Realizar o processo de Licenciamento Ambiental, visando a obtenção das licenças e demais autorizações e anuências de órgãos envolvidos para implantação e operação de empreendimentos de transmissão.

Gerência de Gestão Fundiária (GGF.E)

Coordenar as atividades de compra e desapropriação de terras, propriedades, servidões de passagem e direitos fundiários para empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar avaliações e estudos fundiários dos empreendimentos de geração e transmissão.

Divisão Técnica de Gestão Fundiária (DTGF.E)

Estabelecer procedimentos e analisar laudos e pareceres referentes ao processo de avaliação e liberação fundiária para os empreendimentos de geração e transmissão..

Organizar e atualizar as informações referentes à aquisição de áreas e constituição de servidão, promovendo a abertura de processos e o arquivamento da documentação.

Divisão Regional Fundiária e Ambiental Centro (DFAC.E)

Realizar vistorias técnicas, tratativas com órgão regionais e apoio para as atividades regionais ambientais e fundiárias sob responsabilidade das áreas da Superintendência.

Avaliar os imóveis e emitir pareceres relativos a laudos, executar os estudos fundiários e dominiais necessários aos empreendimentos de geração e transmissão na região Centro.

Divisão Regional Fundiária e Ambiental Sul (DFAS.E)

Realizar vistorias técnicas, tratativas com órgão regionais e apoio para as atividades regionais ambientais e fundiárias sob responsabilidade das áreas da Superintendência.

Avaliar os imóveis e emitir pareceres relativos a laudos, executar os estudos fundiários e dominiais necessários aos empreendimentos de geração e transmissão na região Sul.

Divisão Regional Fundiária e Ambiental Oeste (DFAO.E)

Realizar vistorias técnicas, tratativas com órgão regionais e apoio para as atividades regionais ambientais e fundiárias sob responsabilidade das áreas da Superintendência.

Avaliar os imóveis e emitir pareceres relativos a laudos, executar os estudos sócio fundiários e dominiais necessários aos empreendimentos de geração e transmissão na região Oeste.

Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SI.E)

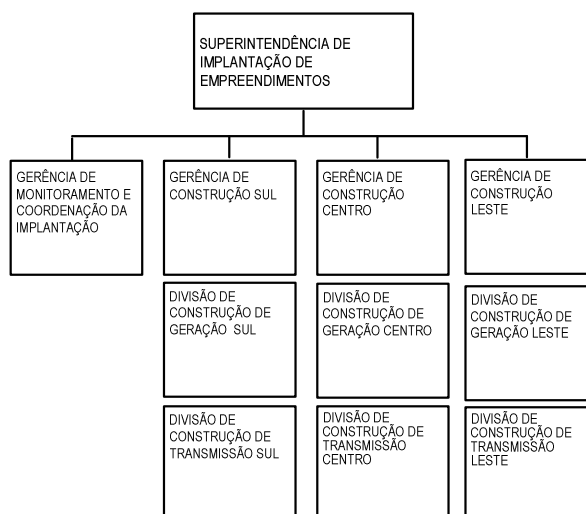
Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com receita autorizada pelo regulador.

Comissionar os empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, bem como sua transferência para a responsabilidade da Operação de Furnas.

Acompanhar e controlar os resultados de escopo, custo, prazo e qualidade relativos à implantação dos empreendimentos e intervenções autorizadas.

Participar nos estudos de viabilização de novos negócios, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Liderar os macroprocessos de Implantação de Empreendimentos de Geração e de Transmissão.



Gerência de Monitoramento e Coordenação da Implantação (GMC.E)

Monitorar os empreendimentos de Geração e Transmissão sob responsabilidade da Superintendência.

Coordenar a previsão e monitorar a realização dos orçamentos de investimento e estrutural da Superintendência de Implantação (SIE).

Participar nos estudos de viabilização de novos negócios.

Estruturar e manter atualizado um banco de dados com informações relativas aos índices de produtividade, de preços de insumos e equipamentos, sistemas, materiais e serviços.

Gerência de Construção Sul (GCS.E)

Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com Receita autorizada pelo regulador na área Sul.

Acompanhar o comissionamento dos empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, na área Sul.

Consolidar as informações e medição dos resultados do empreendimento (custo, prazo e qualidade) na área Sul.

Divisão de Construção de Geração Sul (DCGS.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes à implantação de empreendimentos de Geração na área Sul.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Geração e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Geração com vistas a sua transferência para o ente operador na área Sul.

Divisão de Construção de Transmissão Sul (DCTS.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes a implantação de empreendimentos de Transmissão na área Sul.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Transmissão e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Transmissão com vistas a sua transferência para o ente operador na área Sul.

Gerência de Construção Centro (GCC.E)

Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com Receita autorizada pelo regulador na área Centro.

Acompanhar o comissionamento dos empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, na área Centro.

Consolidar as informações e medição dos resultados do empreendimento (custo, prazo e qualidade) na área Centro.

Divisão de Construção de Geração Centro (DCGC.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes a implantação de empreendimentos de Geração na área Centro.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Geração e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Geração com vistas à sua transferência para o ente operador na área Centro.

Divisão de Construção de Transmissão Centro (DCTC.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes a implantação de empreendimentos de Transmissão na área Centro.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Transmissão e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Transmissão com vistas à sua transferência para o ente operador na área Centro.

Gerência de Construção Leste (GCL.E)

Planejar e coordenar a execução das obras enquanto estas envolverem atividades com Receita autorizada pelo regulador na área Leste.

Acompanhar o comissionamento dos empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, na área Leste.

Consolidar as informações e medição dos resultados do empreendimento (custo, prazo e qualidade) na área Leste.

Divisão de Construção de Geração Leste (DCGL.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes à implantação de empreendimentos de Geração na área Leste.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Geração e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Geração com vistas a sua transferência para o ente operador na área Leste.

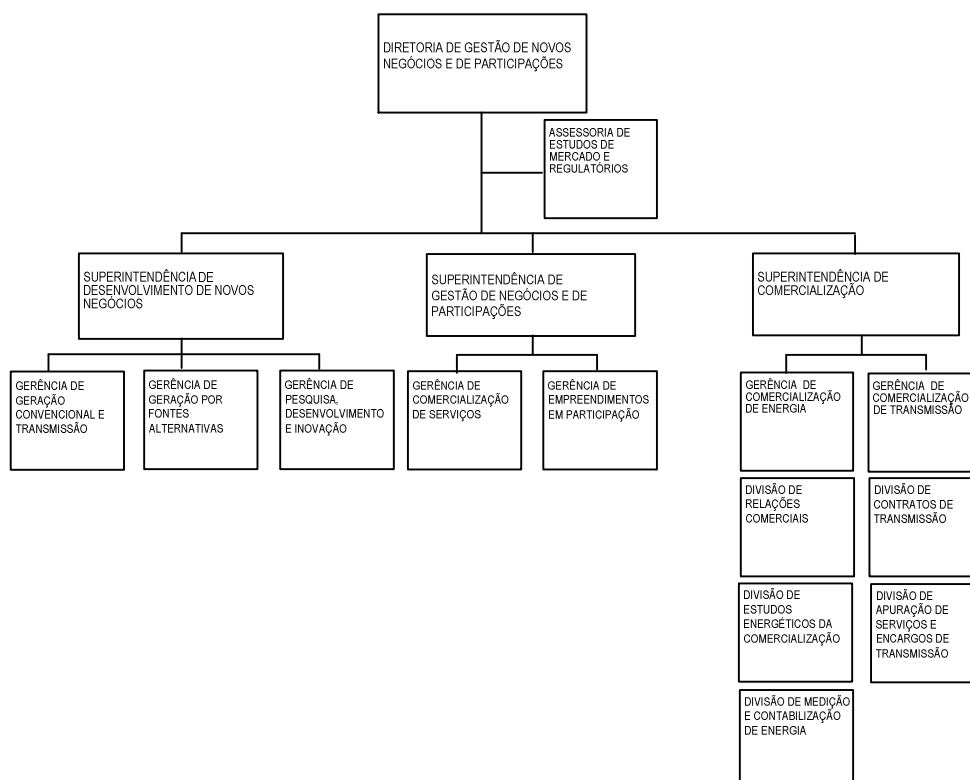
Divisão de Construção de Transmissão Leste (DCTL.E)

Identificar e equacionar as interfaces de escopo e prazo relativas ao planejamento do empreendimento, identificando e minimizando os riscos técnicos inerentes a implantação de empreendimentos de Transmissão na área Leste.

Fiscalizar a implantação dos empreendimentos de Transmissão e efetuar o controle de quantidades executadas para fins de liberação de medições e faturamento.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos de Transmissão com vistas à sua transferência para o ente operador na área Leste.

Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações (DN)



Assessoria de Estudos de Mercado e Regulatórios (AER.N)

Acompanhar e analisar as diretrizes e a regulamentação do Setor Elétrico e do mercado de gás e demais combustíveis, no que diz respeito ao Setor Elétrico.

Acompanhar e analisar a evolução da legislação e regulamentação dos tributos e encargos incidentes nos segmentos do Setor Elétrico, identificando e divulgando as alterações.

Coordenar as análises, a serem realizadas em articulação com os demais órgãos, dos impactos de novas políticas e atos legais propostos ou emitidos pelos órgãos competentes.

Coordenar as análises do marco regulatório do Setor Elétrico de países com os quais Furnas venha a ter relações comerciais.

Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)

Acompanhar e analisar o desempenho dos projetos de P&D e Inovação, cobrando dos responsáveis os eventuais desvios.

Prospectar e avaliar novos negócios em Geração, Transmissão, Telecomunicações e Fontes Alternativas, em conformidade com o Plano Estratégico.

Coordenar as negociações com entidades e empresas, nacionais e estrangeiras, e elaborar acordos de cooperação de caráter abrangente, que prevejam a participação de Furnas.

Coordenar, visando a participação em leilões de energia e transmissão, o processo de análise e habilitação técnica de novos empreendimentos.

Liderar o macroprocesso de Desenvolvimento de Novos Negócios.

Gerência de Geração Convencional e Transmissão (GGT.N)

Analisar as novas oportunidades de negócios de geração e transmissão de energia elétrica e de telecomunicações em conformidade com o Plano Estratégico da empresa.

Coordenar a elaboração de PNs dos novos empreendimentos de geração, transmissão e de telecomunicações, bem como dos reforços e melhorias de autorizações.

Gerência de Geração por Fontes Alternativas (GFA.N)

Analisar as novas oportunidades de negócios referentes a fontes alternativas, no mercado nacional e internacional, em conformidade com o Plano Estratégico.

Coordenar a estruturação e a elaboração de Planos de Negócios dos novos empreendimentos de fontes alternativas.

Gerência de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (GIT.N)

Acompanhar e analisar o desempenho dos projetos de P&D e Inovação, cobrando dos responsáveis os eventuais desvios.

Elaborar o planejamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P&D+I, em conformidade com o Plano Estratégico da empresa.

Liderar o macroprocesso de P&D e Serviços Tecnológicos.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

Elaborar e propor políticas corporativas referentes à participação de Furnas em SPE, de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Estabelecer procedimentos de governança para SPE, visando subsidiar a atuação de Conselheiros e Diretores.

Comercializar serviços relacionados à Geração e Transmissão de energia elétrica e de Telecomunicações.

Liderar o macroprocesso de Gestão de Participações.

Gerência de Comercialização de Serviços (GSE.N)

Comercializar serviços relacionados à geração e transmissão de energia elétrica e de telecomunicações.

Prospectar novos serviços utilizando os fatores competitivos e distintivos da empresa.

Gerência de Empreendimentos em Participação (GEP.N)

Elaborar e propor políticas corporativas referentes à participação de Furnas em SPE, de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Estabelecer procedimentos de governança para SPE visando subsidiar a atuação de Conselheiros e Diretores.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

Elaborar políticas corporativas a respeito das atividades de Comercialização de Energia e de Transmissão.

Elaborar estratégias de negociação para Comercialização de Energia e de Transmissão.

Elaborar estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização da produção energética.

Coordenar, em articulação com outros órgãos envolvidos, a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.

Liderar o macroprocesso de Comercialização de Energia e Transmissão.

Gerência de Comercialização de Energia (GCE.N)

Elaborar políticas corporativas a respeito das atividades de comercialização de energia.

Propor as estratégias comerciais, associadas ao parque existente e aos novos negócios de geração nos Ambientes de Comercialização Livre e Regulado.

Divisão de Relações Comerciais (DDRC.N)

Elaborar estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica para a avaliação das estratégias de comercialização.

Executar estudos de avaliação e gerenciamento dos associados da comercialização de energia, visando o impacto nas previsões de faturamento.

Divisão de Estudos Energéticos da Comercialização (DEEC.N)

Estudar metodologias e modelagens de geração de séries hidrológicas a serem utilizados nos modelos de formação de preços.

Realizar simulação de preços do mercado de curto prazo e simulações de médio/longo prazos do mercado de energia considerando cenários de demanda e expansão.

Divisão de Medição e Contabilização de Energia (DMCE.N)

Acompanhar a execução dos compromissos de comercialização de energia elétrica entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.

Administrar os Contratos de Compra e Venda de Energia nos Ambientes Livre e Regulado, através de registro e manutenção destes junto a CCEE.

Gerência de Comercialização de Transmissão (GCT.N)

Elaborar políticas corporativas a respeito das atividades de comercialização da transmissão.

Coordenar os processos de comercialização da transmissão e as atividades relacionadas à elaboração dos respectivos contratos.

Divisão de Contratos de Transmissão (DVCT.N)

Elaborar análises que visem a definição de estratégias de negociação, relativas à comercialização do segmento de transmissão.

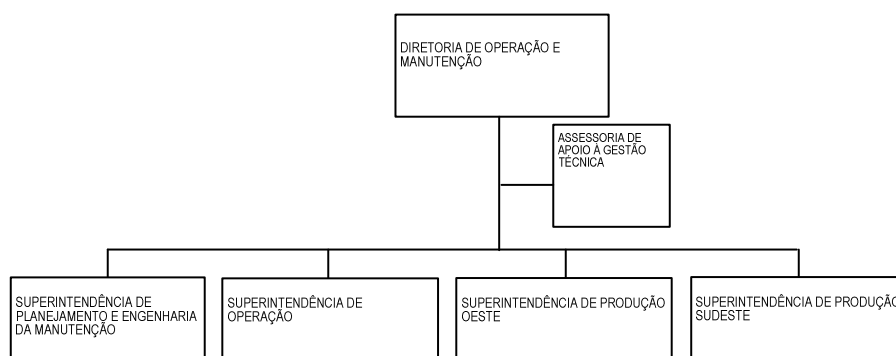
Coordenar as atividades e documentação necessárias para a celebração e gestão de contratos de transmissão.

Divisão de Apuração de Serviços e Encargos de Transmissão (DASE.N)

Emitir os documentos de faturamento dos contratos de transmissão e acompanhar e validar a apuração dos serviços e encargos de transmissão.

Validar a receita e encargos de transmissão, quanto aos Relatórios de Apuração Mensal de Serviços e Encargos de Transmissão e de Parcela Variável emitidos pelo ONS.

Diretoria de Operação e Manutenção (DO)



Assessoria de Apoio à Gestão Técnica (AAG.O)

Promover e coordenar as atividades de planejamento da DO, buscando objetivos compatíveis com a política e diretrizes de planejamento empresarial estabelecidas pela Companhia.

Coordenar a elaboração, consolidar e acompanhar a execução dos Orçamentos Estrutural e de Investimento da Diretoria, prestando apoio, quando necessário, aos órgãos da DO.

Monitorar a regularização das não-conformidades técnicas identificadas na fiscalização de órgãos regulamentadores.

Acompanhar os processos de fiscalização da Aneel associados à operação e manutenção das instalações do sistema elétrico de Furnas.

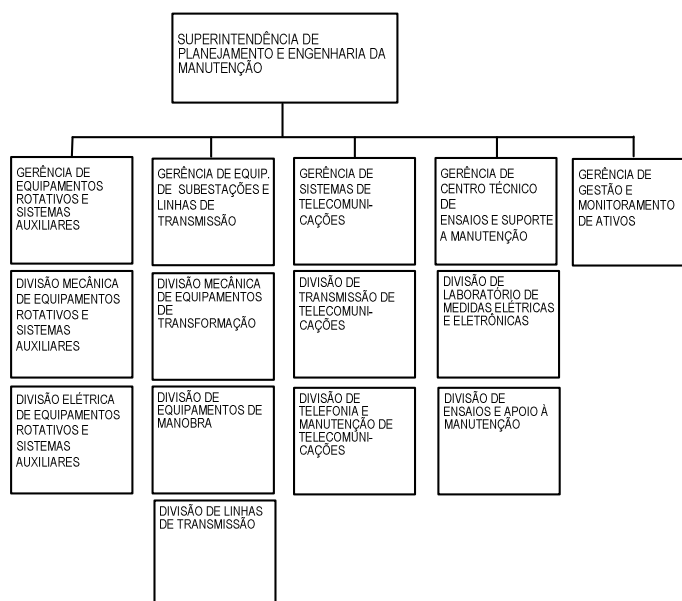
Superintendência de Planejamento e Engenharia da Manutenção (EM.O)

Definir políticas de gestão de ativos, planejamento e otimização de custos de geração e Investimento.

Planejar, coordenar e executar obras que não envolverem atividades com receita autorizada pelo regulador.

Planejar, coordenar e executar as atividades de engenharia de manutenção dos equipamentos de geração, de transmissão, de telecomunicações.

Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, quando necessário, a solução dos problemas de manutenção dos equipamentos em operação nas diferentes áreas.



Gerência de Equipamentos Rotativos e Sistemas Auxiliares (GER.O)

Planejar, coordenar e executar obras que não envolvam atividades com receita autorizada pelo regulador.

Determinar, para os equipamentos em operação e fora do processo de modernização, em relação a sistemas analógicos e digitais de monitoramento.

Divisão de Mecânica de Equipamentos Rotativos e Sistemas Auxiliares (DMCR.O)

Prestar serviços de inspeção, ensaios e testes eletromecânicos especiais recomendando ou executando as correções pertinentes.

Acompanhar a execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como os serviços de recuperação de maior vulto.

Divisão de Elétrica de Equipamentos Rotativos e Sistemas Auxiliares (DEER.O)

Prestar serviços de inspeção, ensaios e testes eletromecânicos especiais recomendando ou executando as correções pertinentes.

Acompanhar a execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como os serviços de recuperação de maior vulto.

Gerência de Equipamentos de Subestações e Linhas de Transmissão (GSL.O)

Pesquisar e estabelecer, em articulação com as Gerências de Produção, as modificações nas condições-limite de operação dos equipamentos.

Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, a solução dos problemas com os equipamentos e com as linhas de transmissão que estejam em operação.

Divisão de Equipamentos de Transformação – DETF.O

Executar as atividades próprias de manutenção de equipamentos de transformação, tais como transformadores, reatores, para-raios e transformadores de corrente.

Prestar serviços de inspeção, ensaios e testes especiais à outros órgãos da Companhia e à entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes.

Divisão de Equipamentos de Manobra (DEMA.O)

Realizar ensaios, inspeções e testes especiais, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas.

Prestar serviços de inspeção, ensaios e testes especiais à outros órgãos da Companhia e à entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes.

Divisão de Linhas de Transmissão (DLTR.O)

Executar as atividades próprias de manutenção de linhas de transmissão e de seu aterramento.

Realizar ensaios, inspeções e testes especiais, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas.

Gerência de Sistemas de Telecomunicação (GTC.O)

Estabelecer, em articulação com a Gerência de Operação e as de Produção, a metodologia e a periodicidade de manutenção dos equipamentos de telecomunicações.

Desenvolver, testar e implantar os sistemas, de atuação em tempo real, dos terminais remotos e sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados.

Divisão de Transmissão de Telecomunicação (DTTC.O)

Acompanhar a execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como os serviços de recuperação de maior vulto.

Realizar ensaios e testes eletroeletrônicos especiais nos equipamentos sob sua responsabilidade, recomendando as providências para correção das falhas encontradas.

Divisão de Telefonia e Manutenção de Telecomunicação (DTMT.O)

Executar a manutenção dos equipamentos de telecomunicações, de telefonia, eletroeletrônicos e dos sistemas auxiliares de telecomunicações.

Participar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos de telecomunicações instalados no Centro de Operação do Sistema.

Gerência de Centro Técnico de Ensaio e Suporte a Manutenção (GES.O)

Promover a execução de estudos, desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, ensaios, processos e sistemas que visem melhorar o desempenho dos equipamentos.

Desenvolver produtos e processos digitais e computacionais de monitoração e aquisição de informações para os bancos de dados, inerentes às técnicas preditivas de manutenção.

Divisão de Laboratório de Medidas Elétricas e Eletrônicas (LAME.O)

Calibrar os padrões de referência, trabalho e serviço, referentes às medidas elétricas, de temperatura e de tempo/frequência da Companhia.

Calibrar e recertificar os padrões primários de medidas elétricas, de temperatura e de tempo/frequência junto aos órgãos oficiais.

Divisão de Ensaios e Apoio à Manutenção (DEAM.O)

Confeccionar peças, componentes ou sobressalentes completos, visando suprir as necessidades das áreas de produção.

Realizar serviços de recuperação em equipamentos, dispositivos especiais e componentes não ofertados pelo mercado.

Gerência de Gestão e Monitoramento de Ativos (GGA.O)

Definir políticas de gestão de ativos, planejamento e otimização de custos de geração e investimento.

Supervisionar e executar manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de carregamento de equipamentos previstos.

Superintendência de Operação (SO.O)

Elaborar diretrizes para a operação eletroenergética e otimização eletroenergética visando o desempenho ótimo do sistema.

Coordenar e controlar a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas.

Estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços em instalações em operação.

Promover estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema.



Gerência de Estudos Eletroenergéticos e Planejamento Elétrico da Operação (GEO.O)

Realizar estudos elétricos e programação energética, visando manter a integridade e a confiabilidade, tendo como base a operação integrada do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, nos sistemas de controle e nos sistemas de proteção e dos esquemas de controle de emergência.

Divisão de Estudos Elétricos da Operação (DEEO.O)

Estudar o fluxo de potência, de transitórios eletromecânicos, de estabilidade, de rejeição de carga e de energização de equipamentos, em condições normais e de emergência.

Analisar as perturbações no sistema elétrico, propondo medidas que visem melhorar o desempenho deste.

Divisão de Programação Energética e Hidrometeorologia (DPHM.O)

Elaborar previsões de vazões afluentes e precipitações pluviométricas, relativas aos locais de interesse do planejamento e supervisão da operação energética.

Supervisionar o sistema de monitoração da situação hidrológica e emissão de boletins e alertas para as áreas envolvidas.

Gerência de Proteção e Automação (GPA.O)

Solicitar e acompanhar, junto aos órgãos responsáveis da DO, a execução de testes em equipamentos, participando da definição dos testes e da análise dos resultados.

Realizar estudos e determinar os ajustes da proteção dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos do sistema em operação.

Divisão de Automação, Supervisão e Controle (DACS.O)

Solicitar e acompanhar, junto aos órgãos responsáveis da DO, a execução de testes em equipamentos, participando da definição dos testes e da análise dos resultados.

Participar no desenvolvimento de protótipos, bem como no estudo e análise das necessidades próprias de supervisão de usinas e subestações em operação.

Divisão de Análise da Proteção (DAPR.O)

Analisar as perturbações verificadas no Sistema Elétrico, avaliando o desempenho da proteção e propondo medidas para corrigir as falhas encontradas.

Realizar estudos e determinar os ajustes da proteção dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos do sistema em operação.

Gerência de Operação do Sistema (GOP.O)

Coordenar, supervisionar e controlar a operação do Sistema Elétrico de Furnas não integrado à rede de operação do ONS, bem como do Sistema de Telecomunicações de Furnas.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico de Furnas, integrado à rede de operação do ONS.

Divisão de Centro de Operação do Sistema (CTOS.O)

Supervisionar, controlar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia não integrado à rede de operação do ONS.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, integrado à rede de operação do ONS.

Divisão de Centro de Operação Rio (CTRR.O)

Supervisionar, controlar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional RJ, não integrado à rede de operação do ONS.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional RJ, integrado à rede de operação do ONS.

Divisão de Centro de Operação São Paulo (CTRS.O)

Supervisionar, controlar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional SP, não integrado à rede de operação do ONS.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional SP, integrado à rede de operação do ONS.

Divisão de Centro de Operação Goiás (CTRG.O)

Supervisionar, controlar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional GO, não integrado à rede de operação do ONS.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional GO, integrado à rede de operação do ONS.

Divisão de Centro de Operação Minas (CTRM.O)

Supervisionar, controlar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional MG, não integrado à rede de operação do ONS.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico da Companhia, na Regional MG, integrado à rede de operação do ONS.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

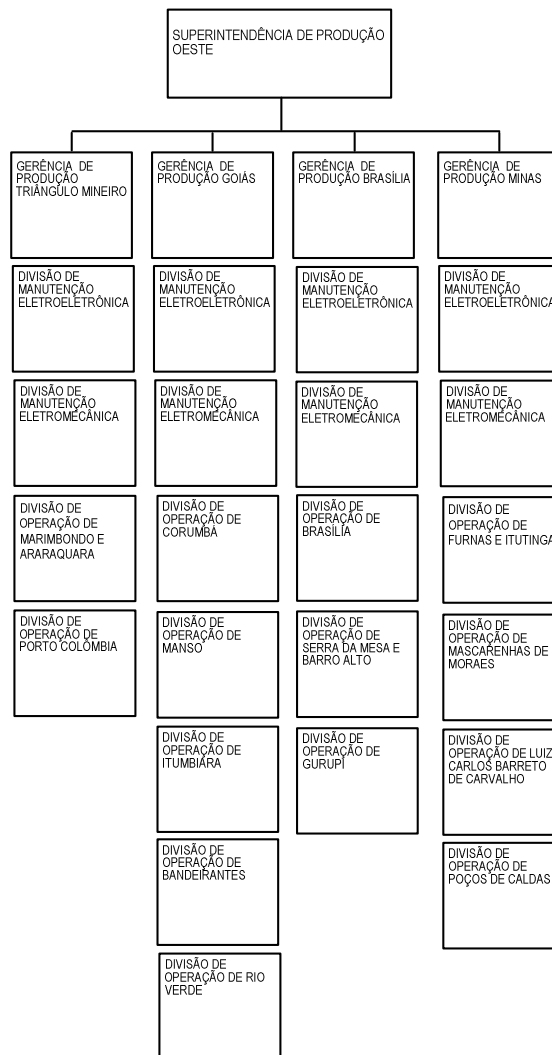
Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.

Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Geração.



Gerência de Produção Triângulo Mineiro (GRT.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Triângulo Mineiro.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLT.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Triângulo Mineiro.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMET.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Triângulo Mineiro.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Marimondo e Araraquara (DOMR.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Marimondo e na Subestação de Araraquara.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação Porto Colômbia (DOPL.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Porto Colômbia.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Goiás (GRG.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Goiás.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLG.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Goiás.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEG.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Goiás.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Corumbá (DOCB.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Corumbá.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Manso (DOMS.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Manso.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Itumbiara (DOIT.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Itumbiara.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Bandeirantes (DOBD.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Bandeirantes.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Rio Verde (DORV.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Rio Verde.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Brasília (GRB.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Brasília.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLB.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Brasília.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEB.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Brasília.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Brasília (DOBR.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Brasília Geral, na Subestação de Brasília Sul e na Subestação de Samambaia.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Serra da Mesa e Barro Alto (DOSM.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Serra da Mesa e na Subestação de Barro Alto.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Gurupi (DOGU.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Gurupi.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Minas (GRM.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Minas.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLM.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Minas.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEM.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Minas.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Furnas e Itutinga (DOFU.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Furnas e na Subestação de Itutinga.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Mascarenhas de Moraes (DOMM.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Mascarenhas.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação Luiz Carlos Barreto de Carvalho (DOLB.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Luiz Carlos Barreto.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Poços de Caldas (DOPD.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação Poços de Caldas.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

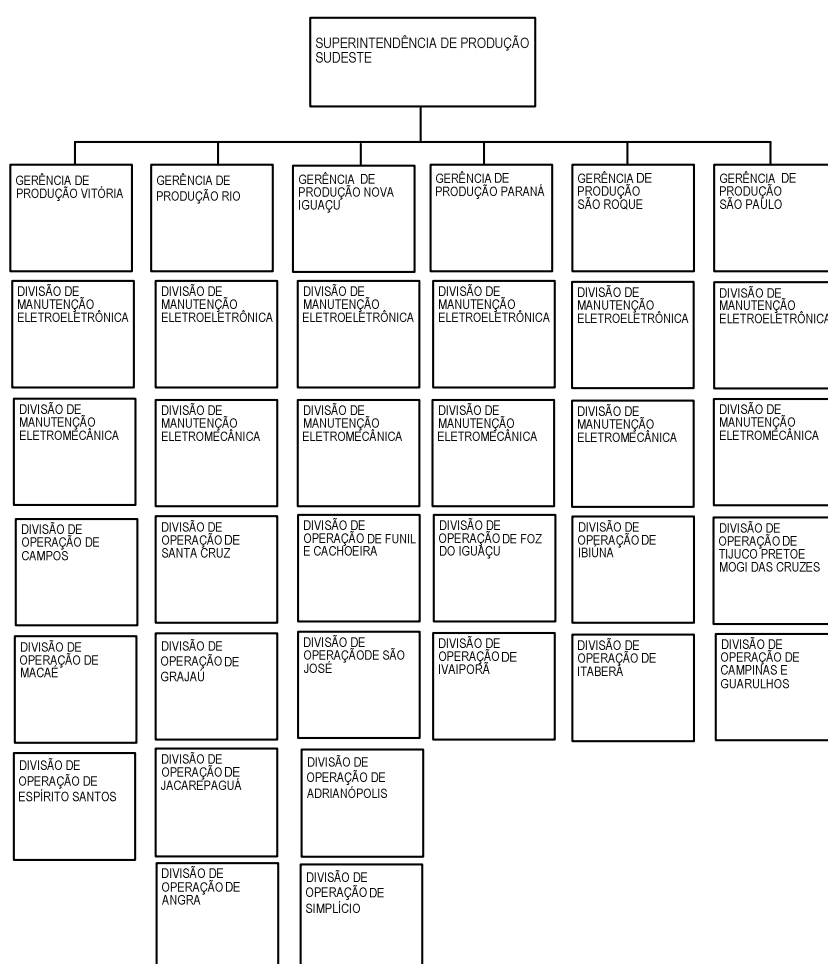
Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas de transmissão, subestações e sistemas de telecomunicações.

Zelar pela conservação dos ativos e pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Liderar os macroprocessos de Operação e Manutenção da Transmissão.



Gerência de Produção Vitória (GRV.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Vitória.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLV.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Vitória.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEV.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Vitória.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Campos (DOCP.O)

Supervisar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Campos.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Macaé (DOMC.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Macaé.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Espírito Santo (DOES.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Vitória e na Subestação de Viana.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Rio (GRR.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Rio.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLR.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Rio.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMER.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Rio.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Santa Cruz (DOSC.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Santa Cruz.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Grajaú (DOGR.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Grajaú.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Jacarepaguá (DOJP.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Jacarepaguá.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Angra (DOAN.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Angra.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Nova Iguaçu (GRN.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Nova Iguaçu.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLN.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Nova Iguaçu.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEN.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Nova Iguaçu.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Funil e Cachoeira (DOFC.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Funil e na Subestação de Cachoeira Paulista.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de São José (DOSJ.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de São José e na Subestação de São Gonçalo.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Adrianópolis (DOAD.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Adrianópolis.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Simplício (DOSP.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Simplício.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção Paraná (GRP.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de Paraná.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLP.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de Paraná.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEP.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de Paraná.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Foz do Iguaçu (DOFI.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Foz do Iguaçu.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Ivaiporã (DOIV.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Usina de Ivaiporã.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção São Roque (GRQ.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de São Roque.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLQ.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de São Roque.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEQ.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de São Roque.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Ibiúna (DOIN.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Ibiúna.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Itaberá (DOIA.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação Subestação de Itaberá.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Gerência de Produção São Paulo (GRL.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações na região de São Paulo.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos.

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLS.O)

Programar e executar a manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole na região de São Paulo.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMES.O)

Programar e executar a manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos eletromecânicos na região de São Paulo.

Realizar ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Operação de Tijuco Preto e Mogi das Cruzes (DOTM.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação na Subestação de Tijuco Preto e na Subestação de Mogi das Cruzes.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

Divisão de Operação de Campinas e Guarulhos (DOCG.O)

Supervisionar a execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação Subestação de Campinas e na Subestação de Guarulhos.

Acompanhar os serviços executados, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A seguir, está descrito como esses macroprocessos foram conduzidos durante o exercício de 2013.

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Com 56 anos de história, Furnas está presente em 15 estados do Brasil e no Distrito Federal. A empresa tem como base de seus negócios as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Furnas tem participação, em parceria com empresa estatais e/ou privadas, em empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantir o aumento da oferta de energia elétrica no País. Esta participação, juntamente com as demais Empresas do Sistema Eletrobras, permitiu a obtenção de deságios consideráveis nos leilões promovidos pela Aneel, a partir de 2008, propiciando ganhos ao consumidor brasileiro.

Geração

Ocupando posição de destaque entre as maiores geradoras do País, Furnas opera e mantém 17 usinas hidrelétricas e 2 termelétricas convencionais, totalizando 12.827,5 MW de capacidade instalada, sendo 1.487,0 MW de propriedade compartilhada e 2.869,8 MW em parceria com empresas estatais e/ou privadas, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Em relação à UHE Santo Antônio, 16 das 50 unidades geradoras entraram em operação entre 2012 e 2013, agregando 1.128,2 MW ao parque gerador da empresa.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)
Hidrelétrica			
Propriedade Integral			
Itumbiara (GO/MG)	2.082,0	100,00	1.015,0
Marechal Mascarenhas de Moraes (MG)	476,0	100,00	295,0
Simplicio/Anta (RJ/MG)	333,7	100,00	191,3
Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013			
Marimbondo (SP/MG)	1.440,0	-	726,0
Furnas (MG)	1.216,0	-	598,0
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG)	1.050,0	-	495,0
Corumbá 1 (GO)	375,0	-	209,0
Porto Colômbia (MG/SP)	320,0	-	185,0
Funil (RJ)	216,0	-	121,0
Propriedade Compartilhada			
Serra da Mesa (GO)	1.275,0	48,46	671,0
Manso (MT)	212,0	70,00	92,0
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Peixe Angical (TO) – SPE Enerpeixe S.A.	452,0	40,00	271,0
Baguari (MG) – SPE Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	140,0	15,00	80,2
Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A.	82,0	49,00	38,5
Serra do Facão (GO) – SPE Serra do Facão Energia S.A.	212,6	49,50	182,4
Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A.	855,0	40,00	432,0
Santo Antônio (RO) – SPE Madeira Energia S.A.*	1.128,2	39,00	775,7
Térmica			
Propriedade Integral			
Santa Cruz (RJ)	932,0	100,00	733,0
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30,0	100,00	21,0

* Corresponde a capacidade instalada das 16 unidades geradoras que entraram em operação em 2012 e em 2013. A capacidade total da usina é de 3.568,8 MW.

Entrada em Operação da UHE Simplício

A conclusão das obras e o início de operação da UHE Simplício que, desde 2013, reforça o Sistema Interligado Nacional (SIN), só foram possíveis após incansáveis esforços entre a gestão de Furnas e as diversas esferas públicas envolvidas no processo para solucionar os impasses apresentados, permitindo que a empresa comesse a contabilizar as receitas previstas.

Com capacidade instalada de 305,7 MW, a UHE Simplício, construída por Furnas, no rio Paraíba do Sul, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, começou a gerar energia em junho de 2013 depois de três meses de testes de sincronização das três unidades geradoras, certificando-se que as funcionalidades, proteções e mecanismos automáticos das turbinas estavam em conformidade com os padrões do setor elétrico brasileiro. O enchimento do reservatório principal e do circuito hidráulico do empreendimento, um conjunto de canais, túneis e reservatórios que se estende por 30 km entre a barragem de Anta e a UHE Simplício, foi realizado durante 30 dias, entre os meses de fevereiro e março.

A Licença de Operação (LO) da UHE Simplício foi concedida pelo Ibama em fevereiro de 2012 e condicionava o enchimento do reservatório à manutenção de uma vazão mínima de 200 m³/s, no trecho de vazão reduzida do rio Paraíba do Sul, enquanto a rede de coleta e tratamento de esgoto, uma das condicionantes ambientais do empreendimento, não estivesse concluída. Entretanto, uma liminar concedida pela Justiça Federal aos Ministérios Públicos Federal e Estadual impediu o enchimento do reservatório.

Graças à celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Furnas e os Ministérios Públicos, em fevereiro de 2013, foi possível aproveitar a janela hidrológica e realizar o enchimento do reservatório. O acordo estabelece o compromisso de Furnas de completar as ligações domiciliares do sistema de esgoto até janeiro de 2014. O sistema, que beneficiará moradores de Sapucaia e Anta (RJ) e Sapucaia de Minas (MG), conta com três estações de tratamento de esgoto e aproximadamente 30 km de rede coletora.

Além do sistema de coleta e tratamento de esgoto, Furnas construiu e opera, desde 2010, um aterro sanitário em Sapucaia. O local recebeu os dejetos que se acumulavam durante anos, a céu aberto, na margem do rio Paraíba do Sul. A empresa vai reflorestar uma área de 1,2 mil hectares, extensão quatro vezes maior do que aquela cuja vegetação foi suprimida para a construção do complexo hidrelétrico.

O Aproveitamento Hidrelétrico de Simplício (AHE Simplício) permite ainda a instalação de dois pequenos geradores, de 14 MW cada, na barragem de Anta, distrito de Sapucaia (RJ), para aproveitamento da vazão sanitária obrigatória no leito original do rio Paraíba do Sul, no trecho do desvio do circuito hidráulico. A montagem das duas unidades geradoras está prevista para 2014, completando a capacidade instalada de 333,7 MW do complexo, energia suficiente para abastecer uma cidade de 800 mil habitantes.

O empreendimento contou com investimentos de R\$ 2,2 bilhões, por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O AHE Simplício significou desenvolvimento econômico para os municípios de Três Rios e Sapucaia, no Rio de Janeiro, e Além Paraíba e Chiador, em Minas Gerais. Os cofres municipais arrecadaram, desde 2007, mais de R\$ 33 milhões com o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No pico das obras foram criados 4,8 mil empregos diretos. A maior parte dos postos de trabalho foi ocupada por moradores da região.

Conclusão da Usina de Batalha

Outro empreendimento 100% Furnas, a UHE Batalha, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, também foi concluído em 2013. Embora tenha capacidade instalada de 52,5 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade de 130 mil habitantes, o empreendimento possui garantia física de 49 MW médios, o que assegura expressivo montante de energia a ser gerada anualmente, garantindo uma boa receita ao empreendimento.

Marcos importantes do empreendimento foram alcançados ao longo de 2013: a conclusão da primeira etapa do enchimento do reservatório, até a cota 790 m, em maio; a finalização da montagem das unidades geradoras e a conclusão da linha de transmissão de interesse restrito Batalha-Paracatu, em 138 kV, em agosto.

O cronograma do empreendimento foi impactado por fatores como a necessidade de adequação do projeto às condições geológicas efetivamente encontradas em campo e atraso na obtenção das licenças ambientais para início das obras da hidrelétrica, emitida somente em abril de 2008, e da linha de transmissão e da autorização de supressão de vegetação na área do reservatório.

A usina é de grande importância para o SIN por apresentar grande reservatório (137 km²) e estar situada na cabeceira do rio São Marcos (MG/GO), proporcionando, assim, a regularização das vazões para os aproveitamentos a jusante (abaixo do rio), permitindo atender a uma maior demanda de energia elétrica, mesmo nos períodos de hidrologia desfavorável (seca).

Com orçamento de R\$ 978 milhões, a construção da hidrelétrica gerou 1.600 empregos diretos no pico das obras.

Novos Projetos de Geração em Implantação

Como proposta de crescimento, Furnas está centrada no desenvolvimento e fortalecimento de parcerias com os agentes de mercado orientados para a competitividade e mitigação de riscos naturais aos empreendimentos.

Hoje, a empresa está à frente de três novos empreendimentos de geração hidráulica, que agregarão 4.313,1 MW ao sistema elétrico brasileiro. Esses empreendimentos, relacionados a seguir, encontram-se em fase de construção e apresentam as seguintes características:

Empreendimentos de Geração Hidráulica

Empreendimento	SPE	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
UHE Batalha* (MG/GO)	-	52,5	100,0	2014
UHE Santo Antônio (RO)	Madeira Energia S.A.	2.440,6	39,0	2012/2013**
UHE Teles Pires (MT/PA)	Teles Pires Participações S.A.	1.820,0	24,5	2015

* A UHE Batalha teve suas obras concluídas em 2013, mas somente entrará em operação comercial em 2014.

** Em 2012 e em 2013, entraram em operação comercial 16 unidades geradoras das 50 existentes no projeto, que somaram 1.128,2 MW. A capacidade total da usina é de 3.568,8 MW.

A empresa participa, também, da implantação de 17 parques eólicos (aproximadamente 500 MW), em parceria com a iniciativa privada, sob a forma de SPE, com investimento total aproximado de R\$ 1,8 bilhão. Os empreendimentos encontram-se em fase de construção e apresentam as seguintes características:

Empreendimentos de Geração Eólica

Usina Eólica / Localização	SPE	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Miassaba 3 (RN)	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	68,47	24,5	Fev/2014
Rei dos Ventos 1 (RN)	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	58,45	24,5	Fev/2014
Rei dos Ventos 3 (RN)	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	60,12	24,5	Fev/2014
Famosa I (RN)	Central Geradora Eólica Famosa I S.A.	24,00	49,0	Dez/2014
Pau Brasil (CE)	Central Geradora Eólica Pau Brasil S.A.	16,00	49,0	Dez/2014
Rosada (RN)	Central Geradora Eólica Rosada S.A.	30,00	49,0	Dez/2014
São Paulo (CE)	Central Geradora Eólica São Paulo S.A.	18,00	49,0	Dez/2014
Goiabeira (CE)	Energia dos Ventos I S.A.	21,00	49,0	Jan/2016
Ubatuba (CE)	Energia dos Ventos II S.A.	12,60	49,0	Jan/2016
Santa Catarina (CE)	Energia dos Ventos III S.A.	18,90	49,0	Jan/2016
Pitombeira (CE)	Energia dos Ventos IV S.A.	27,30	49,0	Jan/2016
São Januário (CE)	Energia dos Ventos V S.A.	22,00	49,0	Jan/2016
Nossa Senhora de Fátima (CE)	Energia dos Ventos VI S.A.	30,00	49,0	Jan/2016
Jandaia (CE)	Energia dos Ventos VII S.A.	30,00	49,0	Jan/2016
São Clemente (CE)	Energia dos Ventos VIII S.A.	22,00	49,0	Jan/2016
Jandaia I (CE)	Energia dos Ventos IX S.A.	22,00	49,0	Jan/2016
Horizonte (CE)	Energia dos Ventos X S.A.	16,80	49,0	Jan/2016

Com finalidade de expandir seus negócios no exterior, Furnas participa com 19,6% na SPE Inambari Geração de Energia S.A. (IGESA), para realização de estudos de viabilidade da Central Hidrelétrica Inambari, no Peru, a 300 km da fronteira com o território brasileiro, com potência instalada prevista de 2.000 MW, bem como a transmissão associada, que inclui a elaboração de projeto para exportação de energia elétrica para o Brasil.

Leilões de Geração

Em 2013, Furnas participou dos leilões promovidos pela Aneel, e sagrou-se vencedora nos empreendimentos listados a seguir, que agregarão mais 1.522 MW ao seu parque gerador:

Leilão	Descrição	Participação de Furnas (%)	Parceria
Energia de Reserva 005/2013 A-3 (23.08.2013)	Complexo Baleia – 6 parques eólicos no Estado do CE, totalizando 116 MW	49,00	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia de Reserva 005/2013 A-3 (23.08.2013)	Complexo Punaú – 7 parques eólicos no Estado do RN, totalizando 132 MW	49,00	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	UHE São Manoel 700 MW	33,33	EDP Energias do Brasil S.A. (66,67%)

Leilão	Descrição	Participação de Furnas (%)	Parceria
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Famosa III – 5 parques eólicos no Estado do RN totalizando 120 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (7,0%) Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Acaraú – 3 parques eólicos no Estado do CE totalizando 70 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (7,0%) Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Itaguaçu da Bahia – 10 parques eólicos no Estado da BA totalizando 300 MW	49,90	Salus Fundo de Investimento em Participações (48,1%) Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (2,0 %)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Serra do Mel – 3 parques eólicos no Estado do RN totalizando 84 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (9,99%) Gestamp Eólica Brasil Ltda. (0,01%)

Transmissão

Furnas opera e mantém uma rede de 19.867,5 km de linhas de transmissão e tem participação em mais 3.975 km em parceria com a iniciativa privada, que faz parte do SIN. A empresa opera ainda, 63 subestações, incluindo 2 compartilhadas e 14 em parceria sob a forma de SPE, com capacidade de transformação de 109.865 MVA.

Este sistema de transmissão é responsável pelo transporte da energia das usinas geradoras até as subestações espalhadas pelas diversas regiões da área de atuação e disponibilizadas para as distribuidoras atenderem aos consumidores finais de eletricidade do País.

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o Sistema de Transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema é composto por três linhas em corrente alternada de 750 kV, e duas linhas em corrente contínua de ± 600 kV necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

Em 2013, entraram em operação comercial 6 novas linhas de transmissão e 2 subestações, construídas sob a forma de SPE, listadas a seguir:

LT 230 kV Palmeiras-Edéia: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (25,5%) e J. Malucelli Energia S.A. (25,5%), na SPE Transenergia Renovável S.A., com 57 km.

LT 138 kV Edéia-UTE Tropical Bionergia I: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (25,5%) e J. Malucelli Energia S.A. (25,5%), na SPE Transenergia Renovável S.A., com 48,7 km.

LT 600 kV Coletora Porto Velho-Araraquara II: parceria de Furnas (24,5%), CHESF (24,5%) e CTEEP (51,0%), na SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A., com 2.375 km. Conhecida como Linhão do Madeira, maior tronco de transmissão de interligação de usinas já construído no Brasil, transporta a energia gerada pelas UHE Santo Antônio e Jirau, localizadas no rio Madeira, em Rondônia, até São Paulo.

LT 500 kV Rio Verde Norte-Trindade: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Energia S.A. (25,5%) e Desenvix Energias Renováveis S.A. (25,5%), na SPE Goiás Transmissão S.A., com 193 km.

LT 230 kV Trindade-Xavantes: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Energia S.A. (25,5%) e Desenvix Energias Renováveis S.A. (25,5%), na SPE Goiás Transmissão S.A., com 37 km.

LT 230 kV Trindade-Carajás: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Energia S.A. (25,5%) e Desenvix Energias Renováveis S.A. (25,5%), na SPE Goiás Transmissão S.A., com 29 km.

SE 500/230 kV Trindade: parceria de Furnas (49%), J. Malucelli Energia S.A. (25,5%) e Desenvix Energias Renováveis S.A. (25,5%), na SPE Goiás Transmissão S.A., localizada no Município de Trindade, no Estado de Goiás, com capacidade de transformação de 400 MVA.

SE Corumbá (150 MVA): parceria de Furnas (49,9%), Desenvix Energias Renováveis S.A. (25,05%), Santa Rita Comércio e Instalações Ltda. (12,525%) e CEL Engenharia Ltda. (12,525%) na SPE Caldas Novas Transmissão S.A., localizada no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Novos Projetos de Transmissão em Implantação

A expansão do sistema de transmissão consiste na construção de mais de 2.000 km de novas linhas e 20 subestações (novas e ampliações), com recursos próprios e em parceria com a iniciativa privada.

Além das subestações listadas abaixo, Furnas participa da construção das subestações associadas aos empreendimentos de geração.

Empreendimento / Localização	SPE	Extensão da Linha (km)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
LT 345 kV Itapeti-Nordeste (SP)	-	50,0	100,0	Jun/2014
LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 (MG)	-	180,0	100,0	Fev/2014
LT 230 kV Mascarenhas-Linhares (ES)	-	99,0	100,0	Jul/2015
LT 230 kV Xavantes-Pirineus (GO)	-	50,0	100,0	Out/2014
LT 230 kV Serra da Mesa-Niquelândia (GO)	Transenergia Goiás S.A.	100,0	49,0	Dez/2015
LT 230 kV Niquelândia-Barro Alto (GO)	Transenergia Goiás S.A.	88,0	49,0	Ago/2015
LT 500 kV Mesquita-Viana 2 (MG/ES)	MGE Transmissão S.A.	248,0	49,0	Fev/2014
LT 345 kV Viana 2-Viana (MG/ES)	MGE Transmissão S.A.	10,0	49,0	Fev/2014
LT 500 kV Marimondo II-Assis (MG/SP)	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	296,5	49,0	Dez/2015
LT 500 kV Barreiras II-Rio das Éguas (BA)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Rio das Éguas-Luziânia (BA/MG/GO)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	373,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Luziânia-Pirapora II (GO/MG)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	350,0	24,5	Mai/2016
SE Zona Oeste 500 /138 kV (RJ)	-	-	100,0	Mai/2014
SE Coletora Porto Velho 500/±600 kV (RO)	Interligação Elétrica Madeira S.A. (IE Madeira)	-	24,5	Abr/2014

Empreendimento / Localização	SPE	Extensão da Linha (km)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
SE Araraquara II ±600/500kV (SP)	Interligação Elétrica Madeira S.A. (IE Madeira)	-	24,5	Abr/2014
SE Luziânia 255 MVA (GO)	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	-	49,0	Ago/2015
SE Niquelândia (GO)	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	-	49,0	Ago/2015

Leilões de Transmissão

Furnas participou dos Leilões Aneel 002/2013 e 007/2013, e sagrou-se vencedora nos seguintes empreendimentos:

Leilão	SPE	Descrição	Participação de Furnas (%)	Parceria
002/2013 (12.07.2013)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	LT 500 kV Luziânia-Brasília Leste LT 345 kV Samambaia-Brasília Sul LT 230 kV Brasília Sul-Brasília Geral SE 500 / 138 / 13,8 kV Brasília Leste	39,0	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (51,0%) Celg Geração e Transmissão S.A. (10,0%)
007/2013 (14.11.2013)	Consórcio Mata de Santa Genebra	LT 500 kV Itatiba-Bateias LT 500 kV Araraquara 2-Itatiba LT 500 kV Araraquara 2-Fernão Dias SE 440 kV Santa Bárbara D'Oeste SE 500 kV Itatiba SE 500/440 kV Fernão Dias	49,9	Copel Geração e Transmissão S.A. (50,1%)
007/2013 (14.11.2013)	Consórcio Lago Azul	LT 230 kV Barro Alto-Itapaci	49,9	Celg Geração e Transmissão S.A. (50,1%)

Operação do Sistema

O País tem hoje aproximadamente 120 mil quilômetros de linhas de transmissão, o que o coloca entre os quatro maiores no *ranking* mundial em extensão na área de transmissão. Deste total, Furnas opera e mantém 19.867,5 km, configurada em linhas com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e ± 600 kV, que passam por 15 estados e pelo Distrito Federal.

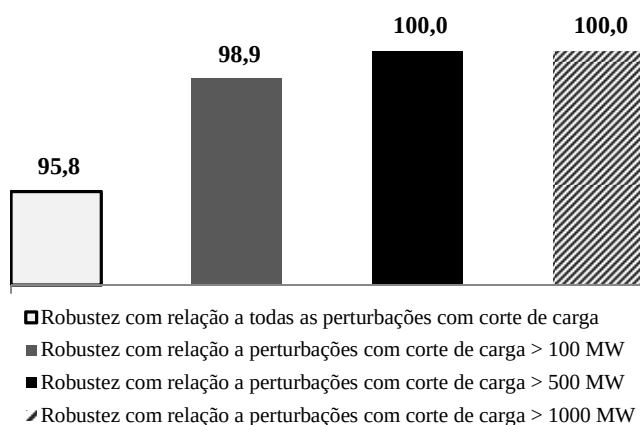
A operação do sistema elétrico por Furnas, tem se caracterizado pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades, com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica por toda a área de atuação da empresa. O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os Centros de Operação Regionais. Informações das mais remotas áreas regionais são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos Centros de Operação que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais de tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já refletem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, especialmente quando o Brasil se prepara para sediar grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Indicador de Robustez

O indicador de robustez, que relaciona as perturbações no sistema com o suprimento às cargas, avaliando a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem causar interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores, teve resultados próximos a 100% em 2013 (95,8% para qualquer nível de corte de carga; 98,9% para cortes de carga superiores a 100 MW; 100% para cortes acima de 500 MW; e 100% para interrupções superiores a 1.000 MW).

Indicador de Robustez com Cortes de Carga (%) – 2013



Para que a confiabilidade e a qualidade demonstradas sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação das pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de absoluta atenção da direção de Furnas.

A empresa mantém um programa de modernização das instalações, para atender aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo revitalizações e reforços no âmbito da geração e da transmissão de energia, com destaque para melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos. Além disso, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que implantou no tronco de transmissão de energia, em 765 kV, proveniente da Usina de Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações de Furnas tem seu nível elevado a padrões de excelência, contribuindo ainda mais para a segurança do sistema elétrico brasileiro.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão

A operação eletro-energética do sistema elétrico é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS para procedimentos de rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

As usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade médio de 90,01%, com um total de 56.462 horas de indisponibilidade, em 2013, sendo 23.941 horas de indisponibilidade forçada (não planejada) e 32.521 horas de indisponibilidade planejada. O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,82%.

Interrupções de Energia

No ano de 2013, não houve desligamento originado em instalações do sistema que tenha causado interrupção significativa do suprimento de energia para os consumidores. O indicador de robustez apresentado acima mostra que nenhum desligamento com interrupção de carga acima de 500 MW foi verificado.

A ocorrência mais relevante de 2013, não somente pelo aspecto de interrupção de carga, mas também, pela mobilização para recuperação do sistema após o evento, ocorreu no dia 18.10, às 20h16min, com o desligamento da linha de transmissão, em 500 kV, que interliga as subestações de Adrianópolis e Resende, provocado pela queda de 5 torres de transmissão em função de fortes ventos que, segundo avaliações meteorológicas posteriores, podem ter atingido cerca de 200 km/h na região afetada, enquanto, por projeto, estas linhas de transmissão estavam dimensionadas para um vento de no máximo 116 km/h.

No trecho afetado havia uma travessia entre a LT Adrianópolis–Resende e as linhas de transmissão em 138 kV Saudade–Funil 1 e 2, de propriedade da Light Serviços de Eletricidade S.A, em que os cabos da LT operada por Furnas caíram sobre os cabos das LT da Light, causando seu desligamento e a interrupção do suprimento de energia para as regiões de Resende, Itatiaia e Porto Real, no sul do estado do Rio de Janeiro.

Furnas acionou o Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, que, em função do relevo acidentado e da dificuldade de acesso à região, mobilizou mais de 200 profissionais para atendimento a esta emergência. A recuperação da LT Adrianópolis–Resende teve duração de 19 dias, 22 horas e 6 minutos, sendo que o tempo de desligamento foi de 20 dias, 2 horas e 41 minutos.

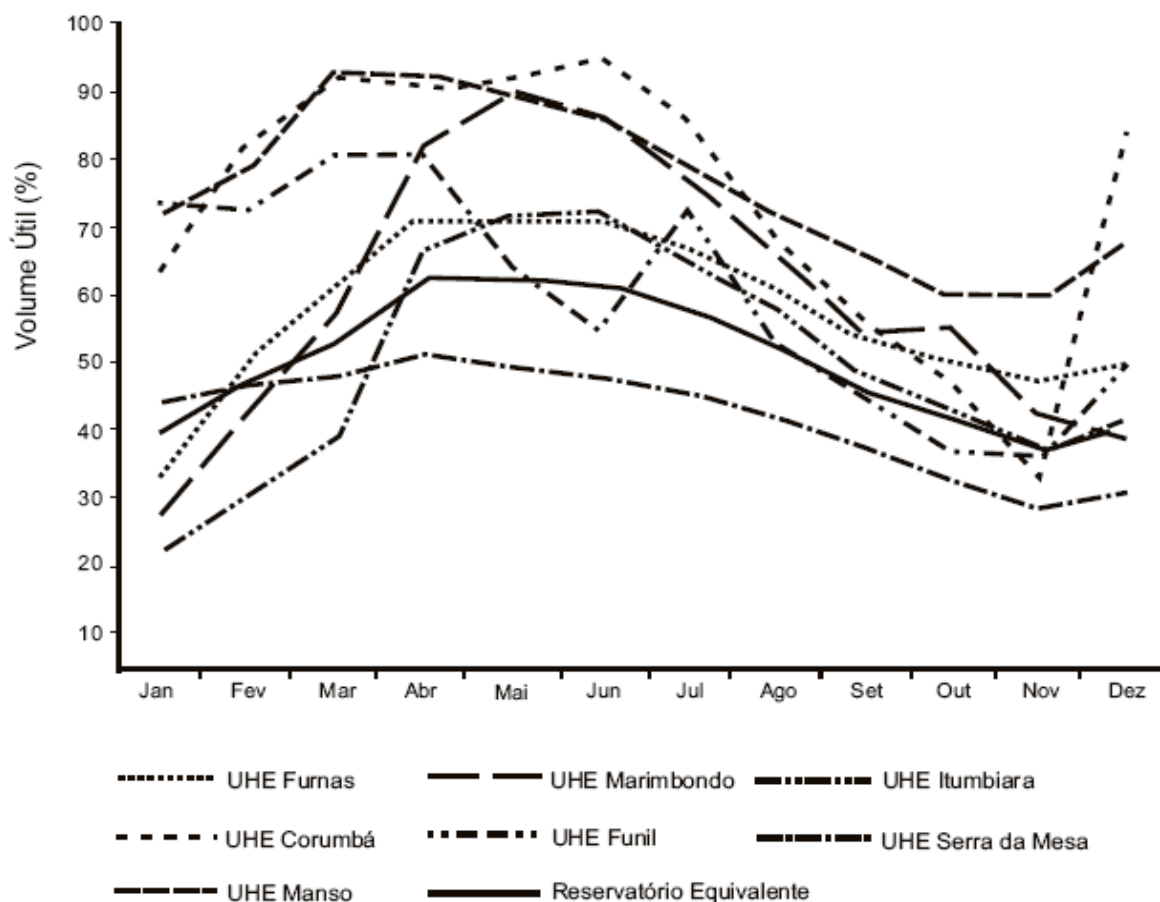
Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

O ano de 2013 apresentou grande período de estiagem e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo. No final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 30% a 50% nos reservatórios das UHE de Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Funil e Serra da Mesa, enquanto os reservatórios das UHE de Manso e de Corumbá encerraram o ano em 68% e 83% do volume útil, respectivamente.

Embora baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHE Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Serra da Mesa e Manso são de regularização e operam armazenando durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a energia elétrica necessária durante todo o ano, além de fornecer água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam produzir energia.

As usinas são componentes do SIN e a operação das mesmas é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das usinas hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada, com objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas (janeiro a dezembro de 2013)



Nota: Reservatório Equivalente é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas.

Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar as taxas de disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico à implementação de rigorosos procedimentos de manutenção. A empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que é a aplicação de método estruturado para estabelecer a melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento. Na MCC são identificadas as funções e os padrões de desempenho dos equipamentos e realizado o levantamento e o detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências.

Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, a disponibilidade e a eficiência das instalações e dos equipamentos.

No atual cenário, onde recursos pessoais e materiais para a manutenção estão cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução dos conceitos de Gestão de Ativos visa a automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados, redução de custos e risco. Em outras palavras, visa fazer mais e com melhor qualidade que antes, com menos pessoas e consumindo menos recursos.

Para modernização dos equipamentos, foram criados os Planos Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) e Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER), para garantir a execução de importantes e vultosos investimentos em melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar, e revitalização da geração da empresa.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET)

Em pleno andamento, o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. Com investimento da ordem de R\$ 1,5 bilhão, o programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão, a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra.

Criado para garantir a execução de importantes obras e vultosos investimentos em melhorias e reforços no sistema de transmissão, o PGET consolida as ações a serem realizadas nas instalações em operação comercial, apresentando os respectivos prazos de execução e as estimativas de investimentos para o período 2011-2015.

O Programa engloba o gerenciamento simultâneo de 265 empreendimentos em 49 subestações, 9 linhas de transmissão e a troca de mais de 6.000 equipamentos e de cerca de 80.000 componentes. Estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: 1) Proteção e controle; 2) Substituição de equipamentos; 3) Reforços de transmissão; 4) Modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos no fim de vida útil.

Em 2013, foram realizadas 167 obras de modernização e reforço em subestações, totalizando R\$ 264 milhões de investimentos no período. Foram energizados 638 equipamentos em 24 empreendimentos pertencentes a 15 subestações. Foram substituídos transformadores, reatores, disjuntores e outros equipamentos em final de vida, proporcionando maior segurança ao sistema.

Na mesma linha do PGET, o PGER repete o programa da transmissão no que tange à revitalização da geração, com atualização tecnológica, substituição de equipamentos analógicos por digitais, troca de peças antigas dos geradores e turbinas por novos componentes com tecnologia mais moderna e substituição de componentes mecânicos por hidráulicos, o que possibilitará a operação remota das usinas.

Em 2013, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHE Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com o propósito de restaurar a confiabilidade operacional das unidades geradoras e das subestações. Estão previstas atividades e dispêndios associados à modernização das UHE de Funil (início 2016), Mascarenhas de Moraes (início 2014) e Porto Colômbia (início 2019).

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Com vistas à obtenção dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, a área de Comercialização, em sinergia com as demais áreas de negócios, vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também são estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando as

especificidades de cada um, de modo a ganhar competitividade, assim como ocorreu no 5º Leilão de Energia de Reserva, quando Furnas comercializou a energia de 13 parques eólicos com deságios insignificantes em relação aos preços-teto.

De acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) passou, a partir de janeiro de 2013, a ser comercializada diretamente entre a Eletronuclear e as distribuidoras. Neste caso, os contratos de compra de energia de Furnas apresentaram o seguinte resultado:

	MW Médios		
	2012	2013	2014
Eletronuclear	1.475	-	-
Serra da Mesa	345	345	85
Manso	4	4	4
Total	1.824	349	89

Legislação específica permitia que as tarifas do contrato com a Eletronuclear pudessem sofrer reajustes em percentuais superiores aos dos índices de inflação, o que acabou se configurando até 31.12.2012, quando teve fim a vigência do referido instrumento. De forma a equacionar tal efeito, a Lei supracitada estabeleceu, em seu Artigo 12, que fica autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre as variações da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e da tarifa de referência da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

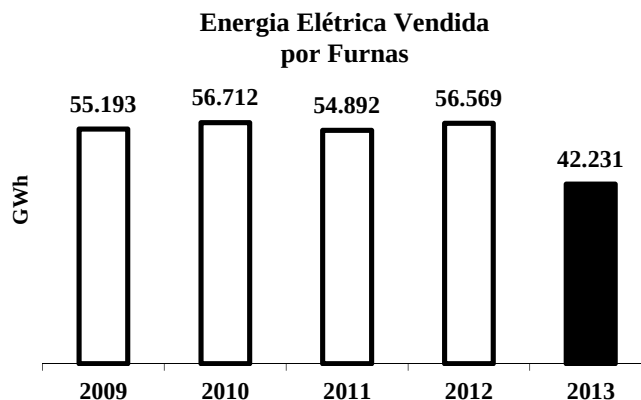
Assim, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.406/2012 fixou o montante de R\$ 687,8 milhões como o diferencial a ser pago pelas distribuidoras a Furnas.

Adicionalmente, a referida Resolução estabeleceu as tarifas definitivas do contrato celebrado entre Furnas e Eletronuclear, que se mostraram inferiores às efetivamente praticadas entre dezembro de 2009 e 31 de dezembro 2012, gerando crédito para Furnas junto à Eletronuclear de R\$ 170,1 milhões.

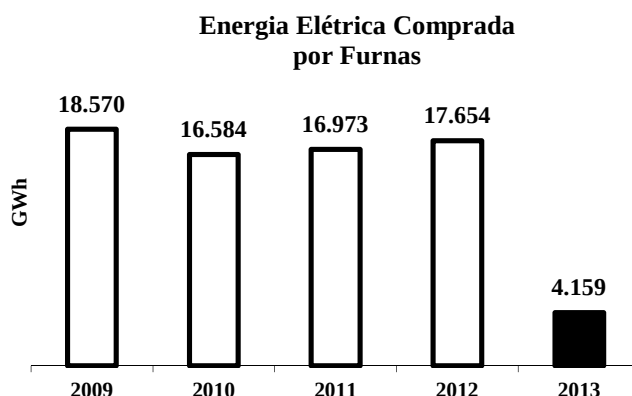
Em 03.12.2012, a Assembleia de Acionistas de Furnas aprovou as condições previstas pela MP nº 579 e Decreto nº 7.805/2012 e a Empresa tem, portanto, prorrogadas por até 30 anos as concessões das suas usinas hidrelétricas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995 (Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I).

A comercialização da energia de tais usinas se dá, desde 01.01.2013, por meio do rateio de cotas das mesmas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel que busquem cobrir os respectivos custos de operação e manutenção, além dos relativos a tributos e encargos setoriais.

A energia elétrica vendida por Furnas, em 2013, foi de 42.231 GWh, o que representa decréscimo de 25% em relação a 2012, com faturamento de R\$ 2.854 milhões. A redução deve-se, especialmente, em função do encerramento do contrato de compra de energia da Eletronuclear, onde 1.475 MW médios deixaram de ser comercializados a partir de 01.01.2013. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida por Furnas, em GWh.



Em 2013, o custo da energia comprada por Furnas, foi de R\$ 683,32 milhões, equivalente a 4.159 GWh, o que representa redução de 76% em relação ao incorrido em 2012. A redução deve-se, especialmente, ao já mencionado encerramento, em 31.12.2012, do contrato celebrado com a Eletronuclear.



No que tange a transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades: no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão pela disponibilidade das instalações de transmissão e o compartilhamento com outros concessionários de instalações e infraestruturas. Estão incluídos, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) e os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI).

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de outras receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Estão incluídos, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato.

	R\$ Mil	
Natureza do Contrato	2013	2012
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos definidos por Resolução Homologatória da Aneel	27.415	69.814
Furnas Geração ⁽¹⁾	5.454	16.767
Encargos negociados entre as partes	21.564	21.459
Total CCT	54.433	108.040
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	9.308	6.319
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.613	1.508
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	6.790	3.824
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	869.270	2.218.791
Total Geral	941.414	2.338.482

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel nº 1.559/2013).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3 e Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste.

O Contrato de Concessão nº 062/2001 foi prorrogado seguindo as novas determinações impostas pela MP nº 579, resultando na Resolução Homologatória Aneel nº 1 e este serviço de transmissão passou a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. Atualmente a Resolução Homologatória Aneel nº 1.559 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2013/2014.

COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

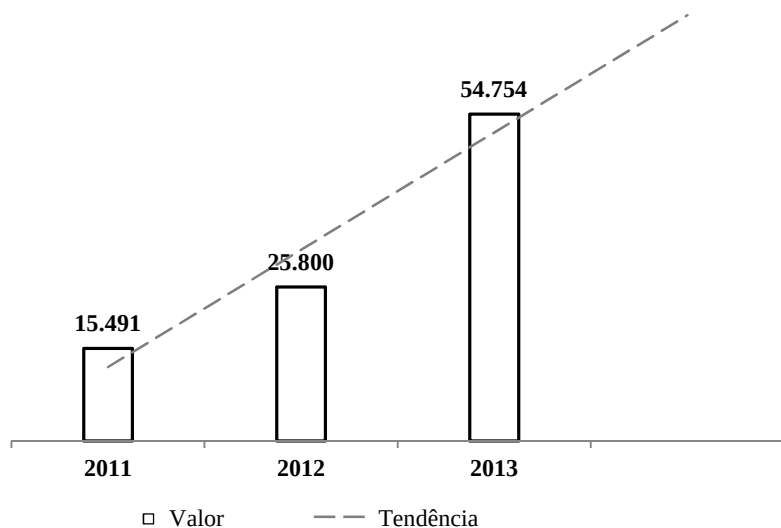
A Comercialização de Serviços está evoluindo nas oportunidades de negócios e na quantidade de contratos celebrados, representando uma componente em crescimento para as receitas de Furnas. As principais competências técnicas comercializadas pela empresa compreendem as seguintes disciplinas:

- Engenharia do Proprietário;
- Estudos Hidráulicos em Modelo Reduzido;
- Segurança de Barragens.

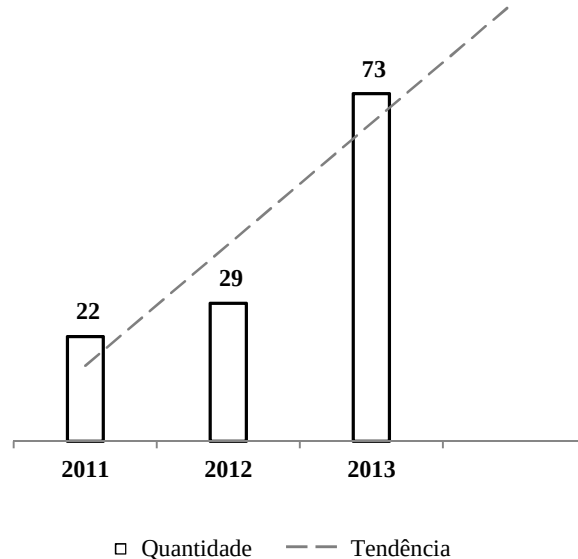
Além destes serviços, Furnas é reconhecida pelo pioneirismo e excelência em Centros Tecnológicos e Centros de Treinamento, apoio às suas atividades, que fornecem e garantem eficiência, economia, segurança e aperfeiçoamento profissional para empresas públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

Os gráficos a seguir expressam a evolução das oportunidades de negócios (propostas) e dos contratos celebrados em Comercialização de Serviços, onde destaca-se crescimentos de, respectivamente, 24 % e 38 % com relação à receita e ao número de contratos em 2012.

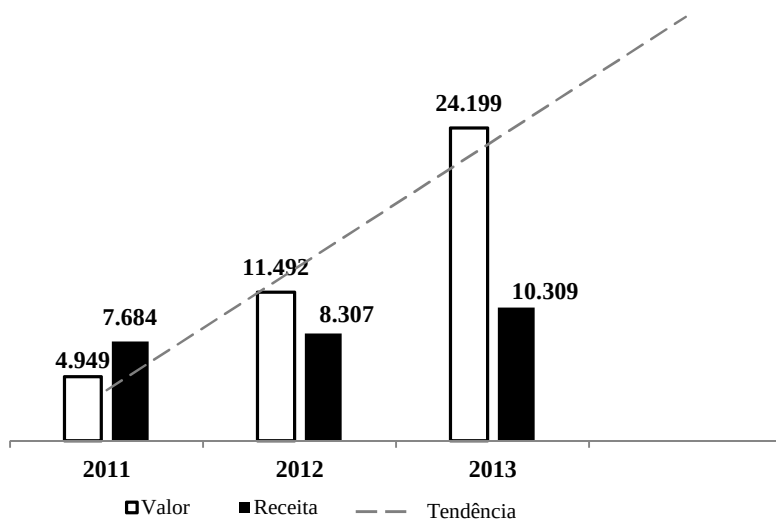
Propostas (Valores - R\$ Mil)



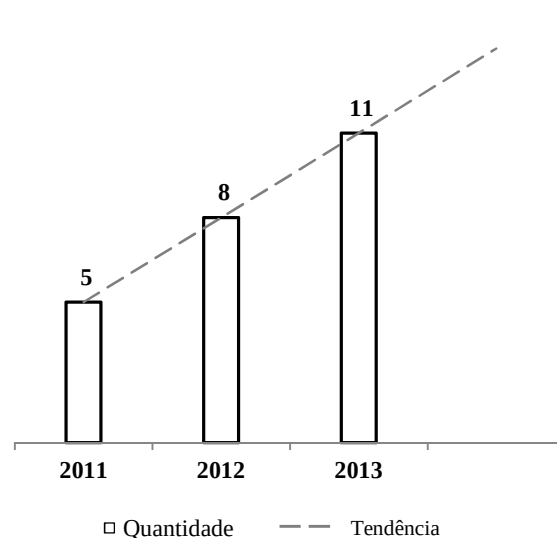
Propostas (Quantidade)



Contratos (Valores x Receitas) - R\$ Mil



Contratos (Quantidade)



Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Aproveitando a integração e sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão, Furnas também está voltada à prestação de serviços de operação e manutenção de ativos a fim de explorar as concessões que serão licitadas, principalmente àquelas que não foram renovadas. O negócio será suportado por captura de receitas de prestação de serviços e dividendos derivados dos novos empreendimentos.

De acordo com as Portarias nº 124, de 17/04/2013, e nº 189, de 06/06/2013, do Ministério de Minas e Energia, Furnas foi nomeada empresa responsável pela prestação de serviços de geração de energia elétrica das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) Neblina, Sinceridade (Portaria nº 124/2013) e Dona Rita (Portaria nº 189/2013), tomando as providências necessárias para, segundo seu padrão de qualidade, manter e operar estas três usinas.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Em paralelo à sua atividade de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, a Empresa pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades, desenvolvendo programas que visam a preservar a biodiversidade. Destaca-se ainda, pela realização de projetos de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de uso racional da energia, de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

A seguir, está descrito como esses macroprocessos foram conduzidos durante o exercício de 2013.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social do País, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica e, incorporando os processos associados ao ecossistema florestal.

A atuação da empresa é orientada pelas suas Políticas Ambientais, que consideram aspectos legais, práticas e experiências acumuladas, na busca da integração harmônica dos seus empreendimentos com o meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

Para obtenção da efetiva regularidade dos empreendimentos da empresa, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

Em 2013, foram implantadas melhorias no Sistema de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental (SALA), permitindo melhor gestão dos processos. O sistema disponibiliza, atualmente, relatórios de controle e a lista de procedimentos contemplando status e prazos das condicionantes por licença ou autorização.

Foram obtidas as seguintes licenças ambientais, em 2013:

Licença Prévia	Licença de Instalação	Licença de Instalação e Operação	Licença de Operação
LT Mascarenhas-Linhares	SE Grajaú (Trafo Reserva e Blindada)	LT Santa Cruz-Jacarepaguá II (serviços de recondutoramento)	LT Batalha-Paracatu
Seccionamento LT Santa Cruz-Jacarepaguá I da Torre 02 e da Torre 30 para a SE Zona Oeste	SE Zona Oeste (Ampliação) LT Xavantes-Pirineus		ETE da SE Ivaiporã

Compensação Ambiental

Foram investidos, no ano, cerca de R\$ 4,3 milhões em compensação ambiental, referentes às UHE Corumbá e Serra da Mesa, e às LT Foz-Ivaiporã III, Ivaiporã-Itaberá III, Ouro Preto 2-Vitória, Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste e Bom Despacho 3-Ouro Preto 2.

Programas Ambientais

Estão em fase de projeto e implantação diversos programas ambientais para atendimento as condicionantes das licenças ambientais de operação das Usinas de Simplício, Batalha, Marimbondo, Itumbiara, Corumbá e Funil. Furnas demandará dispêndios anuais que variam de R\$ 5 a 10 milhões por empreendimento. As licenças e execuções dos programas ambientais exigirão esforços de até 10 anos em alguns casos. O custo total estimando é de R\$ 40 milhões.

Os programas ambientais contemplados estão listados a seguir:

- comunicação ambiental;
- educação ambiental;
- monitoramento da fauna, flora e ictiofauna;
- monitoramento hidrometeorológico, limnológico/hidrossedimentológico e sismológico;
- planilha de perigos, riscos, aspectos e impactos;
- plano de atendimento a emergências;
- plano de gestão de resíduos;
- Plano Diretor de gestão sociopatrimonial;
- programa de gestão: ambiental, monitoramento da qualidade da água e segurança de barragens;
- recuperação de áreas degradadas (erosões);

Mudanças Climáticas

Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas (disponível no site da empresa), instituindo metas de redução de Gás de Efeito Estufa (GEE). O monitoramento de emissões de GEE é realizado bimestralmente. Em 2013, a empresa cumpriu a meta estabelecida, aumentando o uso de combustível renovável em sua frota.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Furnas conquistou o Selo Ouro, em seu Inventário de Emissões de Gases Estufa de 2013, referente ao ciclo 2012. A empresa, que publicou o seu primeiro inventário em 2009, quando recebeu o selo bronze, vem evoluindo na coleta de informações e tornando seu relatório mais completo a cada ano.

Furnas é membro do Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol* desde 2008. O GHG Protocol é uma ferramenta desenvolvida, originalmente, pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e pelo *World Resources Institute* (WRI) para que as empresas possam efetuar a medição e a gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Essas informações são requeridas hoje pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISE/Bovespa) e internacional (*Dow Jones Sustainability Index*).

Biodiversidade

Furnas firmou parceria com o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), área protegida (12.500 hectares), considerada a maior floresta urbana do mundo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e por onde passam 11 linhas de transmissão da empresa com tensão de 138 kV e 345 kV. O apoio ao Projeto Natureza Doce visa à conservação de abelhas nativas da Mata Atlântica, que não possuem ferrão e são fundamentais para a proteção do ecossistema local.

O parque está sob a tutela do Instituto Estadual do Ambiente, que o escolheu como um dos Parques da Copa 2014. Sua visitação atual é de 10 mil pessoas/ano. Estima-se que com os jogos, este número alcance a marca de 120 mil visitantes/ano.

Ichiofauna

Furnas monitora, sistematicamente, em seus reservatórios, as várias espécies de peixes. Em 2013, a empresa contratou estudos de biotelemetria das espécies migradoras e iniciou o monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes na UHE Simplício. Com a nova tecnologia, será possível acompanhar o comportamento dos animais em seu deslocamento. O objetivo dos estudos é minimizar impactos na biodiversidade na área do reservatório.

Reflorestamento

Em 2013, foram produzidas mais de 335 mil mudas nos viveiros de Furnas e cerca de 78 mil mudas foram plantadas.

Gestão da Questão Indígena

Furnas iniciou, em 2013, o processo de doação do terreno onde será construído o Centro Técnico Cultural Avá-Canoeiro, na cidade de Minaçu, em Goiás. O espaço contribuirá para a divulgação da cultura indígena Avá-Canoeiro, visando proporcionar à comunidade local e regional, maior conhecimento sobre o tema. Contará com biblioteca, museu com peças que compõem a cultura material desse povo indígena, oficinas para alunos, palestras e exposições fotográficas e de vídeo.

Há 15 anos Furnas se responsabiliza pela contratação dos serviços de fiscalização do território indígena Avá-Canoeiro e realiza o acompanhamento técnico das ações do Programa de Proteção e Vigilância, que objetiva a proteção do território e da comunidade indígena que nela habita. A atividade visa coibir a entrada ilegal de terceiros e a retirada de recursos naturais da mesma, garantindo o usufruto exclusivo pelos índios, na forma da lei. Conta, sempre que possível, com o acompanhamento de um integrante da comunidade Avá-Canoeiro. A equipe realiza rondas periódicas no interior da área, exercendo o controle necessário à sua proteção.

A parceria de Furnas com a Funai e com a comunidade Indígena Avá-Canoeiro ocorre desde 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás, quando foi ajustado o Termo de Convênio estabelecendo ações compensatórias devido à interferência em parte do habitat tradicional deste povo indígena. Em 2012, novo Convênio foi firmado com a Funai, dando continuidade à compensação prevista.

Educação Ambiental

Em 2013, Furnas elaborou e distribuiu nas Secretarias de Educação dos municípios da Serra da Moeda, área de influência da linha de transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, 500 cartilhas explicativas para usufruto da comunidade e visitantes.

As cartilhas registram as riquezas da área e colaboram para a valorização da mesma. Contém informações sobre localização, história da ocupação, geologia e espeleologia, biomas, flora e fauna, hidrografia, unidades de conservação e tombamento, arqueologia e preservação cultural e ambiental da Serra da Moeda.

Outra ação, realizada em decorrência do empreendimento Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, foi a contribuição voluntária de Furnas para o Projeto Arcas das Letras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Furnas distribuiu móveis e acervos com cerca de 200 livros a sete municípios de Minas Gerais, possibilitando a criação de espaços de leitura e lazer. A iniciativa atendeu as solicitações feitas durante os Programas de Educação Ambiental da LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, em que foi levantado pelos participantes o desejo de mais opções culturais e de lazer. O Ministério realizou cursos de capacitação para que as comunidades possam partilhar e garantir a manutenção das benfeitorias das bibliotecas.

Os Programas de Educação Ambiental (PEA) para as comunidades somaram 314 pessoas assistidas em 2013. Os empreendimentos que receberam os Programas foram: LT Bom Despacho, LT Batalha-Paracatu e UHE Batalha. Furnas também realizou Programas de Educação Ambiental para Trabalhadores (PEAT) nas LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, LT Itapeti-Nordeste, LT Batalha-Paracatu e na SE Zona Oeste, totalizando 1.481 funcionários treinados.

Comunicação Ambiental

Cerca de 20 mil pessoas de comunidades em área de influência de Furnas receberam informações, por meio de palestras, apresentações teatrais e contatos diretos estabelecidos pelos programas de comunicação ambiental da empresa. Os programas foram realizados como parte das atividades de mitigação de impactos previstas no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos: LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, Itapeti-Nordeste, SE Zona Oeste, AHE Simplício, UHE Batalha e Marimbondo.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas e de atualização relativas aos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA) e ao Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) nos empreendimentos a seguir:

	PMEQA	PGR
SE	São José, Adrianópolis, Vitória e Viana	Adrianópolis, Brasília Sul, Brasília Geral, Grajaú, Guarulhos, Jacarepaguá, Mogi das Cruzes, Samambaia, São José, Tijuco Preto, Vitória, Viana e Zona Oeste
UHE	Porto Colômbia e Marimbondo	Funil, Marimbondo e Serra da Mesa
UTE		Campos e Santa Cruz

Em relação ao monitoramento da qualidade da água nos reservatórios da empresa, em 2013, foram contratados os serviços de monitoramento das UHE Itumbiara, Marimbondo e Funil, atendendo ao cronograma de implementação das diretrizes padronizadas pela área técnica em todos os reservatórios da empresa.

GESTÃO DE PESSOAS

Furnas considera que sua força de trabalho é fator importante de sucesso da empresa. A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, a rentabilidade e a sustentabilidade empresarial.

Tem por objetivo melhorar a satisfação e a qualidade de vida dos colaboradores e está direcionada para soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas. A empresa busca sempre melhorar os modelos de gestão e criar ambientes de trabalho capazes de motivar e comprometer as pessoas com a estratégia empresarial, visando desenvolvimento das competências profissionais, excelência e alcance dos objetivos organizacionais. Os colaboradores são estimulados a atuar com foco em resultados, empreendedorismo, inovação, ética e transparência.

A partir desta premissa, está em fase de implantação o projeto do Novo Modelo de Gestão Estratégico de Pessoas cujo objetivo é possibilitar o alinhamento das políticas e práticas de gestão de pessoas às estratégias de negócio e às diretrizes e objetivos de Furnas.

No contexto dos projetos do Plano de Migração, foram concebidos os seguintes produtos para sustentar o novo modelo de gestão desejado:

- diretrizes e política de gestão de pessoas;
- macro-processos de RH;
- modelo de governança de gestão de pessoas;
- modelo de relacionamento com clientes;
- perfil de competências dos agentes do modelo e plano de capacitação;
- estrutura de RH;
- plano de comunicação.

Quadro de Pessoal Próprio

Furnas encerrou o ano com 3.547 empregados efetivos. O decréscimo de 1.020 empregados, em relação a 2012, deve-se à diferença entre 47 entradas e 1.067 saídas ocorridas no período, conforme detalhado na tabela a seguir:

Empregados	Quantidade
Em 31.12.2012	4.567
Saídas até 31.12.2013	1.067
Entradas até 31.12.2013	47*
Total em 2013	3.547

* 46 admissões e 1 cancelamento de demissão.

Quadro de Pessoal Não Efetivo

Furnas encerrou 2013 com 1.339 empregados do quadro não efetivo. O decréscimo de 176 empregados em relação a 2012 deve-se a 166 demissões por motivos diversos e 10 aprovações em concurso público. Com relação aos estagiários, no final de 2013 Furnas contava com 445 estudantes.

Terceirizado Mão de Obra Direta	Quantidade
Em 2012	1.515
Em 2013	1.339
Variação em 2013	176

Estagiários			
Gênero	2011	2012	2013
Feminino	245	268	272
Masculino	241	173	173
Total	486	441	445

Inclusão

Atualmente, Furnas conta com 24 empregados portadores de necessidades especiais em seu quadro efetivo. O contrato com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) complementa a determinação legal, permitindo a Furnas não afastar-se de sua responsabilidade corporativa até que, progressivamente, a cota seja preenchida por concursados, com a consequente substituição dessa mão de obra contratada, de 223 pessoas, por efetiva. No final do exercício de 2013, o número total de portadores com necessidades especiais era de 247 pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Conjugando as necessidades da empresa com as expectativas de desenvolvimento de carreira dos empregados, em 2012, foi dado início ao processo de mobilidade interna que tem como objetivo definir critérios para a movimentação interna de empregados entre as áreas de Furnas, otimizando a alocação de pessoal e permitindo o alinhamento dos objetivos estratégicos da empresa com os interesses e competências dos empregados.

A Mobilidade Interna é constituída por dois programas:

- recrutamento interno – os órgãos da empresa apresentam suas necessidades de preenchimento de postos de trabalho, possibilitando que os empregados que tenham o perfil adequado possam participar;
- busca de oportunidades – os empregados interessados em mudar de processo de trabalho área, tendo em vista novas oportunidades de desenvolvimento de carreira, manifestam sua intenção, disponibilizando seu currículo e demonstrando seus conhecimentos e habilidades.

O recrutamento interno realizado nas diretorias de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações, de Finanças e de Expansão, possibilitou a realocação de 42 profissionais com perfil adequado às demandas, comprovando o êxito do processo. O público-alvo é formado por empregados efetivos e terceirizados que tenham, no mínimo, um ano de trabalho na empresa.

Além da mobilidade, as promoções verticais e horizontais na função, de acordo com as regras do Plano de Cargos e Remuneração (PCR), também se configuram como ferramenta de gestão de talentos.

Seguindo os princípios da Constituição Brasileira, Furnas, empresa de economia mista, só pode admitir empregados aprovados em concurso público. Para facilitar a adaptação dos novos empregados, admitidos por meio de concurso público, às práticas da empresa, foi implantado o Programa de Integração dos Novos Empregados (PINE), com duração de duas semanas, no qual foram ministradas palestras sobre os temas: estrutura organizacional, visão, missão e valores, atribuições de cada Diretoria, benefícios oferecidos, políticas de desempenho, plano de carreira e remuneração, código de ética, entre outros. Participaram, também, de dinâmicas de integração, trabalhos de grupo focados nas competências básicas exigidas para qualquer empregado da empresa e de visita técnica a uma usina hidrelétrica de Furnas, para conhecer seu funcionamento e suas características.

Além do PINE, foi implantado, também, o Projeto de Acompanhamento do Novo Empregado, que fornece subsídios para a criação de mecanismos de levantamento, avaliação, mapeamento e desenvolvimento de pessoas, para orientar a carreira e priorizar o investimento no desenvolvimento das competências necessárias para a superação de desafios na sua vida profissional.

Plano de Cargos e Remuneração (PCR)

Desde 2005 Furnas adota a Gestão por Competências como base do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Em 2010, foi implantado o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que também utiliza como base o conceito de competências como a principal referência para a gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar as políticas e as práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas, buscando a melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações, são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o funcionário se enquadra e os critérios de progressões horizontais e verticais, que são concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados, após o encerramento de cada exercício financeiro, desde que as metas coletiva e individual sejam alcançadas. As metas coletivas são os indicadores financeiros (margem operacional líquida e índice de custeio) e os operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no Fator de Contribuição Individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, existem as condições fundamentais para este pagamento, que estão relacionadas à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, na razão de 50% do resultado das metas da *Holding* e 50% de sua Subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção dos seus empregados, Furnas agrega aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua Política de Recursos Humanos, destacando-se: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-funeral, cesta-natalina, reembolso de medicamentos, seguro de vida, entre outros.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

A gestão responsável da FRG fez com que ela alcançasse, até junho de 2013, a nona posição no *ranking* da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), considerando a soma do patrimônio do Plano de Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Definida (CD), que totalizou a importância de R\$ 11,2 bilhões. A posição no ranking em dezembro de 2013, até o fechamento deste relatório ainda não havia sido divulgada.

Em 31.12.2013, do total dos 11.173 participantes dos dois planos administrados pela FRG, 8.759 eram filiados ao Plano BD, sendo 1.223 ativos, 6.119 assistidos, 1.359 pensionistas, 4 autopatrocinados e 54 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.414 participantes, filiados ao Plano CD, no final de 2013, dividiam-se em 2.332 ativos, 17 assistidos, 18 pensionistas, 29 autopatrocinados e 18 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2013, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 56.425.000,88. Com relação ao valor destinado pela empresa para a cobertura das despesas administrativas da FRG, o mesmo alcançou R\$ 36.869.150,32 no exercício.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Diante dos novos desafios do mercado de energia elétrica, Furnas tem investido amplamente em sua Unidade de Educação Corporativa como forma de contribuir para o alcance dos objetivos definidos em seu planejamento estratégico, visando o aumento da competitividade e da sustentabilidade. Além disso, a educação continuada se consolida como uma ferramenta fundamental para que os empregados viabilizem suas metas de crescimento pessoal e profissional.

O modelo é baseado na Gestão do Conhecimento (GC) e inclui um plano abrangente de Educação Corporativa, que possibilita um processo contínuo de formação dos empregados, ampliando também as formas pelas quais o conhecimento pode ser construído, compartilhado e aplicado.

As ações relacionadas à GC tiveram início em 2011 e deram origem ao Plano Diretor de Gestão do Conhecimento (PDGC), do qual fazem parte os projetos abaixo relacionados:

- estruturação da governança para GC e ambiente colaborativo;

- mapeamento de conhecimentos críticos;
- institucionalização do processo de retenção e transferência;
- implantação de comunidades de prática;
- capacitação em gestão de conhecimento e inovação;
- implantação do banco de especialistas;
- aprendizado social e colaborativo;
- implantação de base de conhecimento / melhores práticas;
- fóruns de discussão;
- plano de repasse de conhecimentos.

Nas tabelas a seguir, são apresentados alguns indicadores de acompanhamento da GC, em 2013:

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	2.801
Bases de Conhecimento	203
Fóruns de Discussão	637
Banco de Especialistas	5.106
Curso de Sensibilização de GC	5.106
Mapeamento de Conhecimentos Associados aos Processos	
Número de Participações	390
Número de <i>Workshops</i>	26
Planos de Repasse de Conhecimento	
Planos de Repasse de Conhecimento (PRC) realizados	584
Dispensa de Repasse de Conhecimentos (DRC) emitidas	1.294

As principais realizações da educação continuada em 2013 estão listadas a seguir:

- implementação das trilhas de Contratação, Logística, Gestão Ambiental, Operação de Usinas Hidrelétricas, Usinas Termelétricas, Subestações, Operação de Sistemas Elétricos e Manutenção de Linhas de Transmissão;
- construção das trilhas para formação gerencial e gestão de pessoas;
- ações educacionais para apoiar a estratégia da empresa;
- atendimento ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI);
- coordenação dos Centros de Treinamento Básico em parceria com o Centro de Treinamento do CTE.O;
- certificação dos Operadores de Furnas;
- implantação de Cursos à distancia;

- cursos para atender a Legislação do Ministério do Trabalho e do Emprego;
- cursos do SAP;
- levantamento junto as Diretorias dos conhecimentos críticos das áreas para elaboração de um novo Plano Estratégico que atenda a empresa, diante das mudanças que estão sendo implementadas, dentre outras ações.

Resultados 2013				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes/Força de Trabalho
869	3.418	6.532	42.814	67%

O quadro abaixo apresenta a média de horas de treinamento de 2013, por funcionário, discriminadas por categoria funcional e gênero:

Cargo/Gênero	Média de Horas
Gerencial feminino	38,41
Gerencial masculino	33,13
Nível superior feminino	25,65
Nível superior masculino	15,95
Sem nível superior feminino	30,36
Sem nível superior masculino	5,34

Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho por competências é aplicada em Furnas desde 2005. Desde a implantação do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) unificado para todo o Sistema Eletrobras, a empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) que contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

Esta ferramenta é aplicada, anualmente, a todos os empregados, com exceção daqueles que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz a sua autoavaliação e tem a oportunidade de emitir sua opinião e receber informações sobre as perspectivas de sua carreira profissional.

Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados, e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma das mais consideráveis ferramentas de Gestão de Pessoas, pois revela a percepção dos empregados sobre a empresa. Ela retrata os níveis de satisfação, motivação e relações de trabalho, e possibilita a elaboração de plano de ação para minimizar problemas.

No final do exercício de 2012, com o objetivo de monitorar e aprimorar a qualidade do ambiente organizacional, Furnas adotou uma nova estratégia para trabalhar os resultados da última pesquisa realizada e elaborar os Planos de Ação para melhoria do Clima Organizacional. Foram realizados

workshops, nas diretorias e superintendências, para análise dos resultados, onde foram apresentados os fatores e as assertivas mais críticos da pesquisa, que impactaram nos resultados destas áreas.

A partir daí, foi elaborado o Plano de Ação do Clima Organizacional, representado por um conjunto de ações, diretrizes e metas para os próximos 12 meses, visando o aperfeiçoamento do clima organizacional de cada área.

Em 2013, foi realizada a 3ª Pesquisa de Clima Organizacional do Sistema Eletrobras (os resultados serão divulgados em 2014), que apresentará o diagnóstico mais atual da percepção dos empregados e suas relações com a empresa e medirá a eficácia das ações implantadas.

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal dos seus empregados e está alinhada à política do Sistema Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados de Furnas estão representados por 33 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de seis Unidades de Segurança (USEG), que assumem as atribuições das CIPA em unidades nas quais, pela Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional para seus empregados e contratados de mão de obra direta com a conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

Furnas tem instalações próprias para treinamento em diversas áreas, incluindo um Centro de Treinamento para Combate a Emergências destinado à formação de brigadistas, situado na UHE Furnas.

Tal Centro também atende a organizações externas, como unidades do Corpo de Bombeiros e escolas.

Furnas fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados e contratados de mão de obra direta. No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, Furnas conta com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho, e de suas instalações.

Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida de Furnas promove atividades físicas, sociais e culturais. Por meio destas ações e do reconhecimento e da valorização dos empregados, a empresa busca contribuir para a satisfação e para o bem-estar dos mesmos, pois acredita que pessoas mais felizes trabalham melhor e produzem mais, contribuindo favoravelmente para o ambiente organizacional.

Tecnologia da Informação (TI)

Considerado uma das realizações mais importantes de Furnas, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI.

Iniciado em setembro de 2012 e com prazo de conclusão de 12 meses, foram realizados o mapeamento e análise dos processos de TI, ferramentas necessárias para a definição do plano de ação que permitia a evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TI, alinhado com o Planejamento Estratégico de Furnas e à legislação de TI.

Atendendo a exigências do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PDTI foi desenvolvido com o apoio da Fundação Padre Leonel Franca, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A partir de levantamento realizado junto às áreas de negócio de Furnas e de *benchmarking* da situação atual dos processos de Tecnologia da Informação frente a referenciais de mercado, normativos e orientações governamentais, o projeto foi concluído e dele resultou o mapeamento de 12 processos considerados prioritários, gerando um diagnóstico da situação atual e propostas de solução, com 19 iniciativas estratégicas a serem conduzidas nos próximos 3 anos, cobrindo temas, como:

- Governança de TI;
- Gestão de Operações, Serviços, Configuração e Mudanças;
- Gestão de Terceiros;
- Arquitetura de TI (Tecnologia, Sistemas e Informação);
- Gestão de Segurança da Informação e Continuidade dos Serviços de TI;
- Gestão de Recursos Humanos e Comunicação;
- Gestão de Orçamento e Custos;
- Gestão da Qualidade.

Em dezembro de 2013, foi implantado o módulo SAP GRC para controle de acesso ao Sistema Integrado de Gestão (SAP ERP), aprimorando os processos de concessão e revogação dos acessos a esse sistema, além de minimizarem os riscos de não conformidade com atos regulatórios, muito especialmente a Lei Sarbanes-Oxley.

Com previsão de implantação em janeiro de 2014, foi iniciada a instalação do módulo SAP BPC que, integrado ao SAP ERP, dará maior agilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis.

Comunicação com os Públicos Interno e Externo

Em 2013, Furnas consolidou a atuação de seus canais interno e externo de comunicação, aproximando as pessoas por meio de linguagem clara e dinâmica.

Comunicação com os Colaboradores

Como forma de garantir que todos os empregados recebam informações sobre decisões, ações, dados e fatos da empresa, Furnas mantém diversas formas de comunicação. A transmissão destas mensagens institucionais se dá por meio de notícias na intranet, e-mail corporativo, sistema de som interno e murais Furnas Na Mídia, localizados em diversos locais da empresa.

Comunicação com o Público Externo

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com diversos públicos apresentaram índices significativos em 2013.

No *twitter* foram publicadas 1.190 informações (*tweets*), com adesão de mais 2.227 seguidores, totalizando 10.300 pessoas, um crescimento de 28% desde o último relatório.

O *site* de Furnas foi acessado mais de 571 mil vezes, com média mensal de 47.583 acessos, o que corresponde a 1.564 acessos por dia. Nele encontram-se informações sobre a empresa, meio ambiente, comercialização de serviços, sociedade, editais, além de publicações institucionais, como os Relatórios Corporativos Oficiais.

O canal Furnas no *YouTube*, um serviço que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital, estreou em outubro de 2012 e, em 2013, conquistou 190 inscritos. Seus 106 vídeos chegam a 70 mil exibições.

Em abril, foi lançada a *FanPage* de Furnas (www.facebook.com/FurnasEnergia) que desde então conquistou 3.950 fãs.

Em maio, foi lançado o perfil de Furnas no Instagram (www.instagram.com/furnasenergia). Desde então, foram publicadas 245 fotos e conquistados 251 seguidores.

O serviço Fale Conosco recebeu 2.817 e-mails com pedidos de informação sobre os mais diversos assuntos. Desse total, 92% tiveram suas solicitações atendidas integralmente.

No Sistema Furnas do *Google Maps*, o usuário navega pelas instalações da empresa, nas usinas e nas subestações em funcionamento e em construção, de forma ágil e objetiva, por meio de imagens de satélite. Em 2013, houve 14.057 visualizações, cerca de 1.171 acessos por mês.

Nos canais de comunicação *mobile* para plataformas *iOs* e *Android*, Furnas registrou mais de 1.400 *downloads* com um crescimento de 120% em relação ao ano anterior, alcançando visibilidade internacional nas *Apps Stores* dos Estados Unidos e Europa. Entre os destaques citamos: Casa Virtual de Eficiência Energética (300), Furnas Postal (100), Furnas Cultural (100), Esporte Especiais (100) e o Mapa Digital com mais de 400 *downloads*.

O Projeto Furnas Educa que utiliza metodologia específica de ensino abordando temas de conservação de energia, educação ambiental e prevenção a queimadas para crianças entre 5 e 15 anos percorreu todas as regiões do País, atendendo mais de 50 mil crianças, em mais de 100 instituições educacionais no Brasil.

Publicidade Institucional e Legal

Em 2013, Furnas fez investimentos em publicidade institucional em jornais e revistas de grande circulação e emissoras de TV e rádio das principais capitais brasileiras.

Nas campanhas institucionais foram abordados temas sobre geração e transmissão de energia, meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade, esporte e parcerias internacionais, de forma a divulgar programas e novos investimentos aos públicos externo e interno.

No âmbito da publicidade legal foram publicados os seguintes documentos corporativos: prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

Vídeos Corporativos e Banco de Imagens

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar a sua imagem corporativa, em 2013, a empresa produziu 80 filmes corporativos e mantém um acervo de cerca de 2 mil matrizes de vídeos, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde a sua criação.

O banco de imagens conta com um acervo histórico e corrente de 120 mil imagens digitais, cuja temática institucional abrange geração, transmissão, eventos corporativos, meio ambiente, responsabilidade social e campanhas de saúde e pró-equidade de gênero e raça.

Relações Sindicais

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades organizadas em duas Representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da empresa e maximizar a satisfação dos empregados.

Em 2013, o Acordo Coletivo de Trabalho foi firmando com vigência de dois anos (2013/2015).

Relacionamento com Fornecedores

Furnas mantém relacionamento com seus fornecedores, no intuito de orientá-los quanto aos objetivos, desejos e limitações legais da empresa. Desde 2009, disponibiliza no *site* da empresa (www.furnas.com.br/fornecedores) o documento Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores, do qual todos os interessados em participar dos processos licitatórios se comprometem a ter conhecimento prévio. O objetivo é compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento.

A empresa possui uma gama de produtos considerados relevantes, que ajudam a manter o nível de excelência dos serviços prestados no segmento em que atua. Os principais produtos adquiridos são os equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos para os empreendimentos de transmissão.

Por ser uma empresa de economia mista, todo o processo de aquisição em Furnas é norteado pela Lei nº 8.666/1993, desde a fase de seleção e habilitação de fornecedores até a gestão dos instrumentos contratuais, nos quais constam cláusulas específicas de engenharia de segurança industrial, proteção ao meio ambiente e condições de trabalho. Os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade, relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Furnas adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas dos mais variados segmentos, desde micro até empresas de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a eficiência do trabalho realizado

perante a sociedade. Anualmente, Furnas publica chamada pública, convocando empresas de qualquer segmento e porte, que desejarem se cadastrar como fornecedoras da empresa.

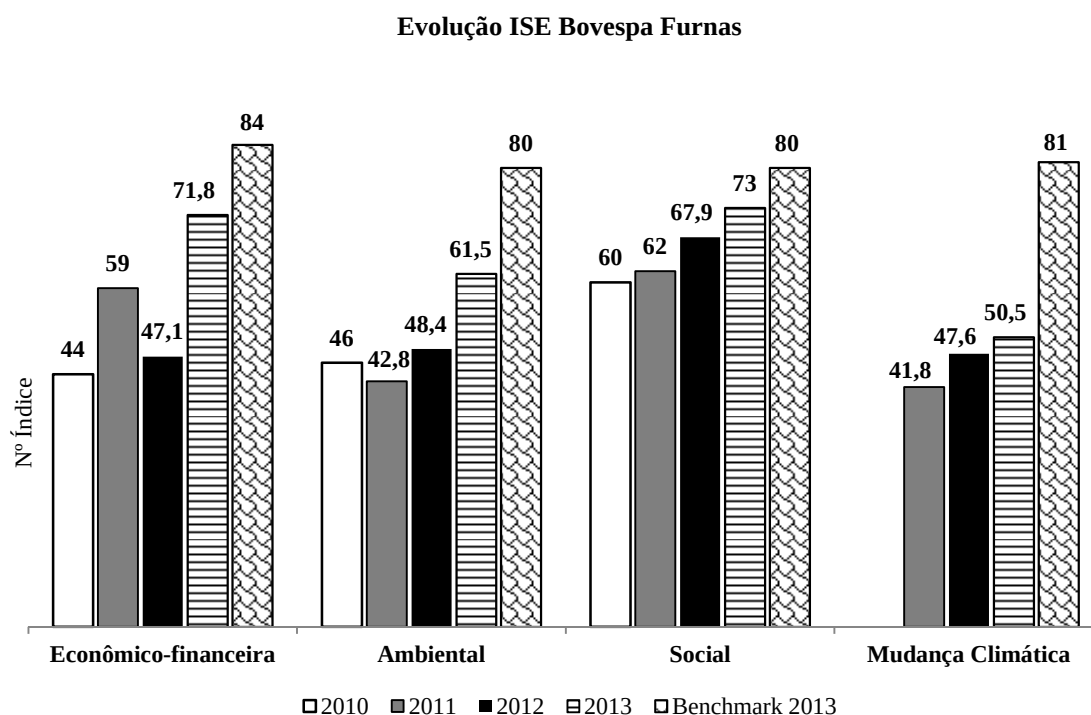
A Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras tem como objetivo aumentar a eficiência e a competitividade de suas empresas por meio da integração da logística de suprimento de bens e serviços. Uma das orientações básicas dessa Política é o fomento ao engajamento dos fornecedores a ações de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A contínua melhoria das ações empreendidas por Furnas na área de sustentabilidade influenciaram significativamente na listagem, em 2013, da Controladora Eletrobras, no *Dow Jones Sustainability Markets Index*, assim como no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo.

No que se refere ao *Dow Jones Sustainability Markets Index*, apenas duas outras empresas brasileiras do setor elétrico integraram o índice, que utiliza critérios econômicos, ambientais e sociais para selecionar empresas de 20 mercados emergentes, como Brasil, China, Rússia, África do Sul, Índia e Malásia, entre outros, com melhor desempenho em sustentabilidade. Em 2013, das 800 empresas inscritas, apenas 81 atingiram os requisitos para serem listadas no índice.

Com relação à contribuição de Furnas para o desempenho da *Holding* no ISE Bovespa, a empresa alcançou em 2013 sua melhor pontuação em todas as dimensões, desde a criação do índice, em 2005. Foram convidadas a participar do ISE as 183 companhias com ações mais líquidas da Bovespa em 2012. Destas, 40 foram selecionadas para integrar o índice, representando 18 diferentes setores da economia, somando R\$ 1,14 trilhão em valor de mercado.



Nota: A dimensão Mudança Climática foi incorporada ao ISE em 2011.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. Ao reconhecer os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades, nas localidades onde implanta e opera seus empreendimentos, a empresa consolida sua reputação de excelência em cidadania empresarial.

Pautada no combate à pobreza e às desigualdades, sua Política de Responsabilidade Social tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento humano, visando a uma sociedade mais justa, em equilíbrio com a natureza sustentável e solidária.

Com atuação sempre responsável, Furnas passou a adotar uma postura proativa nos projetos socioculturais, procurando apoiar iniciativas que buscam sustentabilidade a longo prazo. Em 2013, a empresa investiu em Ações de Gênero, Ações de Voluntariado, Aldeias da Cidadania, Apoio a Ações Sociais, Patrocínio a Eventos, Patrocínio de Projetos Esportivos, Apoio a Projetos para o Espaço Furnas Cultural, Patrocínio de Projetos Culturais Incentivados, Patrocínio a Projetos Sociais e Apoio ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a realização do projeto Movimento ODM Brasil 2015.

A Política de Responsabilidade Social estabelece diretrizes para a atuação de Furnas em assuntos relacionados à responsabilidade social. Com ela, a empresa ratifica seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, documentos orientadores de suas práticas empresariais.

Investimento Social

Há 12 anos, Furnas formalizou as diretrizes de sua ação sociocultural com a missão de otimizar os investimentos da área e ajudar a organização a atuar como cidadã corporativa, responsável e comprometida.

O investimento social se concretiza pelo apoio, financeiro ou não, a projetos e ações socioculturais que atendam aos compromissos da Política de Responsabilidade Social da empresa. Os recursos para o investimento social podem ser próprios ou decorrentes de renúncias fiscais, e se refletem em centenas de programas, projetos, campanhas e ações implementadas nas diversas áreas de atuação de Furnas, por meio de parcerias com órgãos públicos, organizações sem fins lucrativos ou redes sociais.

Os projetos, mencionados na tabela a seguir são aqueles que recebem incentivo fiscal previsto em leis específicas, como a Lei *Rouanet* (projetos culturais) e a Lei de Incentivo ao Esporte (projetos esportivos).

R\$		
Indicadores Sociais Externos		
Projetos Sociais	2013	2012
Educação	606.813,10	453.924,00
Geração de Renda e Trabalho	525.848,44	1.090.073,24
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	-	300.000,00
Meio Ambiente	-	217.281,40
Esporte e Lazer	640.016,39	299.623,59
Projetos Esportivos	2013	2012
Incentivados	-	450.000,00
Não incentivados	500.000,00	500.000,00
Projetos Culturais e Institucionais	2013	2012
Patrocínios Culturais	3.680.000,00	5.988.580,00
Patrocínios Institucionais	1.300.000,00	3.259.002,01
Doações Filantrópicas	2013	2012
Recursos Financeiros	226.913,13	4.704.504,68
Total de Investimento	7.479.591,06	17.262.988,92

Otimizando o investimento social e colaborando para o desenvolvimento das comunidades do entorno dos empreendimentos da empresa, as ações promovidas têm minimizado as externalidades negativas e potencializado as positivas, fortalecendo os negócios da organização. A seguir, estão descritas as iniciativas sociais apoiadas por Furnas, em 2013:

Projeto/Programa Social	Objetivo
Programa Furnas Social	Melhorar a qualidade de vida dos moradores de comunidades menos favorecidas situadas nos municípios onde Furnas possui instalações. Em 2013/2014, foram contempladas 264 instituições, com investimento aproximado de R\$ 5 milhões.
Projetos Sociais em Parceira	Alfabetizar e capacitar jovens e adultos para o trabalho, promover cidadania e direitos, gerar trabalho, renda e segurança alimentar. Em 2013, foram beneficiadas 2,6 mil pessoas, com investimento de, aproximadamente, R\$ 1,7 milhão.
Projeto Núcleos de Integração Comunitária	Promover o desenvolvimento das comunidades vizinhas aos empreendimentos, agregando conhecimentos e autonomia às populações dessas localidades. Desde sua criação, foram implantados 14 núcleos de integração em comunidades nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Em 2012, Furnas assinou o Termo de Acordo com o PNUD para a implementação do Projeto Movimento ODM Brasil 2015 – Desenvolvimento de Capacidades, de Justiça Econômica Sustentável e Promoção de Boas Práticas para Alcance dos Objetivos do Milênio no Brasil. O projeto prevê desembolso total de R\$ 2 milhões ao longo de quatro anos.
Projeto Aldeias da Cidadania	Promover iniciativas nas áreas de saúde, educação, lazer, cultura e cidadania, tais como: emissão de documentos de identidade, CPF e título de eleitor; orientação jurídica; promoção de casamentos comunitários; vacinação infantil e atendimento médico para controle de diabetes e combate à dengue, entre outras.
Projeto Hortas Comunitárias e Viveiro de Mudanças	Produzir legumes e hortaliças para distribuição a instituições públicas, em áreas de servidão da empresa. Em 2013, foram mantidas cinco hortas do Projeto, beneficiando cerca de 26,5 mil pessoas desde a sua implantação. No Viveiro de Mudanças de Foz do Iguaçu foram produzidas cerca de 32 mil mudas, que atenderam mais de 7 mil pessoas em 23 instituições.
Centro Comunitário Vila Santa Tereza	Possibilitar que os moradores do bairro de Vila Santa Teresa, próximo a SE São José, em Belford Roxo (RJ), tenham área de lazer e convivência. Em 2013, destacaram-se as atividades relativas ao Meio Ambiente, com oficinas de reciclagem utilizando garrafas PET e óleo vegetal usado, e à oferta de cursos profissionalizantes com o objetivo de incrementar a geração de renda da região.
Programa Voluntários em Ação	Incentivar os empregados a formular e desenvolver projetos para melhoria das condições de vida das comunidades vizinhas às instalações da empresa. Em 2013, a empresa lançou o Edital de Voluntariado, onde foram selecionados 12 projetos e 28 ações sociais, beneficiando mais de 13 mil pessoas. Todos os selecionados estão alinhados aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
Projeto Cozinha Brasil	Instruir a população das comunidades carentes no manuseio e no preparo de gêneros alimentícios de baixo custo e alto valor nutritivo. Realizado em parceria com o Sesi, está em coerência com os Objetivos do Milênio, nas vertentes: Acabar com a Fome e a Miséria, e Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento. Em 2013, foram 12 Turminhas Brasil, promovidas em diferentes regiões de Brasília (DF), que juntas somaram mais de 2.200 atendimentos.
Combate à Exploração Infantil	Coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A empresa realizou repasse ao fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a utilização de benefício fiscal, para o município de Chapada dos Guimarães (MT). Os recursos serão investidos em programas e projetos de combate à exploração infantil, fortalecendo o Programa Na Mão Certa, iniciativa da WCF-Brasil, da ONG <i>World Childhood Foundation</i> . Furnas é signatária da Declaração de Compromisso de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma mobilização articulada pela Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Identificar e definir medidas de reparação às famílias atingidas pela implantação dos empreendimentos da empresa. Em 2012, deu-se o início à indenização de 761 famílias, atingindo até dez/2013, 98,42% do total das indenizações previstas.

Investimento Cultural

Furnas participou do Programa Cultural das Empresas do Sistema Eletrobras 2013, por meio da Lei *Rouanet*, com aporte de cerca de R\$ 2 milhões no incentivo às produções artísticas em dois segmentos: fomento ao audiovisual e ao teatro infanto-juvenil.

Projetos Área Cultural	Quantidade		
	2013	2012	2011
Artes Cênicas	3	8	5
Artes Integradas	-	-	3
Artes Visuais, Digitais e Eletrônicas	-	-	1
Audiovisual	-	3	3
Humanidades		1	2
Música	4	6	3
Patrimônio Cultural	1	2	4
Artesanato	-	1	-
Total	8	21	21

A empresa também investiu R\$ 1,63 milhão em projetos de outros segmentos com incentivo da mesma Lei.

Apostando na cultura como elemento transformador de realidades por meio do incentivo à diversidade e à inclusão social, o Espaço Furnas Cultural oferece *shows* musicais, espetáculos teatrais e exposições, com acesso gratuito, aos empregados de Furnas e ao público externo.

Os projetos que formaram a programação do Espaço Furnas Cultural em 2013 foram selecionados em 2012 por meio do Edital de Ocupação. Foi investido 1,3 milhão, através de apoio a 24 projetos, sendo 3 exposições, 14 *shows* musicais e 7 espetáculos teatrais, e teve público de, aproximadamente, 13 mil pessoas.

Entre os meses de outubro e novembro, a empresa patrocinou o V Furnas Geração Musical, realizado na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a organização do 50º Festival Villa Lobos. No evento foram capacitados jovens músicos nas áreas de práticas interpretativas, conhecimento técnico-musical e prática de música em conjunto, oferecidas por grandes mestres brasileiros para instrumentistas de sopro, cordas, piano, cantores e arranjadores.

Investimento Esportivo

A empresa patrocinou o projeto incentivado Esporte Aquático do Flamengo, que teve sua execução em julho de 2013. Todos os 40 atletas, contemplados diretamente pelo projeto, foram selecionados pelos resultados técnicos alcançados em competições estaduais, nacionais e internacionais. Além disso, graças ao investimento de Furnas, foram atendidos indiretamente, mais 160 atletas por meio de formação esportiva.

Patrocínio a Eventos

No ano de 2013, Furnas patrocinou 17 eventos, sendo 4 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 13 por escolha direta, realizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Distrito Federal. Os eventos, reconhecidos nacional e internacionalmente, agregam valor à marca Furnas e seguem aos preceitos normativos da empresa.

Equidade de Gênero e Raça

Foi constituído um marco na trajetória social da empresa com o projeto Construindo em Furnas, Um Olhar Coletivo sobre a Mulher, no intuito de promover na empresa uma mudança de olhar quanto às questões relacionadas à mulher no mundo do trabalho. O Dia Internacional da Mulher foi comemorado no Escritório Central e em 30 áreas regionais da empresa, ao longo do mês de março, com a participação de aproximadamente 490 mulheres. Foi realizado também, um *talk show* sob o tema A Mulher e o Esporte, com a presença da ex-atleta olímpica Daiane dos Santos, e ex-atletas do vôlei de praia Jackie Silva e Adriana Samuel, que abordaram os desafios e dificuldades da mulher no universo do esporte.

O Comitê Pró-Equidade de Gênero, apoia a Diretoria Executiva de forma permanente e sistemática, no intuito de cumprir a política Pró-Equidade de Gênero, promover a orientação da empresa em fóruns, analisar a legislação, entre outras questões.

Em 2013, foi conquistado o 4º Selo Pró Equidade de Gênero consecutivo.

Participação em Programas de Governo

Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep)

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coep, criado em 1993, que reúne organizações públicas e privadas de todo País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano e social sustentável. Desde o início da sua trajetória, o Comitê incentiva suas associadas a desenvolverem iniciativas complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2013, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

- Seminário Reciclando Práticas e Transformando Vidas: Fortalecendo o Trabalho dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis – realizado em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília, com a participação de 180 pessoas, sendo posteriormente replicado nos Coep AC, AL, CE, MG, PA, PE, PR, RJ, RR com um público total estimado em 420 pessoas;
- Prêmio Betinho: Atitude Cidadã – na 6ª edição do Prêmio, concorreram candidatos de 19 estados e 24 municípios brasileiros, todos catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis. Participaram do Prêmio 6.554 votantes;
- Fórum Internacional para o lançamento da Rede por um Futuro Melhor (*Better Futures Network* – BFN) – realizado com a presença de 100 pessoas, promovido pelo Coep Nacional e Centro para Inovação Comunitária da Universidade de Carleton (Canadá). A Rede é integrada por universidades e organizações de vários países (África, Argentina, Canadá, Malásia, Uganda e USA) que pretendem trocar conhecimentos e experiências para o desenvolvimento de projetos locais de fortalecimento comunitário, com base em princípios sustentáveis;
- Capacitações On Line – realizadas as seguintes oficinas: Obesidade: uma questão multifatorial; Cidadania na prática – 2ª edição; Qualidade da Água Consumida no Brasil; Agricultura Urbana; Reciclagem e Inclusão Social de Catadores; Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Local; Políticas Públicas e Cidadania.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Criado a partir do Decreto Federal nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, seja destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esse programa é monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, sendo esta responsável pela avaliação semestral do andamento das atividades da Coleta Seletiva nas Empresas Públicas Federais.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas vem trabalhando desde 2008 com o objetivo de melhor aproveitamento dos resíduos para reutilização e reciclagem. Em seis anos de implantação do programa, mais de 1.000 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinados a 28 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades. Somente no ano de 2013, a empresa destinou 234 toneladas desses resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores. Neste ano, também, Furnas apoiou a Expocatadores 2013, feira realizada pela Associação Nacional de Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT) para promover novos negócios e valorizar a atividade dos catadores com a cadeia produtiva de recicláveis, de forma sustentável e inclusiva.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), este programa tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu a A3P em outubro de 2012.

O Programa está fundamentado em 5 eixos temáticos: I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos; III - melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos empregados; V - contratações públicas sustentáveis. O Grupo de Trabalho da A3P em Furnas vem recebendo informações e trazendo inovações a fim de contribuir para a incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental em todas as atividades da empresa, o que resultará em economia de recursos naturais, na redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e na qualidade de vida dos empregados. Em 2013, foi elaborado o primeiro Relatório de Avaliação de Desempenho. Furnas também está participando da 5ª Edição do Prêmio A3P, no qual foram inscritos sete projetos inovadores de sustentabilidade.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) visa atender às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada às escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, Furnas é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em 2013, foram realizadas 35 intervenções nos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, sendo que, deste total, nove referem-se à desativação dos sistemas situados em comunidades que foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos com a instalação de rede de distribuição de energia das concessionárias estaduais, e 26 que demandaram ações de manutenção corretiva visando manter os sistemas em operação normal.

Ainda em 2013, em cumprimento ao estabelecido na Portaria Ministerial MME nº 10/2013, que criou a Comissão de Desfazimento de Materiais do Prodeem-Furnas, foram realizados trabalhos de campo no Almoxarifado da empresa, em Adrianópolis (RJ), com a finalidade de identificar os módulos fotovoltaicos que seriam objeto de desfazimento com vistas à sua utilização no Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, pela Eletrobras.

Do universo de 4.143 módulos fotovoltaicos armazenados em Furnas, a Comissão de Desfazimento inspecionou 1.704 módulos, sendo que deste total, 898 módulos foram classificados para fins de alienação à Eletrobras para utilização em projetos do Programa Luz para Todos. Os módulos restantes, num total de 3.245, tiveram as seguintes destinações: Composição de Estoque Estratégico do PRC-Prodeem/MME (2.356); Cedidos a Eletronorte (151), a Eletrosul (90), a Furnas (196) e Inservíveis (452).

Ao final do exercício de 2013, Furnas contabilizou 137 sistemas mantidos em operação em diversos municípios dos estados da Região Sudeste e do Estado de Goiás e 3.902 módulos fotovoltaicos armazenados, aguardando orientação do MME visando à destinação final desses bens da União.

Programa Luz para Todos (PLpT)

Lançado pelo Governo Federal, em novembro de 2003, coordenado pelo MME, o Programa tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural, que ainda não tem acesso a esse serviço público e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas.

A meta inicial para a Região Sudeste e o Estado de Goiás, coordenados por Furnas, era levar energia a cerca de 203 mil famílias. Em 2013, foram realizadas 3.063 ligações, beneficiando 15.315 mil pessoas, considerando as ligações realizadas nos três estados – Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás – onde houve obras do PLpT. Os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais foram considerados universalizados uma vez que concluíram o número de ligações contratadas. Desde o início de sua criação, totalizaram 539 mil ligações, favorecendo cerca de 2,7 milhões de pessoas.

Furnas realizou, ao longo dos últimos anos, palestras educativas em articulação com prefeituras e outros parceiros; implantou o Projeto de Inclusão Digital, com a doação de mobiliários e equipamentos eletrônicos; criou 492 Centros Comunitários de Produção, possibilitando o compartilhamento, entre famílias, de máquinas e equipamentos agrícolas movidos à eletricidade; em parceria com o MDA, criou 1.031 bibliotecas conhecidas como Arca das Letras, que contêm 200 livros em vários temas: literatura, educação, meio ambiente, saúde, cidadania, entre outros; implantou, na região de atuação do Programa Furnas Digital, 50 telecentros comunitários (espaços com computadores conectados à internet).

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)

Furnas continua fortemente engajada no compromisso de manter-se atualizada tecnologicamente, vislumbrando as tendências do setor quanto ao futuro, como forma de manter-se atuante e com expressiva participação em um mercado cada vez mais competitivo.

De 2013 a 2016, Furnas investirá cerca de R\$ 300 milhões em P&D+I para testar e desenvolver novas formas de geração de energia limpa e renovável. A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica. Além disso, a empresa está investindo em projetos relacionados à mini e micro geração distribuída, que já foram regulamentados pela Aneel e que na próxima década podem representar uma parcela significativa da geração, bem como do domínio de novas tecnologias de transmissão, como a transmissão em extra-alta tensão, na tensão de 800 kV.

No ano de 2013, a empresa contratou seis projetos de P&D+I visando o aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia e um para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias com reduzida faixa de passagem. Estes projetos foram selecionados segundo análise técnica e mercadológica de acordo com o direcionamento estratégico estabelecido pela alta administração, bem como por meio de Chamada Pública na página de Furnas na internet. São eles:

Laboratório de Ultra Alta Tensão Abrigado

O projeto objetiva estudo, modelagem e avaliação teórica de novos arranjos de linha de transmissão em Ultra Alta Tensão (UAT), até 1.200 kV, em corrente alternada, e ± 800 kV, em corrente contínua, para longas distâncias, e a realização de pesquisa teórico experimental para validação dos arranjos de LT em UAT, em corrente alternada e corrente contínua. Inicialmente, para o desenvolvimento desses estudos e pesquisas será utilizado um laboratório de ultra alta tensão ao ar livre, no Cepel, em Adrianópolis (RJ). Durante o projeto, será desenvolvido um laboratório de ultra alta tensão abrigado.

Geração Solar Fotovoltaica

O projeto Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira, desenvolvido por Furnas e parceiros, em atendimento à Chamada nº 13/2011 da Aneel, tem o objetivo de prover a Aneel de informações técnicas e comerciais para viabilizar a proposta de leilões para essa forma de geração de energia. O projeto inclui a construção de uma usina de 3 MW em Jaíba, Minas Gerais, município que possui a maior radiação global no estado, com 5,7801 kWh por metro quadrado.

Usina de Ondas

O Conversor *Offshore* para Geração de Energia pelas Ondas do Mar será instalado no Rio de Janeiro, a 100 metros da costa, atrás da Ilha Rasa, em mar aberto, a uma profundidade de cerca de 20 metros. A eletricidade gerada será transmitida por cabo submarino, que seguirá pelo leito marinho até a costa para conexão à rede elétrica. Desse modo, a geração será totalmente offshore, o que a torna a primeira no País com essa característica. A usina terá capacidade de gerar 100 kW, suficiente para abastecer 200 residências (800 pessoas) fora do horário de pico.

Turbina Eólica Vertical

A nova tecnologia utiliza pás dobráveis e articuladas, que se movem conforme a direção do vento. Os estudos buscam comprovar a capacidade de geração eólica com ventos de baixa intensidade (1m/s) em diferentes situações e a potência máxima que pode ser gerada em cada configuração. O objetivo é avaliar comercial e tecnicamente a aplicabilidade da nova tecnologia em lugares distintos como o alto de prédios, áreas descampadas e até túneis do metrô. O projeto tem como ponto de partida um protótipo patenteado de um metro de altura, testado em túneis de vento, para micro

geração, em torno de 100 kW. Agora, Furnas está investindo em modelos de maior capacidade, que pode ser aplicado em mini geração de até 1 MW, e em geração em grande escala, a partir de 1 MW.

Energia do Lixo

O projeto visa o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos através da tecnologia inovadora e não poluente chamada de pirólise a tambor rotativo, que consiste num processo de decomposição termoquímica de materiais orgânicos. Será implantado em Boa Esperança, município do entorno do reservatório da UHE Furnas, em Minas Gerais. Serão, ainda, elaborados os Planos de Saneamento Básico para os 52 municípios localizados na área de influência do reservatório. O objetivo é comercializar a tecnologia como solução de tratamento de lixo com geração de energia no País, sobretudo nos municípios com população inferior a 40 mil habitantes.

Ônibus Elétricos

Trata-se do desenvolvimento de projeto de “kit” de sistema de tração 100% elétrica para ônibus urbanos novos ou usados, com foco no aumento de autonomia. Ônibus com sistema de tração 100% elétrica e elétrica-híbrida serão testados em situação real, com público, para definir procedimentos de operação e manutenção. O projeto atenderá o sistema de transporte urbano de passageiros em regiões metropolitanas, sem a emissão de materiais poluentes na atmosfera, como CO₂, CO, CH₄, N₂O, NO_x, SO_x, material particulado e hidrocarbonetos não reagidos.

Barcaças Elétricas

O projeto envolve o desenvolvimento de barcaças elétricas e híbridas a etanol para transportar veículos e passageiros entre diversos pontos do reservatório da UHE Furnas. Entre esses veículos haverá caminhões transportando para Boa Esperança (MG) resíduos sólidos de outros municípios limdeiros para serem processados na usina resultante do projeto Energia do Lixo. As barcaças atenderão às comunidades limdeiras do reservatório da usina e, após a conclusão do projeto, serão cedidas em comodato às prefeituras dos municípios beneficiados.

Conservação de Energia

O uso racional da energia é fundamental para o País, pois a escassez desse recurso provoca elevados custos sociais e econômicos. Para disseminar padrões de consumo sustentáveis, Furnas realiza diversas ações para estimular o uso consciente de bens coletivos, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Essas ações, sob as diretrizes da Eletrobras/Procel, são realizadas com seu quadro de pessoal e por meio de parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação, energia, ambiente, obras e cultura, universidades, associações comerciais e industriais, órgãos da defesa civil, parques públicos e organizações não-governamentais.

As iniciativas desenvolvidas por Furnas são direcionadas para duas vertentes: educacional, que consiste na realização de atividades de informação e sensibilização para práticas sustentáveis de consumo, e técnica, que consiste na realização de estudos e projetos para melhorias em instalações e sistemas elétricos de áreas públicas e privadas, de modo a torná-los energeticamente eficientes.

Em 2013, Furnas participou de atividades técnicas descritas a seguir:

Modernização do Sistema de Iluminação do Ministério de Minas e Energia (MME)

O MME e Furnas assinaram Termo de Cooperação Técnica e iniciaram a modernização do sistema de iluminação do Edifício Sede deste Ministério, usando tecnologia de ponta para economizar energia, sem comprometer o conforto dos usuários. O projeto consistiu em dimensionar as lâmpadas do prédio, automatizando, via rede lógica, o controle do nível de iluminação interna.

O sistema, concluído com êxito em 2013, está presente em toda a extensão do edifício, customizado de acordo com o uso de cada espaço físico (salas de reunião, auditório, corredores), obedecendo aos níveis adequados de luminosidade de acordo com a NBR ISO/CIE 8995 - Iluminação de ambientes de trabalho.

Foram modernizadas aproximadamente 3.600 luminárias. Um telão instalado na entrada do prédio disponibiliza aos usuários informações sobre a economia obtida desde o início do funcionamento do projeto, que conta com garantia técnica de dois anos. A economia aferida pelo próprio Ministério foi de 60% do consumo do sistema de iluminação, o que equivale a 9% de redução na conta de energia elétrica.

Projeto de Melhoria da Iluminação Pública

Furnas colabora com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), desenvolvido pela Eletrobras/Procel, implementado pelas concessionárias distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica, que atende à determinação do Governo Federal quanto ao combate ao desperdício e ao estímulo ao uso eficiente de energia elétrica, promovendo a melhoria das condições de iluminação pública dos municípios do País, com reflexos positivos para o aumento do bem-estar da população.

Em 2013, foi concluído 32,34% da modernização da iluminação pública de Anápolis, município de Goiás. Mais de 13 mil pontos de luz foram substituídos. A diminuição foi de 2,7 mil MWh/ano no consumo de energia, além de uma demanda evitada de 619 kW no horário de ponta do sistema. Estes resultados geram economia anual de cerca de R\$ 450 mil (sem impostos) nos gastos da administração municipal com eletricidade.

O investimento necessário à execução desta etapa do projeto foi de R\$ 6,8 milhões. Do total dos recursos, 75% foram obtidos por Furnas junto à Eletrobras, por meio de linha de crédito e financiado à Prefeitura de Anápolis. Os demais 25% foram a contrapartida da administração municipal.

Projeto de Otimização e Eficiência Energética

Destaque para a modernização do sistema de iluminação de algumas áreas do Escritório Central de Furnas, tais como garagem, escadas, banheiros e da fachada dos prédios. Após estudos de diferentes soluções, foi empregada tecnologia de lâmpadas de LED, sendo os modelos tubulares nas áreas internas e refletores nas áreas externas, substituindo, ao todo, 693 luminárias com lâmpadas fluorescentes de 16 e 32 W por LED de 9 e 19 W, respectivamente. Os refletores antigos com potência de 250 e 400 W, foram substituídos por LED de 90 e 150 W, respectivamente.

Grande parte do sistema em questão permanece ligada 365 dias por ano, de 12 a 24 horas por dia. Com esta substituição, foram aferidas economias da ordem de 145 MWh/ano, além da redução de potência de 22 kW no horário de ponta do sistema. Por se tratar de uma tecnologia ainda nova no mercado, o sistema está em fase de testes, podendo ser ampliado para mais áreas da empresa.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Furnas participa acionariamente em empreendimentos de energia elétrica, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou Parceria, cujos parceiros estão descritos no quadro a seguir:

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Serra da Mesa S.A.	CPFL Geração de Energia S.A.
Consórcio APM Manso	Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman)
Enerpeixe S.A.	EDP Energias do Brasil S.A.
Retiro Baixo Energética S.A.	Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. Arcadis Logos Energia
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig) Neoenergia S.A.
Serra do Facão Energia S.A.	Alcoa Alumínio S.A. DME Energética S.A. Camargo Corrêa Energia S.A.
Foz do Chapecó Energia S.A.	CPFL Energia S.A. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)
Madeira Energia S.A.	Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia Andrade Gutierrez Participações S.A. Odebrecht Energia S.A. Cemig Geração e Transmissão S.A.
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	Neoenergia S.A. Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Odebrecht Participações e Investimentos S.A.
Consórcio Terra Nova S.A.	EDP Energias do Brasil S.A.
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.
Energia dos Ventos I S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Goiabeira Ltda.
Energia dos Ventos II S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Ubatuba Ltda.
Energia dos Ventos III S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Santa Catarina Ltda.
Energia dos Ventos IV S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Pitombeira Ltda.
Energia dos Ventos V S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica São Januário Ltda.
Energia dos Ventos VI S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda.
Energia dos Ventos VII S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Jandaia Ltda.
Energia dos Ventos VIII S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica São Clemente Ltda.
Energia dos Ventos IX S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Jandaia I Ltda.

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Energia dos Ventos X S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Horizonte Ltda.
Central Geradora Eólica Famosa I	Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações S.A. Comercial Mineira S.A. Ventos Tecnologia Elétrica S.A.
Central Geradora Eólica Pau Brasil S.A.	Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações S.A. Comercial Mineira S.A. Ventos Tecnologia Elétrica S.A.
Central Geradora Eólica Rosada S.A.	Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações S.A. Comercial Mineira S.A. Ventos Tecnologia Elétrica S.A.
Central Geradora Eólica São Paulo S.A.	Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações S.A. Comercial Mineira S.A. Ventos Tecnologia Elétrica S.A.
Consórcio Bom Jesus	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Bom Jesus Ltda.
Consórcio Cachoeira S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Cachoeira Ltda.
Consórcio Pitimbu S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Pitimbu Ltda.
Consórcio São Caetano S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica São Caetano Ltda.
Consórcio São Galvão S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica São Galvão Ltda.
Consórcio Carnaúba I S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Carnaúba I Ltda.
Consórcio São Carnaúba II S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Carnaúba II Ltda.
Consórcio São Carnaúba III S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Carnaúba III Ltda.
Consórcio São Carnaúba V S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Carnaúba V Ltda.
Consórcio Cervantes I S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Cervantes I Ltda.
Consórcio Cervantes II S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Cervantes II Ltda.
Consórcio Punaú I S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão Central Eólica Punaú I Ltda.
Consórcio Arara Azul S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Arara Azul Ltda.
Consórcio Bentevi S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Bentevi Ltda.
Consórcio Ouro Verde I S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Ouro Verde I Ltda.
Consórcio Ouro Verde II S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Ouro Verde II Ltda.
Consórcio Ouro Verde III S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Ouro Verde III Ltda.
Consórcio Santa Rosa S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Santa Rosa Ltda.

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Consórcio Uirapuru S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Uirapuru Ltda.
Consórcio Ventos do Angelim S.A.	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. Central Eólica Angelim Ltda.
Complexo Serra do Mel	Eólica Tecnológica S.A. Gestamp Eólica Brasil Ltda.
Complexo Itaguaçu da Bahia	Salus Fundo de Investimento em Participações Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
Inambari Geração de Energia S.A.	Centrais Elétricas Brasileira S.A. (Eletrobras) Construtora OAS
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
Transenergia Renovável S.A.	J. Malucelli Construtora de Obras S.A.
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)
Transenergia São Paulo S.A.	J. Malucelli Energia S.A.
Transenergia Goiás S.A.	J. Malucelli Energia S.A.
Goiás Transmissão S.A.	J. Malucelli Energia S.A. Desenvix Energias Renováveis S.A.
MGE Transmissão S.A.	J. Malucelli Energia S.A. Desenvix Energias Renováveis S.A.
Caldas Novas Transmissão S.A.	CEL Engenharia Ltda. Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	State Grid Brazil Holding S.A.
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Companhia Paranaense de Energia (Copel) State Grid Brazil Holding S.A.
Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	Fundo de Investimentos em Participações Caixa Milão Celg Geração e Transmissão S.A.
Consórcio Mata de Santa Genebra	Copel Geração e Transmissão S.A.
Consórcio Lago Azul	Celg Geração e Transmissão S.A.

Fonte: Gerência de Empreendimentos em Participação (GEP.N).

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

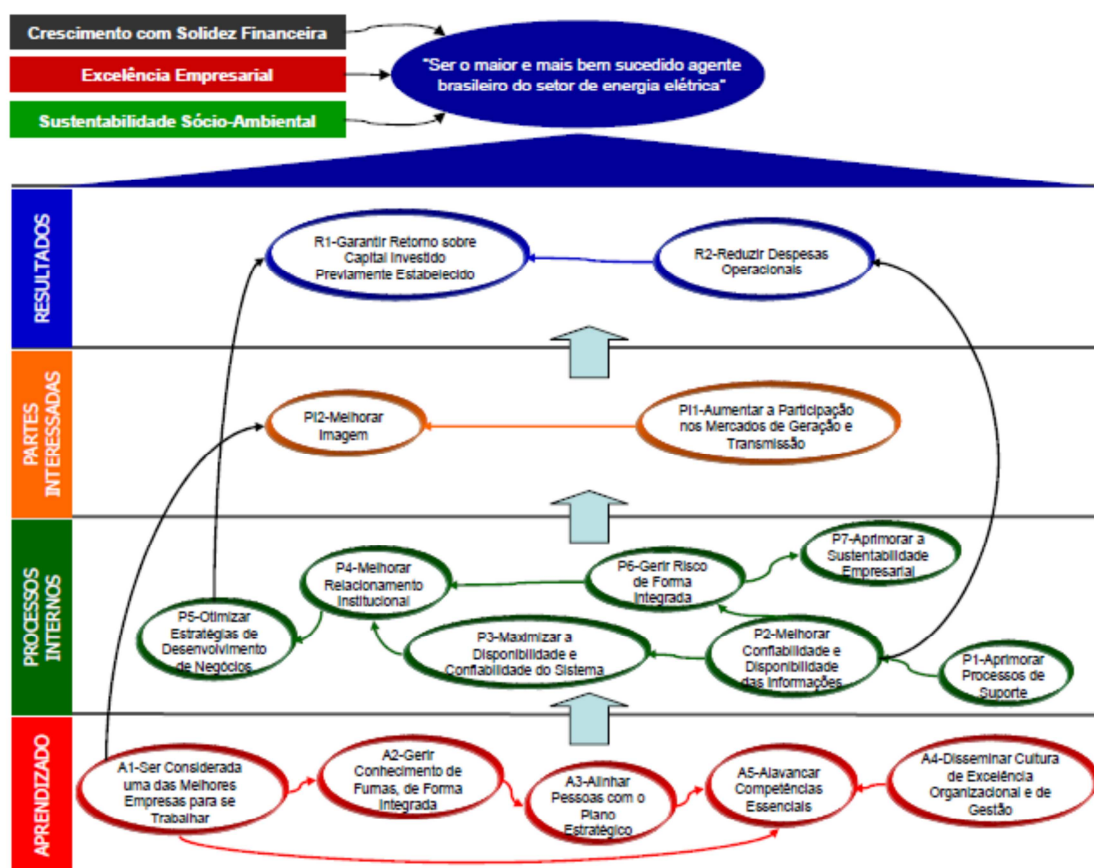
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

No ano de 2008, Furnas concluiu o seu planejamento estratégico para o ciclo 2008-2018, projeto pelo qual foram definidas a estratégia de atuação, as recomendações de indicadores estratégicos e o respectivo modelo de acompanhamento.

Desde então, a Empresa se mobilizou para implementar o que foi definido no âmbito do referido projeto dando andamento a algumas ações estratégicas como por exemplo: a construção do Portal Implantação do Planejamento Estratégico (Portal IPE), que possibilita o acesso às informações, verificação do desempenho estratégico da Empresa e percepção dos resultados dos esforços para a conquista da visão de futuro estabelecida, e algumas iniciativas de Gestão de Conhecimento e de Riscos.

A primeira versão do mapa estratégico de Furnas, contemplando a sistematização das estratégias com as quais a empresa pretende criar valor de forma sustentável e a identificação dos Fatores Críticos para seu sucesso, foi elaborada com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) em 2008 e revista em 2010 para inclusão das conclusões oriundas do Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras (PTSE). Essa última revisão, exposta na figura abaixo, segue norteando as ações da empresa nas quatro perspectivas de Aprendizagem, de Processos Internos, de Partes Interessadas e de Resultados:



No entanto, a edição, em 11 de setembro de 2012, da Medida Provisória (MP) 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, veio alterar significativamente o marco regulatório do Setor Elétrico e demonstrou a disposição do Governo Federal em reduzir as tarifas, de forma a gerar um ambiente de maior competitividade no país.

O novo cenário possibilitou a prorrogação dos contratos de concessão que venceriam em 2015 e 2017 por até 30 anos, caso as concessionárias aceitassem a remuneração de ativos já amortizados e depreciados limitada ao custo de manutenção e operação. Caso a condição não fosse aceita, o concessionário poderia manter a remuneração pela regra antiga e os ativos seriam novamente licitados ao final das concessões.

Consciente da importância de dar mais uma contribuição para o desenvolvimento do país, a Assembleia de Acionistas da Empresa, realizada ao final de 2012, aprovou a adesão às condições impostas pela MP 579, entretanto as mudanças introduzidas tiveram impacto significativo na operação e na geração de caixa de Furnas, tendo em vista a perda estimada de receita da ordem de R\$ 2 bilhões anuais.

Nesse contexto, Furnas, no ano de 2013, deu sequência às iniciativas estratégicas que já vinham sendo implementadas com vistas à sua rápida readequação às novas regras setoriais como, por exemplo, ao Projeto de Reestruturação Organizacional, intitulado PRO-Furnas, cujo objetivo era o de projetar uma nova estrutura organizacional, voltada à gestão por processos e projetos, a fim de aumentar a eficiência e otimizar custos da empresa.

Com a nova estrutura organizacional concebida pelo PRO-Furnas, as atividades de Planejamento Estratégico, antes vinculadas à Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações, passaram à Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade, uma nova área, subordinada à Diretoria da Presidência.

Além disso, a empresa intensificou seus esforços no que se refere ao Planejamento Estratégico visando à ampliação das medidas voltadas à superação da perda de receita gerada pela prorrogação das concessões e à retomada de crescimento com sustentabilidade e excelência operacional.

Nessa direção, foi iniciado um projeto de Revisão e Implantação do Planejamento Estratégico, norteado pelos seguintes novos direcionadores estratégicos emanados da Diretoria:

Excelência Operacional – Cabe realizar o suprimento e o fornecimento de eletricidade dentro de elevados níveis de qualidade. Furnas sempre esteve entre as melhores empresas de geração e transmissão e precisa manter esse nível, sendo oportuno estudar ainda a possibilidade de elevá-lo. A imagem de Furnas precisa se manter favorável junto ao público em geral e, especialmente, perante aos moradores das regiões adjacentes às suas instalações. O desenvolvimento tecnológico e a inovação representam outra vertente da maior relevância.

Crescimento Sustentável – É imprescindível crescer a participação atual de Furnas dentro do mercado de geração e transmissão de energia elétrica. Pelo Planejamento Estratégico, essa diretriz é examinada pela verificação da possibilidade de preservar, elevar ou diminuir o *market share*, tomando-se como referência as projeções para o Setor Elétrico.

Readequação à Tarifa – Para proteger a receita operacional, considerando sua adequação às tarifas homologadas, além das naturais ações junto à Aneel, cabe aperfeiçoar o processo gerencial de Furnas, de início elencando as medidas a serem tomadas em favor da maximização da arrecadação.

Além de adaptar o Plano Estratégico ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para a recuperação de Furnas no curto prazo, serão definidos, no âmbito do projeto, objetivos, indicadores e metas gerenciais para os próximos anos e, por fim, implantado um modelo de acompanhamento e gestão da estratégia, foco central do projeto. Para tanto, foram previstas as seguintes etapas principais:

- **Entendimento do diagnóstico estratégico e visão do negócio de Furnas**, consiste na efetivação de uma reanálise da visão estratégica e de negócio definida pela Empresa para identificação de áreas/processos alvo relacionadas com os tópicos de maior correlação com os objetivos de Furnas nos três direcionadores anteriormente elencados, identificando os custos e despesas prioritários que impactam os resultados;
- **Revisão do Mapa, Indicadores, Iniciativas e Metas Estratégicas** definidas no Planejamento Estratégico de Furnas, identificando a correlação com os resultados da Empresa e *benchmarks* de mercado;
- **Revisão da Estrutura Lógica do Sistema de Medição** e acompanhamento da implantação da estratégia.

No final de 2013 foram iniciadas reuniões, com a participação de todas as diretorias e superintendências, com a finalidade de, a partir do diagnóstico decorrente da realização da primeira etapa, definir objetivos, indicadores e metas gerenciais alinhados aos direcionadores estratégicos, ao Plano Diretor da empresa e às demais iniciativas estratégicas já em curso.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 Programa Temático

Não se aplica a Furnas.

2.2.1.1 Análise Situacional

Não se aplica a Furnas.

2.2.2 Objetivo

Não se aplica a Furnas.

2.2.2.1 Análise Situacional

Não se aplica a Furnas.

2.2.3 Ações

Não se aplica a Furnas.

2.2.3.1 Ações – OFSS

Não se aplica a Furnas.

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Não se aplica a Furnas.

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Não se aplica a Furnas.

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO							
Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1G96.0001			Tipo: Projeto			
Título	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão (MG/GO)						
Iniciativa	04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)						
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
132.218.244	132.625.975	123.593.433	Adicionar 52,5 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	12%	12%	8%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel nº 002, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº 002/2006 – MME, assinado em 15/08/2006.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e, em 2013, atingiu 98,7 % de execução física.

Em 2013 destacamos a realização das seguintes atividades:

- 1ª etapa do enchimento do reservatório (concluída em maio/2013);
- 2ª etapa do enchimento do reservatório (atingiu 84,2% da sua capacidade total);
- Montagem das Unidades Geradoras (UG) 1 e 2 (concluída);
- Comissionamento das UG 1 e 2;
- Implantação da LT 138 kV Batalha-Paracatu, da SE Batalha e da SE Paracatu 1 (concluída);
- Obras civis de construção das estradas de acessos internas definitivas (concluídas);
- Serviços nas Redes de Distribuição de Energia Elétrica Rural RDR (concluídos);
- Programas Ambientais.

Por ocasião do comissionamento a UG 1, verificou-se a ocorrência de problemas na vedação do eixo da unidade geradora, o que resultou na necessidade da substituição por um novo sistema de vedação. Com isso, o novo cronograma de operação passou a ser:

- UG 1 - prevista para janeiro/2014;
- UG 2 - prevista para fevereiro/2014.

Essa ação atingiu 98,70 % de realização global.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.1G98.0030 Tipo: Projeto
Título	Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)
Iniciativa	000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
115.758.898	126.147.656	116.027.549	Adicionar 333,7 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	8%	8%	7%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº 003/2006 – MME, assinado em 15/08/2006.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e, em 2013, atingiu 97,78 % de execução física.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW novos ao sistema elétrico interligado por meio de três UG na UHE Simplício e duas UG na PCH Anta.

Em 2013 destacamos a realização das seguintes atividades:

UHE Simplício:

- O enchimento do reservatório foi concluído em 26/03/2013;
- As três UG entraram em operação comercial conforme descrito abaixo:
 - UG1 – 05/06/2013
 - UG2 – 05/06/2013
 - UG3 – 07/06/2013
- A implantação da LT Simplício – Rocha Leão foi energizada em 20/03/2013;
- As atividades de obras civis foram concluídas;
- As obras de interligação foram concluídas (circuito hidráulico);
- Estão sendo implantados os sistemas isolados da rede de tratamento de esgoto dos sistemas isolados no trecho de vazão reduzida, que abrangem as áreas que não foram atendidas pela rede convencional.

PCH Anta:

- A implantação LT UHE Anta – UHE Simplício foi concluída;
- O enchimento do reservatório foi concluído em 27/02/2013;
- As atividades de obras civis foram concluídas;
- Encontra-se em andamento os serviços de montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras 1 e 2.

Em função de atraso ocorrido no fornecimento de equipamentos, o novo cronograma para a entrada em operação passou a ser:

- UG1 – prevista para julho/2014;
- UG2 – prevista para janeiro/2015.

Essa ação atingiu 97,78 % de realização global.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3292.0031			Tipo: Projeto			
Título	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)						
Iniciativa	O1G1 - Manutenção do parque gerador de energia						
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
37.773.650	64.544.669	60.741.169	Contempla a modernização da UHE Furnas, que consiste na atualização tecnológica das 8 Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina.	Usina modernizada	1%	1%	1%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 destacamos a realização das seguintes atividades:

- Modernização da UG 1, que foi concluída em agosto de 2013;
- Modernização da UG 8. Está prevista para entrar em operação em abril de 2014;
- As modernizações das UG 2, 3, 4, 5 e 6 foram concluídas anteriormente;

Essa ação atingiu 96,34 % de realização global.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.3414.0033			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW, através de Ciclo Combinado (RJ)						
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código: 0037						
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033		Tipo:			
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
40.000.000	2.053.099	1.029.747	Considera a ampliação da UTE Santa Cruz, com o aumento da capacidade das unidades 1 e 2, por meio da implantação de ciclo combinado a gás natural, disponibilizando 350 MW novos.	Usina ampliada	1%	1%	0%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 tiveram andamento os serviços de suporte ao comissionamento dos turbogeradores 1 e 2 utilizando gás natural como combustível.

Um novo processo licitatório foi realizado e encontra-se em fase de assinatura do contrato. Com isso a operação das duas unidades geradoras em ciclo combinado está prevista para:

- UG 1 – novembro/2014;
- UG 2 – dezembro/2014.

Essa ação atingiu 98% de realização global.

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.7066.0031	Tipo: Projeto
Título	Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)	
Iniciativa	O1G1 - Manutenção do parque gerador de energia	
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.371.375	3.889.909	3.840.857	Contempla a modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho a qual consiste na atualização tecnológica das Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras.	Usina modernizada	1%	1%	1%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Foram concluídas as modernizações de todas as unidades geradoras. Em 2013 foram realizados pagamentos referentes ao fornecimento de equipamentos.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L2.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste					
Iniciativa		000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas					
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
100.000	100.000	0	Ampliações do sistema de geração de energia elétrica	Sistema implantado	1%	1%	0%

		de Furnas, por meio da implantação de usinas hidrelétricas, nas quais cada usina hidrelétrica tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA.			

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.14L5.0001 Tipo: Projeto
Título	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica
Iniciativa	000X - Implantação de Parques Eólicos
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Implantação de usinas geradoras de energia elétrica que utilizem a fonte eólica para gerar energia, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Parque implantado	1%	1%	0%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.14L6.0001	Tipo: Projeto
Título	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa	
Iniciativa	000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Implantação de usinas termelétricas de geração de energia elétrica que utilizem a biomassa como combustível, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Usina implantada	1%	1%	0%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.14LE.0001	Tipo: Projeto
Título	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação	
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação	
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código: 0037	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.	
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	100.000	0	Promover implementações em usinas de geração de energia elétrica que visem aumentar a capacidade de energia a ser disponibilizada ao sistema,	Capacidade ampliada	1%	1%	0%

	considerando os empreendimentos cujo valor total do investimento seja inferior ao valor considerado para a criação de uma iniciativa.			

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Em 2013 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação										
Código			25.752.2033.1G97.0035					Tipo: Projeto		
Título			Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)							
Iniciativa			0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações							
Objetivo			Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras					Código: 0036		
Programa			Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:			
Unidade Orçamentária			32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.							
Ação Prioritária			(x) Sim () Não					Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta							
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado			
22.255.325	24.847.878	21.083.414	O empreendimento consiste basicamente na construção das instalações dos circuitos em 345 kV Tijuco Preto- Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti-Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas de um circuito) e os respectivos equipamentos terminais de manobra, proteção, supervisão e controle, telecomunicações.	Linha implantada	13%	13%	7%			

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel nº 001 (lote G), de 17/11/2005. O contrato de concessão Nº 007/2006, foi assinado em 27/04/2006.

Em 26/11/2010 foi emitida a Licença Ambiental de Instalação somente para o trecho entre as Subestações Tijuco Preto e Itapeti (LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti).

Em 31/07/2012 foi emitida a Licença Ambiental de Instalação para o trecho entre as Subestações Itapeti e Nordeste (LT 345 kV Itapeti-Nordeste).

O trecho entre as Subestações Tijuco Preto e Itapeti foi concluído em 07/01/2013.

A construção do trecho LT 345kV Itapeti-Nordeste e Subestações Associadas teve sua construção iniciada em 02/05/2013 e tem previsão para entrar em operação em 30/06/2014. Em 2013 tiveram andamento as atividades de obras civis, fornecimento e montagem eletromecânica além das atividades relativas à Gestão Ambiental e Fundiária.

Essa ação atingiu 92% de realização global.

Houve atraso na emissão da Licença Ambiental de Instalação para o trecho LT 345 kV Itapeti-Nordeste e Subestações Associadas, com isso a empresa responsável pela implantação desse trecho não renovou o contrato e um novo processo de contratação teve que ser realizado. O que impactou no cronograma de implantação.

Identificação da Ação									
Código			25.752.2033.121X.0031					Tipo: Projeto	
Título			Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (500 kV - 180 km) - (MG)						
Iniciativa			0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações						
Objetivo			Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras					Código: 0036	
Programa			Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária			32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária			(x) Sim ()Não					Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria	
Execução Financeira e Física									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta						
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado		
44.700.000	50.522.001	49.005.535	Ações necessárias para a implantação de LT 500 kV, com extensão aproximada de 180 km, origem na SE Bom Despacho 3 e término na SE Ouro Preto 2. Contempla 2 entradas de linha, 1 interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral e dos barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, e demais instalações associadas.	Sistema implantado	62%	62%	45%		

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão nº 003/2009 – Aneel foi assinado em 28/01/2009.

A LT 500 kV Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2, teve sua construção iniciada em novembro de 2012.

Em 2013, foram desenvolvidas atividades de projeto, fornecimento de equipamentos, materiais, obras civis e de montagens eletromecânicas na Linha de Transmissão e nas Subestações Bom Despacho e Ouro Preto, além de ações referentes à gestão fundiária e a execução de Programas Ambientais.

Essa ação atingiu 85 % de realização global.

Houve atraso na emissão da Licença Ambiental de Instalação (emitida em dezembro de 2012), necessidade de criação de variante na área da Empresa de Mineração – Gerdau, além de embargos fundiários e por questões de arqueologia, com isso a previsão de conclusão do empreendimento passou a ser abril de 2014.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.12DB.0030			Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)						
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações						
Objetivo	Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033	Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
66.802.380	40.691.200	21.387.048	Ações necessárias para a implantação da LT Mascarenhas-Linhares, 230 kV, com extensão de 99 km; da SE Mascarenhas 230 kV com 1 entrada de linha; e da SE Linhares 230/138 kV, com módulo geral 230 kV, 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, de 150 MVA (3 unidades de 50 MVA e 1 reserva), e conexões associadas, interligação de barras 230 kV, interligação de barras 138 kV, 1 entrada de linha 230 kV e 4 entradas de linha 138 kV.	Obra executada	81%	65%	24%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão nº 006/2010 – Aneel foi assinado em 12/07/2010.

A Licença Prévia foi emitida em 16/01/2013 e a Licença Ambiental de Instalação está prevista para ocorrer em janeiro de 2014.

No ano de 2013 tiveram andamento as atividades referentes à gestão fundiária, acompanhamento do projeto e fornecimento de materiais.

Essa ação atingiu 27% de realização global.

Em virtude de embargos fundiários e da falta da Licença Ambiental de Instalação a obra ainda não foi iniciada.

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.14L3.0001			Tipo: Projeto		
Título		Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste					
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações					
Objetivo		Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras Código: 0036					
Programa		Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:	
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
50.764.821	51.652.606	35.587.189	Ampliações do sistema de transmissão de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de linhas de transmissão e de subestações nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Sistema ampliado	5%	5%	4%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Atualmente essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

1. LT 230 kV Xavantes-Pirineus:

Consiste na implantação da Linha de Transmissão Xavantes-Pirineus, em 230 kV, com 50 km de extensão, localizada no Estado de Goiás.

Empreendimento adjudicado à Furnas através do Leilão Aneel nº 004, Lote D, de 02/09/2011. O Contrato de Concessão nº 014/2011-Aneel foi assinado em 09/12/2011.

A Licença Ambiental de Instalação foi emitida em 19/07/2013.

No ano de 2013, teve andamento atividades referentes à gestão fundiária e ambiental, acompanhamento do projeto e fornecimento de materiais.

O empreendimento está previsto para ser concluído em setembro de 2014, e apresenta 21% de realização.

Na LT Xavantes-Pirineus houve atraso na emissão de ordens de serviço e da Licença Ambiental de Instalação.

2. SE Zona Oeste 500/138 kV

Consiste na implantação de 1 banco de transformador 500/138 kV - (3+1R) x 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras.

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel nº 002/2012 Lote E de 09/03/2012. O Contrato de Concessão nº 016/2012-Aneel foi assinado em 10/05/2012.

A Licença de Instalação foi emitida em 19/02/2013, e a obra foi iniciada em 07/05/2013.

O Ibama emitiu autorizações para supressão de vegetação e afugentamento da fauna em 02 e 03/04/2013, respectivamente.

No ano de 2013, teve andamento as atividades referentes à gestão ambiental, acompanhamento do projeto, obras civis e fornecimento de materiais e equipamentos com destaque para entrega dos autotransformadores e disjuntores.

Na SE Zona Oeste houve atraso na emissão da Autorização de Supressão de Vegetação, com isso a obra somente iniciou em maio de 2013.

O empreendimento está previsto para ser concluído em maio de 2014, e apresenta 51% de realização.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1A01.0033			Tipo: Projeto			
Título	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)						
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações						
Objetivo	Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
400.000	718.280	650.219	Implantação da LT Macaé-Campos, 3º circuito, com 92 km de extensão, circuito simples, em 345 kV, e subestações associadas.	Sistema implantado	1%	1%	1%

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Este empreendimento foi adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 001/2004 – lote G, de 30/09/2004 e entrou em operação em 02/06/2010.

As realizações foram referentes a pagamentos com indenizações de alguns proprietários atingidos na área do empreendimento e aceites finais do empreendimento.

Essa ação atingiu 100% de realização global.

Identificação da Ação							
Código		25.122.0807.4101.0001			Tipo: Atividade		
Título		Manutenção e Adequação de Bens Imóveis					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais					
Unidade Orçamentária		Código: 0807 Tipo: 32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
16.569.236	20.616.317	11.601.154	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	*

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F), Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E), Assessoria de Apoio à Gestão Técnica (AAG.O) e Diretoria de Administração (DA).

Análise Situacional

Construção do novo prédio administrativo da Gerência Regional Minas (GRM.O) e do almoxarifado na SE Rio Verde; compra de divisórias e instalação de ar condicionado nos laboratórios de ensaio da Gerência de Centro Técnico de Ensaio e Suporte a Manutenção (GES.O).

Tiveram andamento as obras referentes à integração dos Sistemas Monitoramento e Segurança de Furnas. Além disso, foi concluída a reforma do estacionamento e modernização dos elevadores do Escritório Central e adquiridos galpões lonados com estruturas metálicas para estocagem de materiais.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4102.0001			Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						
Unidade Orçamentária	Código: 0807 Tipo: 32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogra- mado	Realizado
18.613.839	30.481.237	27.023.092	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio.	*	*	*	*

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F), Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E), Assessoria de Apoio à Gestão Técnica (AAG.O) e Diretoria de Administração (DA)..

Análise Situacional

Em 2013 foram realizadas aquisições de equipamentos e instrumentos para os laboratórios de Furnas, tais como: máquina de prototipagem, medidores de vazão eletromagnético; compressor de ar, paquímetro e lixadeira. Além disso, também foram realizadas aquisições de equipamentos gerais, tais como: veículos leves para fiscalização; aparelhos de ar condicionado; GPS; câmera digital; mobiliário etc.

Além disso, foram adquiridos 5 caminhões com cesta isolada para trabalho em linha e pick-ups para equipes de manutenção como parte da renovação programada da frota de Furnas; e equipamento para tratamento de óleo isolante de transformadores e de gás SF₆ para uso em disjuntores e sistemas de combate a incêndio.

Além disso, foram adquiridos 5 caminhões com cesta isolada para trabalho em linha, pick-ups para equipes de manutenção e veículos como parte da renovação programada da frota de Furnas, bem como empilhadeiras e equipamento para tratamento de óleo isolante de transformadores e de gás SF₆ para uso em disjuntores e sistemas de combate a incêndio.

Identificação da Ação	
Código	25.126.0807.4103.0001 Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais Código: 0807 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
22.164.420	45.700.231	31.735.721	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	*

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F), Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E) e Diretoria de Administração (DA).

Análise Situacional

Em 2013 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- manutenção evolutiva e corretiva dos sistemas de informática de Furnas tais como: sistema geográfico de informações (Gisfurnas) e sistema integrado de gestão empresarial (ERP) SAP ERP;
- manutenção evolutiva dos servidores, *software* e treinamento do Sistema de Detecção de Descarga Atmosférica (SISDAT);
- implantação da Rede Integrada de Sincronismo (RISO);
- renovação e aquisição de licenças de *software*;
- aquisição de equipamentos e materiais de informática, tais como: estações de trabalho, videoconferência, scanners, impressoras, fibra ótica, etc.;
- implantação da rede operativa de telecomunicações, compreendendo as redes locais para atendimento aos serviços de proteção, controle e supervisão nas usinas e subestações;
- aquisição de equipamentos, instalação e treinamento da rede de micro-ondas digital da Rota Itaipu;
- aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento dos sistemas de telecomunicações para as Subestações de Ouro Preto e Bom Despacho;
- projeto, aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento do sistema de telefonia sobre *Internet Protocol* (IP) nas Subestações: Bandeirantes, Brasília Sul e Jacarepaguá; UTE Santa Cruz; escritórios regionais e escritório central;
- projeto, aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento da rede de comunicação de dados e voz de Furnas nas áreas regionais (Subestações: Vitória, Cachoeira Paulista, Funil, Porto Colômbia, Campinas, Tijuco Preto, Jacarepaguá, Brasília Sul, Rio Verde e Mogi das Cruzes; Usinas: Funil, Porto Colômbia, Campos e Santa Cruz; além do Quilômetro Zero e do Escritório Central).

Identificação da Ação	
Código	25.752.2119.8549.0001 Tipo: Atividade
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
18.449.402	20.139.388	18.415.932	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	*

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

Entre os principais eventos destacam-se os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas, os Termos de Ajustamento de Conduta e Condicionantes Ambientais voltados ao cumprimento de exigências inerentes à obtenção e renovação de Licença de Operação de diversas instalações.

Nas UHE Itumbiara, Corumbá, Marimondo, Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Porto Colômbia e Furnas, tiveram andamento atividades de recuperação de áreas remanescentes, através do plantio de espécies arbóreas nativas.

Além disso, foram realizados programas ambientais de monitoramento da ictiofauna e limnologia, programas de educação ambiental.

Nas UHE Marimondo e Itumbiara, tiveram andamento atividades de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), em atendimento às condicionantes de licenças de operação vigentes.

Teve andamento a construção de caixa separadora de água e óleo, parede corta fogo e bacia de drenagem de óleo na UTE Campos por exigência de órgãos ambientais e a recuperação e adequação ambiental na UHE Funil.

Na UHE Itumbiara, foram concluídos a construção de caixa separadora de água e óleo e sistemas de drenagem nas subestações (345 kV e 500 kV) da usina, a construção de caixa separadora de água e óleo da casa de força, e a recuperação das erosões 2 e 4, na margem direita do reservatório da usina.

Na UHE Corumbá, foram concluídos a edificação de abrigo dos resíduos industriais e a construção de bacia de contenção para transformador, no pátio de transformador.

Nas UHE Simplício e Batalha, tiveram andamento as Ações Complementares oriundas do projeto básico ambiental que subsidia a implantação dos referidos empreendimentos.

Tiveram andamento o monitoramento e o gerenciamento dos demais programas ambientais nas UHE Serra da Mesa, Corumbá e Santa Cruz e nas LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto III e Cachoeira Paulista-Adrianópolis III, os quais são requisitos das respectivas Licenças de Operação.

Foram concluídos, em 2013, os contratos de compensação ambiental para as LT Ivaiporã-Itaberá III, Bateias-Ibiúna, Outro Preto II-Vitória e Foz do Iguaçu-Ivaiporã III.

Foram realizadas indenizações fundiárias na UHE Serra da Mesa e APM Manso.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.200J.0001			Tipo: Atividade			
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica						
Iniciativa	002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações						
Objetivo	Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema. Código: 0037						
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:		
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogr -mado	Realizado
139.266.791	111.706.570	100.531.483	Implantação de reforços e melhorias em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em função do aumento da demanda no país visando adequar o sistema elétrico, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão, da Empresa de Pesquisa Energética, e as indicações Plano de	*	*	*	*

	Ampliação e Reforços do ONS. Compreende os reforços e melhorias autorizados pela Aneel nas instalações que compõem o sistema de transmissão de Furnas.			

* Ação Orçamentária classificada como Atividade e caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F) e Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E).

Análise Situacional

A cada ano vários novos projetos são incorporados ao elenco existente em fase de implantação através de Resoluções Autorizativas da Aneel, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2013, foram energizados 14 empreendimentos, conforme a seguir:

- **SE Campinas** – aquisição e substituição de 01 disjuntor, 05 seccionadores e 03 transformadores de corrente;
- **SE Tijuco Preto** – aquisição e substituição das bobinas de bloqueio da LT Cachoeira Paulista I;
- **SE Vitória** – substituição dos 6 para-raios dos vãos das linhas de transmissão 345 kV para Campos e Viana;
- **SE Poços de Caldas** – instalação do Sistema de Medição de Faturamento (SMF) nos vãos de linha São João da Boa Vista 1 e 2. Substituição dos transformadores de corrente e potencial e instalação do painel de medidores;
- **SE Samambaia** – implantação de 02 vãos de linha de 138 kV para as Subestações Samambaia Oeste e Ceilândia Norte (da CEB);
- **SE Mascarenhas de Moraes** – aquisição e substituição de 06 transformadores de corrente 345 kV no vão de linha Mascarenhas de Moraes – Estreito;
- **SE Mascarenhas de Moraes** – aquisição e instalação de um banco de autotransformadores 345/138/13,8 kV - 400 MVA e dos vãos de transformação associados constituídos de 01 disjuntor, 04 seccionadores, 03 transformadores de corrente, 01 transformador de potencial capacitivo e 03 para-raios em 138 kV, bem como 01 disjuntor, 04 seccionadores, 03 transformadores de corrente, 03 transformadores de potencial capacitivos e 03 para-raios em 345kV;
- **LT 345 kV Mogi das Cruzes - Atibaia II - 1A** – aquisição e substituição dos cabos para-raios nas proximidades da SE Mogi das Cruzes 345 kV (LT 345 kV Mogi das Cruzes-Atibaia II), em uma extensão de 12 km;
- **SE Campos** – aquisição e substituição de 12 para-raios de 345 kV nos vãos de linha para Macaé I e II, Vitória e Viana;
- **SE Brasília Geral** – aquisição e instalação de um autotransformador trifásico de 230/34,5 kV – 60 MVA para atuar como reserva fria;
- **SE Mogi das Cruzes** – aquisição e substituição de disjuntores, seccionadores e transformadores de corrente superados: na entrada de linha São José I (01 disjuntor, 03 transformadores de corrente); na entrada de linha São José II (01 disjuntor, 03 transformadores de corrente); na entrada de linha Mogi (02 seccionadores) e na Interligação de Barras (02 chaves seccionadoras).

- **SE Mogi das Cruzes** – aquisição e substituição de 05 disjuntores, 22 seccionadores e 09 transformadores de corrente de 345 kV;
- **SE Grajaú** – instalação da 2ª fase reserva com potência de 200 MVA para o banco de transformadores de 500/138 kV;
- **SE São José** – instalação de 2 vãos de linha de 138 kV para as Subestações Rosali e Washington Luiz;

Além disso, foram energizados/concluídos parcialmente 07 empreendimentos, conforme a seguir:

- **SE Águas Lindas** – seccionamento da linha de transmissão 230 kV Barro Alto-Brasília Sul, com a implantação de dois trechos de 50 metros de linha 230 kV para a SE Águas Lindas; instalação de dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla 4 chaves e construção de casa de controle;
- **SE Furnas** – aquisição e substituição de 09 disjuntores, 40 seccionadores, 24 transformadores de corrente e 05 filtros de onda no setor de 345 kV, sendo 01 disjuntor, 05 seccionadores, 03 transformadores de corrente para os vãos de linha de Furnas-Mascarenhas de Moraes, Furnas-Estreito, Furnas-Itutinga 1, Furnas-Poços de Caldas 1, Furnas-Poços de Caldas 2 e Furnas-Pimenta 1; 01 disjuntor e 05 seccionadores para o vão de linha Furnas - Itutinga 2; 01 disjuntor e 03 seccionadores para o vão de amarre e 01 disjuntor, 02 seccionadores e 06 transformadores de corrente para o vão de seccionamento de barras; 05 filtros de onda para os vãos de linha Furnas-Pimenta 1, Furnas-Itutinga 1, Furnas-Itutinga 2, Furnas-Poços de Caldas 2 e Furnas-Luiz Carlos Barreto;
- **SE Mascarenhas de Moraes** – aquisição e substituição de 08 disjuntores, 30 seccionadores e 24 transformadores de corrente em 138 kV para os vãos de linha Mascarenhas de Moraes-Morro do Cipó, Mascarenhas de Moraes-Cevasa, Mascarenhas de Moraes-Cassia, Mascarenhas de Moraes-Jaguara, Mascarenhas de Moraes-Franca 1 e Mascarenhas de Moraes-Franca 2, para o vão do transformador TR12 e para o vão de amarre, bem como a modificação do arranjo do barramento do setor de 138 kV de barra principal e transferência para barra dupla;
- **SE Mascarenhas de Moraes** – aquisição e substituição de 04 disjuntores, 08 seccionadores e 12 transformadores de corrente em 138 kV para os vãos de máquina UG1, UG2, UG3 e UG4;
- **SE Mascarenhas de Moraes** – aquisição e instalação do 2º banco de autotransformadores 345/138/13,8 kV - 400 MVA e dos vãos de transformação associados constituídos de 01 disjuntor, 04 seccionadores, 03 transformadores de corrente, 03 transformadores de potencial capacitivo e 03 para-raios em 138 kV, bem como 02 disjuntores, 04 seccionadores, 03 transformadores de corrente, 03 transformadores de potencial capacitivos e 03 para-raios em 345 kV.
- **SE Tijuco Preto** – aquisição e instalação do 4º banco de autotransformadores de 1.500 MVA e respectivos vãos de conexão;
- **SE Mogi das Cruzes** – aquisição e substituição de chaves seccionadoras e bobinas de bloqueio: na entrada de linha São José I (03 seccionadores e 01 bobina de bloqueio) e entrada de linha São José II (03 seccionadores e 01 bobina de bloqueio) e barramento parcial.

Houve atraso no fornecimento de alguns equipamentos, além disso, não foram autorizados os desligamentos para dois empreendimentos na SE Furnas. Com isso, os cronogramas tiveram que ser replanejados.

Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.200M.0001		Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica		
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia		
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437		
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Ação Prioritária	() Sim (x)Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
44.791.535	65.522.307	61.489.582	Implantação de ações necessárias à manutenção e modernização em Usinas em operação de forma a garantir as condições operacionais adequadas ao atendimento à demanda com confiabilidade e segurança, além de aprimorar e otimizar as condições de funcionamento das unidades geradoras, preservando o desempenho e a maior eficiência das usinas.	*	*	*	*

* Ação Orçamentária classificada como Atividade e caracterizada pela implantação contínua de projetos de geração com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F), Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E) e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica (AAG.O).

Análise Situacional

Em 2013, tiveram andamento as seguintes atividades:

- Sistema de Hidrometeorologia de Furnas (SHF) – fornecimento de equipamentos, elaboração de documentação técnica, projeto executivo de interligação, treinamento, inspeção e testes de aceitação em fábrica e serviços de instalação e comissionamento. Foram concluídas a instalação de 29 Estações de Hidrometeorologia e 31 estações da Rede Telemétrica Meteorológica;
- UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho – concluídas a construção de 06 edificações na área industrial e a construção de estacionamento com cobertura na casa de visitas;
- UHE Itumbiara – concluídas a rede de água bruta do vertedouro e a construção de alambrado delimitador da área industrial;
- UHE Furnas – em andamento a construção do novo escritório administrativo.
- UHE Mascarenhas de Moraes – tiveram andamento a adequação dos sistemas de água e esgoto da vila residencial da usina; a construção da oficina/ferramentaria e escritório de campo na área industrial e a construção de edificação do transporte leve da usina.
- UHE Marimbondo – concluídas a construção do muro limitador da área industrial e a execução de infraestrutura para instalação de sistema de segurança, e encontra-se em andamento a construção da caixa de contenção na área adjacente ao transformador da fase C da UG 01.
- UHE Porto Colômbia – em andamento à construção da Brigada de Emergência e do Centro de Defesa Ambiental.

- UTE Santa Cruz – revitalização dos turbogeradores com a realização dos seguintes serviços na UG 11: inspeção do sistema de combustão (câmara de combustão e queimadores), substituição de peças do sistema de combustão e do cilindro do compressor, conforme recomendação técnica do fabricante.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.4478.0001 Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
Iniciativa	01G2 - Manutenção do sistema de transmissão
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema. Código: 0437
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
400.630.966	349.962.742	260.966.846	Implantação de ações e atividades necessárias para garantir a operação e a manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando assegurar as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos	*	*	*	*

* Essa Ação Orçamentária é classificada como Atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F), Superintendência de Escritórios de Projetos (EP.E) e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica (AAG.O).

Análise Situacional

Revitalização de transformadores nas SE Foz do Iguaçu e Ibiúna, com quase 30 anos de operação, com a finalidade de conferir novo período de vida útil aos equipamentos e restabelecer a confiança operacional; compra de para-raios, capacitores de potência, buchas isoladoras e seccionadores para modernização das instalações de Furnas e composição da reserva de operação a aquisição de componentes mais modernos, conferindo ao sistema uma operação mais confiável e uma maior disponibilidade da função transmissão.

Ainda no ano de 2013, foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Operação (PGET) que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos

elétricos, incluindo aqueles destinados à manobra, medição, proteção e/ou teleproteção e serviços auxiliares, em 46 subestações. Em 2013 foi energizado um projeto:

- **SE Grajaú** – aquisição e instalação de 02 transformadores reserva de 500 kV, 500/138-13,8 kV – 200 MVA, instalação de 18 para-raios de 500 kV e instalação de 18 para-raios de 15 kV para aumento de confiabilidade do sistema elétrico;

Além disso, foram energizados/concluídos parcialmente os seguintes empreendimentos:

- **SE Ivaiporã** – aquisição e instalação de 01 reator de 750 kV/120 MVar; substituição 02 disjuntores de 750 kV, 8 seccionadores de 765 kV, 06 para-raios de 550 kV e 27 para-raios de 72,5 kV por obsolescência, falta de sobressalente e/ou final de vida útil;
- **SE Porto Colômbia** – aquisição e substituição de 09 disjuntores de 138 kV, nos vãos das unidades geradoras UG1, UG2, UG3 e UG4, nos vãos das linhas LI Barretos - Porto Colômbia 1, 2 e 3, LI Usina Colorado - Porto Colômbia e vão de interligação das barras BR6A e BR6B em 138 kV;
- **Substituição de sistemas de proteção de linha e proteção diferencial de barramento nas subestações do Sistema de Transmissão de Furnas em atendimento ao Programa de Modernização das Instalações de Interesse Sistêmico (PMIS)** – na SE Adrianópolis a proteção para LT São José; na SE Angra dos Reis a proteção para LT Cachoeira Paulista; na SE Brasília Sul a proteção para LT Samambaia 2; na SE Cachoeira Paulista a proteção para LT Angra; na SE Samambaia a proteção para LT Brasília Sul 1 e para LT Brasília Sul 2; na SE São José a proteção para LT Adrianópolis; na LT Rocha Leão a proteção para LT Magé 1 e LT Magé 2 e na SE Brasília Geral a proteção diferencial de barras. Além disso, foram concluídas a teleproteção das LT Itaberá-Tijuco Preto C1 e Itaberá-Tijuco Preto C2;
- **Implantação do Aperfeiçoamento da Observabilidade e Controlabilidade do Sistema Interligado Nacional (Sinocon)** – implantação concluída na SE São José, UHE Porto Colômbia e UHE Funil. Foram entregues os painéis entregues para as subestações Barro Alto, Rocha Leão, Imbariê, Campos, Campinas e Itutinga, além do fornecimento de cabos.

Também tiveram andamento atividades referentes à implantação e modernização do sistema de telecomunicação para apoio ao sistema de proteção, dos quais destacamos:

- Rede de Comunicação Sem Fio (WLAN) para as subestações de Furnas – projeto, aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento;
- Sistema de Energia de Telecomunicações para subestações de Furnas – projeto, aquisição de equipamentos, instalação e comissionamento;

Houve atraso no fornecimento de equipamentos.

2.2.3.5. Análise Situacional

Esta análise está detalhada após cada ação do orçamento de investimento do item 2.2.3.4.

2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Não foram gerados outros resultados pela gestão além dos listados no subitem 2.1.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

As políticas e práticas de Governança Corporativa de Furnas estão focadas na transparência de gestão, no respeito no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, todos alinhados com seu Código de Ética.

O aprimoramento da Governança Corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos, que seguem as recomendações do Manual de Organização da empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, e as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, no que se refere à formulação, à aprovação e à execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e das contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação das suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADR), nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2013, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada na sede social de Furnas, em 29.04.2013, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 500 milhões, correspondente à capitalização de Adiantamento de Futuro Aumento de Capital (AFAC) provenientes da Eletrobras, mediante a emissão para subscrição privada de 2.449.739 mil novas ações, sendo 1.911.091 mil ações ordinárias e 538.648 ações preferenciais. O período para o exercício dos direitos de subscrição pelos minoritários terminou em 11 de outubro de 2013.

O montante de R\$ 34,7 milhões, correspondente à atualização do AFAC concedido, calculada pela taxa Selic, será integralizado posteriormente.

Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa de Furnas é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, com a Auditoria Independente Externa, conforme discriminado a seguir.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações do seu Capital Social ou de suas Controladas; proceder abertura e aumento do Capital Social; vender debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2013, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2013 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para deliberar sobre aumento do Capital Social e consequente reforma do Estatuto Social, bem como eleição de conselheiro representante dos empregados.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Este colegiado, em 2013, reuniu-se 18 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2013, foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2013, este colegiado reuniu-se 12 vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu 3 pareceres no ano de 2013. O primeiro relativo à proposta de aumento do Capital Social de Furnas, o segundo relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral e o terceiro relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2012 a março de 2013.

Auditoria Independente Externa

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente, para todas as Empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de um ato ou fato para atribuir características de confiabilidade a uma atividade mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, têm por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e a legislação específica pertinente.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, e cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2013, foram realizados 44 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais que surgiram ao longo do exercício. Foram concluídos mais 4 trabalhos referentes a 2012, o que resultou na emissão de 65 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno, por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à Lei *Sarbanes Oxley* (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras, a Auditoria Interna realizou avaliação dos Sistemas Contábil e de Controles Internos da Empresa para o exercício de 2013, cuja emissão do Relatório está prevista para o primeiro trimestre de 2014, após o término dos trabalhos de certificação. Foram testados 217 controles referentes a 19 processos de Negócios, 3 de Tecnologia da Informação e um de *Entity Level Controls* (Controles em Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados pela materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios de auditoria aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e as respectivas recomendações.

O relacionamento da empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

Gestão de Riscos

Diretamente vinculada à Diretoria de Finanças, a Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos deu prosseguimento ao processo de revisão do Plano Diretor de Gestão de Riscos / Catálogo de Eventos de Riscos de Furnas, com a elaboração da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras, que se encontra, atualmente, em fase de validação pelo Comitê de Gestão de Riscos e aprovação pela Diretoria Executiva da empresa.

Adicionalmente, foi elaborada e aprovada, em 22 de maio de 2013, a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, com o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes para promover e assegurar o gerenciamento de riscos corporativos de forma integrada, permeando todos os processos organizacionais de Furnas, com reflexos importantes na Sustentabilidade Econômico-Financeira, Social e Ambiental.

Seus princípios fundamentais são:

- disseminar a cultura de gestão de riscos corporativos e de controles internos em todos os níveis da empresa;
- reconhecer e valorizar as ações desenvolvidas pela área gestora dos riscos corporativos, alinhadas ao Planejamento Estratégico da empresa;
- garantir transparência das práticas dos gestores de riscos dos processos de negócio da empresa, associadas ao desenho de uma eficaz estrutura de controles internos;
- permitir que a gestão de riscos corporativos seja realizada de forma sistemática, estruturada, transparente, inclusiva, dinâmica e interativa, capaz de reagir a mudanças no ambiente, contribuindo para: a) a integração das diversas áreas da empresa; b) o apoio à tomada de decisão; c) a consideração da incerteza associada aos processos de negócio; d) o aproveitamento das oportunidades de negócio; e e) a criação e proteção do valor da empresa.

Finalmente, foi elaborado um Plano de Ação, a vigorar em 2014, definindo prazos e responsabilidades quanto ao processo de identificação, análise, tratamento, monitoramento e reporte dos eventos de risco a serem considerados prioritários pela Alta Governança da empresa.

Controles Internos

O exercício de adequado Controle Interno das empresas modernas é de fundamental importância e envolve todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas (*American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*).

Operado pela Alta Administração da empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do seu objeto social, para respeitar e cumprir as

políticas e procedimentos traçados, garantir o desenvolvimento ordenado e eficiente das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, bem como a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações.

Os Sistemas de Controles Internos da empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal processo auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, demonstrando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras adquiriu o direito de negociar ações no nível II na Bolsa de Valores de Nova York, exigindo que as suas subsidiárias se adequassem aos requerimentos da Lei *Sarbanes-Oxley*, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das empresas Eletrobras, foram definidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa está exposta. Para manter essa condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual dos controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission (SEC)*.

O escopo dos processos mais relevantes para a Certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das Demonstrações Financeiras da empresa. No ano de 2013, foram selecionados 22 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Previdência Complementar e *Entity Level Controls*.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF).

Políticas Internas

As Políticas Internas da empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Estoques, Informática, Recursos Humanos, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adotou o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, que tem por base a definição clara dos princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética que tem por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

Todos os contratos firmados com fornecedores incluem uma cláusula no qual o contratado se compromete a tomar conhecimento e a adotar o Código de Ética de Furnas.

No Portal Ética, na intranet, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Em 2013, a Comissão de Ética recebeu 26 denúncias das quais, após a devida análise, 18 se constituíram em processo de apuração, com 1 Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado fica monitorado por dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra o fato novamente, receberá Censura Ética que será encaminhada para o Departamento de Pessoal.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council – WEC*), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques – Cigré*), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams – Icold*), Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association – IHA*), entre outras.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos. Com relação à Lei Sarbanes Oxley (SOX) e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos, em que o Presidente e o Diretor Financeiro da Eletrobras devem certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos independentemente da avaliação executada pelos auditores externos, foi realizada a avaliação dos Controles Internos da Administração pela Auditoria Interna juntamente com a Consultoria Deloitte, contratada pela Eletrobras para o exercício de 2013.					

Fonte: Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos (ARC.F).

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2013, é de 10% da remuneração média mensal (excluídos os benefícios) percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292/1996, o que correspondeu, em dezembro de 2013, a R\$ 3.722,12.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva foi fixada pelo Conselho de Administração, com base em decisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), comunicada pela Eletrobras através do Ofício CTA DA – 5116/2013, de 12/08/2013, que resultou num montante de R\$ 36.913,54 e para o Diretor Presidente R\$ 38.759,22, não computados os benefícios (seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio-refeição, participação nos lucros e resultados, auxílio-moradia, auxílio creche/educacional e fundo de pensão).

Em relação à remuneração variável, os membros da Diretoria Executiva têm direito a participação nos lucros e resultados e abono especial.

Os benefícios concedidos aos membros da Diretoria Executiva são: seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio refeição, participação nos lucros e resultados, auxílio moradia, auxílio creche/educacional e fundo de pensão.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

QUADRO A.3.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL															Valores em R\$ 1,00
Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Attila de Castro Filho	12/07/2012	11/07/2013	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99						24.443,93
Carlos Augusto Vidoto	12/11/2010	30/04/2013	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99									13.967,96
Flavio Decat de Moura	15/02/2011		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
Francisco Romário Wojcicki	25/04/2008		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
João Guilherme Rocha Machado	30/04/2013						3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	6.203,53	32.258,37
José da Costa Carvalho Neto	05/08/2011		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
Mauro de Mattos Guimarães	11/07/2013								3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	5.583,18	24.193,78
Vladimir Muskatirovic	02/04/2010		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Fabiana M. A. Rodopoulos (T)	01/05/2012		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
Sonia Regina Jung (T)	02/04/2010		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17
Ticiane Freitas de Sousa (T)	16/06/2011		3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	3.722,12	7.444,24	47.697,17

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	8	7	9
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	285.652,72	270.498,00	240.001,26
a) salário ou pró-labore	285.652,72	270.498,00	240.001,26
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	285.652,72	270.498,00	240.001,26
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	3	4	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	143.091,51	133.212,00	136.454,13
a) salário ou pró-labore	143.091,51	133.212,00	136.454,13
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	143.091,51	133.212,00	136.454,13
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	7	6	10
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.247.458,68	2.793.538,03	3.059.562,12
a) salário ou pró-labore	2.814.405,47	2.478.002,58	2.660.434,80
b) benefícios diretos e indiretos	90.704,57	106.467,33	158.429,90
- tíquete refeição	53.111,36	70.576,32	48.343,52
- auxílio creche/reembolso educacional	15.993,21	14.291,01	22.672,36
- auxílio moradia	21.600,00	21.600,00	21.600,00
- ajuda de custo de transferência pela nomeação	-	-	65.814,02
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros(férias)	251.644,07	102.600,79	82.267,52

II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	341.037,07	376.370,34	354.311,42
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	341.037,07	376.370,34	354.311,42
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	3.588.495,75	3.169.908,37	3.413.873,54
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

QUADRO A.3.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração		-	-
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-	-
d) valor efetivamente reconhecido no resultado		-	-
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	1.179.115,47	1.177.107,58	1.097.273,18
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	838.078,40	800.737,24	742.961,76
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-	-
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	341.037,07	376.370,34	354.311,42
III – Total (I + II)	1.179.115,47	1.177.107,58	1.097.273,18

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Não se aplica a Furnas.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Não se aplica a Furnas.

3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

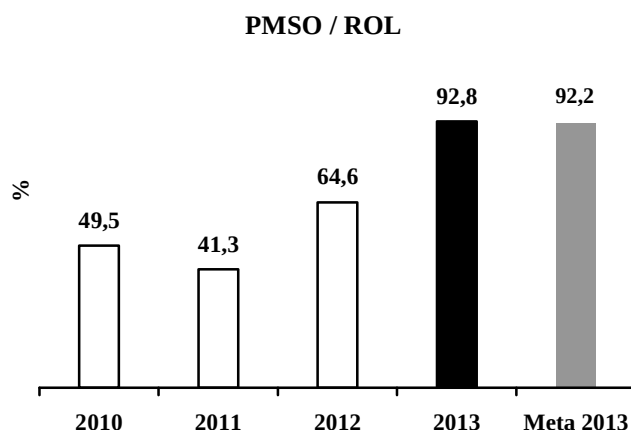
Com o objetivo de fortalecer as Empresas do Sistema Eletrobras e com foco na transformação empresarial pretendida e delineada pelo Governo Federal, em 2009 foi celebrado Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) entre a Eletrobras e suas Controladas visando ações para o cumprimento de metas de desempenho para estimular a melhoria financeira, operacional e estratégica das Empresas. Assim, estabeleceu critérios para avaliação das metas a serem cumpridas, com base no Balanço Regulatório vigente em 2009, com ajustes definidos pela mesma.

Apesar do CMDE continuar vigente em 2013, em função das transformações impostas pela Lei nº 12.783, a Holding e suas Controladas estão validando os indicadores para o período 2014/2017, que será assinado pelo Conselho da Administração da empresa. Furnas trabalha para cumprir as metas definidas pelo CMDE, que são acompanhadas pelo Conselho de Administração permanentemente em suas reuniões mensais.

Em virtude da *Holding* ainda não ter efetuado o fechamento do Relatório do CMDE, segue o resultado preliminar do CMDE do ano de 2013.

Custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas (PMSO) / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: Estimular a redução de gastos



	R\$ Milhões			
	2010	2011	2012	2013
PMSO	2.556	2.304	3.817	3.445
Pessoal	(869)	(1.011)	(1.174)	(1.443)
Material	(42)	(43)	(50)	(37)
Serviços de Terceiros	(580)	(624)	(704)	(692)
Combustível para Produção de Energia Elétrica	(7)	(45)	(162)	(279)
Parcela de Combustível Subsidiada pela CCC	-	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.585)	(2.390)	(2.912)	(674)
Doações e Contribuições	-	-	-	(27)
Outros	(229)	(126)	(176)	(293)
Ajuste E. Eletronuclear	1.756	1.934	1.361	-
ROL	5.161	5.580	5.909	3.710
Geração	4.902	5.117	5.609	3.413
Distribuição	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	34	52	52	70
Receita de O&M	747	874	960	727
Receita Financeira (Ativo Financeiro)	1.035	1.191	1.213	172
(-) Encargos Setoriais	(269)	(304)	(377)	(161)
(-) Encargos sobre Receita	(245)	(298)	(345)	(510)
Ajuste E. Eletronuclear	(1.042)	(1.050)	(1.203)	-
PMSO/ROL (%)	49,5	41,3	64,6	92,8

Avaliação

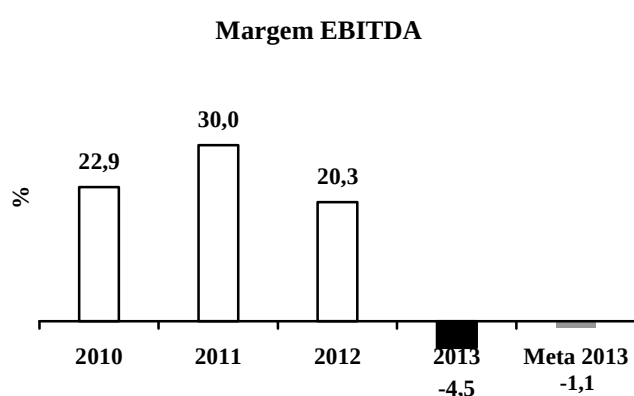
		Meta	Resultado	Δ%
PMSO/ROL	↓	92,2%	92,8%	- 0,7%

Análise Crítica

O resultado está aderente à meta.

Lucro Líquido Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: Aumentar o Nível da Margem EBITDA



	R\$ Milhões			
Margem EBITDA	2010	2011	2012	2013
EBITDA	1.182	1.676	1.198	(166)
ROL Ajustada	5.161	5.580	5.909	3.710
PMSO	2.556	2.304	3.817	3.445
Outras Despesas Operacionais	883	1.076	1.239	1.165
Resultado de Participações Societárias	(72)	(59)	(9)	152
Margem EBITDA (%)	22,9	30,0	20,3	(4,5)

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Margem EBITDA	↓	-1,1%	-4,5%	-309,8%

Análise Crítica

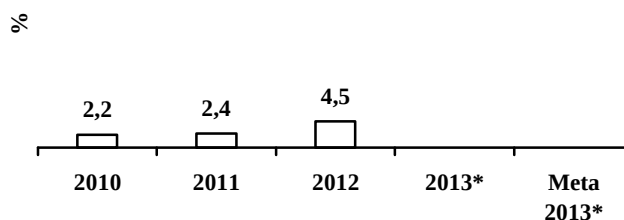
A meta não foi alcançada em função do EBITDA Ajustado que ficou negativo em R\$ 165 milhões, sendo que o projetado foi de R\$ 39 milhões.

A redução do EBITDA foi decorrente do resultado de equivalência patrimonial, que ficou abaixo do esperado.

Dívida Líquida / EBTIDA

Meta: Reduzir o grau de alavancagem financeira

Dívida Líquida/Ebtida EBITDA



* Indicador inviabilizado de cálculo pois o EBITDA é negativo.

	R\$ Milhões			
Dívida Líquida / EBITDA	2010	2011	2012	2013
Dívida Líquida	2.549	4.086	5.428	6.729
(+) Estoque da Dívida	3.384	4.835	6.681	8.122
(-) Recebíveis	759	633	742	670
(-) Caixa	76	116	512	723
EBITDA	1.182	1.676	1.198	(166)
Dívida Líquida / EBITDA (%)	2,2	2,4	4,5	N/A

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Dívida Líquida / EBITDA	↓	*	N/A	N/A
Dívida Líquida	↓	7.828	6.729	14,0

* Indicador inviabilizado de cálculo pois o EBITDA é negativo.

Análise Crítica

O resultado do indicador é zero, pois o EBITDA ajustado, tanto na meta como no realizado, é negativo. A dívida líquida ficou menor do que o esperado, em função do saldo de caixa e dos recebíveis no final do ano que ficaram maior do que o projetado.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Lucro Líquido / Patrimônio Líquido)

Meta: Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

Rentabilidade do Patrimônio Líquido



	R\$ Milhões			
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	2010	2011	2012	2013
Lucro Líquido	636	260	(2.128)	(817)
Patrimônio Líquido	13.281	13.405	11.830	11.212
Patrimônio Líquido Acumulado (%)	4,8	1,9	(18,0)	(7,3)

Avaliação

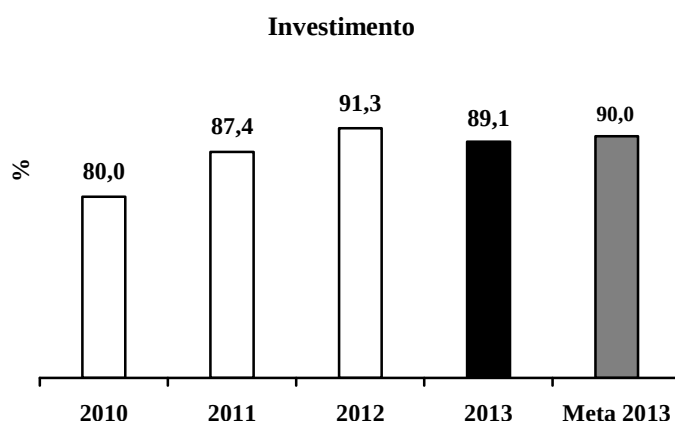
		Meta	Resultado	Δ%
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	↑	-2,3%	-7,3%	- 223,8%

Análise Crítica

O resultado foi menor que o previsto, principalmente, em função da i) receita de equivalência patrimonial que ficou abaixo do esperado e ii) da despesa financeira líquida que foi maior do que projetado.

Investimento (Investimento Realizado / Investimento Aprovado)

Meta: Aumentar o nível histórico de realização de investimentos



	R\$ Milhões			
Investimento	2010	2011	2012	2013
Investimento Realizado	1.586	2.019	2.621	2.072
(+) Investimento Corporativo	1.246	987	1.148	945
(+) Parcerias	340	1.032	1.473	1.127
Investimento Aprovado	1.983	2.310	2.872	2.326
(+) Investimento Corporativo	1.607	1.264	1.277	1.142
(+) Parcerias	375	1.046	1.595	1.184
Investimento Realizado / Investimento Aprovado (%)	80,0	87,4	91,3	89,1

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Investimento Realizado / Investimento Aprovado	↑	90,0%	89,1%	1,0%

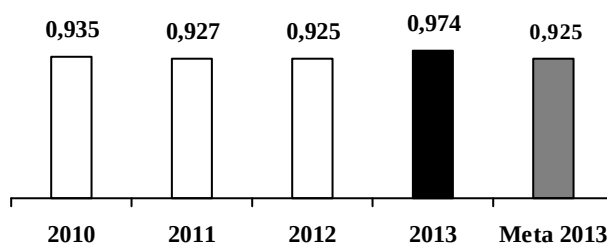
Análise Crítica

O resultado está aderente à meta.

Índice de Disponibilidade de Geração

Meta: Aumentar o índice de disponibilidade de geração

Fator de Disponibilidade de Geração



		2010	2011	2012	2013
Índice de Disponibilidade de Geração	↑	0,935	0,927	0,925	0,974

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Índice de Disponibilidade de Geração	↑	0,925	0,974	5,3%

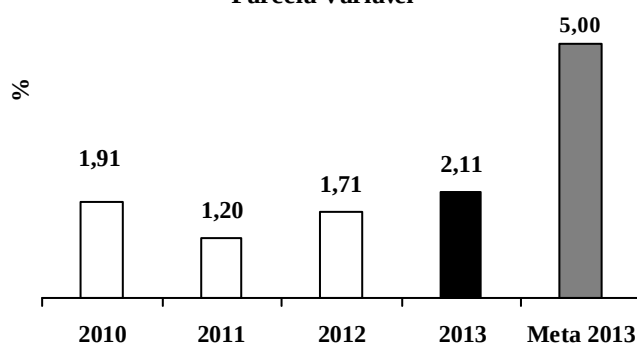
Análise Crítica

O resultado está aderente à meta.

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Meta: Reduzir a parcela variável descontada em transmissão

Parcela Variável



	2010	2011	2012	2013
Parcela Variável Descontada em Transmissão (%)	1,91	1,20	1,71	2,11

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Parcela Variável Descontada em Transmissão (%)	↓	5,00	2,11	57,8%

Análise Crítica

O resultado está aderente à meta.

Índice de Satisfação dos Colaboradores

Meta: obter um nível mínimo de satisfação dos colaboradores

	2010	2011	2012	2013
Índice de Satisfação dos Colaboradores (%)	70,2	67,8	-	64,7

Avaliação

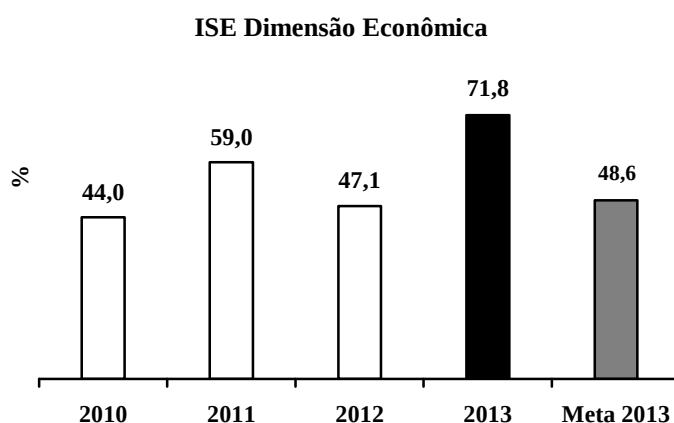
		Meta	Resultado	Δ%
Índice de satisfação dos Colaboradores (%)	↑	66,0	64,7	-1,9%

Análise Crítica

A meta não foi alcançada satisfatoriamente. A 3ª Pesquisa de Clima Organizacional ocorreu no momento de reestruturação de Furnas devido aos desafios decorrentes da MP 579, o que gerou insegurança nos colaboradores, impactando o resultado da pesquisa.

ISE Dimensão Econômica

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa



	2010	2011	2012	2013
ISE Dimensão Econômica (Nº Índice)	44,0	59,0	47,1	71,8

Avaliação

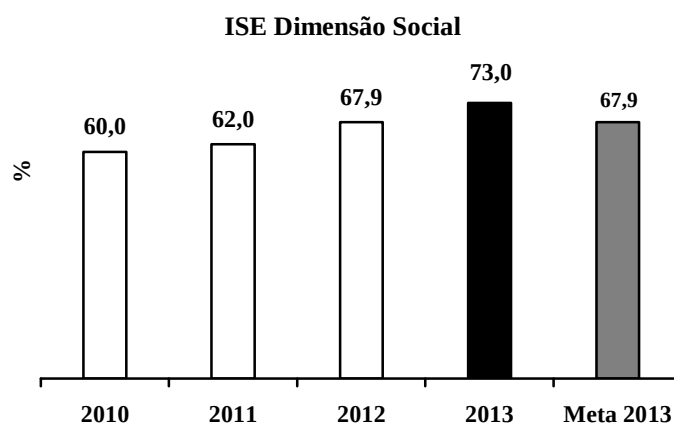
		Meta	Resultado	Δ%
ISE Dimensão Econômica	↑	48,6	72,0	47,7%

Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

ISE Dimensão Social

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa



	2010	2011	2012	2013
ISE Dimensão Social (Nº Índice)	60,0	62,0	67,9	73,0

Avaliação

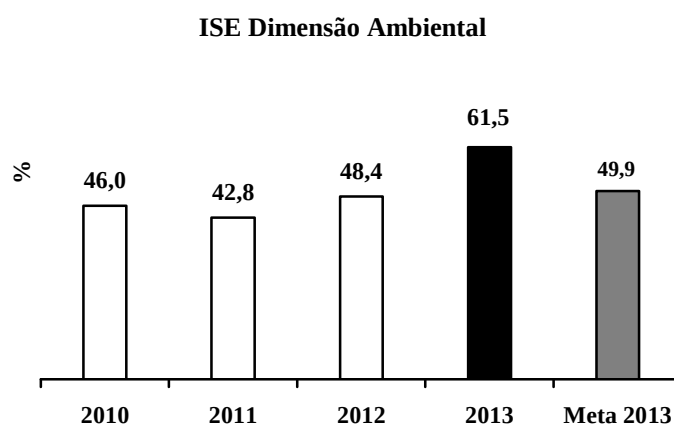
		Meta	Resultado	Δ%
ISE Dimensão Social	↑	67,9	73,0	7,5%

Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

ISE Dimensão Ambiental

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa



	2010	2011	2012	2013
ISE Dimensão Ambiental (Nº Índice)	46,0	42,8	48,4	61,5

Avaliação

		Meta	Resultado	$\Delta\%$
ISE Dimensão Ambiental	↑	49,9	61,5	23,2%

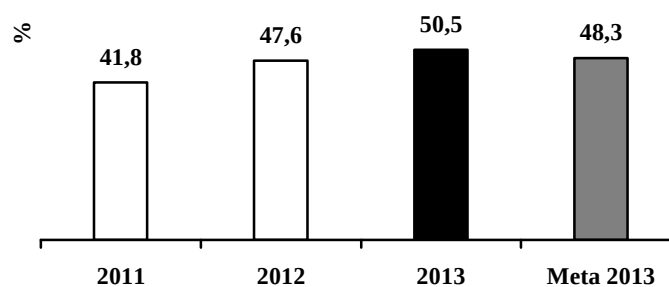
Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

ISE Dimensão Mudanças Climáticas

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa

ISE Dimensão Mudança Climática



	2010	2011	2012	2013
ISE Dimensão Mudança Climática (Nº Índice)	*	41,8	47,6	50,5

* A dimensão Mudança Climática foi incorporada ao ISE em 2011.

Avaliação

		Meta	Resultado	$\Delta\%$
ISE Dimensão Mudanças Climáticas	↑	48,3	50,5	4,6%

Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas						
Unidade Orçamentária:			Código UO: 32228		UGO: 32228	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			931.653.457	638.525.006	1.126.857.242	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			1.649.886.977	493.776.427	1.077.449.949	
Dotação final 2012(B)			1.351.372.921	472.144.350	1.176.763.550	
Variação (B/A-1)*100			(18,09)	(4,38)	9,22	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			1.174.930.882	625.700.967	569.061.072	
CRÉDITOS	Suplementares		97.514.450			
	Especiais	Abertos	18.516.925			
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		(148.740.192)				
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			1.142.222.065	1.183.401.468	718.714.198	
Dotação final 2012(B)			1.276.839.688	1.595.283.354	888.654.005	
Variação (A/B-1)*100			11,79	34,80	23,64	

Observação: Decreto nº 7.867, de 19.12.2012, Ofício de Remanejamento Eletrobras nº 1.684, de 10.12.2013, e Ofício de Remanejamento Eletrobras nº 1.179, de 30.11.2012.

Fonte: Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F).

4.1.1.1 Análise Crítica

Os dados foram extraídos dos Demonstrativos de Usos e Fontes de 2012 e 2013, tendo como base os Decretos aprovados.

Coluna 1 – Pessoal e Encargos Sociais: o Decreto nº 7.867 (dotação inicial) foi ajustado pela *Holding*, não considerando o pagamento da indenização do Programa de Desligamento Voluntário, o qual foi ajustado na dotação final, com previsão de saída de 795 empregados, além da inclusão do valor do benefício de saúde que foi estendido para todos os empregados que aderiram ao programa de demissão voluntária desde 2011.

A variação da dotação orçamentária de 2012 em relação à dotação final de 2013 se justifica pela ampliação do Programa de Desligamento Voluntário.

O PDG não considera o valor de mão-de-obra contratada nesta rubrica por se tratar de Prestação de Serviços.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida: redução da previsão de captação de recursos na dotação final em razão do recebimento de atualização monetária sobre as indenizações das concessões no montante de R\$ 233 milhões. variação de 2012 para 2013 foi inferior a 10%, resultante da variação nas taxas de juros.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes: o montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foi considerada a Compra de Energia; Combustível Vinculado à Produção e Tributos. Variação inferior a 10%.

Coluna 4 – Investimentos: ver item 2.2.3.4.

Coluna 5 – Inversões Financeiras: a variação da dotação orçamentária final em relação à inicial decorre principalmente, da previsão de aporte para UHE Santo Antônio, que demandou recursos adicionais na ordem de R\$ 500 milhões. A variação de 2012 para 2013, justifica-se pela previsão de aporte superior em 2012 para UHE Santo Antônio, de acordo com o cronograma de realização do empreendimento.

Coluna 6 – Amortização da Dívida: a variação da dotação inicial em relação à dotação final de 2013 refere-se à inclusão de R\$ 120 milhões pela *Holding* conforme previsão de amortização de Furnas com a Eletrobras. A redução de 2012 para 2013 refere-se, principalmente, ao pagamento da Fundação Real Grandeza de 2012 superior em R\$ 150 milhões em relação a 2013.

Ofício nº 1.684

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		Remanejamento 2013	
DEPTO. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPR. ESTATAIS		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA : FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		VALORES EM R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.044.337.731	Receitas	4.511.182.120
Investimentos	1.142.222.065	Receita Operacional	4.011.932.948
Inversões Financeiras	1.183.401.468	Receita não Operacional	499.249.172
Amortizações Operações Créditos L.P.	718.714.198	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	0
Operações Internas	289.229.133	Participação no Capital – Empresas Estatais	0
Outras Fontes	429.485.065	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	59.726.818
Outros Dispêndios de Capital	0	Operações de Crédito	1.910.179.781
Dispêndios Correntes	5.143.557.459	Operações de Crédito Internas – Moedas	1.825.179.781
Pessoal e Encargos Sociais	1.649.886.977	Operações de Crédito Externas – Moedas Outras	85.000.000
Materias e Produtos	1.330.696.431	Outros Recursos de Longo Prazo	130.676.943
Serviços de Terceiros	560.498.006	Demais Recursos de Longo Prazo	130.676.943
Utilidades e Serviços	26.916.263	Total das Fontes	6.611.765.662
Tributos e Encargos Parafiscais	630.537.014	Variação de Capital de Giro	1.711.610.421
Encargos Financeiros e Outros	493.776.427	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-91.109.220
Operações Internas	233.847.646	Variação do Disponível	-44.371.673
Outras Fontes	259.928.781		
Demais Dispêndios Correntes	451.246.341		
Total dos Usos	8.187.895.190	Total Líquido das Fontes	8.187.895.190

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica a Furnas.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total				
Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa Realizada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.211.719.571	1.103.528.755		
a) Convite	4.509.373	3.291.450		
b) Tomada de Preços	20.248.738	23.059.514		
c) Concorrência	400.365.043	267.808.789		
d) Pregão	786.596.417	809.369.002		
e) Concurso	0	0		
f) Consulta	0	0		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0		
2. Contratações Diretas (h+i)	347.959.521	407.772.299		
h) Dispensa	238.247.852	292.375.603		
i) Inexigibilidade	109.711.669	115.396.696		
3. Regime de Execução Especial	0	0		
j) Suprimento de Fundos	0	0		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.383.582.076	1.451.513.900		
k) Pagamento em Folha	1.376.207.342	1.444.050.502		
l) Diárias	7.374.734	7.463.398		
5. Outros	246.625.350	459.563.636		
6. Total (1+2+3+4+5)	3.189.886.518	3.422.378.590		

Observações: Para 2013, o Item 5 – Outros compreende as seguintes despesas: R\$ 44.585.505 relativos a Pequeno Vulto, R\$ 683.090 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras, R\$ 36.883.592 relativos a Convênios, R\$ 3.815.622 relativos ao contrato com a Roland Berger, cuja licitação foi conduzida de acordo com os critérios do BID, R\$ 373.468.124 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a UTE Santa Cruz e R\$ 127.703 relativos a despesas diversas.

Para 2012, o Item 5 – Outros compreende as seguintes despesas: R\$ 50.608.031 relativos a Pequeno Vulto, R\$ 2.291.464 relativos a adesão de Registro de Preços da Eletrobras, R\$ 52.529.738 relativos a Convênios, R\$ 1.155.569 relativos ao contrato com a Roland Berger, cuja licitação foi conduzida de acordo com os critérios do BID, R\$ 137.560.049 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a UTE Santa Cruz e R\$ 2.480.499 relativos a despesas diversas.

As informações de 2012 foram retificadas conforme observação constante do Relatório do exercício anterior.

Fonte: Superintendência de Suprimentos (GS.A).

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	1.444.050.502	1.376.207.342						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	521.357.715	335.541.218						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	1.488.812.431	1.394.753.398						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	944.709.971	1.147.868.416						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	1.127.078.312	1.473.100.501						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida	607.693.418	868.102.839						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Programa de Dispendios Globais e Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle (GPO.F).

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Não se aplica a Furnas.

4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Inexistente.

4.2.1 Análise Crítica

Inexistente.

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se aplica a Furnas.

4.3.1 Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.

CNPJ: 23.274.194./0001-19

UG/GESTÃO:

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	9000000601	25660499000194	151.031,06	-	48.584,53	151.031,06	08/08/2012	30/06/2013	4
4	9000000686	25641903000182	65.995,60	-	65.995,60	65.995,60	30/01/2013	30/03/2013	4
4	9000000773	02945580000115	15.421,00	-	15.421,00	15.421,00	27/12/2013	27/01/2014	1
4	9000000774	02744697000130	18.120,00	-	18.120,00	18.120,00	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000775	11240299000178	19.800,00	-	19.800,00	19.800,00	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000777	73759979000150	29.590,00	-	29.590,00	29.590,00	26/12/2013	26/06/2014	1
4	9000000778	00951676000160	29.402,00	-	29.402,00	29.402,00	26/12/2013	26/06/2014	1
4	9000000779	33621319000193	5.000,00	-	-	-	27/12/2013	27/06/2014	1
4	9000000780	23280084000160	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000785	22229967000182	25.138,00	-	-	-	16/12/2013	16/03/2014	1
4	9000000786	24665630000143	16.465,00	-	-	-	16/12/2013	16/03/2014	1

			Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	Sit.
4	9000000787	19035989000105	7.142,00	-	-	-	16/12/2013	16/03/2014	1
4	9000000788	06217334000106	29.226,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000789	06040402000104	29.960,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000792	28732246000762	9.877,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000793	27443803000177	19.430,70	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000795	19036524000160	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000796	04834065000606	20.457,90	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000797	72406242000190	29.999,70	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000798	08641861000160	18.828,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000799	18958256000171	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000800	23273204000100	9.941,30	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000801	22830020000122	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000802	06982460000149	29.920,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000803	20875308000198	29.936,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000804	18656025000103	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000805	58106519000643	10.414,16	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000806	17707274000118	29.973,59	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000807	19083062000132	23.575,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000808	17932379000170	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000809	00909916000169	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000810	17880998000169	12.453,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000811	06189108000150	19.687,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000812	16652638000147	27.329,66	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000813	17709197000135	9.472,27	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000814	32502288000199	18.392,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000815	14517264000121	15.281,59	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000817	18241752000100	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000818	01181023000102	8.031,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000820	00668650000100	17.500,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000821	45313111000196	19.838,24	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000822	31421258000195	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000823	10366313000111	29.687,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000824	19676402000139	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000825	16781239000186	27.693,16	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000826	18246371000113	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000827	23775059000157	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000828	00394454000194	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000829	03949517000110	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000830	07112473000120	9.998,06	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000831	08654891000101	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000832	05876741000154	19.903,83	-	-	-	16/12/2013	30/06/2014	1
4	9000000833	96485669000270	9.991,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000834	00149320000108	29.857,44	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000835	10953619000174	7.991,76	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000836	11986538000133	19.990,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000837	20890067000156	18.530,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000838	16527889000108	17.700,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000839	18900902000140	27.190,42	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000840	23952906000101	14.924,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000841	01535744000173	16.829,57	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1

			Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	Sit.
4	9000000842	12886090000149	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000843	52543766000116	16.730,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000844	25651142000140	15.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000845	20876579000168	9.600,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000846	19343383000129	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000847	21419502000121	23.572,60	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000848	07664194000179	18.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000849	19081439000114	12.986,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000850	43898923004960	19.178,54	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000851	12149491000116	14.821,64	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000852	17553202000163	29.930,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000853	22888846000142	19.774,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000854	03036626000146	19.999,20	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000855	09078393000120	28.467,61	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000856	20771762000107	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000857	07118381000157	9.680,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000858	15503810000138	6.600,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000859	62382395000949	16.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000860	58391681000146	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000861	20929303000109	28.037,10	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000862	20929196000100	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000863	19128271000155	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000864	03552801000158	19.415,40	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000865	15835835000139	16.750,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000867	01599340000143	10.000,00	-	-	-	16/03/2013	16/06/2014	1
4	9000000868	08515005000169	20.000,00	-	-	-	16/03/2013	16/06/2014	1
4	9000000869	04101613000176	11.900,50	-	-	-	16/03/2013	16/06/2014	1
4	9000000870	21420666000179	27.170,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000871	25657560000144	13.650,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000872	05231629000166	16.812,25	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000873	54791868000267	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000874	14245743000136	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000875	14194009000195	29.980,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000876	20971271000100	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000877	04999096000102	19.988,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000878	00204349000145	19.247,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000879	03256949000145	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000880	21078175000191	15.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000881	29441375000179	29.501,86	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000882	01226995000176	17.859,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000883	17420795000190	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000884	22987945000181	10.050,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000885	25660499000194	27.228,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000886	58106519001534	15.079,68	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000887	25649724000191	25.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000888	16651838000185	28.700,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000889	20936332000190	13.180,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000890	21353925000196	15.104,40	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000891	78277068000100	29.780,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000892	00863037000143	19.974,50	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1

			Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	Sit.
4	9000000893	01337774000175	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000894	19082734000195	13.187,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000895	75741330000137	11.080,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000896	77412799000158	28.419,95	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000897	97366694000117	16.205,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000898	97526138000160	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000899	01153030000109	15.895,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000900	07994468000198	13.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000901	09374010000161	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000902	12796384000180	9.918,06	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000903	09391627000195	19.242,30	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000904	00726609000142	9.997,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000905	22702401000126	19.042,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000906	01756741000160	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000907	19128248000160	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000908	18306332000164	14.919,65	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000909	19091602000120	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000910	22296149000100	29.970,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000911	35797364002768	26.994,44	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000912	41876996000180	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000913	01825413000178	19.752,50	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000914	20215273000160	29.843,40	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000915	16672941000101	15.260,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000916	01865882000110	17.200,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000917	17084062000121	25.302,14	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000918	13240856000186	27.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000919	01219807000182	13.635,47	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000920	20296620000127	15.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000921	21085113000107	19.997,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000922	01005727000124	10.764,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000923	20169827001021	11.918,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000924	20321675000140	14.483,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000925	20429239000199	5.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000926	33583592003439	15.518,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000927	75423954000106	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000928	19110162000100	19.710,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000929	20678835000102	14.802,55	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000930	04812951000116	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000931	03968663000192	17.568,78	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000932	76614379000191	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000933	08490891000113	11.235,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000934	04273642000115	13.786,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000935	22223994000148	19.800,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000936	07428656000159	19.060,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000937	11364386000137	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000938	31503717000260	26.171,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000939	25652090000126	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000940	73797730000139	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000941	25651357000160	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000942	04810983000182	16.208,09	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1

			Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	Sit.
4	9000000943	25644394000141	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000944	13184264000194	19.866,60	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000945	48276786000109	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000947	21417837000100	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000948	19508944000100	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000949	03269159000102	16.379,36	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000950	07793799000160	9.996,11	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000950	19107754000173	24.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000952	21409198000131	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000953	02798796000103	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000954	20933198000173	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000955	08110376000160	15.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000956	17807751000117	22.552,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000957	23195001000134	12.134,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000958	19081819000159	14.097,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000959	86926235000124	23.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000960	02947744000143	9.505,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000961	00098831000148	10.607,74	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000962	08849873000185	17.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000963	25633777000114	17.600,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000964	18579938000173	18.664,95	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000965	21429659000138	19.599,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000966	25651282000118	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000967	15598463000174	9.989,30	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000968	04861690000124	19.981,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000969	04166244000108	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000970	19019447000130	24.900,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000971	09230109000190	28.186,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000972	01355795000113	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000973	20901740000106	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000974	19125954000159	19.105,90	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000975	20712147000111	18.427,82	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000976	17416868000170	21.737,92	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000977	09028285000143	9.743,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000978	07398085000157	14.840,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000979	19684745000145	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000980	16822752000178	13.222,99	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000981	04271918000126	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000982	17951161000163	18.527,70	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000983	17946534000108	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000985	04706953000120	9.969,80	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000986	19071497000167	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000987	00672540000111	8.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000988	20925087000115	18.439,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000989	05488362000197	9.775,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000990	02736449000148	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000991	20933347000102	19.859,57	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000992	17050452000180	9.760,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000993	23285018000182	29.757,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000994	18241778000158	14.550,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1

			Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	Sit.
4	9000000995	41885005000126	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000996	10967967000109	17.497,50	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000998	00637144000153	18.320,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000000999	17902974000163	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001000	04396217000113	19.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001001	01192982000123	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001002	01207873000132	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001003	13712697000175	18.439,90	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001004	18244384000153	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001005	28465292000157	10.525,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001006	31844632000165	20.742,97	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001007	11232726000176	15.735,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001008	19128099000130	7.985,50	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001009	05926131000118	9.831,70	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001010	05514248000194	29.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001011	04278718000103	28.862,04	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001012	04468547000177	17.329,60	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001013	37584240000190	18.491,41	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001014	19643816000161	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001015	20216552000149	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001016	19836428000105	10.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001017	19094606000161	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001018	17922477000208	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001019	24001463000136	9.980,50	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001020	03921155000159	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001021	00118542000163	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001022	18670748000167	19.653,31	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001023	62207634000410	26.190,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001024	11873146000168	14.559,40	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001025	20900924000151	7.929,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001026	17954041000110	7.992,28	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001027	77317485000176	18.700,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001028	36450054000104	11.069,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001029	21391362000120	30.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001030	04906645000149	29.359,20	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001031	00918325000158	15.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001032	11203024000164	7.531,60	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001033	18581770000130	6.500,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001034	12570525000141	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001035	73794125000104	15.247,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001036	07791992000161	20.000,00	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
4	9000001037	17935412000116	11.383,15	-	-	-	16/12/2013	16/06/2014	1
1	9000000430	01994969000198	382.916,00	-	128.572,00	382.916,00	01/03/2012	01/10/2013	4
1	9000000434	04030287000153	297.066,00	-	149.753,00	267.495,00	22/03/2012	21/03/2014	1
1	9000000611	01788362000151	166.665,08	-	91.522,54	166.665,08	06/07/2012	05/10/2013	4
1	9000000616	04545780000106	442.342,58	-	204.577,74	370.167,50	06/07/2012	05/07/2014	1
1	9000000617	02491318000148	286.476,83	-	125.006,52	231.745,57	27/06/2012	26/06/2014	1
1	9000000622	05527180000188	399.790,00	-	278.080,00	399.790,00	06/07/2012	05/01/2014	1
1	9000000633	72406242000190	71.946,70	-	23.193,70	50.426,70	06/07/2012	05/07/2014	1
1	9000000642	21020987000186	102.270,00	-	14.000,00	91.870,00	06/07/2012	05/05/2013	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (Valores em R\$ 1,00)		Valores Repassados (Valores em R\$ 1,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	9000000646	73794125000104	494.844,00	-	250.894,38	274.141,00	06/07/2012	05/11/2014	1
1	9000000684	27763754000150	250.894,38	-	147.991,00	174.792,33	23/01/2013	23/06/2014	1
1	9000000715	09300611000120	224.262,40	-	117.131,20	117.131,20	22/05/2013	22/08/2014	1
1	9000000736	33645086000169	189.762,00	-	189.762,00	189.762,00	27/06/2013	27/04/2014	1
1	9000000771	01788362000151	300.368,00	-	98.942,00	98.942,00	24/10/2013	24/09/2014	1
1	9000000776	01994969000198	257.179,60	-	69.029,90	69.029,90	26/12/2013	26/12/2014	1
1	9000000866	31839012000219	461.550,00	-	-	-	20/12/2013	20/06/2014	1

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.						
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	15	167	14	1.888.455,98	8.253.568,72	1.250.142,28
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	253	0	0	226.913,13	-	-
Totais	268	167	14	2.115.369,11	8.253.568,72	1.250.142,28

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE				Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.				
CNPJ: 23.274.194./0001-19			UG/GESTÃO:	
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termo de Compromisso
2013	Contas Prestadas	Quantidade	31	2
		Montante Repassado	1.554.343,03	114.580,13
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	5
		Montante Repassado	334.112,95	112.333,00
2012	Contas Prestadas	Quantidade	170	0
		Montante Repassado	8.253.568,72	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	-	-

		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados	Convênios	Termo de Compromisso
2011	Contas Prestadas	Quantidade	14
		Montante Repassado	1.250.142,28
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0

Observações: Todas as prestações de contas recebidas em Furnas foram analisadas até 31/12/2013, como base de referência do quadro acima. Até 2012, todas as rubricas eram informadas na coluna Convênios. A partir de 2013, as informações foram separadas em Convênios e Termo de Compromisso.

Com relação aos Convênios, a partir de 2013 a prestação de contas está sendo contabilizada em parcelas, o que justifica o aumento dos quantitativos informados.

Os quantitativos informados em Contas Não Prestadas só ocorreram porque a prestação de contas desses repasses estão programados apenas para 2014, ou seja, fora da data de referência (31.12.2014).

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					Valores em R\$ 1,00		
Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.							
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Termo de Compromisso		
2013	Quantidade de contas prestadas			31	2		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	31	2		
			Quantidade Reprovada	0	0		
			Quantidade de TCE	0	0		
			Montante Repassado (R\$)	1.554.343,03	114.580,13		
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	0		
			Montante Repassado (R\$)	0	0		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0		
			Quantidade Reprovada	0	0		
			Quantidade de TCE	0	0		
			Montante Repassado (R\$)	0	0		
		Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	0	
				Montante repassado (R\$)	-	-	
	2012	Quantidade de contas prestadas			170	0	
		Contas analisadas		Quantidade Aprovada	170	0	
Quantidade Reprovada				0	0		
Quantidade de TCE				0	0		
Montante repassado (R\$)							
Contas NÃO analisadas			Quantidade	0	0		
			Montante Repassado (R\$)	-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			12	0		
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	12	0		
			Quantidade Reprovada	0	0		

		Quantidade de TCE	0	0
		Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Exercício Anterior a 2011	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Observação: Todas as prestações de contas recebidas em Furnas foram analisadas. Levando-se em consideração a data de 31/12/2013 como base de referência do quadro acima, todos os prazos de análise das prestações de contas estão vencidos, não havendo prestação com prazo de análise ainda não vencido.

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

4.4.5 Análise Crítica

As transferências em parcela única, decorrentes do Edital do Programa Furnas Social, são acompanhadas *in loco*, prévia e posteriormente, pelos técnicos desta UJ. Inicialmente os técnicos emitem um relatório quanto à compatibilidade da demanda e a situação constatada. Na(s) visita(s) subsequente(s) é verificada a aplicabilidade da verba recebida.

No caso de transferências com mais de uma parcela, os desembolsos só são realizados após a apresentação das prestações de contas e a consequente análise dos técnicos.

No caso de inadimplência quanto às prestações de contas, são emitidas correspondências para as entidades convenientes/contratadas, a intervalos regulares, solicitando a prestação de contas com prazo para a apresentação das mesmas.

Caso a entidade não apresente a prestação de contas, encaminha-se um pedido de parecer ao Departamento Jurídico e, conforme sua orientação solicita-se a atualização monetária e aplicabilidade de multa, se couber, ao Departamento Financeiro.

Quando se identifica que o valor transferido não foi usado em sua totalidade, a área gestora solicita a devolução da diferença por meio de um documento de cobrança emitido pelo Departamento Financeiro, exceto no caso dos Patrocínios por Lei Rouanet, que obedecem à legislação específica.

Caso o pagamento não seja efetuado, o Departamento Financeiro informa ao Cadin.

Quando é identificada qualquer suspeita de irregularidade no cumprimento do instrumento contratual, solicita-se à Auditoria Interna que verifique a situação. Caso seja comprovada a irregularidade, o Departamento Jurídico abre um processo judicial de cobrança e a Divisão de Cadastro de Furnas adverte ou suspende por até 2 anos este Fornecedor em sua relação com todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Não se aplica a Furnas.

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo

Não se aplica a Furnas.

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica a Furnas.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica a Furnas.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Não se aplica a Furnas.

4.5.5 Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica a Furnas.

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não se aplica a Furnas.

4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não se aplica a Furnas.

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

4.6.2 Renúncias Tributárias

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.8 Comunicações à RFB

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica a Furnas.

4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

4.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica a Furnas.

4.7.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não se aplica a Furnas.

4.7.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não se aplica a Furnas.

4.7.3 Análise Crítica

Não se aplica a Furnas.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.135	3.252	45	973
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	3.252	45	973
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	3.237	42	970
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há			
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	15	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.135	3.252	45	973

Observações: Servidores sem Vínculo com a Administração Pública – Requisitados sem função de chefia.

Não inclui 293 gerentes e 17 assessores externos, descritos no quadro A.5.1.2.1. Os 6 diretores não estão incluídos pois não fazem parte do número de efetivos.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	43
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	43
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	44
6.1. Acidente Trabalho - Atividade	2
6.2. Acidente Trabalho - Trajeto	2
6.3. Enfermidade Comum	21
6.4. Licença Maternidade	12
6.5. Mandato Sindical	7
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	92

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	23	5	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		23	5	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		23	5	1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	Não há	296	0	96
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		293		96
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		3		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	319	5	97

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	234	952	1.012	869	185
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	234	952	1.012	869	185
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	62	117	116	22
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	1	7	11
2.3. Funções Gratificadas	1	59	116	109	11
3. Totais (1+2)	236	1.014	1.129	985	207

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	33	88	1.401	1.055	559	101	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	0	33	88	1.401	1.055	559	101	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	6	96	183	30	4
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	20	1	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	5	76	182	29	4
3. Totais (1+2)	0	0	33	88	1.407	1.151	742	131	19

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES											
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão											
Exercícios	2013	354.712.171,83	0,00	45.133.639,41	188.046.690,95	405.148.776,65	52.227.992,09	87.007.871,24	0,00	16.462.406,04	1.148.739.548,21
	2012	333.679.721,66		45.093.053,43	159.089.274,94	72.159.801,74	60.005.098,45	93.380.335,50		23.295.244,75	786.702.530,47
	2011	344.419.829,97		34.855.828,84	126.307.985,00	7.771.979,72	66.218.665,22	57.125.221,82		19.860.431,39	656.559.941,96
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	6.366.769,62	0,00	324.078,45	967.437,63	101.066,49	548.150,40	2.007.741,61	0,00	0,00	10.315.244,20
	2012	2.667.498,88		374.556,22	1.005.078,98	80.335,65	1.849.033,08	2.137.021,42			8.113.524,23
	2011	4.618.383,09		853.042,01	791.430,70	91.253,69	845.723,49	2.474.686,73			9.674.519,71
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	6.275.725,72	0,00	544.486,84	253.691,31	188.490,22	133.507,63	783.265,49	0,00	0,00	8.179.167,21
	2012	4.914.071,08		465.685,06	288.658,92	44217,53	93.215,47	702.430,20			6.508.278,26
	2011	4.885.727,01		184.384,61	84.090,64	0,00	222.558,81	39.847,53			5.416.608,60
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	85.803.550,54	0,00	7.769.102,12	11.092.017,62	31.594.437,14	9.444.376,87	11.958.663,25	0,00	0,00	157.662.147,54
	2012	79.447.712,83		7.977.888,52	7.849.329,83	4895781,71	11.017.705,85	14.087.550,46			125.275.969,20
	2011	95.632.020,67		7.697.541,58	3.604.855,56	853.299,51	4.911.131,12	9.452.966,57			122.151.815,01

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A) e Consultoria Jurídica (CJ.P).

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	37	17
2.1 Voluntária	31	15
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	6	2
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	37	17

Fonte: Fundação Real Grandeza.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	1.038	64
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	1.038	64
2. Em Atividade	398	19
3. Total (1+2)	1.436	83

Observação: Contempla os Planos Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD).

Fonte: Fundação Real Grandeza.

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de Atos Sujeitos ao Registro no TCU		Quantidade de Atos Cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	47	170	42	164
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	47	170	42	164

Observação: Para o registro do TCU estão sendo incluídas as admissões dos Assessores Externos.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU		Quantidade de Atos Cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1.067	464	1.066	463
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	1.067	464	1.066	463

Observação: Para o registro do TCU estão sendo incluídas as admissões dos Assessores Externos.
 Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC				
Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	22	2	8	10
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	22	2	8	10
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	378	15	287	386
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	378	15	287	386

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Inexistente.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistente.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistente.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

Doença Não Ocupacional

Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Na tabela abaixo estão sendo considerados os empregados efetivos e contratados mão de obra direta.

Absentismo Doença Não Ocupacional - 2013		
Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade comum	10.133	28.522
Enfermidade comum (a partir 16º dia)	138	11.995
Licença comum aposentado (a partir 16º dia)	77	3.709
Total	10.348	44.226

Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu nos programas de sensibilização, descritos a seguir, para a adoção de hábitos saudáveis de vida que resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- Caminhadas e corridas de rua – atividades mensais para a manutenção de hábitos saudáveis e promoção da saúde;
- Atividades físicas (sala de condicionamento, ginástica laboral, oficinas esportivas, torneios de integração) – estimula a prática regular de exercícios para despertar entre os empregados o interesse pela melhoria da capacitação física com a adoção de hábitos saudáveis para a manutenção da saúde e da qualidade de vida;
- Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química – trata a força de trabalho, aposentados e dependentes que usam álcool, drogas e outras substâncias tóxicas;
- Campanha de vacinação – imuniza os colaboradores, como medida de prevenção da gripe e H1N1 que é uma das principais causas de afastamento na Empresa; em 2013, foram imunizados 4.291 colaboradores;
- Cuidador Social – forma e instrumentaliza cuidadores e familiares para melhoria da qualidade de vida das pessoas que venham a necessitar de cuidado, em situação de fragilidade e risco, com objetivo de diminuir a reincidência hospitalar e, conseqüentemente, reduzir custos do Plano de Saúde com internações;
- Oficinas culturais e de integração (coral, canto, teatro, dança de salão, banda, culinária, mercado financeiro e fotografia) – contribui para a melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos colaboradores com a construção de um ambiente saudável e seguro por meio da comunicação, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e gerenciamento do estresse;
- Sobremesa Cultural – integra a força de trabalho a partir de apresentações de teatro, cinema e música;

- Grupo de gestantes – orienta mães e pais sobre cuidados básicos antes e depois da gravidez;
- Atividades alternativas de relaxamento – proporciona momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu, pilates e oficinas anti-estresse);
- Convênios – proporciona aos colaboradores opções para a busca e manutenção de hábitos biopsicossociais saudáveis. Os convênios são firmados com creches, escolas, cursos, faculdades, clubes, hotéis, academias, *spas* e agências de turismo e de intercâmbio;
- Festival Solte a Voz – mobiliza a força de trabalho utilizando a música como ferramenta de integração social e valorização dos empregados.

Doença Ocupacional

Considera-se Doença Ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2013, não foram registrados casos de doença ocupacional.

Absenteísmo Doença Ocupacional - 2013		
Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	24	106
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	7	868
Acidente de Trabalho de Trajeto (até 15 dias)	6	47
Acidente de Trabalho de Trajeto (a partir 16º dia)	4	394
Total	41	1.415

Em 2013, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- **Certificação de Operadores**

Assegura a devida habilitação de profissionais dessa área para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (Norma Inmetro NIE.DINQP.014). São avaliadas as condições de saúde física e mental dos operadores, através de exames médicos, entrevistas e testes psicológicos.

- **Treinamento em Suporte Básico de Vida**

Ensina os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem primeiros socorros em caso de acidente. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

- **Animando Vidas**

Sensibiliza para a prática de Segurança e Saúde no Trabalho. O projeto foi destaque na categoria Inovação no 8º Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro (Sense).

- **Capacitação Física para a Função**

Desenvolve ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida.

- **Programa de Avaliação Psicológica em Atividade de Risco**

Consiste na inclusão da avaliação psicológica no exame periódico para empregados em atividade de risco (opcional).

- **Credenciamento para Atividade de Riscos (CAR)**

Visa atualização os manuais de Furnas no que diz respeito ao Credenciamento para Atividade de Risco, compreendendo inclusive os critérios para a manutenção e a permanência na condição de habilitado para a atividade de risco. Os resultados estão condicionados a redefinição dos critérios para a caracterização das atividades ou operações perigosas após a promulgação da lei nº 12.740.

- **Comitê de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (CSTSO)**

Analisa temas relevantes para a promoção de ambiente de trabalho saudável e seguro para toda a força de trabalho.

- **Projeto Inovação SESI**

Cria e implementa protocolo de avaliação das aptidões físicas, condições nutricionais e avaliação ergonômica dos trabalhadores de linhas de transmissão, operação e manutenção.

Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

As Taxas de Frequência (TF) e de Gravidade (TG) são os indicadores de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas-humanas em exposição ao risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas-humanas em exposição ao risco.

Em 2013, ocorreram dois acidentes fatais em atividades técnicas em instalações de Furnas.

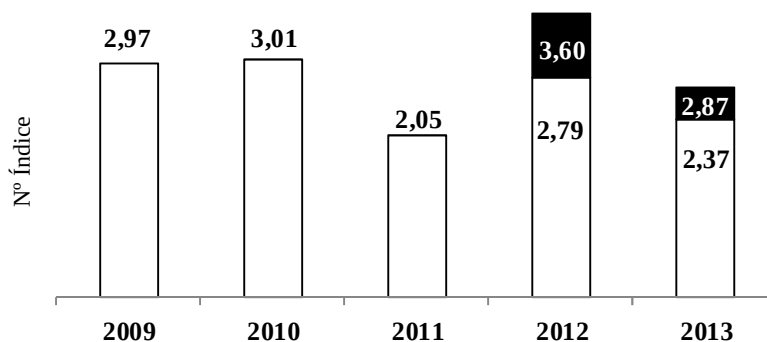
O primeiro acidente ocorreu em 6 de abril, durante manutenção em painel de um dos bancos de capacitores na UHE Itumbiara. Um técnico eletroeletrônico, com 33 anos na função, realizava testes no painel quando, ao levantar-se, tocou em um circuito DC energizado, não resistiu ao choque elétrico e faleceu.

O segundo acidente ocorreu em atividade de recuperação de torre de uma linha de transmissão de 500 kV, em Resende (RJ), em 3 de novembro. Durante o procedimento de içamento de cesto (gaiola), para realização de emenda de cabos no topo da torre, ocorreu o rompimento de elementos do sistema do cesto, o que ocasionou a queda do mesmo de uma altura de 7 metros. No cesto, encontrava-se um eletrotécnico com 30 anos na função, que não resistiu aos ferimentos causados pela queda e faleceu.

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas empresas do Sistema Eletrobras, o que corresponde a 200 horas humanas ano/12 meses, conforme NBR 14.280.

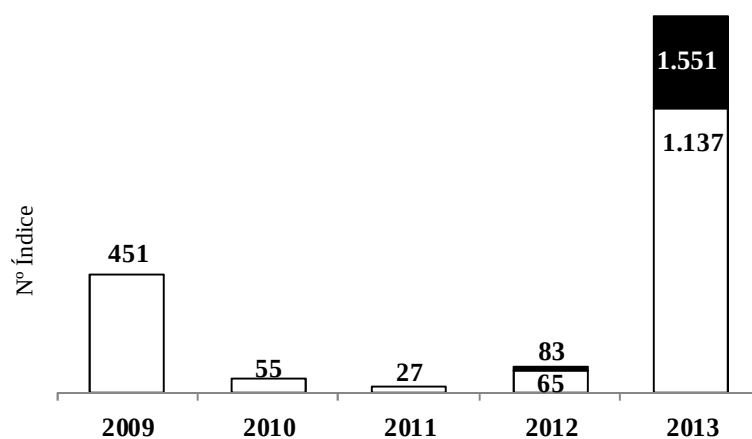
A evolução das Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho de Furnas, nos últimos cinco anos, é demonstrada a seguir:

Taxa de Frequência de Acidentes Anual



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	3,96	6,62	2,67	5,34	4,08	0,0	2,88	1,53	0,0	3,06	3,07	0,0

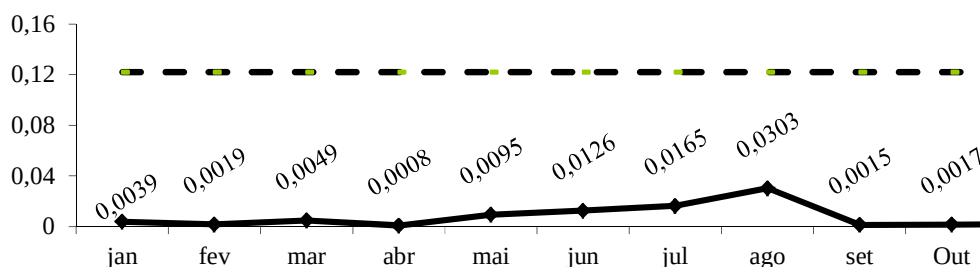
Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	141	213	274	8.201	128	84	76	50	46	24	9.258	52

Rotatividade (Turnover)

Índice de Rotatividade 2013



Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{total de admissões} + \text{total de demissões})/2}{\text{n}^\circ \text{ inicial de empregados}}$$

Educação Continuada 2013

Diante dos novos desafios do mercado de energia elétrica, Furnas tem investido amplamente em sua Unidade de Educação Corporativa como forma de contribuir para o alcance dos objetivos definidos em seu planejamento estratégico, visando o aumento da competitividade e da sustentabilidade. Além disso, a educação continuada se consolida como uma ferramenta fundamental para que os empregados viabilizem suas metas de crescimento pessoal e profissional.

O modelo é suportado por dois pilares: Gestão do Conhecimento (GC) e Educação Corporativa, que tornam o processo de formação dos empregados mais amplo, democrático e contínuo e propiciam a aquisição, disseminação, aplicação e produção de novos conhecimentos de forma integrada.

Indicador	Fórmula	Índice Acumulado 2013
Participantes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	67%
Participação de Gerentes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	49%
Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$ 90,37
Custo de ação educacional por empregado treinado	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$ 1.134,67
Carga horária média por participação	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{N}^\circ \text{ participações em ações educ.}}$	6,67
Carga horária média por participantes	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{N}^\circ \text{ participantes em ações educacionais}}$	12,46
Carga horária média por empregados	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Número de empregados}}$	8,40
Percentual de Iniciativas de GC Implantadas	$\frac{\text{Número de Iniciativas Previstas}}{\text{Número de Iniciativas implantadas}}$	88%
Nível de Maturidade de Furnas em relação a Gestão do Conhecimento	$\frac{\text{Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa}}{\text{Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa}}$	2

Gestão do Conhecimento

A implantação da GC foi iniciada em 2011 com a aplicação de pesquisa para avaliar o nível de maturidade da empresa e, com base nos resultados, foi elaborado o Plano Diretor de Gestão do Conhecimento (PDGC), que está em fase de implantação.

O projeto de implantação do PDGC alcançou os seguintes resultados:

- **Estruturação da governança para GC e ambiente colaborativo**

O Plano de Governança foi desenhado com o objetivo de acompanhar o desdobramento da Governança da Empresa.

- **Mapeamento de conhecimentos críticos**

Projeto que integra o PDGC e tem como objetivo identificar os conhecimentos críticos e estratégicos, diagnosticar *gaps* e elaborar planos de retenção e transferência.

- **Institucionalização do processo de retenção e transferência**

Definido a partir do Mapeamento de Conhecimentos Críticos, estabeleceu um conjunto de técnicas e metodologias para o mapeamento dos conhecimentos de cada área/processo, bem como a criação de planos de retenção e transferência de conhecimento para os empregados.

- **Capacitação em Gestão de Conhecimento e Inovação**

Curso *online* que possibilita qualquer colaborador ter noções básicas e introdutórias sobre o tema Gestão do Conhecimento.

- **Implantação do Banco de Especialistas/Páginas Amarelas**

Cadastro das principais experiências profissionais e conhecimentos dos empregados.

- **Implantação de Base de Conhecimento/Melhores Práticas**

Define de que forma os conhecimentos são identificados, coletados, registrados, validados, disponibilizados e utilizados pelos empregados em relação a temas estratégicos para Furnas.

- **Fóruns de Discussão**

Espaço virtual cujo objetivo é fomentar discussões acerca de um tema previamente determinado.

- **Plano de Repasse de Conhecimentos (PRC)**

Possibilita a retenção e a transferência dos conhecimentos de empregados com possibilidade de desligamento a curto e médio prazos, como garantia da permanência desses conhecimentos na empresa e a preparação de substitutos, quando for o caso, sem perda de continuidade e confiabilidade.

As tabelas a seguir demonstram alguns indicadores de acompanhamento sobre a Gestão do Conhecimento em Furnas:

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	2.801
Bases de Conhecimento	203
Fóruns de Discussão	637
Banco de Especialistas	5.106
Curso de Sensibilização de GC	5.106
Mapeamento de Conhecimentos Associados aos Processos	
Número de Participações	390
Número de <i>Workshops</i>	26
Planos de Repasse de Conhecimento – 2011/2013	
Planos de Repasse de Conhecimento (PRC) realizados	584
Dispensa de Repasse de Conhecimentos (DRC) emitidas	1.294

Educação Corporativa

A Educação Corporativa baseia-se na educação continuada dos empregados de forma ampla, participativa e voltada para os objetivos do negócio de Furnas, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores.

A educação continuada dos empregados é norteada pelo Plano Anual de Desenvolvimento (PAD) e se constitui no mais amplo e estratégico instrumento de planejamento da Educação Corporativa, contemplando o Programa de Formação Continuada dos Empregados com foco em resultados – melhoria/inação de processos e produtos. Dentre as ações que compõem esse Programa podemos destacar:

- **Ações educacionais para apoio direto à estratégia**

Após levantamento das necessidades de cada Diretoria, são ofertadas ações educacionais que visam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa.

- **Ações Educacionais das Trilhas de Aprendizagem**

As Trilhas de Aprendizagem são instrumentos de planejamento educacional de longo prazo, representando importante ferramenta para o crescimento profissional dos empregados. Demonstram relevância para a formação continuada, de acordo com modelagem que permite atualizações e sistematização do caminho educacional dos colaboradores da Empresa.

O desenho de cada Trilha envolve os mentores de conteúdos que auxiliam na identificação de temas relevantes para a construção de competências relativas aos processos essenciais de Furnas. Depois desta identificação, são elaboradas alternativas de aprendizagem.

- **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)**

Contempla ações educacionais apontadas no momento da Avaliação de Desempenho de cada empregado.

- **Ações educacionais para atender aos processos de Furnas**

Ações educacionais solicitadas pelas áreas da Empresa para atender pontualmente aos processos de trabalho a elas vinculados.

Em 2013, foram realizadas as seguintes ações:

- Implementação das trilhas de Contratação, Logística, Gestão Ambiental, Operação de Usinas Hidrelétricas, Usinas Termelétricas, Subestações, Operação de Sistemas Elétricos e Manutenção de Linhas de Transmissão;
- Construção das trilhas para formação gerencial e gestão de pessoas;
- Ações educacionais para apoiar a estratégia da Empresa;
- Atendimento ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI);
- Certificação dos operadores de Furnas;
- Implantação de cursos à distância;
- Cursos para atender a legislação do Ministério do Trabalho e do Emprego;
- Cursos do SAP/ERP;
- Levantamento dos conhecimentos críticos das áreas para elaboração de um novo Plano Estratégico que atenda a Empresa, diante das mudanças que estão sendo implementadas, dentre outras ações.

Resultados				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes/Força de Trabalho
869	3.418	6.532	42.814	67%

O quadro a seguir apresenta a média de horas de treinamento de 2013, por funcionário, discriminada por categoria funcional e gênero.

Cargo/Gênero	Média de Horas
Gerencial feminino	38,41
Gerencial masculino	33,13
Nível superior feminino	25,65
Nível superior masculino	15,95
Sem nível superior feminino	30,36
Sem nível superior masculino	5,34

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Administrador	36	40	38		5
Advogado	26	28	30		3
Ajudante de Técnico	3	4	4		1
Analista de Sistemas	38	48	49		9

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Arquiteto	3	4	5		1
Arquivista	3	4	4		1
Ascensorista	3	3	3		
Assessor de Comunicação	2	2	2		
Assessor de Suprimentos	1	1	0		
Assessor Técnico	214	224	218		24
Assistente de Administração	228	274	285		35
Assistente de Técnico	90	106	110		14
Assistente Social	10	9	9		
Auxiliar de Administração	11	17	19		7
Auxiliar de Manutenção	35	41	42		6
Auxiliar de Processamento de Dados	1	2	2		1
Auxiliar de Técnico	32	38	36		5
Auxiliar de Enfermagem	6	9	9		2
Biólogo	6	6	5		
Bombeiro Hidráulico	1	2	2		1
Comandante de Aeronave	1	1	2		
Contador	11	12	12		1
Dentista	1	2	2		1
Desenhista	1	1	2		
Desenhista Projetista	1	3	3		2
Economista	5	7	7		2
Eletricista de Linha de Transmissão	19	19	19		
Encarregado de Produção	5	6	6		1
Enfermeiro	6	8	8		2
Engenheiro	95	110	108		17
Engenheiro Agrônomo	3	3	3		
Especialista em Manutenção Eletroeletrônica	5	6	6		
Especialista em Manutenção Eletromecânica	13	13	13		
Estatístico	1	1	1		
Gráfico	5	5	5		
Marceneiro	2	3	3		1
Mecânico de Máquinas e Veículos	2	2	2		
Médico	8	10	10		2
Motorista	23	29	34		5
Nutricionista	1	1	1		
Operador de Sistemas Elétrico e de Telecomunicação	6	6	6		
Operador de Computador	1	1	1		
Operador de Guindaste	1	2	5		
Operador de Hidrelétricas e Subestações de Energia Elétrica	72	75	80		2
Operador de Máquinas de Terraplanagem	1	1	1		
Operador de Termelétrica	5	7	7		2
Pedreiro	2	2	2		
Professor de Educação Física	1	2	3		
Programador	3	3	3		
Químico	2	2	2		

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Químico Analista	1	1	1		
Secretaria	5	5	4		
Servente	1	1	1		
Sociólogo	2	2	2		
Supervisor de Produção	1	1	1		
Técnico de Contabilidade		1	1		1
Técnico de Laboratório Clínico	2	2	2		
Técnico de Nível Médio	212	224	225		14
Técnico de Segurança do Trabalho	17	17	17		
Técnico em Processamento de Dados	26	33	34		5
Técnico de Enfermagem	11	11	11		1
Técnico Especializado	2	3	4		1
Telefonista	3	3	3		
Topógrafo	3	3	3		
Zelador	2	3	3		1
Total	1.339	1.515	1.541	0	176

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066. Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta ainda no acordo o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 233 terceirizados com início de lotação anterior a 21/12/1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Também com base nos acordos, Furnas ofereceu aos terceirizados que possuem ação judicial de isonomia com os empregados efetivos e que desejaram se desligar da empresa até dezembro de 2013 uma Proposta de Acordo Individual. Mediante adesão à proposta, os profissionais fizeram jus ao recebimento de 72% do montante referente ao Adicional por Tempo de Serviço, Participação nos Lucros, Gratificação de Férias e abonos correspondentes ao período de março de 2007 a fevereiro de 2012, apurados nos mesmos moldes utilizados por Furnas para pagamento desses benefícios aos seus empregados no âmbito do PREQ.

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2013, foram desligados 199 terceirizados tanto através do Acordo Individual como por motivos diversos, atingindo a meta de forma antecipada (mais de 15% do total inicial de 1.305, conforme demonstrado no cronograma acima). Bem como iniciou as convocações antecipadamente, sendo já convocados 267 concursados.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Ministério Público do Trabalho	Acórdão 576-2012	16/02/2012	550

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A).

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão:						CNPJ: 23.274.194/0001-19							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	8000002259	00.039.404/0001-99	16/07/2010	16/07/2015			10	10			P
2009	V	O	18.571 (8000000210)	05.502.450/0001-04	24/01/2009	23/01/2013	8*	8*					E
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	25/04/2013	24/04/2015			8*	8*			A
2010	L	O	8000002982	01.569.755/0001-19	13/09/2010	12/09/2013	44	44					E
2010	L	O	8000002829	04.394.582/0001-99	16/09/2010	15/09/2013	2	2					E
2011	L	O	8000004537	69.207.850/0001-61	01/12/2011	30/11/2013	2	2					E
2012	L	O	8000005716	39.750.831/0001-16	30/10/2012	29/04/2014	72	72					A
2012	V	O	8000005470	09.434.186/0001-61	25/09/2012	16/03/2015	12	12					A
2011	L	O	8000004408	03.342.141/0001-80	01/09/2011	31/08/2015	21	21					P
2013	V	O	8000006267	08.752.749/0001-05	16/05/2013	23/05/2014	7	7					A
2012	L	O	8000005323	13.159.550/0001-08	04/07/2012	06/01/2015	18	18					A
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	13/04/2012	19/09/2014	48	48					A
2011	V	O	8000004280	02.841.990/0002-05	07/07/2011	13/07/2014	34	34					A
2013	V	O	8000006361	09.167.445/0001-35	30/05/2013	31/05/2015	21	21					A
2013	L	O	8000006675	07.147.016/0001-70	14/08/2013	13/11/2015	3	3					A
2013	L	O	8000006890	03.342.141/0001-80	13/12/2013	15/12/2015	27	27					A
2011	V	O	8000003722	07.447.107/0001-21	24/01/2011	23/05/2013	7	7					E
2011	L	O	8000004636	04.712.320/0001-25	07/11/2011	06/11/2013	30	30					E
2013	V	O	8000006721	01.301.890/0001-34	08/02/2013	31/10/2014	52	52					A
2013	L	O	8000006040	11.657.734/0001-64	05/03/2013	10/03/2014	25	25					A
2012	V	O	8000005844	19.009.885/0001-18	13/12/2012	13/12/2013	13	13					E
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	22/09/2011	22/05/2014	54	54					P
2011	L	O	8000004259	09.583.222/0001-59	01/07/2011	10/03/2014	24	24					P
2012	V	O	8000005549	39.750.831/0001-16	01/10/2012	30/04/2014	4	4					A
2013	L	O	8000006034	39.750.831/0001-16	05/03/2013	10/03/2014	13	13					A
2013	L	O	8000006042	39.750.831/0001-16	05/03/2013	10/01/2014	2	2					A
2012	L	O	8000006070	08.003.201/0001-54	24/10/2012	10/03/2014	39	39					A
2010	V	O	2000006887	05.014.372/0001-90	30/04/2010	30/04/2014	59	59					P
2012	V	O	8000005842	02.841.990/0002-05	10/12/2012	09/12/2013	15	15					E
2012	L	O	8000005609	06.305.533/0001-68	09/10/2012	21/04/2014	13	13					A
2012	V	O	8000005184	68.565.530/0001-10	28/05/2012	31/10/2013	41	41					E
2012	L	O	8000005581	07.755.950/0001-75	04/10/2012	21/04/2014	10	10					A
2012	L	O	8000005773	07.581.273/0001-16	20/11/2012	20/05/2014	14	14					A
2013	V	O	8000006539	31.276.470/0001-06	04/09/2013	30/09/2014	24	24					A
2011	V	O	8000004361	08.665.023/0001-27	15/08/2011	14/02/2014	1	1					E
2012	V	O	8000005428	03.772.051/0001-20	29/08/2012	28/08/2014	19	19					A
2013	L	O	8000006492	01.716.959/0001-90	12/08/2013	11/08/2015	18	18					A
2009	V	O	8000000326	02.601.159/0001-97	30/12/2009	31/12/2014	31	31					P
2012	V	O	8000004926	03.229.363/0001-91	01/03/2012	28/02/2014	1	1					A
2012	V	O	8000005081	08.362.390/0001-51	01/05/2012	30/04/2014	3	3					A
2013	L	O	8000000321	07.990.946/0001-91	21/06/2013	21/06/2014	9	9					P
2013	V	O	8000006723	10.752.076/0001-27	28/11/2013	27/11/2014	2	2					A
2013	L	O	8000006354	07.863.853/0001-04	23/05/2013	22/05/2014	13	13					A
2013	L	O	8000006856	08.362.390/0001-51	24/10/2013	23/02/2014	8	8					A
2012	L	O	8000005404	05.576.482/0001-46	16/08/2012	20/08/2013	36	36					A
2012	V	O	8000005576	00.914.430/0001-19	05/10/2012	24/04/2014	48	48					A
2013	L	O	8000006518	03.432.371/0001-30	13/05/2013	29/09/2015	53	53					A
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	15/04/2013	24/04/2015	24	24					A
2013	V	O	8000006597	03.108.004/0001-86	20/09/2013	19/09/2014	8	8					A
2013	L	O	8000006053	72.043.920.0001-06	08/02/2013	19/02/2015	46	46					A
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/02/2014	29	29					P

2013	L	O	8000006154	03.342.141/0001-80	07/01/2013	31/03/2015	3	3					A
2011	L	O	8000004060	03.342.141/0001-80	20/04/2011	30/04/2014	18	18					P
2011	V	O	8000004847	03.108.004/0001-86	20/09/2011	31/01/2014	12	12					A
2012	V	O	8000005353	64.860.087/0001-97	27/03/2012	12/08/2014	9	9					A
2010	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/01/2010	15/03/2014	14	14					P
2010	L	O	8000000756	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2014	8	8					A
2010	L	O	8000000759	03.342.141/0001-80	30/01/2010	31/01/2014	9	9					A
2010	L	O	8000000977	03.342.141/0001-80	10/02/2010	17/02/2014	19	19					A
2012	V	O	8000006057	01.863.518/0001-11	08/11/2012	28/02/2015	4	4					A
2011	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/02/2015	12	12					P
2011	V	O	8000003895	31.546.484/0003-64	01/03/2011	28/02/2015	4	4					P
2013	L	O	8000006786	03.342.141/0001-80	13/11/2013	31/01/2014	9	9					A
2013	L	O	8000006638	16.576.016/0001-87	28/10/2013	27/10/2014	10	10					A
2013	L	O	8000006870	03.342.141/0001-80	11/12/2013	02/01/2016	8	8					A
2008	L	O	18.134	64.925.019/0001-21	23/07/2008	31/07/2013	3	3					E
2010	L	O	8000002022	08.362.390/0001-51	08/07/2010	22/09/2013	3	3					E
2012	V	E	2000081457	04.825.494/0001-02	05/10/2012	01/01/2013	4	4					E
2011	L	O	8000004006	02.630.719/0001-31	01/07/2011	11/03/2013	8	3					E
2011	L	O	8000004296	68.000.199/0001-91	01/08/2011	31/07/2013	33	33					E
2011	L	O	8000003843	09.583.222/0001-59	01/03/2011	01/03/2015	4	4					P
2012	L	O	8000004952	36.529.998/0001-63	05/03/2012	04/03/2014	158	158					A
2010	V	O	8000001262	03.007.660/0001-93	01/03/2010	21/05/2014	13	13					P
2011	V	O	8000004251	00.914.430/0001-19	21/07/2011	20/07/2015	9	9					P
2012	V	O	8000005808	66.700.295/0001-17	03/12/2012	02/12/2014	10	10					A
2011	V	O	8000004182	31.276.470/0001-06	01/06/2012	31/05/2013	4	4					A
2011	V	O	8000004352	68.565.530/0001-10	01/08/2011	28/02/2014	7	7					A
2012	L	O	8000004825	11.699.013/0001-17	01/02/2010	31/01/2014	9	9					A
2012	L	O	8000004990	39.750.831/0001-16	02/04/2012	01/04/2014	18	18					A
2012	L	O	8000004866	04.231.640/0001-63	08/02/2012	07/02/2014	13	13					A
2008	L	O	18.419	04.994.527/0001-30	21/11/2008	21/11/2013	11	11					E
2011	L	O	8000004798	10.413.205/0001-52	11/01/2012	11/03/2013	17	12		5			E
2011	L	O	8000004615	02.931.592/0001-90	07/12/2011	06/12/2013	8	7		1			E
2010	L	O	8000003487	08.003.201/0001-54	19/11/2010	10/03/2013		20		38			E

Observação:

*Nº de postos de serviços, sendo 4 de 24 horas e 4 de 12 horas.

Fonte: Assessoria de Apoio à Gestão de Contratos (AGC.E), Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E), Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SIE), Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados (CS.A).

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A

UG/Gestão: CNPJ: 23.274.194/0001-19

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	19.390	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014		8		88		112	P
2010	12	O	19.391	45.022.415/0001-02	01/02/2010	31/01/2014		8		130		111	P
2010	12	O	19.392	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014		54		230		174	P
2010	12	O	19.395	45.022.415/0001-02	01/02/2010	31/01/2014		4		54		103	P
2010	12	O	19.396	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014		46		326		67	P
2011	2	O	8000004317	05.466.147/0001-95	02/09/2011	28/02/2013	14	6		8			E
2012	5 / 6	O	8000004913	04.394.582/0001-99	01/03/2012	28/02/2014			11	7		4	P
2011	5 / 6	O	8000004001	04.394.582/0001-99	05/04/2011	04/04/2013			5	5			E
2011	2	O	8000004413	08.362.390/0001-51	07/10/2011	07/10/2013			4	4			E

2009	5	O	8000000842	68.565.530/0001-40	31/08/2009	30/08/2013	138	138					E
2012	4	O	8000005195	27.830.827/0001-89	29/05/2012	28/05/2014	85	85					A
2007	9	O	8000000353	36.192.235/0001-70	24/04/2007	24/04/2013	3	3					A
2012	8	O	2000075447	32.086.274/0001-31	02/08/2012	02/02/2013	1	1					A
2012	9	O	8000005390	00.028.986/0001-08	28/08/2012	03/11/2014	3	3					A
2010	2	O	8000001390	50.705.268/0001-05	16/03/2010	15/03/2014			5	5			P
2012	2	O	8000005793	05.466.147/0001-95	30/11/2012	30/11/2014	14	14					A
2012	2	O	8000005640	09.632.388/0001-18	26/04/2012	30/04/2015	7	7					A
2011	9	O	8000006668	04.148.551/0001-58	07/08/2013	15/10/2014	14	14					A
2012	12	O	8000004021	01.716.959/0001-90	11/04/2011	10/10/2014	21	21					A
2011	9	O	8000004196	30.440.119/0001-46	06/06/2012	05/12/2013	17	17					E
2011	8	O	8000004325	30.440.119/0001-46	25/07/2011	31/03/2014	3	3					P
2012	9	O	8000005113	03.342.141/0001-80	30/04/2012	31/10/2014	5	5					A
2012	9	O	8000005592	30.440.119/0001-46	20/04/2012	14/04/2015	6	6					A
2013	9	O	8000006378	18.981.068/0001-64	05/06/2013	06/12/2014	51	51					A
2011	12	O	8000003838	30.440.119/0001-46	17/02/2011	16/08/2014	17	17					A
2012	12	O	8000005136	13.159.550/0001-08	08/05/2012	13/11/2014	12	12					A
2012	9	O	8000004865	04.818.396/0001-30	30/01/2012	31/01/2014	20	20					A
2012	2	O	8000004979	05.466.147/0001-95	22/03/2012	30/09/2014	7	7					A
2013	9	O	8000006546	16.576.016/0001-87	04/09/2013	15/09/2014	14	14					A
2012	9	O	8000004941	02.630.719/0001-31	22/03/2012	01/05/2014	3	3					A
2013	10	O	8000006313	40.378.440/0001-00	29/05/2013	29/05/2015	23	23					A
2012	12	O	8000005797	08.725.042/0001-00	03/12/2012	25/09/2014	29	29					A
2013	2	O	8000006083	09.632.388/0001-18	07/03/2013	06/03/2014	10	10					A
2013	2	O	8000006424	11.740.647/0001-76	07/07/2013	06/07/2014	12	12					A
2013	9	O	8000004257	09.583.222/0001-59	05/03/2013	10/01/2014	28	28					P
2012	12	O	8000004901	09.583.222/0001-59	03/02/2012	02/02/2014	19	19					A
2012	3	O	8000005436	32.185.480/0001-07	03/09/2012	02/09/2014	1	1					A
2012	9	O	8000004990	39.750.831/0001-16	02/04/2012	01/04/2014	18	18					A
2013	2	O	8000006092	14.143.727/0001-32	10/04/2013	28/02/2014	20	20					A
2013	12	O	8000006316	09.023.884/0001-74	15/05/2013	14/11/2015	12	12					A
2013	9	O	8000006482	04.148.551/0001-58	09/08/2013	11/08/2014	32	32					A
2011	9	O	8000004813	04.148.551/0001-58	02/08/2011	10/01/2014	13	13					A
2012	9	O	8000005268	04.148.551/0001-58	20/06/2012	19/06/2013	30	30					E
2012	2	O	8000005258	05.389.546/0001-08	10/12/2012	16/12/2014	6	6					A
2013	2	O	8000006647	11.683.755/0001-54	21/10/2013	04/11/2014	2	2					A
2013	3	O	8000005399	01.151.822/0001-24	04/09/2013	30/09/2014	3	3					E
2013	12	O	8000006475	01.716.959/0001-90	19/08/2013	19/08/2015	17	17					A
2013	9	O	8000006519	14.608.661/0001-09	19/08/2013	18/08/2015	9	9					A
2010	12	O	8000003429	00.212.298/0001-01	16/11/2010	15/11/2013	10	10					E
2012	2	O	8000005310	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/07/2014	9	9					A
2012	9	O	8000005903	08.362.390/0001-51	03/10/2012	13/01/2015	11	11					A

2012	9	O	8000006039	08.362.390/0001-51	06/11/2012	03/02/2015	10	10					P
2012	12	O	8000005365	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/07/14	7	7					P
2012	9	O	8000005761	08.362.390/0001-51	20/11/2012	18/11/13	5	5					E
2013	12	O	8000006744	09.013.436/0001-90	02/12/2013	30/09/15	1	1					A
2013	2	O	8000006308	23.274.194/0001-19	20/05/2013	21/05/2014	13	13					A
2013	9	E	8000006804	07.863.853/0001-04	21/10/2013	20/02/2014	21	21					A
2013	12	O	8000006773	07.147.016/0001-70	14/11/2013	13/11/2014	11	11					A
2011	2	O	8000004413	08.362.390/0001-51	27/09/2011	21/11/2013	4	4					E
2012	12	O	8000005924	00.813.398/0001-85	06/11/2012	06/01/2014	14	14					A
2012	12	O	8000005259	10.373.141/0001-03	02/07/2012	01/07/2013	10	10					E
2012	2	O	8000004782	05.466.147/0001-95	16/01/2012	30/06/2015	1	1					P
2011	12	O	8000004376	00.087.163/0001-53	31/05/2011	20/08/2014	27	27					P
2012	2	O	8000005595	05.466.147/0001-95	25/10/2012	31/10/2014	16	16					A
2010	9	O	8000002106	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2014	11	11					P
2010	9	O	8000002084	03.342.141/0001-80	24/05/2010	31/10/2013	34	34					E
2010	9	O	8000002105	03.342.141/0001-80	26/05/2010	31/05/2014	4	4					P
2012	2	O	8000005658	04.293.745/0001-47	28/05/2012	30/10/2014	8	8					A
2011	12	O	8000004054	07.841.574/0001-31	20/04/2011	01/05/2014	20	20					P
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	24/09/2010	30/09/2014	1	1					P
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	25/09/2010	30/09/2014	1	1					P
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	26/09/2010	30/09/2014	2	2					P
2010	12	O	8000003061	03.342.141/0001-80	27/09/2010	30/09/2014	1	1					P
2013	2	O	8000006742	08.532.353/0001-44	28/11/2013	27/11/2014	8	8					A

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Área:

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

1. Segurança;

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

2. Transportes;

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

3. Informática;

4. Copeiragem;

5. Recepção;

6. Reprografia;

7. Telecomunicações;

8. Manutenção de bens móveis

9. Manutenção de bens imóveis

10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Fonte: Assessoria de Apoio à Gestão de Contratos (AGC.E), Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E), Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SLE), Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados (CS.A).

5.2.5 Análise Crítica dos Itens 5.2.3 e 5.2.4

Estima-se que cerca de 10% a 15% dos contratos de serviços continuados, especialmente os de vigilância e limpeza e higiene, apresentam problemas recorrentes que via de regra levam à rescisão contratual. As principais causas de inadimplemento das empresas são constantes atrasos no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, muitas vezes levando à interrupção das atividades e resultando no pagamento direto de Furnas aos empregados da contratada, em processo de rescisão contratual. Outra dificuldade observada é o não pagamento tempestivo de verbas rescisórias; nos contratos vigentes não há a previsão de fundo de provisionamento dessas verbas, nos moldes do previsto na Instrução Normativa nº 6, de 23/12/2013.

Houve um aumento significativo no número de empresas de pequeno porte, ou até mesmo microempresas, muitas vezes amadores no ramo, que conseguem vencer licitações e apresentam problemas na execução. Em três anos registramos três casos de abandono dos serviços pela Contratada, sem qualquer comunicação a Furnas.

Outro fator que causa dificuldades para a administração, bastante comum nos contratos de limpeza e higiene, é a alta rotatividade de prestadores de serviço que causa prejuízos ao bom andamento das atividades em virtude da necessidade de adaptação dos prestadores de serviço ao ambiente de trabalho, além do baixo comprometimento dos mesmos.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	351	363	338	354	4.284.622,63
1.1 Área Fim	194	187	172	170	2.091.789,86
1.2 Área Meio	157	176	166	184	2.192.832,77
2. Nível Médio	106	96	105	91	691.269,56
2.1 Área Fim	69	58	58	55	442.074,66
2.2 Área Meio	37	38	38	36	249.194,90
3. Total (1+2)	457	459	443	445	4.975.892,19

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

As diretrizes que norteiam a utilização de veículos estão no Manual de Organização de Furnas, Documentos da Organização/Política de Transportes, disponível na Intranet, que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades de transporte da Empresa.

A utilização da frota é administrada localmente, ou seja, em cada Área onde Furnas possui instalações, e é acompanhada e controlada pelo Órgão Central de Transportes, de tal forma a possibilitar a recomendação e orientação sobre as melhores práticas relativas à aquisição, manutenção e a melhor forma de utilização dos equipamentos, baseado nos critérios de otimização e eficiência.

Caberá ao usuário de equipamentos de transporte da Empresa observar as seguintes recomendações:

- atender às disposições do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- zelar para que o seu uso seja única e exclusivamente com o objetivo de viabilizar as atividades da Companhia;
- identificar a necessidade de equipamento de transporte para manter e operacionalizar as atividades de sua área de atuação;

- proceder ao controle da utilização e manutenção adequada do equipamento sob seu poder;
- cumprir as normas e procedimentos definidos pelo Órgão Central de Transporte;
- enviar, sempre que necessário, informações relativas ao assunto ao Órgão Central de Transporte.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Em suas atividades gerenciais, administrativas e operacionais, Furnas conta com o apoio de sua frota de veículos, que viabiliza o deslocamento de seu corpo técnico na execução de seus serviços, assegurando a manutenção e ampliação dos empreendimentos da Empresa.

A frota de veículos é um recurso facilitador das atividades no que tange à interligação das instalações de Furnas, cuja abrangência é interestadual e em muitas regiões remotas, que sem onerar progressivamente os custos fixos decorrentes da manutenção de uma frota, proporciona ganhos com a economia de tempo e agilidade para o desempenho de suas atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Tipo de Veículo	Quantidade	km Rodado	Idade Média
Caminhão	154	594.630	21
Caminhão Trator	11	57.437	11
Caminhonete	84	291.545	15
Furgão	23	29.552	11
Hatch	66	181.943	9
Micro-ônibus	4	17.197	13
Minivan	68	831.525	7
Motocicleta	32	56.157	8
Ônibus	10	14.258	34
Perua (Station Wagon)	145	1.272.650	9
Picape	308	2.269.774	9
Sedan	43	444.734	9
Utilitário	18	49.435	21
Van	41	195.370	10
Total	1.007	6.306.207	-

d) Média Anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

Ver quadro do item c.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Ver quadro do item c.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

	R\$			
Tipo de Veículo	Valor Combustível	Valor Lubrificante	Valor Manutenção	Valor Diversos
Caminhão	382.639,63	6.270,78	266.127,72	94.706,33
Caminhão Trator	46.234,62	1.719,50	27.288,32	13.057,83
Caminhonete	89.683,42	2.264,67	120.454,32	46.722,41

	R\$			
Tipo de Veículo	Valor Combustível	Valor Lubrificante	Valor Manutenção	Valor Diversos
Furgão	7.293,00	196,28	8.033,85	4.486,44
Hatch	55.424,01	536,47	7.901,59	20.409,45
Micro-ônibus	11.912,44	0,00	18.938,85	918,20
Minivan	255.674,03	5.090,26	110.443,50	40.700,52
Motocicleta	6.055,26	774,70	5.108,16	2.042,92
Ônibus	13.584,16	490,60	10.824,45	27.791,14
Perua (Station Wagon)	364.554,49	8.199,04	190.171,92	59.970,72
Picape	639.306,00	7.599,37	593.471,75	217.287,28
Sedan	162.652,73	8.009,78	75.248,26	25.521,06
Utilitário	18.408,11	445,84	12.818,82	6.627,29
Van	662.098,56	1.277,04	57.378,03	23.518,21
Total	2.715.520,46	42.874,33	1.504.209,54	583.759,80

Obs.: Composição do custo do transporte: combustível, lubrificantes, manutenção, pedágios, estacionamentos, IPVA e outros.

g) Plano de substituição da frota

A substituição ocorre anualmente, em articulação com as provisões orçamentárias para este fim, avaliando-se os impactos da depreciação inerente ao uso do veículo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A frota própria de Furnas atende as necessidades permanentes de deslocamentos em suas instalações. O custo é amortizado ao longo do prazo, com progressão decrescente, considerando o volume de serviços prestados e a renovação da frota.

A locação de veículo se dá apenas nas necessidades eventuais, ou seja, pontuais e localizadas, cuja aquisição seria economicamente inviável a médio e longo prazo.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Empresa dispõe de um sistema informatizado que controla e faz a medição dos serviços de transporte terrestre.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

A frota terceirizada atende as necessidades eventuais de deslocamentos, principalmente durante as obras dos empreendimentos para as quais Furnas exerce atividades temporárias ou para suprir demandas das Áreas de Operação, Transmissão, Engenharia, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, sem assumir custos com uma estrutura para longo prazo.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Contrato	Empresa Contratada (b)	CNPJ Empresa Contratada (b)	Vigência (c)	Valor do Contrato (R\$) (c)	Realizado (c)	Tipo de Veículos/Quantidade (f)			Custo com Combustível (R\$)	Tipo de Licitação (c)
						Automóvel	Picape	Utilitário		
8000004225	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	27/06/2011 a 20/12/2013	9.124.919,25	9.025.249,69	20	75	3	N/D	Pregão Eletrônico
8000005869	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	20/12/2012 a 20/12/2013	1.332.142,99	1.332.091,84	11	5	2	N/D	Pregão Eletrônico
8000004304	Empreendimentos e Participações Barroca Ltda.	16.579.740/0001-64	05/08/2011 a 05/08/2013	1.692.799,68	1.549.640,19	9	5	1	215.991,00	Pregão Eletrônico
8000000213 (CT 18.812)	GMX Locações e Serviços Ltda.	09.542.711/0001-62	06/07/2009 a 05/01/2014	291.000,04	288.295,84	1	0	1	27.850,00	Pregão Eletrônico
8000004147	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	12/08/2011 a 11/08/2013	853.387,18	661.227,20	3	0	2	19.632,63	Pregão Eletrônico
8000004186	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	29/07/2011 a 29/07/2013	1.920.000,00	1.500.318,42	9	0	7	75.058,98	Pregão Eletrônico
8000006536	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	04/09/2013 a 04/09/2014	747.597,50	215.581,32	14	1	3	42.037,32	Pregão Eletrônico
8000006742	LS Pneus Comercio de Auto Peças Eireli - ME	08.532.353/0001-44	28/11/2013 a 27/11/2014	935.000,00	-	13	0	10	N/D	Pregão Eletrônico
8000005595	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01/11/2012 a 31/10/2014	3.149.000,00	1.532.591,51	40	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000005658	Auto Locadora Nader Ltda.	04.293.745/0001-47	01/11/2012 a 31/10/2014	1.192.143,12	631.878,64	16	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000005640	AGM3 Locação de Veículos e Serviços Ltda - ME	09.632.388/0001-18	01/11/2012 a 30/04/2015	1.994.372,73	748.359,84	9	0	12	N/D	Pregão Eletrônico
8000005793	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01/12/2012 a 30/11/2014	2.511.514,84	1.202.334,82	9	0	12	N/D	Pregão Eletrônico
8000004979	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01/04/2012 a 30/09/2014	1.341.488,67	879.254,73	9	0	2	N/D	Pregão Eletrônico
8000006092	4x4 Locadora de Veículos Eireli	14.143.727/0001-32	01/03/2012 a 28/02/2015	5.658.160,47	1.576.029,55	52	0	18	N/D	Pregão Eletrônico
8000006170	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01/04/2013 a 17/09/2014	311.247,21	127.453,87	4	0	0	N/D	Pregão Eletrônico

8000006424	JWS Locação de Transporte e Turismo Ltda. - ME	11.740.647/0001-76	07/07/2013 a 06/07/2014	990.944,31	389.963,37	17	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000006083	AGM3 Locação de Veículos e Serviços Ltda - ME	09.632.388/0001-18	07/04/2013 a 06/02/2015	1.382.800,98	477.137,29	8	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000005828	Conplan Empreendimentos e Serviços Ltda.	05.389.546/0001-08	17/12/2012 a 16/12/2014	592.513,92	293.350,54	6	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000006928	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	21/12/2013 a 20/12/2014	1.110.999,96	-	12	0	18	N/D	Pregão Eletrônico
8000004338	Transvepar Transportes e Veículos Paraná Ltda.	76.669.670/0001-67	13/08/2011 a 12/08/2014	114.480,00	87.768,00	2	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000004413	L. A. Duarte & Roberti Ltda.	08.362.390/0001-51	07/10/2011 a 07/10/2014	836.000,74	567.040,29	8	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000004043	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	05/05/2011 a 04/05/2014	1.134.000,00	954.316,68	0	0	9	N/D	Pregão Eletrônico
8000005310	L. A. Duarte & Roberti Ltda.	08.362.390/0001-51	01/08/2012 a 31/07/2014	1.217.899,44	733.023,03	9	0	1	N/D	Pregão Eletrônico
8000006308	King Automotores Ltda.	23.274.194/0001-19	20/05/2013 a 19/05/2014	806.492,40	417.031,85	12	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000004782	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01/02/2012 a 3/06/2015	665.408,42	428.659,30	10	0	0	N/D	Pregão Eletrônico
8000006285	Senconsult Locação de Veículos e Construção Ltda.	40.888.380/0001.67	05/04/2013 a 04/07/2013	253.411,65	245.283,54		Encerrado		N/D	Dispensa de Licitação
8000005936	Senconsult Locação de Veículos e Construção Ltda.	40.888.380/0001.67	07/01/2013 a 07/04/2013	248.500,00	240.909,20		Encerrado		N/D	Pregão Eletrônico
8000004893	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	29/02/2012 a 28/02/2013	1.819.488,81	1.723.727,04		Encerrado		N/D	Pregão Eletrônico
8000004317	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	22/07/2011 a 28/02/2013	2.691.012,99	2.674.772,77		Encerrado		N/D	Pregão Eletrônico
8000004026	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	27/04/2011 a 27/04/2013	708.851,27	708.851,27		Encerrado		N/D	Pregão Eletrônico
8000003971	Veloz Transrio Transporte Ltda.	00.530.512/0001-60	28/03/2011 a 27/05/2013	1.513.970,33	1.479.680,14		Encerrado		N/D	Pregão Eletrônico

Fonte: Assessoria de Apoio à Gestão de Contratos (AGC.E), Superintendência de Estudos e Projetos (SE.E), Superintendência de Implantação de Empreendimentos (SIE) e Superintendência de Suprimentos (GS.A).

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Ver quadro do item b.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

As diretrizes que norteiam a utilização de veículos estão no Manual de Organização de Furnas, Documentos da Organização/Política de Transportes, disponível na Intranet, que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades de transporte da Empresa.

A utilização da frota terceirizada é administrada localmente, ou seja, em cada Área onde Furnas possui instalações, e é acompanhada e controlada pelo Órgão Central de Transportes, de tal forma a possibilitar a recomendação e orientação sobre as melhores práticas relativas à aquisição, manutenção e a melhor forma de utilização dos equipamentos, baseado nos critérios de otimização e eficiência.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota terceirizada complementa a frota própria para atendimento a demanda, incluindo análise de custo x benefício, de forma a possibilitar a Empresa obter a melhor utilização possível entre veículos próprios e terceirizados.

Os serviços são essenciais para atender às necessidades de transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas relacionadas aos serviços da UJ em toda sua área de atuação. São serviços acessórios e de natureza contínua, não se enquadrando no escopo das atividades-fim da Empresa e, portanto, mais viáveis pela terceirização. Esta opção faz com que essa UJ evite a incorporação de custos operacionais com processos de aquisição de frota própria, manutenção e acompanhamento dessa frota, além da contratação de empregados (motoristas e mecânicos) para atender a um processo eminentemente acessório.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Ver quadro do item b.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

Furnas não faz gestão do desempenho do veículo alugado.

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Furnas não faz gestão do desempenho do veículo alugado.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Furnas não faz gestão de manutenção do veículo alugado.

j) **Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.**

Furnas controla os serviços por meio de seus fiscais de contratos.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Não se aplica a Furnas.

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica a Furnas.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Não se aplica a Furnas.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Furnas.

6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não se aplica a Furnas.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
Quesitos a serem avaliados

1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:

	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
x	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.

x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
x	Auditoria de governança de TI.
x	Auditoria de sistemas de informação.
x	Auditoria de segurança da informação.
x	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.

(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A).

7.1.1 Análise Crítica

Furnas desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) alinhado ao planejamento estratégico corporativo, concluído em 2013, aprovado pela alta administração em 10.12.2013 e, atualmente encontra-se em fase de publicação.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a Gestão Ambiental		Avaliação			
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Furnas divulga em seu site o Código de Ética da Eletrobras e “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores”, onde enfatiza questões referentes aos direitos humanos e gestão ambiental. Em todos os editais de licitação, Furnas obriga o participante de apresentar a seguinte declaração: Declara, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas Eletrobras e o documento intitulado “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores”, que se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos www.furnas.com.br - “A Empresa” e www.furnas.com.br - “Fornecedores”, respectivamente. Os contratos Furnas possuem uma cláusula que estabelece que o fornecedor se compromete a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas Eletrobras, que se encontra disponível no endereço eletrônico da empresa, sob pena de submeter-se às sanções previstas no presente instrumento contratual.					x
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
1. Modernização do Sistema de Iluminação do Ministério de Minas e Energia (Economia de 220,82 MWh/ano) O Ministério de Minas e Energia e Furnas assinaram um Termo de Cooperação Técnica e deram início ao trabalho de transformar o sistema de iluminação do Edifício Sede desse Ministério, em Brasília, usando tecnologia de ponta para economizar energia, sem comprometimento ao conforto dos usuários. O projeto consistiu em dimerizar as lâmpadas do prédio, automatizando, via rede lógica, o controle do nível de iluminação interna. O sistema concluído com êxito em 2013 está presente em toda a extensão do edifício, adaptado de acordo com o uso de cada espaço físico. Salas de reunião, auditório, corredores, para cada unidade uma programação adequada, que pode ser controlada em uma central única. Na modernização do sistema, foram instalados teclados (interruptores) sem fio, para controle da iluminação no prédio. Nas salas de reunião, por exemplo, foram instaladas diferentes configurações, de acordo com o uso que se fará do espaço, como acionamento do projetor, luminosidade forte, luminosidade de estar, entre outras. Há também sensores de luminosidade sem fio, que se comunicam com o sistema por rádio frequência. Estão instalados no forro das salas, próximo às janelas, para controle da luz natural, e entram em funcionamento automaticamente, de modo que quanto maior for a luminosidade natural percebida por este sensor menor será a intensidade da luz artificial, obedecendo aos níveis adequados de luminosidade de acordo com a NBR ISO/CIE 8995 - Iluminação de ambientes de trabalho. O sistema também conta com sensores de ocupação, que são dispositivos - também sem fio - instalados em áreas de circulação comum (banheiros, corredores, escadas e salas técnicas), que desativarão automaticamente a iluminação sempre que tais ambientes se encontrarem desocupados, com reativação instantânea, no caso de nova ocupação. Algumas salas contam com controles remotos que, acionados a partir de qualquer ponto do ambiente, proporcionam autonomia, comodidade e melhor ajuste da luminosidade conforme a necessidade dos usuários. Podem ligar, desligar e variar o nível de intensidade luminosa dos ambientes, além de possuir um botão “cena favorita”, programado pelo próprio usuário. Foram modernizadas aproximadamente 3.600 luminárias. Um telão instalado na entrada do prédio disponibiliza aos usuários informações sobre a economia obtida desde o início do funcionamento do projeto, que conta com garantia técnica de dois anos. A Economia aferida pelo próprio Ministério foi de 60% do consumo do sistema de iluminação, o que equivale a 9% de redução na Conta de Energia Elétrica. Projeto de melhoria da iluminação pública (Economia de 2.700,00 MWh/ano) Furnas colabora com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, desenvolvido pela ELETROBRAS/PROCEL, implementado pelas concessionárias distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica, que atende à determinação do Governo Federal quanto ao combate ao desperdício e ao estímulo ao uso eficiente de energia elétrica, promovendo a melhoria das condições de iluminação pública dos municípios do país, com reflexos positivos para o aumento do bem estar da população. Em 2013, foi concluído um percentual de 32,34 da obra de modernização da iluminação pública de Anápolis, município de Goiás. Mais de 13 mil pontos de luz foram substituídos. A diminuição foi de 2,7 mil MWh/ano no consumo de energia, além de uma demanda evitada de 619 kW no horário de ponta do sistema. Estes resultados geram diretamente uma economia anual de cerca de R\$ 450 mil (sem impostos) nos gastos da administração municipal com eletricidade.					

Além disso, há outros benefícios, tais como melhoria da qualidade da iluminação pública, favorecimento da segurança pública, incremento das atividades econômicas, turísticas e de lazer, padronização do sistema de iluminação e redução dos custos de manutenção. O investimento necessário à execução desta etapa do projeto foi de R\$ 6,8 milhões. Do total dos recursos, 75% foram obtidos por Furnas junto à Eletrobras, por meio de linha de crédito, e financiado à Prefeitura de Anápolis. Os demais 25% foram a contrapartida da administração municipal.					
Total economizado = 2.920,82 MWh/ano					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Agendas e calendários.	☒				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	☒				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	☒				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	☒				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. Observação: As especificações técnicas dos bens e produtos levam em consideração a durabilidade e a qualidade, porém, por seguir a Lei 8.666, não nos é permitido limitar as propostas de contratação a esses critérios.	☒				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				☒	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					☒
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E).

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Dentro de um contexto onde os recursos naturais estão cada vez mais escassos, Furnas reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente e reconhece que a educação ambiental deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo na Empresa. As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Educação Ambiental e Gestão de Resíduos, todas detalhadas no site de Furnas.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico, gestores da empresa e representantes da sociedade, em conformidade com as legislações vigentes.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	2012	Furnas aderiu ao A3P em outubro de 2012 e em 2013, foi elaborado o primeiro Relatório de Avaliação de Desempenho do A3P. A Empresa também está participando da 5º Edição do Prêmio A3P, no qual foram inscritos sete projetos inovadores de sustentabilidade				
Programa da Coleta Seletiva Solidária	2008	Em seis anos de implantação do Programa, mais de 1.000 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinados a 28 cooperativas de catadores, parceiras de várias unidades. Em 2013, a Empresa destinou 234 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores.				
Greenhouse Gas Protocol	2008	A Empresa, que publicou seu primeiro inventário em 2009 quando recebeu o selo bronze, vem evoluindo tornando seu relatório mais completo a cada ano e em 2013, foi conquistado o Selo Ouro pelo Inventário de Emissões de Gases Estufa 2013, referente ao ciclo de 2012.				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	38.204	40.219	49.009			
Água (m³)	94.683*	127.523				
Energia Elétrica (MWh)	33.767	37.625	16.796			
Total						
* Consumo apenas de fontes provenientes de redes de abastecimento.						

* Consumo apenas de fontes provenientes de redes de abastecimento.

Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA,E).

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO						
Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.						60478
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
01	012.015/2009-0	2205/2013 – 1ª C		-	Ofício nº 5397/2013-TCU/SEFIP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.						60478
Descrição da Deliberação						
Determinar à empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras que se abstenha de nomear candidato aprovado em concurso público após o prazo de validade, atentando-se para que a nomeação seja publicada no DOU ainda na vigência do certame.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Administração - DA						Não se aplica
Síntese da Providência Adotada						
Expedida correspondência DP.I.094.2013, em 06.05.2013, para a DG (atual DA) solicitando providências imediatas para atendimento às determinações.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.						
Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.						60478
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
02	033.652/2011-2	2954/2013 – Plenário		-	Ofício nº 0700/2013-TCU/SecexEstat	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.						60478
Descrição da Deliberação						
9.1. recomendar a Furnas, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que elabore:						
9.1.1. metodologia consistente para o acompanhamento periódico do desempenho das SPE, por meio de indicadores adequados, que contemple os aspectos operacionais e financeiros dos respectivos empreendimentos;						
9.1.2. relatório gerencial atualizado, com informações padronizadas, que contemple prazos, valores, indicadores de performance, atividades desenvolvidas, situação societária, entre outras informações, de forma a orientar ações de controle da estatal nas SPE.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Finanças – DF						Não se aplica
Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN						
Síntese da Providência Adotada						
Expedida correspondência interna DP.I.494.2013, de 21.11.2013, informando o recebimento do referido acórdão através do Ofício 0700/2013 – TCU/SecexEstat as diretorias DN e DF, solicitando o envio a DP do Relatório das ações definitivamente empreendidas para atender às recomendações do TCU no prazo de 120 (cento e vinte) dias, e, para melhor acompanhar o atendimento a essas recomendações, que informassem a DP, a cada 30 (trinta) dias, sobre o andamento do trabalho.						
Pediu rigorosa observância às normas e orientações da Corte de Contas e que a S.J.P efetuasse o devido registro sobre o Acórdão, apoiando a DN e DF no que for pertinente.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	012.643/2005-4	100/2013 – Plenário	-	-	Ofício nº 0277/2013-TCU/SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
9.18. determinar, nos termos do art. 12, inciso IV, 43, inciso I, e 45 da Lei nº 8.443/1992: 9.18.1. a Furnas Centrais Elétricas S.A., encaminhando cópia dos Volumes Principal, 1, 2 e 3 dos presentes autos, bem como do presente Acórdão acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, que: 9.18.1.1. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência do presente Acórdão, informe a este Tribunal, encaminhando documentação comprobatória, as medidas porventura adotadas quanto: 9.18.1.1.1. à instauração de Tomada de Contas Especial no tocante ao apontado no item 9.4.6 do Acórdão nº 354/2006 - Plenário, parágrafo 30, fls. 351/353 - Volume 1, consoante arts. 8 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 249, inciso II do Regimento Interno/TCU; 9.18.1.1.2. ao resultado dos trabalhos realizados pela Comissão de Sindicância instaurada em 22/07/2004, por meio da DP.I 142.2004, de 22/07/2004, item 9.4.5, parágrafo 17, fls. 350/351 - Volume 1; 9.18.1.1.3. ao efetivo recolhimento do INSS por parte da sociedade empresária Hot Line Construções Ltda., por força do Contrato CT 14319, firmado em 30.08.2002, tendo em vista que consulta ao Sistema CNIS, referente aos Srs. Antônio Sérgio Oshiro e Edson Severino Correia, na condição de empregados terceirizados de Furnas Centrais Elétricas, apresenta indícios de falta do devido recolhimento; 9.18.1.1.4. à prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros transferidos à Leo Júnior Participações por força dos Convênios nº 13.979, assinado em 30/01/2002, no valor de R\$ 296.569,00, e nº 14.626, assinado em 01/08/2003, no valor de R\$ 302.328,00, ambos alusivos ao apoio de Furnas ao "Projeto Júnior", devidamente acompanhadas dos documentos fiscais, inclusive os referentes a pagamento de pessoal, e da cópia de extrato bancário referente à conta corrente aberta especificamente para a movimentação dos recursos; 9.18.1.1.5. à prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros transferidos ao Instituto de Qualidade Social - IQUAL, por força do Convênio nº 14.750, assinado em 19.12.2003, no valor de R\$ 1.712.000,00 (hum milhão, setecentos e doze mil reais), referente ao Apoio de Furnas ao Projeto "Jovens do Rio", devidamente acompanhada dos documentos fiscais das despesas efetivadas, e da cópia de extrato bancário, referente a conta corrente aberta especificamente para a movimentação dos recursos; 9.18.1.1.6. à prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros transferidos à Fundação Hospitalar do Município de Varginha/MG por força do Termo de Compromisso CA.I. 1.091, assinado em 02/08/2004, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referente ao apoio de Furnas ao projeto social, devidamente acompanhada dos documentos fiscais das despesas realizadas e da cópia de extrato bancário referente à conta corrente aberta especificamente para a movimentação dos recursos; 9.18.1.1.7. aos documentos relativos às despesas efetivadas para o cumprimento do patrocínio objeto do Contrato nº 13.854, celebrado em 30/11/2001, junto à sociedade empresária Focus - Opinião e Estratégia Ltda.; 9.18.1.1.8. aos mecanismos adotados para aferir a efetividade de suas campanhas publicitárias, com demonstrativos claros quanto ao atingimento das metas propostas e à adequação destas, item 9.4.9, parágrafo 97, fls. 356/360 - Volume 1; 9.18.1.1.9. às medidas adotadas com vista a aprimorar seus procedimentos de controle patrimonial, relativo aos equipamentos de informática, de forma a garantir adequado controle físico e contábil sobre esses bens do ativo, em atenção ao princípio contábil da oportunidade, conforme descrito na Resolução CFC nº 750/93, art. 6º, parágrafo único, inciso II; 9.18.1.1.10. às medidas adotadas para assegurar que os ativos de tecnologia da informação sejam devidamente controlados, de modo a evitar prejuízos diretos ou indiretos e garantir a disponibilidade e integridade das informações corporativas; 9.18.1.1.11. aos mecanismos de definição clara das competências de cada unidade organizacional em relação aos processos de TI; 9.18.1.1.12. ao estabelecimento em seus sistemas corporativos de perfis adequados ao controle, provendo mecanismos para que os usuários nessa condição tenham acesso irrestrito, apenas de consulta, a todas as informações; 9.18.1.1.13. à sistemática de documentação adequada dos objetos dos bancos de dados, indicando corretamente a semântica dos atributos e tabelas corporativos e evite que os usuários preencham campos com informações não pertinentes à sua finalidade; 9.18.1.1.14. às medidas adotadas para assegurar que os campos essenciais para a identificação de pessoas, como o CPF, estejam preenchidos corretamente em todas as tabelas corporativas e em futuras migrações, incluindo a base de inativos; 9.18.1.1.15. às medidas adotadas para o controle correto e adequado a respeito da prestação de serviços terceirizados, especialmente em relação às informações existentes nas tabelas CO1 e CTD, ou crie estruturas que permitam menor incerteza quanto a essas informações; 9.18.1.1.16. ao resultado final dos procedimentos licitatórios realizados para prestação de serviços de telecomunicações de transmissão de sinais de dados e de voz, atentando para o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, assim como a adequação dos contratos à Lei nº 8.666/93, de modo a evitar irregularidades tais como ausência de fixação da data de término da vigência, caracterizando contratação por prazo indeterminado, com violação ao prescrito no art. 57, § 3º da Lei 8.666/93, item 9.4.23, parágrafo 187, fls. 374/375 - Volume 1; 9.18.1.1.17. aos ajustes realizados nos seus cadastros específicos de pessoal, haja vista a verificação de inconsistências, tais como a (i) inclusão, no cadastro de inativos, do funcionário de matrículas nºs 018291-6 e 019077-1; (ii) manutenção, na base de inativos, de pessoas falecidas; (iii) rescisão do funcionário Edilson Vera Matos, matrícula 019858-9, cadastrado na base de inativos, com data de desligamento igual a de admissão; (iv) manutenção, na base de inativos, dos funcionários Miguel Henrique da Cruz Veras, CPF 102.606.337-04, Hortencia Vieira, CPF 296.259.127-20, Eliza Maria Vaz Serra, CPF 384.081.207-00 e Valdir Soares Malaquias, CPF 444.283.757-00 que também possuem matrículas de ativos; e (v) situação cadastral do Sr. Fernando Caram Guimarães, constante da base de inativos e já falecido, itens 9.4.51-9.4.53 e 9.4.55-9.4.56, parágrafos 320, 323, 326, 332 e 335, fls. 402/404 - Volume 1;					

9.18.1.1.18. aos estudos realizados para adequação dos sistemas e bancos de dados da empresa, discriminando os recursos necessários, as ações a serem desenvolvidas e o cronograma de execução, de modo a possibilitar o gerenciamento centralizado dos ativos de informação, garantindo a observância dos requisitos da disponibilidade e da integridade das informações corporativas, confiando, assim, maior segurança e celeridade às tomadas de decisões por parte dos gestores, bem como subsidiar todo o sistema de controle com informações fidedignas e tempestivas, considerando que no decurso do trabalho de auditoria, além de ter havido delonga no atendimento de várias solicitações, foram detectadas inconsistências nas informações apresentadas no tocante às bases de pessoal, fornecedores, contratos e pagamentos, tais como a falta de mecanismos que permitam a identificação única dos processos de pagamento, ausência de vinculação de pagamentos às respectivas obrigações, duplicidade e erros de cadastramento e registros armazenados sem verificação de consistência de campos obrigatórios, como o CPF, e que a autonomia excessiva dos sistemas e das bases e a ausência de documentação fidedigna dos modelos pode facilitar o uso indevido e a fraude; e

9.18.1.1.19. à contratação direta efetuada junto ao Grupo Canal Energia e Internet S/C, em 1/7/2004, com enquadramento indevido na inexigibilidade prevista no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e outros firmados com a mesma empresa, diante do ferimento aos Princípios da Impessoalidade, Isonomia e Moralidade, consoante os arts. 251, caput e § 1º, inciso III, 250, § 2º, inciso IV, e 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 58, inciso II da Lei nº 8.443/92, item 9.4.47, parágrafo 293, fls. 397/398 - Volume 1;

9.20. dar ciência à Furnas Centrais Elétricas S.A. quanto às seguintes falhas:

9.20.1. à necessidade da substituição de fiscais e auxiliares de fiscalização dos contratos que estejam na situação de terceirizados ou outra análoga, não efetiva, por servidores do quadro de pessoal de Furnas e que não tenham participação direta ou indireta com a licitação que originou o contrato a ser fiscalizado, de forma a atender ao princípio de controle de segregação de funções e permitindo o aprimoramento do controle interno;

9.20.2. à observância rigorosa do disposto nos artigos 73 e 74 da Lei nº 8.666/93, fazendo constar dos processos constituídos demonstração clara de que os serviços contratados foram corretos e adequadamente prestados, item 9.4.10, parágrafo 105, fls. 360/361 - Volume 1;

9.20.3. à necessidade de fazer constar dos documentos que compõem seus autos explicações claras e específicas que não deixem margem a dúvidas quanto ao tipo de serviço contratado e prestado no âmbito de cada processo (Princípio da Motivação dos Atos), de forma a que qualquer leitor consiga compreender integralmente o respectivo conteúdo, conforme achado descrito no item 9.4.11, parágrafo 108, fls. 361/362 - Volume 1;

9.20.4. à apresentação, de forma clara e transparente, nas justificativas para futuras contratações de serviços de publicidade, do porquê das eventuais alterações nos percentuais de valores contratados, item 9.4.13, parágrafo 117, fls. 363/364 - Volume 1;

9.20.5. à necessidade de fazer constar dos contratos a indicação do crédito orçamentário pelo qual corre a despesa, com a informação da classificação funcional programática, da categoria econômica e do valor alocado em cada um, nos casos em que forem indicados mais de um crédito orçamentário, conforme o art. 55, inciso V, da Lei 8.666/93, item 9.4.21, parágrafo 171, fls. 372 - Volume 1;

9.20.6. à necessidade, durante a execução contratual, de se abster da utilização de recursos financeiros de programas de trabalhos diferentes daqueles indicados no instrumento contratual, observando que a natureza da despesa deve harmonizar-se com a classificação funcional-programática do crédito orçamentário na qual se insere, em atenção aos arts. 55, V, da Lei nº 8.666/93 e 12 e 75, III, da Lei nº 4.320/64, bem como à Lei Orçamentária Anual, item 9.4.22, parágrafo 179, fls. 373/374 - Volume 1;

9.20.7. à necessidade de inclusão, em todos os Compromissos firmados e suas espécies, Convênios, Contratos, Autorizações de Serviços ou outros congêneres, de cláusula exigindo a prestação de contas detalhada daqueles que utilizem recursos financeiros recebidos da Estatal a título de apoio a projeto social, cultural ou análogos, de forma a certificar o integral cumprimento daquilo que foi pactuado;

9.20.8. à abstenção de exigir, nos editais de licitação, em caráter eliminatório, declaração de solidariedade de fabricante de produto, em atenção ao disposto nos arts. 3º, §1º, I, e 27 a 31 da Lei nº 8.666/93;

9.20.9. à previsão, em sua política de pessoal, da obrigação de transferência de expertise entre seus chefes, eventuais substitutos e demais empregados do setor, haja vista o quantitativo de ex-funcionários prestando serviços de consultoria sob o fundamento da transmissão de conhecimentos, gerando, com isso, a prática, muitas das vezes, de atos antieconômicos;

9.20.10. atente para o disposto no artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, no sentido de abster-se de contratar, por inexigibilidade ou dispensa de licitação, com base nesse dispositivo, a Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE e/ou outras instituições análogas, conforme jurisprudência deste Tribunal (Decisões 252/99-P, 346/99-P, 30/2002-P e Acórdãos 1.349/2003-P, 1.614/2003-P, 125/2005-P), sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis com relação a outras contratações semelhantes porventura existentes;

9.20.11. à formalização, em seus processos, de numeração de folhas em ordem cronológica e rubricas dos responsáveis pelas inserções de documentos, de forma a não permitir manuseio indevido de informações, ocorrência essa relatada inclusive por um empregado de Furnas em reunião realizada com a Equipe de Auditoria, conforme relatado no capítulo deste Relatório destinado a Propaganda e Publicidade, na seção que trata das licitações promovidas pela ACO.P.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Presidência - DP	Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada	
Expedida correspondência DP.E.385.2013, em 01.10.2013, informando o atendimento de todas as determinações emanadas pelo TCU e, em anexo a correspondência, as tratativas internas em meio magnético (CD).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.	

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Inexistem pendências de atendimento.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201307767	Constatação (2.2.2.1) Recomendação: 1	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Reavaliar, junto a holding, a necessidade de manter o CMDE vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro - OP.F			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida Correspondência OP.F.I.027.2014, de 14.04.2014, informando que o Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE continua vigente.			
Informa, ainda, que O CMDE está sendo validado pela holding com as empresas controladas, e será assinado para o acompanhamento de resultados para o período 2014-2017.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivo/negativos para cumprimento da recomendação.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201307767	Constatação (2.2.2.1) Recomendação: 2	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Para os próximos relatórios de gestão, implementar e informar indicadores aptos a avaliar o desempenho da Empresa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Planejamento, Análise e Controle Financeiro - OP.F			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida Correspondência OP.F.I.027.2014, de 14.04.2014, informando que o Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE continua vigente.			
Informa, ainda, que O CMDE está sendo validado pela holding com as empresas controladas, e será assinado para o acompanhamento de resultados para o período 2014-2017.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivo/negativos para cumprimento da recomendação			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201307767	Constatação (2.2.2.1) Recomendação: 3	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Finalizar o Plano Diretor de Furnas com os indicadores próprios da Empresa para nortear seu desempenho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Financeira - DF			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência DF.I.022.2014, em 08.05.2014, informando que os indicadores a serem adotados no Relatório de Gestão 2013 estão definidos no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE, aprovado pela Diretoria e Conselho de Administração desta empresa, conforme RD nº 015.2748, de 17/03/2014 e RCA nº 001/444, de 16/04/2014, respectivamente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivo/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201307767	Constatação (1.1.2.2) Recomendação: 1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Efetuar a revisão nos acordos de níveis de serviço considerando o novo cenário de Furnas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência ST.A.I.007.2014, em 06.05.2014, informando que a ST.A sempre que necessário faz uma revisão nos seus contrato contudo irá criar um procedimento para revisão periódica de SLA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivo/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201307767	Constatação (1.1.2.2) Recomendação: 2	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Criar procedimento periódico de verificação da adequação dos níveis de serviços dos contratos vigentes atualizando os acordos tempestivamente, quando necessário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência ST.A.I.007.2014, em 06.05.2014, informando que a ST.A sempre que necessário faz uma revisão nos seus contrato contudo irá criar um procedimento para revisão periódica de SLA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivo/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201307767	Recomendação:001	Ofício 25624/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Realizar pesquisa para identificar se existem outras soluções de TI que atendem os requisitos de futuras contratações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Emitida correspondência ST.A.I.007.2014, em 06.05.2014, informando que a realização de pesquisas para identificar várias soluções que atendem os mesmos requisitos faz parte dos procedimentos padrões de contratação de TI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201307767	Recomendação:001	Ofício 25624/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Doravante, cadastrar os atos de pessoal no SISAC tempestivamente, em observância ao prazo estabelecido no artigo 7º da IN/TCU n.º 55/2007.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DA			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência DG.I.005.2013, de 06.02.2013, para DP Informando que os acessos dos usuários ao sistema SISAC foram recadastrados conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU.			
Emitida correspondência GAP.A.I.054.2014, em 30.01.2014, informando que as providências para sanar as pendências constantes no Processo 201307767/01 da CGU que trata do cadastro no SISAC foram implementadas e que a partir de outubro de 2013 as informações estão sendo enviadas no prazo estabelecido no art. 7º da in/TCU nº 55/2007.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201203831	Constatação (018) Recomendação:003	Ofício 30028/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Formalizar, no caso do contrato nº 8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à ELETROBRAS FURNAS dos valores despendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Jurídica - SJ.P			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência GCO.P.I.807.2014, em 18.04.2014, informando que desde o recebimento da recomendação da CGU, não foi firmado nenhum novo contrato para defesa de dirigentes e ex-dirigentes da companhia.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201108792	Constatação (021) Recomendação:001	Ofício 5756/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR Ofício 30028/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Elaborar Planejamento Estratégico de TI de forma a ordenar a alocação de recursos e definir prioridades entre as atividades finalísticas da organização para as aquisições relacionadas a TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A			60478
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência ST.A.I.007.2014, em 06.05.2014, informando que o Planejamento Estratégico de TI (PDTI) foi desenvolvido e aprovado em março de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201108792	Constatação (050) Recomendação:001	Ofício 5756/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Criar no sistema SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que a ELETROBRAS FURNAS transfira recursos para que seja feita distinção no sistema SAP dentre esses instrumentos, de modo a que se possa extrair do referido sistema informações consistentes e fidedignas			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência ST.A.I.007.2014, em 06.05.2014, informando que desde dezembro 2012 se tornou obrigatória a informação no SAP dos tipos de instrumento (pequeno vulto - termo contratual - convênio).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201108792	Constatação (059) Recomendação:001	Ofício 25624/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Nos contratos a registrar no SIASG, no campo “Fundamento Legal”, inserir o artigo em que se baseia a contratação, abstendo-se de registrar apenas “Lei 8666”.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DA			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida correspondência interna DA.I.144.2013, de 05.09.2013, informando que todos os Órgãos envolvidos com a emissão de instrumentos contratuais cumpram as recomendações constantes do Ofício 25624/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR.			
Enviada Correspondência DP.E.379.2013, de 30.09.2013, a CGU informando atendimento a OS 201108792, através das correspondências DA.I.144.2013, de 05.09.2013, e DA.I.151.2013, de 10.09.2013, anexas a DP.E.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	OS 242063	Constatação (013) Recomendação:001	Ofício 5756/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Incluir cláusula determinando o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns, em todos os convênios e termos aditivos de convênios a serem celebrados por Furnas Centrais Elétricas S.A., conforme disposto Portaria Interministerial MPOG/MF n.º 217, de 31/06/06.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Jurídica – SJ.P			Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada			
Expedida Correspondência DP.I.096.2013, em 07.05.2013, solicitando cooperação, as Diretorias envolvidas, para atendimento ao ofício.			
Emitido Relatório de Monitoramento 004.2013, de 13.05.2013, que encaminha Ofício 5.756/2013 para a SJ.P e solicita providências.			
Expedida correspondência GCO.P.I.807.2014, em 16.04.2014, informando que desde de 2013, os pareceres jurídicos da empresa acerca de tais instrumentos têm determinado a inclusão de tal cláusula.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Inexistem pendências de atendimento.

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

A Auditoria Interna é subordinada ao presidente do Conselho de Administração de Furnas e está organizada da seguinte forma: uma Superintendência de Auditoria Interna (AD) e duas Coordenações, Coordenação de Programação de Auditoria e Coordenação Operacional de Auditoria.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Relatório de Auditoria 005/2013 – Orçamento – SPE

Principais não conformidades:

- Falta de documentação que demonstre a atualização do valor aportado em relação ao valor autorizado pelo Conselho de Administração;
- Falta de justificativa para não entrada em operação na data prevista no Extrato do Plano de Negócios;
- Não apresentação de Resolução de Conselho de Administração para os aportes;
- Não aplicação de multa pelo atraso no aportes;
- Falta de assinaturas em AFAC;
- Falta de apresentação de AFAC.

Relatório de Auditoria 006/2013 – Contratos – TI

Principais não conformidades:

- Divergências entre o valor do Termo Contratual e o valor inserido no SAP. Ausência da Cláusula Acordo de Nível de Serviço (SLA), no Termo Contratual;
- Ausência da Cláusula Acordo de Confidencialidade, no Termo Contratual;
- Ausência da metodologia de serviços prestados para que a remuneração da contratada, mediante a mensuração de resultados;
- Falta a certificação 70-631 (TS: Microsoft Sharepoint Services 3.0, Configuration) de consultores;
- Falta dos Relatórios de horas/resumo das atividades, nos meses de janeiro, março, abril e julho de 2012, de consultores;
- Ausência de 3 (três) consultores, nos meses de Agosto e Setembro de 2012;
- Falta de formalização da indicação do representante de Furnas para a administração/gestão do contato.

Relatório de Auditoria 010/2013 – Classificação da Informação

Principais não conformidades:

- Não atendimento ao prazo para disponibilizar o rol das informações sigilosas no sítio da internet conforme determinação legal;

- Não evidenciamos ações no tocante a classificação e tratamento das informações sigilosas para o cumprimento do prazo previsto na legislação vigente;
- Faltam aprovação e publicação da revisão da IN006 – Classificação da Informação com as adequações à legislação vigente;
- Deficiência na estruturação do conteúdo da IN006, dificultando a clareza do texto;
- Atribuição da competência da classificação da informação no grau secreto e reservado da IN006, em desacordo com o Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012;
- Insuficiência no estabelecimento de diretrizes na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC).

Relatório de Auditoria 012/2013 – P&D

Principais não conformidades:

- Falta de formalização da indicação do representante de Furnas para a gestão do contrato;
- Falta de formalização da indicação do representante da Conveniente perante Furnas para a gestão do contrato;
- Antecipação de desembolsos tendo sido pago elevado percentual do valor total do projeto no primeiro mês;
- Falta de comprovação de abertura de conta corrente exclusiva para a movimentação de recursos do projeto;
- Falta de indicação do número do convênio na nota fiscal de apresentada para comprovação dos serviços realizados;
- Desembolsos efetuados em desacordo com o cronograma do projeto;
- Liberação de pagamentos sem a comprovação dos recolhimentos para o INSS e FGTS;
- Falta de assinatura do instrumento contratual;
- Falta de aporte dos demais parceiros no Fundo;
- Pagamento da totalidade do valor do projeto em uma única parcela;
- Falta de submissão para aprovação do Conselho de Administração da participação de Furnas no convênio.

Relatório de Auditoria 050/2013 – Cessão – RH

Principais não conformidades:

- Valores Pendentes de Recebimento pela Cessão de Empregados;
- Emissão de Resolução de Diretoria após o início do Período de Cessão;
- Falta de Concordância dos Empregados Para Cessão;
- Aprovação de prorrogação de cessão por período superior a 12 meses;
- Acompanhamento do Registro de Frequência de Empregados Cedidos;
- Publicação das Cessões no Diário Oficial da União.

Relatório de Auditoria 059/2013 – Intervenções – SIRO

Principais não conformidades:

- Furnas não possui um processo adequado de gerenciamento dos custos das intervenções efetuadas, uma vez que não são inseridas corretamente as informações no sistema SAP;
- Não há controle sobre a alocação dos empregados vinculados à atividade de manutenção, acarretando no pagamento inadequado de horas-extras;

- Não há sinergia entre as equipes de operação e manutenção de forma a buscar uma redução de custo para Furnas por meio da realização de intervenções sem a necessidade de desligamentos durante o expediente normal de trabalho.

Relatório de Auditoria 061/2013 – Governança de TI

Principais não conformidades:

- Formalização definidas e aprovadas papéis e responsabilidades, quanto à gestão de TI;
- Rol de normativos voltados para gestão e uso da TI corporativa;
- Mapeamento das informações críticas sob a gestão de TI;
- Diretriz que estabelece que o Comitê de Informática reunir-se-á, no mínimo uma vez a cada trimestre;
- Formalização do processo de planejamento de TI a ser seguido pela instituição;
- Processo com critérios formais para tomada de decisão e priorização das iniciativas de investimento, e para acompanhamento e controle dos custos de TI;
- Dotações orçamentárias;
- Plano de capacitação de TI que viabilize o desenvolvimento de forma integrada das competências necessárias as atividades da área de TI;
- Documentação referente à implantação de sistema que subsidie a gestão do conhecimento;
- Implementação formal de processos voltados para gestão de TI;
- Medidas específicas para gestão de riscos de TI em 2013;
- Processo documentado e testado para o gerenciamento da continuidade de serviços de TI considerados críticos para Furnas;
- Definição formal de um catálogo de serviços, níveis de serviços previamente acordados e um processo para gerenciamento desses serviços;
- Processo de gestão de contratação de serviços de TI.

Relatório de Auditoria 062/2013 – Segurança da Informação

Principais não conformidades:

- Processo formal de gestão de riscos de TI;
- Gerenciamento de níveis de serviços;
- Termo de confidencialidade junto aos provedores de serviços;
- Direito a acesso amplo à transação de negócios no ambiente de produção SAP concedido aos terceiros;
- Processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;
- Plano de Continuidade de Negócios;
- Gerenciamento de gestão de capacidade;
- Diretrizes para o uso de dispositivos móveis e procedimentos formal de segurança da informação para os ativos de Furnas armazenados em dispositivos móveis;

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela Alta Gerência

Dos 65 relatórios de auditoria emitidos no exercício de 2013, foram destacadas 281 não conformidades, onde 74 itens permanecem pendentes de implementação. O percentual de pendências é de 26%.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna

A Auditoria mantém controle das recomendações pendentes de implementação, com base nos prazos estabelecidos na Ata de Reunião, avaliando regularmente o status de cada uma, a partir da data de emissão do Relatório da Auditoria.

Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos na sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna

A ferramenta *Audit Automation Facilities* (AAF): (Plataforma Lotus Notes) é um *software* de gestão de auditoria interna que permite ganhos de eficiência com redução de custos e riscos decorrentes de controles manuais. O programa é utilizado para documentação dos papéis de trabalho de auditoria e gerenciamento de toda a execução dos trabalhos realizados.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

No intuito de implantar medidas corretivas para os pontos de não-conformidade identificados, a Auditoria Interna (AD) encaminha os Relatórios de Auditoria para as áreas responsáveis, com cópia para os seus Diretores, para que as mesmas efetuem a implantação dos planos de ação. Os Relatórios de Auditoria também são enviados para CGU, conforme disposto no Art. 8º da Instrução Normativa nº 07 da CGU.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da Auditoria Interna

Ao final do ano, é elaborado o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (Raint), onde são consolidados os trabalhos realizados ao longo do ano conforme definido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), bem como contempla o acompanhamento da implementação das recomendações da Auditoria Interna, e das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e orientações da Controladoria Geral da União (CGU). O Raint é distribuído à CGU e ao Conselho Fiscal. Furnas não possui comitê de auditoria.

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	97	319
	Entregaram a DBR	5	97	319
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas (RH.A) / Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A).

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Não houve pendência referente à entrega da DBR. A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR é a Gerência de Suporte à Gestão de Pessoas (GAP.A) que não possui sistema informatizado para este gerenciamento. A entrega das DBR se dá por meio de papel, sem análise por Furnas de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. A guarda das BDR é feita em arquivos específicos, devidamente lacradas, mantendo a preservação do sigilo fiscal.

9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

Não se aplica a Furnas.

9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

Furnas não possui registros no SIASG e no SICONV referentes a convênios ou outros instrumentos congêneres porque utiliza recursos próprios.

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito, que as informações referentes aos contratos de investimento estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o Artigo 19, §5º, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2013.

Welington Lima Cristiano
Gerente
Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ARC.F
CPF 645.383.117-15

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS

Ouvidoria

Criada em 2008, a Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão, consolidando-se como importante instrumento da democracia participativa à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, serviço aos gestores da Empresa e reforçando o compromisso de Furnas com a sociedade.

Além de atender as exigências da Lei Sarbanes-Oxley, a Ouvidoria de Furnas atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União e, está de igual forma, comprometida com a política de sustentabilidade e com a boa prática de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de: formulário eletrônico no *site* de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou outro documento. Em todas as formas de comunicação o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Com a aprovação da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu um sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei. Em obediência à nova legislação, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que disponibiliza, no *site* de Furnas, diversas informações de interesse público, o que atende à transparência ativa e passiva da empresa.

Além disso, a Ouvidoria administra o canal Fale com o Presidente, exclusivo para a comunicação do público interno, para esclarecer dúvidas e encaminhar sugestões e comentários.

Em 2013, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria o total de 918 demandas, das quais 808 foram solucionadas, 32 não tiveram seguimento, por falta de conteúdo passível de apuração ou por não serem pertinentes à empresa, 68 foram canceladas por duplicidade de protocolo e 10 foram retransmitidas para a Comissão de Ética.

Nesse contexto, foram postadas manifestações dos seguintes tipos: 269 reclamações, 171 solicitações, 30 sugestões, 98 denúncias, 66 comunicações, 4 comunicações referentes a meio ambiente, 5 agradecimentos, 6 elogios, 133 “Fale com Presidente” e 136 pedidos de informação (SIC), dos quais 18 são recursos (14 dirigidos ao chefe hierárquico, 3 à autoridade Máxima e 1 à CGU).

Após a conclusão das manifestações, é solicitado aos manifestantes que respondam ao questionário de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria. Em 2013, este questionamento foi respondido por 143 manifestantes.

10.2. MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica pois Furnas não possui cidadãos-usuários ou clientes diretos.

10.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Furnas não aplicou pesquisas de opinião nos últimos 3 anos.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Não se aplica.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não se aplica.

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/1976 OU EM LEI ESPECÍFICA, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS

Empresa do Sistema Eletrobras
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	01.01.2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	7	6.696	2.462	115.665
Títulos e valores mobiliários	8	715.812	509.279	525.842
Clientes	9	870.458	935.106	986.311
Remuneração de participações societárias		82.536	35.171	5.627
Impostos e contribuições sociais	12	118.085	148.953	68.524
Direito de ressarcimento	10	-	9.937	9.937
Cauções e depósitos vinculados	13	15.339	15.329	18.056
Almoxarifado	14	21.454	24.954	23.840
Indenizações das concessões	15	1.499.440	1.537.280	-
Outros	16	149.009	394.966	106.891
		3.478.829	3.613.437	1.860.693
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	9	560.469	398.922	450.549
Impostos e contribuições sociais	12	457.909	900.295	879.255
Almoxarifado	14	90.856	89.047	80.909
Cauções e depósitos vinculados	13	503.057	386.699	310.197
Ativo financeiro – concessões do serviço público	11	6.389.473	6.329.851	7.580.769
Indenizações das concessões	15	630.912	2.174.808	-
Outros	16	128.415	679.729	53.782
		8.761.091	10.959.351	9.355.461
Investimentos	17	4.879.505	3.812.603	2.505.820
Imobilizado	18	5.908.998	5.769.432	8.480.566
Intangível	19	111.388	98.193	108.852
		19.660.982	20.639.579	20.450.699
TOTAL DO ATIVO		23.139.811	24.253.016	22.311.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(em milhares de reais)

continuação

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2012		01.01.2012
	Nota	31.12.2013	Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores	20	411.869	842.851	812.903
Financiamentos e empréstimos	21	431.464	597.188	678.373
Impostos e contribuições sociais	22	287.856	307.119	230.432
Obrigações estimadas	23	391.569	497.853	339.979
Encargos setoriais	24	128.265	94.258	83.515
Benefícios pós-emprego	25	72.945	65.597	248.240
Outros	30	49.215	101.335	98.623
		1.773.183	2.506.201	2.492.065
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	21	7.514.980	6.087.370	4.156.567
Impostos e contribuições sociais	22	739.705	498.666	544.767
Obrigações estimadas	23	-	-	247.793
Concessões a pagar - uso do bem público	26	39.680	44.673	42.230
Provisões para riscos	27	555.309	865.178	622.689
Benefícios pós-emprego	25	227.066	552.784	271.861
Adiantamentos para futuro aumento de capital	28	34.740	525.450	300.000
Provisão para contratos onerosos	29	1.001.219	1.490.215	-
Encargos Setoriais	24	76.601	214.749	184.832
Outros	30	1	1	3.485
		10.189.301	10.279.086	6.374.224
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31		
Capital social		6.531.154	6.031.154	6.031.154
Reservas de capital		5.528.986	5.690.383	5.690.383
Reservas de lucros		-	656.113	1.961.815
Prejuízos acumulados		-	-	-
Outros resultados abrangentes		(882.813)	(909.921)	(431.740)
Dividendos adicionais propostos		-	-	193.491
Participação de acionistas não controladores		-	-	-
		11.177.327	11.467.729	13.445.103
TOTAL DO PASSIVO		23.139.811	24.253.016	22.311.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Nota	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	4.292.195	7.265.450
CUSTO OPERACIONAL	33	(3.677.936)	(4.756.105)
Custo com energia elétrica		(1.074.685)	(2.320.101)
Energia elétrica comprada para revenda		(673.974)	(1.880.642)
Encargos de uso da rede elétrica		(400.711)	(439.459)
CUSTO DE OPERAÇÃO		(2.603.251)	(2.436.004)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.950.131)	(1.805.277)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(278.997)	(146.728)
Utilização de recursos hídricos		(164.000)	(221.414)
Depreciação e amortização		(185.816)	(236.077)
Outros		(24.307)	(26.508)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	33	(582.073)	(511.522)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		32.186	1.997.823
DESPESAS OPERACIONAIS	34	(814.504)	(1.043.051)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(782.318)	954.772
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	17	151.780	49.231
RESULTADO FINANCEIRO	35	(524.079)	(106.384)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/2013		(1.154.617)	897.619
Ganho (Perda) – Lei nº 12.783/2013	36	488.996	(2.067.037)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(665.621)	(1.169.418)
Imposto de renda e contribuição social	37	-	(35.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(151.889)	(100.543)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(817.510)	(1.305.702)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de R\$)

	31.12.2013	31.12.2012
Prejuízo do Período	(817.510)	(1.305.702)
Outros resultados abrangente		
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	284.111	(597.192)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários	(257.016)	121.584
Outros:		
Ajuste de avaliação patrimonial – hedge investida	-	(2.704)
Ajuste acumulado de conversão em investida	13	131
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(790.402)	(1.783.883)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2012 (reapresentado)	6.031.154	5.690.383	1.961.815	-	193.491	(431.740)	13.445.103
Ajustes de exercícios anteriores				-			
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge investida	-	-	-	-	-	(2.704)	(2.704)
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	131	131
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30.04.2012	-	-	-	-	(193.491)	-	(193.491)
Ajuste benefício pós-emprego (CVM 600/2009)	-	-	-	-	-	(475.608)	(475.608)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.305.702)	-	-	(1.305.702)
Destinação do resultado:							
Absorção do prejuízo do exercício *	-	-	(1.305.702)	1.305.702	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (reapresentado)	6.031.154	5.690.383	656.113	-	-	(909.921)	11.467.729
Integralização de AFAC da Eletrobrás - vide nota 25	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	13	13
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	-	27.095	27.095
Prejuízo do período				(817.510)	-	-	(817.510)
Destinação do resultado:							
Absorção do prejuízo do exercício *	-	-	(656.113)	656.113			-
Absorção do prejuízo do exercício *		(161.397)	-	161.397			-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.531.154	5.528.986	-	-	-	(882.813)	11.177.327

* De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art.189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(665.621)	(1.169.418)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Capital Circulante Líquido		
Depreciação e amortização	185.816	236.077
Variação monetária/cambiais líquidas	(264.929)	(205.636)
Renda de aplicação financeira	(42.793)	(41.178)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(67.806)	-
Encargos financeiros	509.576	330.005
Resultado de equivalência patrimonial	(151.780)	(49.231)
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	60.532	232.658
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	309.869	242.489
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal (Preq)	222.044	(50.969)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	32.067	334.928
Provisão/(Reversão) para perdas com contratos onerosos	(488.996)	1.490.215
Despesas Financeiras (Multa e Juros sobre novos parcelamentos)	298.588	-
Provisão para baixa de ativo financeiro	496.196	-
Baixa de imobilizado	24.558	1.910.539
Baixa do ativo financeiro - Lei nº 12.783/2013	-	2.301.331
Receita de ativo financeiro pela RAP	(172.204)	(1.212.992)
Provisão para perda de investimento	6.212	-
Encargos da reserva global de reversão	317.207	218.077
Subtotal	(11.202)	4.566.895
(Acréscimos) Decréscimos nos Ativos / Passivos Operacionais	271.760	459.818
Pagamento de encargos financeiros	(591.928)	(330.944)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	198.460	1.515.226
Efeito Lei nº 12.111/2009 (diferença de tarifa)	-	(806.336)
Indenização Lei nº 12.783/2013	-	(3.622.275)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(421.348)	(217.866)
Recebimento de encargos financeiros	5.834	5.798
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(45.407)	(130.944)
Cauções e depósitos vinculados	(49.800)	(135.181)
Pagamento de PREQ	(398.322)	-
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(63.654)	(76.599)
Recebimento de RAG	561.013	-
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	(251.839)	-
Recebimento de Indenizações Lei 12.783/2013	1.914.774	-
Pagamento à entidade de previdência complementar	(78.851)	(293.810)
Subtotal	778.932	(4.092.931)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.039.490	933.782
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.609.368	1.865.231
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(534.909)	(249.928)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	200.000
Pagamento de remuneração aos acionistas	-	(271.322)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.074.459	1.543.981
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo financeiro	(582.073)	(511.522)
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	(163.741)	57.741
Aquisições de ativo imobilizado	(361.020)	(750.944)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Aquisições de ativo intangível	(34.182)	(5.588)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.125.632)	(1.473.103)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	156.933	92.450
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.109.715)	(2.590.966)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.234	(113.203)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.462	115.665
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.696	2.462
	4.234	(113.203)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	4.963.382	8.345.994
Menos:		
Insumos		
Custo de energia comprada	(673.974)	(1.880.642)
Materiais	(36.930)	(47.318)
Serviços de terceiros	(692.066)	(680.151)
Outros custos operacionais	(1.757.625)	(1.990.827)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.802.787	3.747.056
Depreciação e amortização	(185.816)	(236.077)
Constituição/ reversão de provisões	(11.972)	(2.363.695)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.604.999	1.147.284
Receitas financeiras (transferências)	551.662	530.461
Equivalência patrimonial	151.780	49.231
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.308.441	1.726.976
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	1.221.135	1.174.243
Governo (impostos e contribuições)	668.341	844.540
Encargos financeiros e variação monetária	1.075.740	636.845
Encargos setoriais	160.735	377.050
Prejuízo do exercício	(817.510)	(1.305.702)
TOTAL	2.308.441	1.726.976

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, localizada na Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. A comercialização de energia realiza-se com empresas distribuidoras de energia e consumidores de todo o território nacional.

O sistema de produção de energia elétrica de Furnas, cuja concessão pertence em sua totalidade a Empresa, é composto por 9 (nove) usinas hidrelétricas, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada, com potência instalada de 8.996 MW, e 2 (duas) usinas termelétricas com 962 MW de capacidade, totalizando 9.958 MW.

Das nove usinas, seis (Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia) foram afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013, que estão sendo operadas e mantidas pela Empresa e três, não afetadas: Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, com fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente, e Simplício, que começou a operar em junho de 2013 e com direito de concessão de operação até agosto de 2041.

No seu parque gerador está incluída a potência de 1.275 MW relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657 MW (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 618 MW (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW, cabendo 148 MW (70%) a Furnas e 64 MW (30%) à Proman.

A UHE Batalha com potência instalada de 52,5 MW, cujo cronograma previa a entrada em operação da primeira unidade geradora em junho de 2009, teve seu cronograma impactado pelo atraso na emissão da licença ambiental de instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Furnas solicitou prorrogação do cronograma de entrega que foi aprovado pela Aneel em 17 de julho de 2013, estabelecendo que: a) a primeira unidade geradora deveria entrar em operação no dia 30 de junho de 2013; e b) a segunda em 31 de julho do mesmo ano.

Todas as instalações da UHE foram concluídas em 2013, contudo sua operação comercial está prevista para o primeiro semestre de 2014. Este atraso, em relação à data estabelecida pela Aneel, deveu-se basicamente às dificuldades enfrentadas pelo empreiteiro na mobilização de pessoal e equipamentos para a montagem da LT Batalha - Paracatú, que escoará a energia da usina. Esta dificuldade atrasou o cronograma estabelecido.

O Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, com 333,7 MW de potência instalada, compreende as UHE Simplício e Anta.

A UHE Simplício, localizada no estado de Minas Gerais, com potência instalada de 305,7 MW teve sua construção concluída no 1º trimestre de 2012. Nos meses de fevereiro e março de 2013, foi realizado o enchimento do reservatório principal e do circuito hidráulico. Em seguida, as unidades geradoras da Usina, passaram por comissionamento, e iniciaram produção de energia em 05 de junho de 2013, adicionando 306 MW ao Sistema Elétrico Brasileiro.

A UHE Anta, localizada no estado do Rio de Janeiro, composta por duas unidades geradoras de 14 MW cada, tem previsão de entrada em operação comercial em 2014, completando a capacidade instalada de 333,7 MW do complexo.

Além do parque de geração próprio, Furnas participa, societariamente, com outras empresas, na construção e operação das seguintes usinas:

USINAS HIDRELÉTRICAS/EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *	USINAS HIDRELÉTRICAS/EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *
Peixe Angical	452,00	Eólica Famosa I (RN)	22,50
Foz do Chapecó	855,00	Eólica Pau Brasil (CE)	15,00
Serra do Facão	212,58	Eólica Rosada (RN)	30,00
Retiro Baixo	82,00	Eólica São Paulo (CE)	17,50
Santo Antônio	3.568,80	Eólica São Januário (CE)	22,50

USINAS HIDRELÉTRICAS/EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *	USINAS HIDRELÉTRICAS/EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *
Baguari	140,00	Eólica Ubatuba (CE)	12,50
Inambari (Estudo de Viabilidade)	2.200,00	Eólica Nsa. Sra. de Fátima (CE)	30,00
Teles Pires	1.820,00	Eólica Pitombeira (CE)	30,00
Eólica Rei dos Ventos 1 (RN)	58,45	Eólica Santa Catarina (CE)	20,00
Eólica Rei dos Ventos 3 (RN)	60,12	Eólica São Clemente (CE)	22,50
Eólica Miassaba 3 (RN)	68,47		

* Informação não auditada.

O sistema de transmissão é composto por 63 subestações (SE), incluindo as SEs de Macaé e Zona Oeste, por cessão, conforme Contrato de Cessão de Uso, e as SEs Iriri e Itatiba; 19.867,5 km de linhas de transmissão (LT), sendo 18.255,5 km em corrente alternada e 1.612 km em corrente contínua, na tensão de ± 600 kV; além da capacidade de transformação de 109.865 MVA.

Estão em fase de construção os seguintes empreendimentos próprios de transmissão:

Empreendimento	Proprietário	Extensão (km) *
LT 138 kV Anta – Simplício	Furnas	26
LT 230 kV Mascarenhas – Linhares	Furnas	99
LT 230 kV Xavantes – Pirineus	Furnas	50
LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti - Nordeste	Furnas	71
LT 500 kV Bom Despacho 2 - Ouro Preto 3	Furnas	180

* Informação não auditada.

Furnas também participa da construção dos seguintes empreendimentos de transmissão, sob o regime de SPE:

Empreendimento	Proprietário	Extensão (km) *
LT 345 kV Viana2 – Viana	MGE Transmissão	10
LT 500 kV Mesquita - Viana 2	MGE Transmissão	248
LT 600 kV Porto Velho – Araraquara	IE Madeira	2.375
LT 500 kV Marimbondo II – Assis	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	296,5
LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244
LT 500 kV Rio da Éguas – Luziânia	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	373
LT 500 kV Luziânia – Pirapora	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	350
LT 500 kV Luziânia – Brasília Leste	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	134
LT 345 kV Samambaia – Brasília Sul	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	14
LT 230 kV Brasília Sul – Brasília Geral	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	13,5

* Informações não auditadas.

Em relação aos contratos de aquisição de energia, o firmado com a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear, de 1.475 MW médios, venceu no dia 31 de dezembro de 2012.

A comercialização de energia por Furnas está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

O novo regime econômico das concessões estabelecido pela Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, aplicado às concessões de geração e transmissão da Empresa que foram prorrogadas, reduziram suas receitas correntes, impactando o seu resultado operacional do período. Visando recuperar a capacidade de geração de caixa e a rentabilidade da Empresa, a Administração está implementando um plano de ajuste composto por aumento de receitas e redução de custos.

No campo do aumento de receitas, destacam-se: (i) obtenção de receita para os investimentos realizados na modernização da UHE Furnas e da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (em consonância com o previsto no Art. 2º do Decreto nº 7.850); (ii) obtenção de receitas tarifárias para os investimentos realizados e a realizar do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET); e, (iii) revisão da RAP do Contrato de Transmissão nº 062/2001, em face da insuficiência na metodologia de avaliação da eficiência da Empresa para efeitos fixação da RAP.

No contexto da redução de custos, destacam-se os dois programas de ajuste do quadro de pessoal (o Programa de Adequação do Quadro de Pessoal – PREQ, e o Acordo dos Terceirizados) e o Programa PRO-Furnas que contempla enxugamento da estrutura administrativa e otimização de processos.

A implementação desses planos, juntamente com a entrada em fase operacional das UHE Simplício e Batalha e dos projetos de investimento em parceria, especialmente a UHE Santo Antônio, a UHE Teles Pires e o Linhão do Madeira, proporcionarão a recuperação da geração de caixa e a rentabilidade de Furnas.

O resultado operacional da Empresa, no acumulado dos doze meses, ainda não reflete todos os impactos do plano de ajuste implementado, dada as ações ainda em curso.

Adicionalmente, cabe destacar que, no seu resultado mencionado, há o provisionamento para perda, no valor total de R\$ 508.714 mil, dos quais R\$ 103.967 mil referem-se a investimentos em modernização de usinas prorrogadas e R\$ 392.228 mil, em transmissão – Contrato nº 062/2001, conforme explicado na nota 11.

Portaria MME nº 117/2013 – Geração de Energia Elétrica

Em 05 de abril de 2013, a citada Portaria estabeleceu os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012. A medida tem como objetivo, garantir a continuidade da prestação desse serviço.

A prestação do serviço de geração de energia elétrica dar-se-á nos termos e condições estabelecidos no Anexo à Portaria, até a assunção do concessionário que for vencedor de licitação, conforme disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.783, de 2013.

Ficou estabelecido também que o Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial será definido pelo MME.

Receita Anual de Geração (RAG)

Em 30 de abril de 2013, durante Reunião Pública da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foram aprovadas as Receitas Anuais de Geração (RAG) a serem recebidas pelos titulares das Usinas Hidrelétricas Neblina e Sinceridade, atualmente sob a responsabilidade temporária de Furnas.

A Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013, determinou que enquanto os empreendimentos não forem licitados, os responsáveis pelas usinas receberão a RAG a ser homologada pela Aneel.

A Aneel já definiu os valores para o período de abril a junho de 2013 que ficaram assim registrados:

a) Neblina R\$ 435 mil e b) Sinceridade R\$ 96 mil, totalizando R\$ 531 mil. Em julho, como descrito na citada Portaria do MME, a receita será reajustada.

Em 07 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria MME nº 189, de 6 de junho de 2013, que autoriza Furnas a operar a hidrelétrica de Dona Rita até nova licitação, pois esta usina, que anteriormente pertencia à Cemig, não teve sua concessão renovada pela Lei nº 12.783/2013, antiga Medida Provisória 579.

Segundo a publicação, esta ação visa garantir a continuidade dos serviços e Furnas será obrigada *"a manter ou melhorar o Índice de Indisponibilidade Total, formado pelas Taxa de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP), consideradas no cálculo das respectivas Garantias Físicas de Energia e de Potência"*.

A PCH Dona Rita, localizada no município de Santa Maria de Itabira (MG), possui potência instalada de 2,41 MW e o custo da gestão dos ativos de geração (GAG) será de R\$ 466 mil. A portaria ainda menciona que o GAG será *"a preços de outubro de 2012, o qual será utilizado para a definição da RAG inicial"*.

Portaria nº 270/MME – Leilão A-3

Em 5 de julho de 2013, foi publicada a Portaria nº 226/MME, a qual determinou que a Aneel promovesse direta ou indiretamente, em 25 de outubro de 2013, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (A-3), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2016.

No entanto em 15 de agosto, mediante a Portaria nº 270, o MME postergou a data de realização do Leilão A-3, do dia 25 de outubro para 18 de novembro de 2013.

No certame serão negociados empreendimentos hidrelétricos, de fonte eólica, termelétrica a gás natural, inclusive em ciclo combinado ou a biomassa.

Despacho Aneel nº 2.830/2013 - Habilitação do Leilão de Transmissão nº 02/2013-Aneel

O Despacho nº 2.830/Aneel, publicado no dia 12 de agosto de 2013, publicou a habilitação dos consórcios que ofereceram as propostas vencedoras no Leilão de Transmissão nº 02/2013-Aneel, ocorrido em 12 de julho de 2013.

No certame, Furnas sagrou-se vencedora do Lote B, composto pelas LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2, SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea) LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, com o Consórcio Vale do São Bartolomeu, composto por Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (51%), Celg Geração e Transmissão S.A. (10%) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (39%).

A Receita Anual Permitida (RAP) ofertada pelo Consórcio foi de R\$ 27.400 mil a partir de um deságio de 11,63% em relação à Receita Anual Permitida Máxima de R\$ 31.009 mil.

Despacho nº 2.951/Aneel – EOL Miassaba 3

No dia 23 de agosto de 2013, o Despacho nº 2.951/Aneel liberou as unidades geradoras UG1 a UG41, totalizando 68.470 kW de capacidade instalada da EOL Miassaba 3, para início da operação em teste a partir do dia 23 de agosto de 2013.

Furnas detêm 24,5% de participação da EOL Miassaba 3, em parceria com Eletronorte (24,5%) e J. Malucelli (51%).

Despacho Aneel nº 2.818/2013, nº 2.920/2013 e 2.885/2013 – UHE Santo Antônio

A Superintendência de Fiscalização da Geração da Aneel através dos Despachos nº 2.818, de 08/08/2013, e nº 2.920/Aneel, de 28/08/2013, não liberou, respectivamente, as unidades geradoras UG17 e UG15 da UHE Santo Antônio para início da operação comercial. O argumento apresentado nos despachos, para a não liberação das unidades geradoras, foi a falta de documentos necessários para tal liberação conforme regulamentação.

Entretanto, as notas técnicas emitidas pela Superintendência, e que subsidiaram os despachos, afirmam que esses documentos foram devidamente entregues pelo empreendedor e que a etapa de testes foi realizada de forma satisfatória. A recomendação de negar a entrada em operação advém do entendimento de que as unidades geradoras não poderiam produzir e muito menos disponibilizar energia ao sistema de modo a cumprir seus compromissos comerciais devido às restrições hidrológicas e de transmissão.

Dessa forma, Santo Antônio interpôs Recurso Administrativo na Agência, contra os atos denegatórios, alegando que a análise técnica foi fundamentada em aspectos alheios à sua responsabilidade e ao seu gerenciamento, uma vez que a transmissão é de responsabilidade de terceiros e as circunstâncias hidrológicas encontram mecanismos normativos e institucionais a serem adotados para superar tais contingências. Também foi requerido efeito suspensivo ativo ao Recurso, até que o mérito fosse julgado, o que foi negado pelo Diretor Geral Romeu Rufino, em 27 de agosto. O processo foi distribuído à Diretoria, passando o Diretor Edvaldo Santana a relator do processo.

Paralelamente, a empresa impetrou Mandado de Segurança em face da Aneel, contra os Despachos denegatórios da entrada em operação, conseguindo, em segunda instância, liminar contra a decisão da Agência.

No dia 03 de setembro, o Diretor Edvaldo Santana levou o processo à 33ª Reunião Pública de Diretoria da Aneel e a Diretoria decidiu por dar provimento ao Recurso Administrativo de Santo Antônio, reconhecendo tais unidades geradoras em operação comercial desde 19 de agosto para a UG 15 e 3 de agosto para a UG 17.

O Despacho nº 2.885/2013, publicado no dia 16 de agosto, liberou a unidade geradora UG18, de 73.290 kW de potência instalada, para início da operação em teste a partir dessa data.

Furnas tem participação de 39% na SPE Santo Antônio Energia S.A.

Portaria MME nº 274/2013 – Enquadramento de projetos de geração e transmissão ao REIDI

A Portaria MME nº 274/2013, publicada em 21/08/2013, revogou a Portaria MME nº 319/2008, definindo os projetos que se enquadram ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

A principal alteração trazida pela Portaria MME nº 274/2013 é que seu texto exclui a possibilidade de habilitação ao REIDI das distribuidoras e das geradoras que destinam sua produção ao Ambiente de Contratação Livre.

Pela nova redação, estão aptos a requerer habilitação ao REIDI apenas os projetos de geração de energia elétrica decorrente de participação de licitação, na modalidade Leilão no Ambiente de Contratação Regulado; os projetos de transmissão de energia elétrica decorrente de participação de licitação, na modalidade Leilão; e os projetos de reforço e de melhoria nas instalações de concessão de transmissão autorizados pela Aneel.

O incentivo fiscal do REIDI consiste na suspensão, por 5 (cinco) anos, da incidência das contribuições para PIS e COFINS sobre a venda ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamentos, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina Em Operação	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)* ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio)*	Data da Concessão Original	Data de Vencimento Original	Data da Assinatura da Renovação	Data de Vencimento Renovado
Hidrelétricas								
Furnas	100	Grande	1.216,00	598,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	100	Grande	1.050,00	495,00	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo	100	Grande	1.440,00	726,00	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Porto Colômbia	100	Grande	320,00	185,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes	100	Grande	476,00	295,00	31.10.1973	31.10.2023	Não afetada	Não afetada
Funil	100	Paraíba do Sul	216,00	121,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara	100	Paranaíba	2.082,00	1.015,00	26.02.1970	26.02.2020	Não afetada	Não afetada
Corumbá I	100	Corumbá	375,00	209,00	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplício/Anta	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso	70	Manso	212,00	92,00	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	Não afetada
Serra da Mesa	48,46	Tocantins	1.275,00	671,00	06.05.1981 e 12.11.2004	07.05.2011	27.04.2012 ⁽³⁾	12.11.2039
Termelétricas								
Santa Cruz	100	Rio de Janeiro	932,00	332,00	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015	Afetada, mas ainda não prorrogada	
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	21,00	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	Não afetada
São Gonçalo (fora de operação)	100	S. Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada	Não afetada	Não afetada
Em Construção								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada

* Informações não auditadas / ⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel. / ⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. / ⁽³⁾ Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013.

Em relação ao quadro 2.1, cabe destacar que, em 13 de outubro de 2009, ocorreu o julgamento do processo instaurado na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para prorrogação de concessões das Usinas Termelétricas (UTE) de Campos e de São Gonçalo (vencidas desde 27 de julho de 2007). Por este julgamento, a Aneel encaminhou orientação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para que fosse prorrogada a concessão da UTE Campos e negada a prorrogação da UTE São Gonçalo, tornando-se necessária a formulação de critérios pelo MME para a operacionalização desta reversão à União. Em 28 de janeiro de 2011, pela Portaria MME nº 30, foi prorrogada pelo prazo de 20 anos e a título não oneroso, a contar de 27 de julho de 2007, a concessão para exploração da UTE Campos, necessitando, ainda, da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2004 celebrado entre Furnas e o Poder Concedente.

Ainda no que diz respeito ao quadro 2.1, a Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, prorrogou, pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir de 12 de novembro de 2004, data de assinatura do Contrato de Concessão nº 05/2004-Aneel-AHE Serra da Mesa, a concessão de uso de bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado UHE Serra da Mesa, com potência instalada de 1.275 MW, necessitando, ainda, da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/2004-Aneel-AHE Serra da Mesa celebrado entre Furnas e o Poder Concedente.

Cabe destacar que a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, determinou que as concessões de geração hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos.

Em 03 de dezembro de 2012, a Assembleia de Acionistas de Furnas aprovou as condições previstas pela MP nº 579/2012 e Decreto nº 7.805/2012, o que permitiu a Empresa ter prorrogadas, por até trinta anos, as concessões das suas usinas hidrelétricas alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074/1995, a saber: Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I.

Em 4 de dezembro de 2012, Furnas aceitou os termos para a prorrogação das suas concessões alcançadas pela citada Lei, conforme as seguintes condições:

I - remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica;

II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do Poder Concedente; e

III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

No que toca as usinas termelétricas, a MP nº 579/2012 prevê que as respectivas concessões poderão ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema, e que tais usinas poderão ser contratadas diretamente, sob a forma de energia de reserva.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em SPEs detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)* ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio)*	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Peixe Angical	40,0000	Tocantins	451,80	271,00	07.11.2001	06.11.2036
Baguari	15,0000	Doce	140,00	80,20	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40,0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	06.11.2036
Serra do Facão	49,4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49,0000	Paraopeba	82,00	38,50	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	1.128,24	775,70	13.06.2008	12.06.2043
Hidrelétricas em Construção						
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	2.440,56	1.648,50	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires	24,5000	Teles Pires	1.819,80	915,40	07.06.2011	07.06.2046
Eólicas em Construção						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhas/RN	58,45	21,00	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhas/RN	60,12	21,00	09.12.2010	09.12.2045
Míassaba 3	24,5000	Macau/RN	68,47	22,00	09.12.2010	09.12.2045
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	23.05.2047
Pau Brasil	49,0000	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	25.03.2047
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	31.05.2013	30.05.2048
São Paulo	49,0000	Icapuí/CE	17,50	8,10	26.03.2012	25.03.2047
Goiabeira	49,0000	Aracati/CE	22,50	9,90	17.07.2012	16.07.2047
Horizonte	49,0000	Aracati/CE	17,50	7,30	19.07.2012	18.07.2047
Jandaia	49,0000	Fortim/CE	30,00	14,10	08.08.2012	07.08.2047
Jandaia 1	49,0000	Aracati/CE	22,50	9,90	09.07.2012	08.07.2047
São Januário	49,0000	Fortim/CE	22,50	9,00	17.07.2012	16.07.2047
Ubatuba	49,0000	Aracati/CE	12,50	5,80	16.07.2012	15.07.2047
Nossa Senhora de Fátima	49,0000	Fortim/CE	30,00	12,80	08.08.2012	07.08.2047
Pitombeira	49,0000	Aracati/CE	30,00	13,90	24.07.2012	23.07.2047
Santa Catarina	49,0000	Aracati/CE	20,00	8,50	19.07.2012	18.07.2047

* Informações não auditadas.

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2013, havia 16 unidades geradoras em operação comercial do total de 50 unidades do empreendimento. As demais continuam em construção.

Em 2013, Furnas participou dos leilões de geração promovidos pela Aneel, e sagrou-se vencedora nos seguintes empreendimentos:

Leilão	Descrição	Participação de Furnas (%)	Parceria
Energia de Reserva 005/2013 A-3 (23.08.2013)	Complexo Baleia – 6 parques eólicos no Estado do CE totalizando 116 MW	49,00	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia de Reserva 005/2013 A-3 (23.08.2013)	Complexo Punaú – 7 parques eólicos no Estado do RN totalizando 132 MW	49,00	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	UHE São Manoel - 700 MW	33,33	EDP Energias do Brasil S.A. (66,67%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Famosa 3 – 5 parques eólicos no Estado do RN totalizando 120 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (7,0%) Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Acaraú – 3 parques eólicos no Estado do CE totalizando 70 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (7,0%) Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%) Centrais de Geração Eólica (0,01%)
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Itaguaçu da Bahia – 10 parques eólicos no Estado da BA totalizando 300 MW	49,00	Salus Fundo de Investimento em Participações (49%) Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (2 %)

Leilão	Descrição	Participação de Furnas (%)	Parceria
Energia Nova 010/2013 A-5 (13.12.2013)	Complexo Serra do Mel – 3 parques eólicos no Estado do RN totalizando 84 MW	90,00	Eólica Tecnologia Ltda. (9,99%) Gestamp Eólica Brasil Ltda. (0,01%)

A capacidade total instalada de geração hidráulica de energia para as usinas que estão em operação é de 7.509 MW para as usinas operadas e mantidas cuja concessão é de Furnas, de 1.487 MW para as usinas de propriedade compartilhada e de 2.870 MW para as usinas sob parceria (SPE), totalizando assim 11.866 MW.

Considerando o percentual de participação de Furnas nos empreendimentos de geração hidráulica em que as concessões são de propriedade integral da Empresa, de propriedade compartilhada e em parceria (SPE), a capacidade total instalada das usinas em operação é, respectivamente, 7.509 MW, 766 MW e 1.129 MW, totalizando 9.404 MW.

A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- (i) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionada;
- (ii) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e
- (iii) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por meio do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

O sistema de transmissão de Furnas é segregado pelos contratos de concessão discriminados a seguir:

Contrato N°	Empreendimento	Estado da Federação	Data da Assinatura do Contrato	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos alcançados pela Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES,	04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2043
006/2005	LT Macaé – Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039

Contrato N°	Empreendimento	Estado da Federação	Data da Assinatura do Contrato	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
006/2010	LT Mascarenhas – Linhares 230 kV – CS SE Linhares – 230/138 kV	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040
014/2011	LT Xavantes – Pirineus, CS, em 230 kV	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
016/2012	SE Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042

Os principais quantitativos do sistema de transmissão próprios de Furnas podem ser assim elencados:

Descritivo	Quantidade		
	Contrato 062/2001	Outros*	Total
Subestações	46	1	47
km de linhas de transmissão	18.748	1.119	19.867
Estruturas de linhas de transmissão	41.743	1.694	43.437
Capacidade de transformação (MVA)	105.487	4.378	109.865
Transformadores	692	20	712
Reatores <i>shunt</i> e de alisamento	242	10	252
Disjuntores	1.029	15	1.044
Compensadores estáticos	4	-	4
Compensadores síncronos	9	-	9

* Valores estimados.

O sistema de Furnas é supervisionado de forma geral pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais.

Os centros de operação regionais têm como principais encargos a coordenação de manobras e a normalização do sistema elétrico após eventuais perturbações. São quatro centros:

- (i) Centro Regional Minas, localizado na UHE de Furnas, em cuja área de responsabilidade estão incluídas as usinas do rio Grande;
- (ii) Centro Regional Rio, localizado na SE de Jacarepaguá, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- (iii) Centro Regional São Paulo, localizado na SE de Campinas, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação da grande São Paulo e o sistema de transmissão proveniente da UHE de Itaipu;
- (iv) Centro Regional Goiás, localizado na UHE de Itumbiara, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados de Goiás, Mato Grosso, parte do Tocantins e do Distrito Federal.

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV e duas linhas em corrente contínua $\pm$ 600 kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

2.2.2 SE do Sistema de Transmissão de Furnas

SUBESTAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO			
PROPRIEDADE INTEGRAL			
NOME	LOCALIZAÇÃO	NOME	LOCALIZAÇÃO
Adrianópolis	Nova Iguaçu/RJ	Itutinga	Itutinga/MG
Angra	Angra dos Reis/RJ	Ivaiporã	Manoel Ribas/PA
Araraquara	Araraquara/SP	Jacarepaga	Rio de Janeiro/RJ
Bandeirantes	Aparecida de Goiânia/GO	Macaé	Macaé/RJ
Barro Alto	Barro Alto/GO	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes/SP
Brasília Geral	Distrito Federal/DF	Niquelândia	Niquelândia/GO
Brasília Sul	Macaé/RJ	Pirineus	Anápolis/GO
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP	Poços de Caldas	Poços de Caldas/MG
Campinas	Campinas/SP	Resende	Resende/RJ
Campos	Campos dos Goytacazes/RJ	Rio Verde	Rio Verde/GO
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu/PR	Rocha Leão	Rio das Ostras/RJ
Grajau	Rio de Janeiro/RJ	Samambaia	Distrito Federal/DF
Guarulhos	São Paulo/SP	São Gonçalo	São Gonçalo/RJ
Gurupi	Gurupi/TO	São Jose	Belfort Roxo/RJ
Ibiuna	Ibiúna/SP	Tijuco Preto	Mogi das Cruzes/SP
Imbarie	Duque de Caxias/RJ	Viana	Viana/ES
Iriri	Macaé/RJ	Vitoria	Serra/ES
Itaberá	Itaberá/SP	Zona Oeste*	Nova Iguaçu/RJ
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO			
Itatiba	Itatiba/SP	Jataí	Jataí/GO
Quirinópolis	Quirinópolis/GO	Mineiros	Mineiros/GO
Edéia	Edéia/GO	Morro Vermelho	Morro Vermelho/GO
Corumbá	Caldas Novas/GO	Trindade	Trindade/GO

*Construída pela TKCSA a partir do seccionamento da LT 500 kV Angra-Grajau, de propriedade de Furnas, com a finalidade de conectar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) à rede básica do SIN, atualmente é de propriedade desta empresa, mas será transferida para Furnas por meio de termo de transferência não onerosa, conforme legislação vigente. Esta transferência ainda não foi realizada em virtude de ajustes no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, que estão sendo negociados entre TKCSA, Furnas e Aneel.

SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS A USINAS	
PROPRIEDADE INTEGRAL	
NOME	LOCALIZAÇÃO
SE da Usina de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ
SE da Usina de Corumbá	Caldas Novas/GO
SE da Usina de Funil	Itatiaia/RJ
SE da Usina de Furnas	São José da Barra/MG
SE da Usina de Itumbiara	Araporã/MG
SE da Usina de Marimondo	Fronteira/MG
SE da Usina de Porto Colômbia	Planura/MG
SE da Usina de Santa Cruz	Rio de Janeiro/RJ
SE da Usina de Simplício	Sapuçaia/RJ
SE da Usina Luiz C B De Carvalho	Pedregulho/SP
SE da Usina Mascarenhas Moraes	Ibiraci/MG
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	
SE da Usina de Baguari	Região Leste/MG
SE da Usina de Foz do Chapecó	Águas de Chapecó/SC
SE da Usina de Peixe Angical	Peixe/TO
SE da Usina de Retiro Baixo	Pompéu/MG
SE da Usina de Santo Antonio	Porto Velho/RO
SE da Usina de Serra do Facão	Catalão/GO
PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP	
SE da Usina de Manso	Chapada dos Guimarães/MT
SE da Usina de Serra da Mesa	Minaçu/GO

O quantitativo de subestações de Furnas pode ser assim resumido:

Propriedade Integral	
Transmissão	36
Associadas a usinas	11
Subtotal 1	47
Parceria Público-Privada	
Transmissão	0
Associadas a usinas	2
Subtotal 2	2
Sociedade de Propósito Específico	
Transmissão	8
Associadas a usinas	6
Subtotal 3	14
Total geral	63

2.2.3 Parcerias de Furnas com Outras Sociedades (SPE) em Projetos de Transmissão

Investida	Linhas	Km ⁽¹⁾	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1.200 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade – Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade – Carajás	29			
IE Madeira	LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26.02.2009	30 anos
	Lote F		Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	26.02.2009	
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita – Viana 2	248	Viana 2 em 500/345 kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2 – Viana	10			
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	52		23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão – Jataí	256			
	LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	60			
	LT 138 kV CS Jataí – Mineiros	65	Edéia em 230 kV – 150 MVA		
	LT 138 kV CS Mineiros - Morro Vermelho	60	Jataí em 138 kV – 225 MVA		
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí	51	Mineiros em 138 kV		
	LT 138 kV CS Jataí - UTE Perolândia		Morro Vermelho em 138 kV		
	LT 138 kV CS Mineiros - UTE Água Emendada		Quirinópolis em 138 kV – 225 MVA		
	LT 138 kV CS Morro Vermelho - Alto Taquari	31			

Investida	Linhas	Km ⁽¹⁾	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
	LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I	49			
Transenergia São Paulo	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna	19.11.2009	30 anos
Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	65		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	140		04.03.2005	30 anos
Consórcio Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	16.06.2011	30 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados.

Nota: SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

2.3 Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

2.3.1 Impactos no negócio de geração e transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/2013

Descrição	Geração	Transmissão
Bens indenizados e seus valores e a indenizar	Ativos de geração (Projeto Básico) não amortizados até 31 de dezembro de 2012, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 do MME supracitadas. Após audiência pública, as concessionárias deverão submeter à Aneel as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados (modernizações e melhorias).	Ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 e até 31 de dezembro de 2012 não amortizados (RBNI), pelos valores definidos na Portaria nº 580 mencionada anteriormente. Após audiência pública, as concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, que quando homologada será paga em 30 anos.
Reajuste da Indenização	O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Artigo 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pelas controladas da Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria nº 580 supracitada, está descrita na nota 15.	
Ativos adquiridos após 31 de dezembro de 2012	Os novos investimentos (reforços e melhorias) ocorridos após 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.	
Mudanças em encargos do Setor	Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.	
Mudança no modelo de negócios	Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa será calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.	A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de operação e manutenção acrescida de remuneração, inicialmente de 10%.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos significativos. Os efeitos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 são como seguem:

	R\$ Mil
Efeitos no Resultado de 2012	Valor
Geração	
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(1.153.520)
Contratos onerosos	(83.158)
Subtotal	(1.236.677)
Transmissão	
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	908.299
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(331.602)
Contratos onerosos	(1.407.056)
Subtotal	(830.359)
Total	(2.067.036)

R\$ Mil

Efeitos Patrimoniais em 2012	Saldos em 31.12.2012 - Antes dos Efeitos da Lei nº 12.783/2013	Efeitos no Resultado de 2012 da Lei nº 12.783/2013	Efeito de Reclassificações de 2012 da Lei nº 12.783/2013	Atualização Monetária da Indenização	Total dos Ativos (Passivos) Após Impactos da Lei nº 12.783/2013
Geração					
Imobilizado e intangível	18.272.590	(1.153.520)	(1.739.966)	-	15.379.105
Ativo financeiro	-	-	995.718	-	995.718
Indenização a receber	-	-	744.248	22.841	767.089
Contratos onerosos	-	(83.158)	-	-	(83.158)
Transmissão					
Intangível	711	-	-	-	711
Ativo financeiro	9.053.473	576.697	(2.878.028)	-	6.752.142
Indenização a receber	-	-	2.878.028	45.677	2.923.705
Contratos onerosos	-	(1.407.056)	-	-	(1.407.056)
Total	27.326.774	(2.067.036)	-	68.518	25.328.255

Nota: Para fins de apresentação os ativos administrativos foram alocados nas atividades de geração.

2.3.2 Ativos de Concessões Prorrogadas Cuja Indenização Ainda não foi Homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

2.3.2.1 Pleitos Ainda Não Homologados

Descrição	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	683.330	661.997
Transmissão		
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	4.530.060	4.530.060
Total	6.209.108	6.187.775

2.3.2.2 Pleito Homologado - Indenizado e a Indenizar

Indenizações previstas pela Lei 12.783/2013	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	3.712.088	-
Constituição do direito à indenização	-	3.622.276
Transferência do não circulante	1.593.428	-
Transferência para o circulante	(1.593.428)	-
Recebimentos em jan. a dez./2013	(1.914.774)	-
Atualização monetária	333.038	89.812
Saldo final	2.130.352	3.712.088
Total circulante	1.499.440	1.537.280
Total não circulante	630.912	2.174.808

2.3.3 Os Efeitos da Lei nº 12.783/2013, por Segmento de Negócio:

A Aneel, através da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013. No entanto, o efeito prático da dessa Resolução só será conhecido a partir de julho de 2014, em função dos estudos que serão realizados.

O VNR determinado pela Administração foi a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/12, conforme descrito na Nota 1, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

Para todos os quadros que seguem foram adotadas os critérios citados acima:

2.3.3.1 Geração

R\$ Mil		
Indenização das Concessões	Valor Residual Contábil	
Ativos Afetados - Contrato nº 004/2004	31.12.2013	31.12.2012
UHE Furnas	514.825	514.825
UHE Luiz Carlos B. Carvalho	480.893	480.893
UTE Santa Cruz	683.330	661.977
Subtotal Afetados	1.679.048	1.657.695
Ativos Não Afetados		
Furnas	4.898.215	4.944.155
Subtotal Não Afetados	4.898.215	4.944.155
Total Ativos de Geração	6.577.263	6.601.850

2.3.3.2 Transmissão

R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	
	Valor Residual Regulatório	Valor Residual Contábil
Contratos afetados		
Furnas		
Contrato nº 062/2001 – RBSE	4.530.060	4.530.060
Subtotal	4.530.060	4.530.060
Contratos não afetados		
Furnas	804.074	860.140
Subtotal	804.074	860.140
Total contratos de transmissão	5.334.134	5.390.200

R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2012	
	Valor Residual Regulatório	Valor Residual Contábil
Contratos afetados		
Furnas		
Contrato nº 062/2001 – RBSE	4.530.060	4.530.060
Subtotal	4.530.060	4.530.060
Contratos não afetados		
Furnas	804.074	804.074
Subtotal	804.074	804.074
Total contratos de transmissão	5.334.134	5.334.134

2.3.3.3 Investimentos após o projeto básico

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013
	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber *
Usinas			
UHE Furnas	514.825	606.859	514.825
UHE Estreito	480.893	659.483	480.893
Total	995.718	1.266.342	995.718

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012
	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber *
Usinas			
UHE Furnas	514.825	576.315	514.825
UHE Estreito	480.893	626.290	480.893
Total	995.718	1.202.605	995.718

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

2.3.3.4 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012
Valor contábil líquido	683.330	661.977
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.664.688
Valor a receber *	-	-

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

Com relação aos ativos indenizados, não existem contingências relacionadas a estes ativos.

2.3.3.5 Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

R\$ Mil	
Investimentos até maio 2000	31.12.2013 e 2012
Valor contábil líquido	4.530.060
Valor novo de reposição (VNR)	6.458.231
Valores a receber *	4.530.060

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

2.3.3.6 Impactos de Contrato Oneroso

R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012
Geração		
Marimbombo	2.336	-
Furnas	12.182	-
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	15.526	-
Funil	95.903	83.158
Total geração	125.947	83.158
Transmissão		
Contrato nº 062/2001	875.272	1.407.057
Total transmissão	875.272	1.407.057
Total	1.001.219	1.490.215

Os resultados acima apresentados são decorrentes de metodologia adotada cujas premissas estão descritas na nota 18.3 e informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão na nota 30.

2.4 Contrato entre Furnas e Eletronuclear

Furnas tinha contrato exclusivo de compra e venda de energia com sua parte relacionada Eletronuclear até 2014. No entanto, após a promulgação da Lei nº 12.111 em 9 de dezembro de 2009, em seu art. 11, ficou estabelecido que:

“A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme regulamentação”.

Desta forma, o contrato com Furnas foi encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A energia produzida pelas usinas Angra 1 e Angra 2 era comprada integralmente por Furnas que a colocava no mercado pelos preços dos leilões de energia. Historicamente, os preços de compras praticados eram um custo aproximadamente 40% maior que o seu preço de venda.

Especificamente no caso da Eletronuclear, as normas e diretrizes que regulamentam a aquisição de sua energia foram estabelecidas pelo Decreto nº 2.655/1998, com a redação dada pelo Decreto nº 4.550/2002, pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 320/2004 e pela Resolução Aneel nº 400/2006. Tais instrumentos legais estabelecem que a totalidade da energia da Eletronuclear (1.475 MW médios) deve ser adquirida por Furnas, a um preço que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da geradora nuclear.

Neste sentido, Furnas contou com a totalidade de seus recursos (empreendimentos próprios e contratos de compra) para participação nos leilões de energia existente, e, de acordo com as regras emanadas dos editais dos leilões, estabeleceu um único preço para a venda da totalidade de sua energia. Tal preço de venda foi determinado de forma a assegurar uma margem operacional adequada para a Empresa, compatível com a situação vigente no mercado de energia elétrica.

Entretanto, cumpre assinalar que os preços contratuais adotados pela compra de energia da Eletronuclear sofreram um incremento bem acima daquele previsto, quando comparados aos preços de venda de energia praticados após sua participação no 1º leilão de energia existente, ocorrido em dezembro de 2004. O referido aumento, dada a sua origem, foi um fato extraordinário e imprevisível, alheio ao controle de Furnas, ocasionando uma redução de sua margem operacional.

Após gestões junto à sua Controladora Eletrobras, à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia, foi editada, em 09 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, estabelecendo que, a partir de 2010, um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por Furnas, da energia proveniente da Eletronuclear. De acordo com a referida Lei, ficou autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência.

Em relação ao período entre 2010 e 2012, a Lei nº 12.111/2009 define que será calculado um diferencial entre a tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência, ficando a Eletronuclear autorizada a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado.

2.4.1 Tarifas praticadas definitivas entre Furnas e Eletronuclear

Considerando as variações do custo de combustível revisados e fiscalizados, refletiram as alterações na taxa de referência conforme tabela:

Descrição	12.2009 a 12.2010	12.2010 a 12.2011	12.2011 a 12.2012
Tarifa praticada provisória (R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
Tarifa de referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
Resolução Homologatória	REH nº 1.091/2010	REH nº 1.091/2010	REH nº 1.235/2011

Furnas realizou os pagamentos, no período de 2009 a 2012, pela tarifa provisória de comercialização com a Eletronuclear. Com a homologação das tarifas de referência do período de 2009 a 2012 a Eletronuclear reconhece que possui uma obrigação de devolver a Furnas R\$ 224.906 mil decorrente dessa diferença. Foi celebrado contrato entre as partes contendo os prazos de vencimento do montante e atualização envolvida (Vide nota 16.1.1 e 34.1).

Considerando as tarifas praticadas, o diferencial entre a tarifa praticada e a tarifa de referência para os anos de 2010 a 2012, em atendimento a Lei nº 12.111/2009 e a Resolução Homologatória nº 1.406 da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Furnas seriam de R\$ 581.431 mil (Vide nota 16.1.1 e 34.1).

Os valores do diferencial para as distribuidoras deverão ser pagos à Eletronuclear em três parcelas de R\$ 193.810 mil nos anos de 2013 a 2015 e repassados a Furnas.

2.4.1.1 Tarifas praticadas pela Eletronuclear

Os valores da tarifa contratual de energia da Eletronuclear praticadas nos períodos de 2011 e 2012 foram os seguintes:

- (i) de 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011: R\$ 136,91/MWh – Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012;
- (ii) de 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012: R\$ 144,57/MWh - Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012.

2.4.1.2 Diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias

A Resolução Homologatória Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, homologou em seu art. 1º as tarifas definitivas praticadas pela Eletronuclear nos exercícios 2010, 2011 e 2012, ou seja, no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, que resultou em uma diferença de R\$ 224.906 mil a ser devolvido a Furnas. Dessa forma, a Empresa registrou em dezembro de 2012 um crédito na receita de suprimento de R\$ 224.906 mil, tendo como contrapartida um contas a receber de igual valor lançada à conta de Devedores Diversos.

2.4.1.3 Nova regulamentação de comercialização

O contrato entre a Eletronuclear e Furnas, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art. 12 da Lei nº 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN.

Portanto, os totais dos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2012 somam R\$ 828.997 mil (valores originais) referentes:

(i) As diferenças das tarifas praticadas definitivas e provisórias entre Furnas e Eletronuclear para os anos de 2010 a 2012, de R\$ 131,41/MWh, R\$ 136,91/MWh e R\$ 144,57/MWh, respectivamente que somam R\$ 224.906 mil; e

(ii) O valor do diferencial entre a tarifa praticada e a de referência a ser repassado à Furnas entre 2013 a 2015 de R\$ 581.431 mil.

O quadro abaixo demonstra as variações de tarifas e o montante do ativo:

Descrição	12.2009 a 12.2010	12.2010 a 12.2011	12.2011 a 12.2012
1.Tarifa de referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2.Tarifa praticada (R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3.Diferencial de tarifa (R\$/MWh) (2-1)	21,97	23,69	18,50
4.Energia Assegurada Anual (R\$/MWh)	12.921.000	12.921.000	12.921.000
5.Diferencial Verificado (R\$ Mil) (3x4)	283.907	(K) 306.078	(M) 239.012
6.Diferencial Acumulado em R\$ Mil (L=J+K); (N=L+M)	(J) 283.907	(L) 589.985	(N) 828.997

Cabe destacar que em 13 de agosto de 2013, a Aneel emitiu a Resolução Homologatória nº 1.585, publicada em 9 de setembro de 2013, alterando os valores de tarifa de referência, tarifas praticadas e facultando a celebração de acordo entre a Eletronuclear e Furnas visando cessão à Furnas do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, para o recolhimento dos créditos relativos ao citado diferencial.

Sendo assim, ficou estabelecido que o valor de:

- a) R\$ 581.431 mil, correspondente ao diferencial de que se refere o art. 12 da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, será cobrado das concessionárias de distribuição e repassado a Furnas, todos de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012.
- b) R\$ 224.906 mil, correspondente à diferença da tarifa cobrada pela Eletronuclear em relação à tarifa definitiva homologada pela Aneel, será recebido da Eletronuclear.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras não são

consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da investidora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Cabe destacar que as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.2.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

O CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, aprovado pela Deliberação CVM nº 694/2012, orienta que empresas enquadradas como de controle conjunto não são mais consolidadas proporcionalmente. Em função deste normativo, desde 1º de janeiro de 2013, Furnas deixou de consolidar suas participações proporcionais em SPE pois em suas investidas, o controle é compartilhado com outros sócios de forma colegiada e o efeito de seus investimentos nestas sociedades em suas demonstrações financeiras está sendo registrado pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

3.2 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Empresa e suas investidas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Empresa e de suas investidas, a materialização sobre o valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a administração da Empresa e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.2.1 Ativo fiscal diferido

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.2.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A administração da Empresa e de suas investidas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que pode eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

3.2.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das

leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.2.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.2.5 Vida útil dos bens do imobilizado

A Empresa utiliza os critérios definidos na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.3 Sumário das Principais Práticas e Políticas Contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.3.1 Mudanças nas participações em sociedades existentes

Nas demonstrações financeiras, os saldos contábeis das participações da Empresa e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas sociedades. A diferença entre o valor pelo qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas, ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Empresa.

Quando há mudança de participação, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual, e o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da investida, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da investida são registrados aos valores justos e o correspondente ganho, ou perda acumulado, é reconhecido em outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta lucros acumulados, conforme requerido pelas normas internacionais aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento, detido na antiga investida na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo CPC 38 ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

3.3.2 Investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos (SPEs) sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados, ativos e passivos destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que é contabilizado de acordo com o CPC 31.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em SPEs são inicialmente registrados pelo valor de custo, e em seguida, ajustados para fins de reconhecimento da participação da investidora no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da SPE.

Quando a parcela da investidora no prejuízo de uma SPE excede a participação naquela SPE (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da investidora na SPE), a investidora deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se tiver incorrido em obrigações legais, ou constituídas, ou tiver efetuado pagamentos em nome da SPE.

Qualquer montante, que exceda o custo de aquisição sobre a participação da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da SPE, na data de aquisição, é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável com relação ao investimento em uma investida. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo, menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda, por redução ao valor recuperável, é reconhecida, de acordo com o CPC 1 (R1), exceto o ágio, na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando qualquer uma das empresas realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas ao conjunto.

3.3.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos, das devoluções concedidas ao comprador e outras deduções similares.

A Empresa reconhece receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e *Spot* no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- (ii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- (iii) construção; e
- (iv) outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Não existe consumidor que isoladamente, represente mais de 10% ou mais do total do faturamento.

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão. É composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões).

A RPB está subdividida em Rede Básica de Sistema Existente - RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicados na Resolução Aneel nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes na época), mais Rede Básica Novas instalações - RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela Aneel. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- (i) os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório; e

- (ii) a receita referente a serviços, com base em tempo e materiais contratados, é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: a atividade fim da Empresa para os itens no escopo da ICPC 01 (R1) – *contrato de concessão* é a transmissão de energia elétrica; toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica; e a Empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.3.4 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações em moeda estrangeira são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período. Neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, quando incorridas, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

3.3.5 Custos de Empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

3.3.6 Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são refletidas, sistematicamente, no resultado durante os períodos nos quais há o reconhecimento como despesas dos custos correspondentes que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer às empresas suporte financeiro imediato, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

3.3.7 Benefícios a Empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada.

Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os

benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível. A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1).

3.3.8 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.3.9 Impostos Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.3.10 Imobilizado

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada (Vide nota 18).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

O Poder Concedente, representado por Agência Reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

3.3.11 Estoques

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles classificados no Ativo Não Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.3.12 Ativos intangíveis

Seguem as políticas para os seguintes tipos de ativos intangíveis:

3.3.12.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.3.12.2 Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno), é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- (i) viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- (ii) intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- (v) disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- (vi) habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

3.3.12.3 Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual equivale ao seu custo.

3.3.12.4 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.3.12.5 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de:

- (i) **Uso do Bem Público (UBP):** Determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.3.13 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o ágio)

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.3.15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.3.16 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

3.3.16.1 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

3.3.16.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- (ii) for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
- (iii) seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- (iv) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

3.3.16.3 Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

3.3.16.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

3.3.16.5 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

3.3.16.6 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio de resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência

objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- (ii) violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 180 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperações subsequentes de valores, anteriormente baixados, são creditadas à esta estimativa. Mudanças no valor contábil da estimativa são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados, reconhecidos em outros resultados abrangentes, são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento, na data dessa reversão, não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3.16.7 Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro é efetuada, apenas, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, há o reconhecimento da participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, é mantido o reconhecimento desse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, há a alocação do valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em outros resultados abrangentes é reconhecida no resultado.

O ganho ou a perda acumulado reconhecido em outros resultados abrangentes é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida, com base no valor justo relativo dessas partes.

3.3.17 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Seguem as políticas para os seguintes tipos de passivos financeiros e instrumentos de patrimônio:

3.3.17.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.3.17.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.3.17.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

3.3.17.3.1 Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3.17.3.2 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3.17.3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Empresa aplica CPC 40 (R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- a) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- b) informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- c) inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela na nota 41.4 apresenta os ativos da Empresa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Empresa é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Empresa. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a) preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- b) o valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- c) o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- d) outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Empresa não possui ativos no Nível 3.

3.3.17.3.4 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 41.1.

3.3.18 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como foi distribuída.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.3.19 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.3.20 Demais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. A seguir, as práticas contábeis para as rubricas elencadas:

3.3.20.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3.20.2 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.3.20.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.3.20.4 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

3.3.20.5 Investimentos

Os investimentos em sociedades que estejam sob controle comum, estão registrados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

3.3.20.6 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução Aneel nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – *Contratos de Concessão* (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

3.3.20.7 Intangível

É registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

3.3.20.8 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrentes da aplicação do modelo financeiro, previsto nas ICPC 01 (R1) e OCPC 05, no montante de R\$ 3.959.364 mil para ativo financeiro indenizável e R\$ 2.430.109 mil para RAP, totalizando R\$ 6.389.473 mil.

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- (i) o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- (ii) os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte pela RAP, durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esse encargo.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.3.20.9 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

O sistema de tarifação da transmissão é controlado pela Aneel e é reajustado anualmente e revisado a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Empresa como sua estrutura de custos e despesas.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por meio de avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço e a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Empresa, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e de leilões de compra e venda de energia elétrica realizados por comercializadores ou consumidores livres.

As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na Nota 2.

A ICPC 01 visa fornecer o enquadramento contábil à atividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública, foi adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios iniciados após aquela data. A Empresa aplica esta Interpretação desde 1º de janeiro de 2010. No entanto, em 13 de dezembro de 2011, saiu a Deliberação CVM nº 677 que aprovou a revisão da ICPC 01, passando a denominá-la ICPC 01 (R1), com aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Após análise detida da referida interpretação, a Empresa não encontrou mudanças significativas às políticas e procedimentos já adotados.

A ICPC 01 (R1) aplica-se aos contratos de concessão público - privados nos quais o concedente:

- (i) controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- (ii) controla ou regula o preço aos quais os serviços são fornecidos; e
- (iii) controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01 (R1) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- (i) infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- (ii) acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- (iii) operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- (iv) operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos; e
- (v) infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou também de forma onerosa.

No negócio de transmissão de energia elétrica, a ICPC 01 (R1) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro, tendo em vista o fato dessa atividade não estar sujeita a riscos de crédito e demanda.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Empresa e suas coligadas e controladas reconheceram um Ativo Financeiro, correspondente a remuneração pelo uso da infraestrutura, e um Ativo Financeiro indenizável, correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente pelo concedente.

O sistema de tarifação da geração, de forma geral, foi baseado em tarifa regulada até 2004. Após essa data e em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterada de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras podem participar em leilões de energia destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão.

Adicionalmente, as geradoras podem efetuar contratos de venda bilaterais com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição base no consumo de MW). Com base nesses aspectos, a infraestrutura de geração permaneceu registrada como ativo imobilizado.

3.3.20.10 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas de: Batalha, Simplício, Teles Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a partir da análise da característica dos negócios, dos contratos e do estágio do empreendimento, os valores das concessões das usinas de Batalha, Simplício, Teles Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo de longo prazo.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de seu órgão regulador, a Aneel. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

“I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de

cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo art. 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.4 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.5 Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoeletrica dos sistemas isolados.

O art. 24 da Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013 extingue o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

4.6 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos:

- I. promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;*
- II. garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;*

- III. *prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustível (CCC);*
- IV. *prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;*
- V. *promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e*
- VI. *promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.*

Seus recursos serão provenientes:

- I. *quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição;*
- II. *dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público (UBP);*
- III. *das multas aplicadas pela Aneel a concessionárias, permissionárias e autorizadas; e*
- IV. *dos créditos da União de que tratam os arts. 17 e 18 da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.*

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.7 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel.

4.8 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

4.9 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

NOTA 5 – REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício individual, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

(a) Reclassificações entre contas. Em 31 de dezembro de 2013, para melhor apresentação de certas rubricas contábeis, foram efetuadas reclassificações entre linhas das demonstrações financeiras (DFs) que, para fins de comparabilidade, também foram efetuadas nas DFs de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(a.1) Cabe destacar, que os impostos e contribuições sociais ativos estão apresentados líquidos dos impostos diferidos passivos, o que gerou uma reclassificação de R\$ 79.977 mil em 31 de dezembro de 2012 e de R\$ 257.685 mil em 1º de janeiro de 2012.

(b) Efeitos no resultado do exercício e na rubrica de exercícios anteriores:

(b.1) O valor de R\$ 21.294 mil refere-se a atualização do montante a receber das indenizações da Lei nº 12.783/2013, registrada a menor em 2012 (Efeito DRE 2012).

(b.2) O valor de R\$ 204.820 mil ajustado em investimentos decompõe-se como segue:

(b.2.1) R\$ 3.170 mil refere-se a ajuste de avaliação patrimonial da Teles Pires Participações (TPP) em 31 de dezembro de 2012.

(b.2.2) R\$ 201.650 mil decorre da capitalização de encargos de dívida nas demonstrações financeiras consolidadas da Mesa S.A. a saber:

(b.2.2.1) R\$ 54.692 mil – valor do ajuste em 31 de dezembro de 2012 (Efeito DRE 2012).

(b.2.2.2) R\$ 146.958 mil – valor do ajuste até 31 de dezembro de 2011 (Ajuste de exercícios anteriores - PL 2012).

Nossa investida Mesa alterou a capitalização de encargos financeiros sobre ativos em construção, em suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme instruído no CPC 20 – Custos de empréstimos e IAS 23 – *Borrowing Costs*.

A capitalização dos custos financeiros sobre obras em andamento do ativo imobilizado era anteriormente efetuada pela investida, nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando somente os empréstimos e financiamentos com terceiros obtidos pela controlada Santo Antônio Energia S.A.

Esse procedimento era adotado tendo em vista que o ativo em construção, substancialmente, representado pela UHE Santo Antônio, está registrado contabilmente na Controlada. Parte do capital integralizado pela Mesa em sua Controlada originou-se de emissão de debêntures pela investida. Portanto, ainda que para a Controlada o valor capitalizado no patrimônio líquido não gere custo de empréstimo, nas demonstrações financeiras consolidadas, o grupo econômico único incorreu em tais custos para financiar a construção do ativo qualificável.

E, como as debêntures emitidas pela investida tiveram como objetivo específico financiar a construção da UHE Santo Antônio por meio de integralização de capital na Controlada, a Administração da Mesa entende que, no contexto de suas demonstrações financeiras consolidadas nas quais a investida e sua controlada representam uma entidade econômica única, os custos de empréstimos das debêntures da investida também devem fazer parte da mensuração dos encargos financeiros capitalizáveis considerando o total dos investimentos nas construções do imobilizado consolidado.

Neste contexto, a Mesa alterou a capitalização de custos de empréstimos nas demonstrações financeiras consolidadas, para refletir a mensuração dos custos capitalizáveis como descrito anteriormente. Este efeito representa um ajuste de consolidação que não gera impacto nas demonstrações financeiras da Controlada. Para que o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado sejam iguais àqueles apresentados nas demonstrações financeiras individuais da investida, os mesmos ajustes foram transpostos para as demonstrações individuais da Madeira Energia S.A., impactando diretamente o resultado de equivalência patrimonial e o investimento na Controlada.

Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – e IAS 8 – *Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*, a investida ajustou retroativamente as informações financeiras comparativas anteriormente apresentadas, para que o mesmo procedimento seja aplicado em todos os períodos incluídos nestas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas.

(b.3) O valor de R\$ 9.277 mil é composto:

(b.3.1) pelo valor de R\$ 9.507 mil que se refere a prestação de serviços pago em 2013 que não foi provisionada em 31 de dezembro de 2012.

(b.3.2) pelo valor de R\$ 20.803 mil que se refere a provisão da parcela circulante de Pasp/Cofins incidente sobre o ressarcimento da Eletronuclear no exercício de 2012 de acordo com a RH nº 1.406/2012.

(b.3.3) pelo valor de R\$ (21.033) mil que se refere a reclassificação do pagamento de ICMS diferencial de alíquota do exercício de 2012 que foi indevidamente registrado em conta de resultado.

(b.4) O valor de R\$ 53.783 mil refere-se a provisão da parcela não circulante de Pasp/Cofins incidente sobre o ressarcimento da Eletronuclear no exercício de 2012 de acordo com a RH nº 1.406/2012.

(b.5) O valor de R\$ 163.054 mil representa o efeito líquido no PL dos ajustes referentes ao exercício de 2012 (ajustes ativos – passivos), como segue:

	R\$ Mil
Descrição	Valor
PL em 31 de dezembro de 2012 (como originalmente apresentado)	11.304.675
Atualização monetária do montante a receber das indenizações da Lei nº 12.783/2013 registradas a menor em 2012.	21.294
Capitalização de encargos de dívida nas demonstrações financeiras da Mesa S.A.	201.650
Ajuste de avaliação patrimonial da TPP em 31 de dezembro de 2012.	3.170
Prestação de serviços pago em 2013 que não foi provisionado em 31 de dezembro de 2012	(9.507)
Provisão da parcela circulante de PIS/COFINS incidente sobre o ressarcimento da Eletronuclear no exercício de 2012 de acordo com a Resolução Homologatória 1.406/2012.	(20.803)
Reclassificação do pagamento de ICMS diferencial de alíquota do exercício de 2012 que foi indevidamente registrado em conta de resultado.	21.033
Provisão da parcela não circulante de PIS/Cofins incidente sobre o ressarcimento da Eletronuclear no exercício de 2012 de acordo com a Resolução Homologatória nº1.406/2012.	(53.783)
Subtotal ajustes	163.054
PL em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	11.467.729

(b.6) R\$ (358.223) mil = R\$ (304.670) mil + R\$ (20.803) mil + R\$ 21.033 mil + R\$ (53.783) mil.

(b.7) R\$ 293.079 mil = R\$ 302.586 mil + R\$ (9.507) mil.

(b.8) R\$ 2.084 mil = R\$ (304.670) mil + R\$ 302.086 mil corresponde ao ajuste líquido, entre linhas no exercício de 2012, do registro de Pasep/Cofins para aproveitamento de crédito.

(b.9) R\$ 57.862 mil = (b.2.1) R\$ 3.170 mil + (b.2.2.1) R\$ 54.692 mil.

Nota: Com a aplicação restropectiva do CPC 19 (R2), as DF de 31 de dezembro de 2012 utilizadas para fins de comparação com as DF de 31 de dezembro de 2013 foram as DF individuais pois não há mais a obrigatoriedade de Furnas consolidar suas participações proporcionais em SPEs de controle compartilhado.

Em face do exposto, são apresentados os quadros demonstrativos dos efeitos da adoção destes normativos como segue:

R\$ Mil				
Demonstração financeira	31.12.2012 Individual como Anteriormente Apresentado	Reclassificações (a)	Efeitos no Exercício Anterior (b)	31.12.2012 Reapresentado
Ativo				
Circulante	3.592.143	-	(b.1) 21.294	3.613.437
Não Circulante				
Realizável a longo prazo	11.039.328	(a.1) (79.977)	-	10.959.351
Investimentos	3.607.783	-	(b.2) 204.820	3.812.603
Imobilizado	5.769.432	-	-	5.769.432
Intangível	98.193	-	-	98.193
Subtotal	20.514.736	(79.977)	204.820	20.639.579
Total do ativo	24.106.879	(79.977)	226.114	24.253.016
Passivo				
Circulante	2.496.924	-	(b.3) 9.277	2.506.201
Não circulante	10.305.280	(a.1) (79.977)	(b.4) 53.783	10.279.086
Patrimônio líquido	11.304.675	-	(b.5) 163.054	11.467.729
Total do passivo	24.106.879	(79.977)	226.114	24.253.016
DRE				
Receita operacional líquida	7.623.673	-	(b.6) (358.223)	7.265.450
Custo operacional	(5.049.184)	-	(b.7) 293.079	(4.756.105)
Custo de construção	(511.522)	-	-	(511.522)
Despesas operacionais	(1.045.135)	-	(b.8) 2.084	(1.043.051)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.631)	-	(b.9) 57.862	49.231
Resultado financeiro	(127.678)	-	(b.1) 21.294	(106.384)
Ganho (perda) Lei nº 12.783/2013	(2.067.037)	-	-	(2.067.037)
IR e CSLL (inclusive diferidos)	(136.284)	-	-	(136.284)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.321.798)	-	16.096	(1.305.702)

R\$ Mil

Demonstração Financeira	31.12.2012 Individual como Anteriormente Apresentado	Reclassificações (a)	Efeitos no Exercício Anterior (b)	31.12.2012 Reapresentado
DFC				
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	933.782	-	-	933.782
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.543.981	-	-	1.543.981
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.590.966)	-	-	(2.590.966)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(113.203)	-	-	(113.203)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	115.665	-	-	115.665
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.462	-	-	2.462
	(113.203)	-	-	(113.203)
DVA				
Valor adicionado bruto	3.337.521	-	409.535	3.747.056
Valor adicionado líquido gerado	852.121	-	295.163	1.147.284
Valor adicionado a distribuir	1.352.657	-	374.319	1.726.976
Distribuição do valor adicionado	1.352.657	-	374.319	1.726.976

Demonstração Financeira	31.12.2011 Individual como Anteriormente Apresentado	Reclassificações (a)	Efeitos no Exercício Anterior (b)	01.01.2012
Ativo				
Circulante	1.860.693	-	-	1.860.693
Não Circulante				
Realizável a longo prazo	9.613.146	(257.685)	-	9.355.461
Investimentos	2.358.862	-	(b.2.2.2) 146.958	2.505.820
Imobilizado	8.480.566	-	-	8.480.566
Intangível	108.852	-	-	108.852
Subtotal	20.561.426	(257.685)	146.958	20.450.699
Total do Ativo	22.422.119	(257.685)	146.958	22.311.392
Passivo				
Circulante	2.492.065	-	-	2.492.065
Não circulante	6.631.909	(257.685)	-	6.374.224
Patrimônio líquido	13.298.145	-	146.958	13.445.103
Total do Passivo	22.422.119	(257.685)	146.958	22.311.392

NOTA 6 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB mas que não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil, pelo CPC.

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa e suas investidas.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a algumas IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Empresa está avaliando o impacto destes Pronunciamentos e Orientações sobre suas Demonstrações Financeiras, não tendo sido, ainda, editadas normas correspondentes no Brasil.

NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Caixa e bancos	6.696	2.462	115.665
Total	6.696	2.462	115.665

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descrição	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Fundos de investimentos	714.841	508.361	524.180
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	971	918	1.662
Total circulante	715.812	509.279	525.842

Em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 714.841 mil registrados em fundos de investimentos, no circulante, destacam-se que:

- a) R\$ 656.877 mil estão registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 57.944 mil estão registrados no CEF FI Extra Comum IRFM1 e CEF FI Extra VI IRFM1.

Vale mencionar que se tratam de fundos multicotistas destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º).

NOTA 9 – CLIENTES

R\$ Mil

Descritivo	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Clientes Parcelamento	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Suprimento de energia	539.814	19.454	10.510	-	569.778	526.179	536.922
Uso da rede elétrica	79.088	238	9.160	-	88.486	270.473	260.280
Parcelamento (NOTA 9.2)	-	-	-	263.670	263.670	190.178	168.310
Comercialização de energia							
Consumidores	-	-	-	-	-	-	52
Outros							
Energia de curto prazo	87.434	-	-	-	87.434	-	-
Consumidores industriais	4.319	1.099	-	-	5.418	19.972	25.297
(-) PCLD (NOTA 9.1)	(11.844)	-	-	(132.484)	(144.328)	(71.696)	(4.550)
Total Circulante	698.811	20.791	19.670	131.186	870.458	935.106	986.311
Suprimento de energia	246.976	-	14.111	-	261.087	14.111	14.111
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276	6.276
Comercialização de energia							
Consumidores	-	-	293.560	-	293.560	293.560	293.560
Parcelamento (NOTA 9.2)	-	-	-	396.924	396.924	540.189	450.549
(-) PCLD (NOTA 9.1)	-	-	(313.947)	(83.431)	(397.378)	(455.214)	(313.947)
Total Não Circulante	246.976	-	-	313.493	560.469	398.922	450.549
Total	945.787	20.791	19.670	444.679	1.430.927	1.334.028	1.436.860

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa mantém registrados créditos no montante de R\$ 1.430.927 mil (31.12.2012 - R\$ 1.334.028 mil), dos quais R\$ 293.560 mil representam valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE (sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE), referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica em uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE.

Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

9.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Descritivo	R\$ Mil		
	Circulante	Não	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(4.550)	(313.947)	(318.497)
Constituição	(67.146)	(141.267)	(208.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(71.696)	(455.214)	(526.910)
Constituição	(14.796)	-	(14.796)
Transferência para circulante	(57.836)	57.836	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(144.328)	(397.378)	(541.706)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado à Celg o valor de R\$ 207.180 mil correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras avenças celebrado entre as partes.

Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, diante da medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo.

Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar. O total provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 541.706 mil, dos quais R\$ 144.328 mil estão registrados no ativo circulante e o remanescente, R\$ 397.378 mil no ativo não circulante.

Como consequência, em 31 de dezembro de 2013, a PCLD aumentou em R\$ 72.632 mil, dos quais R\$ 69.702 mil referem-se à atualização dos créditos a receber da Celg cujo valor de R\$ 57.836 mil foi transferência das parcelas de PCLD da Celg do não circulante para o circulante.

9.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Tesouro Nacional	111.863	112.427	112.917
Celg D	145.412	72.536	55.393
Celga	7.356	6.634	-
Retiro Baixo	7	-	-
(-) Ajuste a valor presente	(968)	(1.419)	-
Total circulante	263.670	190.178	168.310
Tesouro Nacional	293.718	352.162	384.181
Celg D	83.431	161.313	66.368
Celga	21.711	29.550	-
(-) Ajuste a valor presente	(1.936)	(2.836)	-
Total não circulante	396.924	540.189	450.549

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Furnas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) A dívida da União resultante do crédito adquirido será paga a Furnas em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não será inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014). Sendo assim, como previsto em contrato, a dívida pode ser prorrogada por mais 120 meses além do prazo original;

(ii) Os juros remuneratórios são calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada; e

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

(i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m.; e

(ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência destes valores mensais a Furnas.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia, no montante de R\$ 35.472 mil, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184 mil; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603 mil, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 10 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Outros			
Energia Livre (RTE)	16.199	16.199	16.211
(-) PCLD	(16.199)	(6.262)	(6.274)
Total Circulante	-	9.937	9.937

NOTA 11 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

							R\$ Mil
Movimentação	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais Contratos de Transmissão	Resoluções Autorizativas (REA)	CT nº 062/2001 sem REA	Modernização de Usina	UHE Prorrogadas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	6.829.052	751.717	-	-	-	-	7.580.769
Ingressos	447.810	63.712	-	-	995.718	-	1.507.240
Atualização monetária	1.031.079	181.913	-	-	-	-	1.212.992
Baixa da Lei nº 12.783 – CT nº 062/2001	(2.455.924)	-	-	-	-	-	(2.455.924)
Amortização	(1.321.957)	(193.269)	-	-	-	-	(1.515.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.530.060	804.073	-	-	995.718	-	6.329.851
Ingressos	-	85.879	47.117	345.111	-	103.967	582.074
Atualização monetária	-	172.204	-	-	-	-	172.204
Provisão para baixa de ativo financeiro	-	-	(47.117)	(345.111)	-	(103.967)	(496.195)
Amortização	-	(198.461)	-	-	-	-	(198.461)
Saldo 31 de dezembro de 2013	4.530.060	863.695	-	-	995.718	-	6.389.473
Não circulante	4.530.060	863.695	-	-	995.718	-	6.389.473

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – *Contratos de Concessão*, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Os ativos remanescentes do contrato nº 062/2001 referem-se a RBSE, e serão submetidos à avaliação e homologação da Aneel nos termos da Lei.

Os investimentos realizados no período em modernizações das usinas, cuja concessão foi prorrogada, e aqueles relacionados ao contrato de transmissão nº 062/2001, foram provisionados como perda pois, até 31 de dezembro de 2013, não fora autorizada uma RAP para tais ativos e investimentos citados.

Os valores provisionados como perda referente às usinas poderão ser revertidos no futuro, caso a Aneel reconheça e remunere tais investimentos.

Já os relacionados à transmissão, a perda poderá ser revertida no futuro, caso os cálculos demonstrem que não há mais onerosidade no contrato nº 062/2001, seja pela concessão de novas RAPs ou redução de despesas. É importante destacar que já há reconhecimento de novas RAPs pela Aneel para este contrato, porém, ainda não são suficientes para a reversão total de sua onerosidade.

NOTA 12 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Tributos a recuperar	118.085	148.953	68.524
Total circulante	118.085	148.953	68.524
Impostos diferidos ativos	919.517	862.754	573.506
Impostos diferidos passivos	(322.966)	(79.977)	(257.685)
Créditos tributários	1.251.233	1.129.396	563.434
(-) Provisão para não realização - IR	(1.021.968)	(744.028)	-
(-) Provisão para não realização - CS	(367.908)	(267.850)	-
Total Não Circulante	457.909	900.295	879.255

Baseado no atual cenário econômico projetado para exercícios futuros, decorrente das alterações propostas pela Lei nº 12.783/2013, a Empresa decidiu por constituir provisão para não realização de créditos tributários no valor total de R\$ 1.389.876 mil (31.12.2012 – R\$ 1.011.878 mil).

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provenientes de diferenças temporárias, provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa, serão utilizados de acordo com o desfecho das ações judiciais e o ressarcimento e a arrecadação de consumidores e concessionários, respectivamente.

Ano	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
2014	128.770	128.770
2015	144.761	144.761
2016	149.147	149.147
2017	154.943	154.943
Após 2017	203.254	402.651
Total	780.875	980.272

12.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, no ativo circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar até fim do exercício, como segue:

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	43.767	87.322	50.005
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	17.007	35.966	16.869
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	12.599	22.161	32
ICMS a recuperar	284	284	284
INSS	5.800	3.220	1.334
Tributo sobre Energia e Serviços – PASEP/COFINS Lei nº 10.833	438	-	-
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	37.973	-	-
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	217	-	-
Total circulante	118.085	148.953	68.524
ICMS a recuperar	74.965	69.027	63.216
(-) Provisão para perdas	(74.965)	(69.027)	(63.216)
Total não circulante	-	-	-

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Diante do encerramento desse levantamento, a Administração da Empresa solicitou formalmente um posicionamento da Secretaria sobre a regularização da referida pendência, não obtendo resposta até a presente data. Sendo assim, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor da totalidade dos créditos a recuperar referente ao ICMS de Manso, tendo em vista a falta de qualquer pronunciamento por parte do Governo do Estado do Mato Grosso.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor da PCLD registrado no ativo não circulante totaliza R\$ 74.965 mil, refletindo um aumento de R\$ 5.938 mil em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2012, R\$ 69.027 mil.

12.2 Impostos Diferidos Ativos

A Empresa mantém reconhecidos até o limite de realização em ativo – nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, de 15 de setembro de 2009, impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes às novas práticas contábeis, como evidenciado a seguir:

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Adições temporárias			
Impairment – CPC 01	(a)	(a) 1.028.266	693.335
Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27	119.891	119.891	119.891
Perdas Atuariais – CPC 33	(b)	(b) 1.389.356	762.856
Ativo financeiro – ICPC 01	-	-	110.700
	2.704.461	2.537.513	1.686.782
Créditos Tributários			
Imposto de renda	676.115	634.378	421.696
Contribuição social	243.401	228.376	151.810
(-) Provisão para não realização	(c)	(c)	-
	335.768	424.534	573.506
Total não circulante	335.768	424.534	573.506

Notas:

(a) R\$ 263.033 mil - Simplicio, R\$ 55.330 mil - Batalha e R\$ 16.568 mil - Campos;

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício de 2012; e

(c) Constituição de estimativa baseada no cenário econômico projetado, decorrente das alterações no negócio introduzidas pela Lei nº 12.783/2013.

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9%, para a Contribuição Social, e 25% para o Imposto de Renda dos ajustes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis.

12.3 Impostos Diferidos Passivos

A Empresa mantém reconhecidos, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, de 15 de setembro de 2009, imposto de renda (alíquota de 25%) e contribuição social (alíquota de 9%) diferidos resultantes de diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes às novas práticas contábeis.

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
IRPJ diferido	(212.605)	(58.806)	(189.474)
CSLL diferido	(76.538)	(21.171)	(68.211)
PASEP/COFINS diferido	(33.823)	-	-
Total não circulante	(322.966)	(79.977)	(257.685)

A realização dos passivos diferidos foi estimada em 31 de dezembro de 2013 e 2012 conforme abaixo:

Ano	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
2014	(7.957)	(3.552)
2015	(3.846)	(3.846)
2016	(4.413)	(4.413)
Após 2016	(306.750)	(68.166)
Total Não Circulante	(322.966)	(79.977)

12.4 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários que poderão ser utilizados para redução de cargas tributárias futuras, especificados como segue:

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Adições temporárias			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	555.309	865.178	622.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	948.279	887.746	655.091
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502
Provisão energia comprada - Eletronuclear	-	-	25.947
Provisão Plano de Incentivo ao Desligamento de Pessoal	-	66.111	340.930
Provisão para perda – contrato oneroso	1.001.221	1.490.214	-
Provisão para perda – investimento Inambari	6.126	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.156.658	-	-
	3.680.095	3.321.751	1.657.159
Créditos Tributários			
Imposto de renda	920.024	830.438	414.290
Contribuição social	331.209	298.959	149.144
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(806.128)	(573.659)	-
	445.105	555.738	563.434
Total não circulante	445.105	555.738	563.434

Os efeitos tributários contemplaram a aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda aplicados sobre as diferenças temporárias.

12.5 Medida Provisória (MP) nº 627/2013

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Furnas esta avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que está em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida MP para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

A avaliação da Empresa considera a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que na sua conversão em lei, o texto seja alterado e a avaliação realizada possa ser revista à luz do texto definitivo.

NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cauções e depósitos vinculados	15.406	15.396	18.123
Cauções e depósitos vinculados a litígios	502.990	386.632	310.130
Total	518.396	402.028	328.253
Circulante	15.339	15.329	18.056
Não Circulante	503.057	386.699	310.197

13.1 Cauções e depósitos vinculados a litígios

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 518.396 mil (31.12.2012 - R\$ 402.028 mil), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função, principalmente, de ações trabalhistas, cíveis e outras das quais destacamos: R\$ 134.051 mil depositados em função de ações envolvendo Aneel; R\$ 99.179 mil referente à atualização monetária; R\$ 62.491 mil em garantia a diversas causas; R\$ 41.285 mil em favor de Berreta Coelho; e R\$ 19.929 mil em favor de diversos sindicatos.

Vale ressaltar, que a variação no saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2013 em comparação a 31 de dezembro de 2012, deve-se, principalmente, ao registro da variação monetária do período no valor de R\$ 26.475 mil e dos seguintes depósitos envolvendo causas: a) trabalhistas no valor R\$ 41.285 mil e b) cíveis e outras (regulatórias - Aneel) no total de R\$ 28.669 mil.

NOTA 14 – ALMOXARIFADO

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Material			
Almoxarifado	109.757	109.080	101.097
Destinado a alienação	2.290	4.665	2.994
Outros	147	140	166
Subtotal	112.194	113.885	104.257
Compras em curso	-	-	376
Adiantamentos a fornecedores	116	116	116
Total	112.310	114.001	104.749
Circulante	21.454	24.954	23.840
Não Circulante	90.856	89.047	80.909

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 15 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Empresa.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 mil à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 mil em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.	Furnas optou pelo recebimento da indenização de (c) R\$ 2.878.028 mil em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Diante do exposto, a movimentação do contas a receber das parcelas indenizadas demonstra-se como segue:

	R\$ Mil
Descritivo	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-
Constituição do direito à indenização em 4 de dezembro de 2012 (a + b + c)	3.622.276
Atualização monetária em 31 de dezembro de 2012	89.812
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.712.088
Atualização monetária	333.038
Recebimentos em jan a dez/2013	(1.914.774)
Transferência do não circulante	1.593.428
Transferência para o circulante	(1.593.428)
Total em 31 de dezembro de 2013	2.130.352
Circulante	1.499.440
Não circulante	630.912

NOTA 16 – OUTROS

Este grupo de contas compõem-se de diversos valores a receber dispostos como segue:

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Empresas de energia elétrica ^(b)	52.424	263.387	1.339
(-) Ajuste a valor presente - empresas de energia elétrica	-	(13.830)	-
Adiantamento a fornecedores	147.015	145.488	90.599
(-) Provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa – adiantamento a fornecedores	(86.538)	(59.056)	(36.465)

Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Desativações e alienações em curso	11.975	18.061	16.684
Fundação Real Grandeza	5.380	5.106	2.243
Serviços prestados a terceiros	2.862	4.781	12.375
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros	(1.261)	(1.352)	(5.181)
Alienações de bens e direitos	2.986	3.401	3.219
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos	(2.993)	(3.033)	(3.114)
Dispêndios a reembolsar (inclui em curso)	10.006	16.944	8.014
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar	(2.932)	(2.446)	(2.256)
Empregados	2.764	8.553	12.435
Empréstimos concedidos	3.353	3.345	2.998
Recebimentos – renegociação a receber	1.292	3.152	2.524
Despesas pagas antecipadamente	2.162	1.923	1.269
Outros	514	616	285
(-) PCLD – outros	-	(74)	(77)
Total Circulante	149.009	394.966	106.891
Empresas de energia elétrica ^(b)	272.010	751.565	180.282
(-) Ajuste a valor presente - empresas de energia elétrica	-	(27.665)	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – empresas de energia elétrica	(180.120)	(180.120)	(180.120)
Outros créditos Gamek	23.733	20.539	18.418
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos Gamek	(23.733)	(20.539)	(18.418)
Bens e direitos destinados a alienação	12.180	14.467	15.579
Títulos precatórios – Finsocial	13.052	12.339	14.894
Empréstimos concedidos	6.152	7.912	11.199
Recebimentos – renegociação a receber (inclui RBE)	-	1.088	-
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	7.871
Fundo LabUAT – Cepel ^(a)	-	95.000	-
Outros (inclui FGTS Empresa)	17.861	18.960	21.688
(-) PCLD – Outros	(17.832)	(18.929)	(21.473)
Total Não Circulante	128.415	679.729	53.782

^(a) O valor registrado em 31 de dezembro de 2012, foi transferido para a rubrica “pesquisa e desenvolvimento – serviço próprio”, em virtude da Aneel ter autorizado sua inclusão como projeto de P&D ao longo do 1º semestre de 2013.

^(b) A variação nesta rubrica deve-se principalmente à transferência de valores originalmente faturados à Eletronorte para o grupo de clientes, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.585/2013 da Aneel.

16.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

R\$ Mil			
Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	-	-
Diferencial de tarifa ^(a)	193.810	387.621	581.431
Ajuste a valor presente	(13.830)	(27.665)	(41.495)
Diferencial de tarifa ^(b)	56.227	168.680	224.907
Atualização monetária	4.995	14.984	19.979
Saldo em 31 de dezembro de 2012	241.202	543.620	784.822
Estorno da REH Aneel nº 1.406/2013	(241.202)	(543.620)	(784.822)
Efeito da REH Aneel nº 1.585/2013	422.244	381.799	804.043
Atualização monetária	2.662	18.649	21.311
Transferência para clientes	(376.745)	(308.720)	(685.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.161	91.728	139.889

- (a) O valor de R\$ 581.431 mil correspondente ao diferencial de que se refere o art. 12 da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, que será cobrado das concessionárias de distribuição e repassado a Furnas, todos de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012.
- (b) O valor de R\$ 224.907 mil a ser recebido da Eletronuclear correspondente à diferença da tarifa cobrada pela Eletronuclear em relação à tarifa definitiva homologada pela Aneel.

16.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañia de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW médios para 240,8 MW médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284 mil, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

16.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740 mil.

16.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 mil eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

Desde 2003, técnicos de Furnas e Chesf tentam equacionar esse valor. A Chesf não reconhece o valor lançado por Furnas em setembro de 2003, alegando que o referido débito já foi regularizado, mediante encontro de contas, efetuado pela *holding* por ocasião de uma das liquidações do MAE. Furnas não concorda e afirma desconhecer qualquer acordo formal entre as partes no qual esse débito fosse liquidado.

16.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

R\$ Mil			
Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(47.093)	(220.011)	(267.104)
(+) Complemento/constituição	(35.523)	(2.121)	(37.644)
(-) Reversão	16.655	2.544	19.199
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(65.961)	(219.588)	(285.549)
(+) Complemento/constituição	(27.763)	(2.097)	(29.860)
(-) Reversão	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(93.724)	(221.685)	(315.409)

16.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
O N S	4.282	5.970	7.555
Programa Reluz – Prefeitura de Goiânia	592	1.302	2.012
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	3.047	3.985	4.630
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	1.584	-	-
Total	9.505	11.257	14.197
Circulante	3.353	3.345	2.998
Não Circulante	6.152	7.912	11.199

NOTA 17 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está decomposta como segue:

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Participações Societárias Permanentes			
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Baguari Energia S.A. (Baguari)	92.437	89.239	90.346
Brasventos Eolo Geradora Energia	22.561	23.629	7.561
Brasventos Miassaba 3 Geradora	31.132	32.419	10.333
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	345.387	303.627	276.365
Companhia Hidrelétrica Teles Pires ^(a)	-	89.816	93.550
Teles Pires Participações ^(a)	262.618	3.170	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.630	23.795	20.718
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	14.050	11.360	10.713
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	27.187	25.687	23.630
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	14.007	13.871	13.894
Enerpeixe S.A.	525.379	514.735	536.652
Goiás Transmissão S.A.	131.579	101.646	40.540
Inambari Geração de Energia (Igesa)	6.126	6.640	6.937
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	314.883	239.746	179.878
Madeira Energia S.A. (MESA) ^(b)	2.506.082	1.870.691	792.696
MGE Transmissão S.A.	106.371	63.431	34.217
Rei dos Ventos 3 Geradora	20.448	21.807	9.688
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	113.181	110.078	106.068
Serra do Facão Energia S.A.	60.742	104.098	145.463
Transenergia Goiás S.A.	2.461	2.512	2.785
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	78.241	107.865	70.821
Transenergia São Paulo S.A.	49.632	31.315	24.602
Caldas Novas Transmissão	10.634	6.467	50
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	5.635	931	-
Energia dos Ventos I S.A.	5.372	167	-
Energia dos Ventos II S.A.	3.275	123	-
Energia dos Ventos III S.A.	4.841	152	-
Energia dos Ventos IV S.A.	7.020	216	-
Energia dos Ventos V S.A.	5.637	157	-
Energia dos Ventos VI S.A.	7.766	206	-
Energia dos Ventos VII S.A.	7.840	216	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	5.617	157	-
Energia dos Ventos IX S.A.	5.748	167	-
Energia dos Ventos X S.A.	4.308	137	-
Triângulo Mineiro Transmissora	10.465	-	-
Paranaíba	17.801	-	-
Central Eólica Famosa I S.A.	7.263	-	-
Central Eólica Pau Brasil S.A.	4.840	-	-
Central Eólica Rosada S.A.	9.086	-	-
Central Eólica São Paulo S.A.	5.450	-	-
Vale do São Bartolomeu	663	-	-
Punaú I	123	-	-
Carnaúba I	113	-	-
Carnaúba II	93	-	-

Continua

Continuação

R\$ Mil

Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Carnaúba III	83	-	-
Carnaúba V	123	-	-
Cervantes I	83	-	-
Cervantes II	64	-	-
Bom Jesus	93	-	-
Cachoeira	64	-	-
Pitimbu	93	-	-
São Caetano I	93	-	-
São Caetano	132	-	-
São Galvão	123	-	-
Subtotal de investimentos em SPE	4.872.675	3.800.273	2.497.507
Outros investimentos			
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	11.073	10.447	6.430
Subtotal de outros investimentos	12.956	12.330	8.313
Provisão para perdas sobre investimento			
Inambari Geração de Energia (Igesa)	(6.126)	-	-
Subtotal de provisão para perdas sobre investimento	(6.126)	-	-
Total de investimentos	4.879.505	3.812.603	2.505.820

Nota:

(a) Em dezembro de 2012, foi modelada uma reestruturação societária na Cia Teles Pires em que foi criada a Teles Pires Participações (TPP) como instrumento de alavancagem financeira dos acionistas para o empreendimento UHE Teles Pires, detendo 99,01% do capital social da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP). A TPP é composta por Furnas e Eletrosul, cada uma detendo 24,72% das ações da companhia e Neoenergia, detendo 50,56% das ações da companhia. A CHTP possui o Capital Social distribuído entre TPP, com 99,01% e OEB com 0,9%. A TPP realizou emissão de debêntures no montante de R\$ 650 milhões, subscritas pelo FI-FGTS. O Estatuto Social da TPP foi registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) em 16 de janeiro de 2013.

O efeito da transferência do investimento da Companhia Hidrelétrica Teles Pires para a Teles Pires Participações está descrito como segue:

Descritivo	CHTP	TPP
Participação de Furnas	24,5%	24,72%
Saldo em 1º de Janeiro de 2012	93.550	-
Ajuste de avaliação patrimonial de exercícios anteriores	-	3.170
Equivalência Patrimonial	(3.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	89.816	3.170
Adições (transferência da Cia Hidrelétrica Teles Pires)	-	89.816
Baixas (transferência para a TPP)	(89.816)	-
Equivalência patrimonial	-	(3.255)
Saldo em 28 de fevereiro de 2013	-	89.731
Adições	-	174.790
Equivalência patrimonial	-	(1.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	262.618

(b) Em 31 de dezembro de 2013, a investida Madeira Energia S.A. (MESA) da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 199.510 mil. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas.

17.1 Mutação do investimento no período indicado

R\$ Mil								
Descritivo	Part. (%)	Saldo Reapresentado em 31.12.2012	Aportes/ Transferências	Baixa	Equiva- lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Participações societárias permanentes								
Sociedade de Propósito Específico (SPE)								
Baguari Energia S.A.	30,6122	89.239	-	-	5.035	-	(1.837)	92.437
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	23.629	-	-	(1.068)	-	-	22.561
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	32.419	-	-	(1.287)	-	-	31.132
Caldas Novas	49,9000	6.467	2.589	-	1.578	-	-	10.634
Centroeste de Minas	49,0000	23.795	-	(3.527)	3.746	-	(6.384)	17.630
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	303.627	-	-	90.568	-	(48.808)	345.387
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	89.816	-	(89.816)	-	-	-	-
Teles Pires Participações	24,7200	^(b) 3.170	264.606	-	(5.158)	-	-	262.618
Enerpeixe	40,0000	514.735	-	-	96.604	-	(85.960)	525.379
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	101.646	51.499	-	(1.815)	-	(19.751)	131.579
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.640	561	-	(1.088)	13	-	6.126
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	239.746	69.826	-	5.311	-	-	314.883
Madeira Energia S.A.	39,0000	^(b) 1.870.691	654.069	-	(18.678)	-	-	2.506.082
MGE Transmissão S.A.	49,0000	63.431	45.570	-	(2.831)	-	201	106.371
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	21.807	-	-	(1.359)	-	-	20.448
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	110.078	-	-	3.103	-	-	113.181
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	104.098	-	-	(26.544)	-	(16.812)	60.742
Transenergia Goiás S.A.	49,0000	2.512	436	-	(487)	-	-	2.461
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	107.865	1.960	-	(21.680)	-	(9.904)	78.241
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	31.315	8.085	-	15.107	-	(4.875)	49.632
Transirapé	24,5000	11.360	-	-	3.745	-	(1.055)	14.050
Transleste	24,0000	25.687	-	-	6.840	-	(5.340)	27.187
Transudeste	25,0000	13.871	-	-	3.909	-	(3.773)	14.007
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	931	4.835	-	(131)	-	-	5.635
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	167	5.228	-	(23)	-	-	5.372

Continua

Continuação
R\$ Mil

Descritivo	Part. (%)	Saldo Reapresentado em 31.12.2012	Aportes/ Transferências	Baixa	Equivalên- cia Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimo- nial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Participações societárias permanentes								
Sociedade de Propósito Específico (SPE)								
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	123	3.175	-	(23)	-	-	3.275
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	152	4.714	-	(25)	-	-	4.841
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	216	6.830	-	(26)	-	-	7.020
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	157	5.503	-	(23)	-	-	5.637
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	206	7.585	-	(25)	-	-	7.766
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	216	7.649	-	(25)	-	-	7.840
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	157	5.482	-	(22)	-	-	5.617
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	167	5.605	-	(24)	-	-	5.748
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	137	4.194	-	(23)	-	-	4.308
Triângulo Mineiro	49,0000	-	10.908	-	(443)	-	-	10.465
Paranaíba	24,5000	-	17.640	-	161	-	-	17.801
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	-	7.568	-	(305)	-	-	7.263
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	-	5.065	-	(225)	-	-	4.840
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	-	9.433	-	(347)	-	-	9.086
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	-	5.691	-	(241)	-	-	5.450
Vale do São Bartolomeu	39,0000	-	663	-	-	-	-	663
Punaú I	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Carnaúba I	49,0000	-	113	-	-	-	-	113
Carnaúba II	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Carnaúba III	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Carnaúba V	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Cervantes I	49,0000	-	83	-	-	-	-	83
Cervantes II	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Bom Jesus	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
Cachoeira	49,0000	-	64	-	-	-	-	64
Pitimbu	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano I	49,0000	-	93	-	-	-	-	93
São Caetano	49,0000	-	132	-	-	-	-	132
São Galvão	49,0000	-	123	-	-	-	-	123
Subtotal		3.800.273	1.218.249	(93.343)	151.780	13	(204.297)	4.872.675

Continua

Continuação
R\$ Mil

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 31.12.2012	Aportes/ Transferências	Baixa	Equiva lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimo- nial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2013
Outros investimentos								
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	10.447	626	-	-	-	-	11.073
Subtotal		12.330	626	-	-	-	-	12.956
Provisão para perda								
Inambari Geração de Energia	-	-	86	^(a) (6.212)	-	-	-	(6.126)
Subtotal		-	86	(6.212)	-	-	-	(6.126)
Total da rubrica investimentos		3.812.603	1.218.961	(99.555)	151.780	13	(204.297)	4.879.505

(a) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 6.212 mil.

(b) Valores ajustados em 31 de dezembro de 2012 com a capitalização dos encargos financeiros na Madeira (R\$ 201.650 mil) e na Teles Pires Participações (R\$ 3.170 mil), correspondentes aos exercícios anteriores a 2012 e que foram ajustados diretamente no PL das respectivas Companhias, não constituindo portanto resultado de equivalência em Furnas.

R\$ Mil

Descritivo	Part. (%)	Saldo em 01.01.2012	Aportes/ Adições	Equiva- lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo reapresentado em 31.12.2012
Participações societárias permanentes							
Sociedade de Propósito Específico (SPE)							
Baguari Energia S.A.	30,6122	90.346	-	8.623	-	(9.730)	89.239
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	7.561	16.691	(623)	-	-	23.629
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	10.333	22.885	(799)	-	-	32.419
Caldas Novas	49,9000	50	6.417	-	-	-	6.467
Centroeste de Minas	49,0000	20.718	-	3.963	-	(886)	23.795
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	276.365	-	32.763	-	(5.501)	303.627
Cia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	93.550	-	(3.734)	-	-	89.816
Teles Pires Participações	24,7200	-	-	-	^(a) 3.170	-	3.170
Enerpeixe	40,0000	536.652	-	76.523	-	(98.440)	514.735
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	40.540	56.840	4.566	-	(300)	101.646
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.937	453	(919)	169	-	6.640
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	179.878	67.620	(7.752)	-	-	239.746
Madeira Energia S.A.	39,0000	792.696	1.126.504	(100.458)	^(a) 51.949	-	1.870.691
MGE Transmissão S.A.	49,0000	34.217	27.440	1.975	-	(201)	63.431
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	9.688	12.894	(775)	-	-	21.807
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	106.068	-	4.010	-	-	110.078
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	145.463	-	(40.360)	-	(1.005)	104.098
Transenergia Goiás S.A.	49,0000	2.785	-	(273)	-	-	2.512
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	70.821	32.830	4.214	-	-	107.865
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	24.602	4.900	2.378	-	(565)	31.315
Transirapé	24,5000	10.713	-	1.969	-	(1.322)	11.360

Continua

Continuação

R\$ Mil

Descritivo	Part. (%)	Saldo reapresentado em 01.01.2012	Aportes/ Adições	Equiva- lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo reapresentado em 31.12.2012
Participações societárias permanentes							
Sociedade de Propósito Específico (SPE)							
Transleste	24,0000	23.630	-	4.042	-	(1.985)	25.687
Transudeste	25,0000	13.894	-	2.036	-	(2.059)	13.871
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	-	931	-	-	-	931
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	-	167	-	-	-	167
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	-	123	-	-	-	123
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	-	152	-	-	-	152
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	-	216	-	-	-	216
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	-	157	-	-	-	157
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	-	206	-	-	-	206
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	-	216	-	-	-	216
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	-	157	-	-	-	157
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	-	167	-	-	-	167
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	-	137	-	-	-	137
Subtotal		2.497.507	1.378.103	(8.631)	(55.288)	(121.994)	3.800.273
Outros investimentos							
Terrenos para uso futuro		1.883	-	-	-	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição		6.430	4.017	-	-	-	10.447
Subtotal		8.313	4.017	-	-	-	12.330
Total da rubrica investimentos		2.505.820	1.382.120	(8.631)	(55.288)	(121.994)	3.812.603

^(a) Valores ajustados em 31 de dezembro de 2012, com a capitalização dos encargos financeiros na Mesa (R\$ 54.692 mil) e na Teles Pires Participações (R\$ 3.170 mil), correspondentes aos exercícios anteriores a 2012 e que foram ajustados diretamente no PL das respectivas Companhias, não constituindo portanto resultado de equivalência em Furnas. Vale mencionar que em 1º de janeiro de 2012, a mesma capitalização financeira de encargos financeiros na Mesa gerou um aumento de R\$ 146.958 mil em sua respectiva rubrica de investimento em Furnas quando compara-se o valor anteriormente divulgado em 31 de dezembro de 2011.

17.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

R\$ Mil									
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS JOINT VENTURES	PRINCIPAIS INVESTIDAS							DEMAIS INVESTIDAS	TOTAL
	CHAPECOENSE	ENERPEIXE	MADEIRA ENERGIA	IE MADEIRA	SERRA DO FACÃO	TELES PIRES	TOTAL		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2013									
Caixa e equivalente de caixa	44.923	47.187	298.370	6.689	15.494	630	413.293	196.193	609.486
Outros ativos circulantes	99.094	62.907	402.551	188.423	35.148	742.421	1.530.544	288.817	1.819.361
Ativo não circulante	3.298.024	1.773.006	19.822.689	3.923.677	2.023.836	3.234.386	34.075.618	3.327.505	37.403.123
TOTAL ATIVO	3.442.041	1.883.100	20.523.610	4.118.789	2.074.478	3.977.437	36.019.455	3.812.515	39.831.970
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	135.688	114.752	234.785	114.847	73.710	14.638	688.420	93.822	782.242
Outros passivos circulantes	139.461	120.810	665.646	36.131	27.276	141.958	1.131.282	186.630	1.317.912
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	1.659.875	123.341	11.658.419	2.316.564	443.255	2.645.061	18.846.515	1.140.418	19.986.933
Outros passivos não circulantes	643.549	210.750	1.538.910	396.012	1.407.461	113.408	4.310.090	212.641	4.522.731
Patrimônio Líquido	863.468	1.313.447	6.425.850	1.255.235	122.776	1.062.372	11.043.148	2.179.004	13.222.152
TOTAL PASSIVO	3.442.041	1.883.100	20.523.610	4.118.789	2.074.478	3.977.437	36.019.455	3.812.515	39.831.970
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2013									
(+) Receita Líquida	567.286	424.737	1.300.586	784.981	252.057	112	3.329.759	508.365	3.838.124
(-) Custo da Operação	(103.221)	(88.926)	(698.954)	(573.941)	(253.941)	(12.996)	(1.731.979)	(274.624)	(2.006.603)
Lucro Bruto	464.065	335.811	601.632	211.040	(1.884)	(12.884)	1.597.780	233.741	1.831.521
(-) Despesas operacionais	(97.843)	(51.243)	(331.042)	(50.275)	(26.743)	(2.089)	(559.235)	(129.620)	(688.855)
(+) Receita financeira	15.792	12.195	18.115	9.691	4.278	-	60.071	294.646	354.717
(-) Despesa financeira	(140.980)	(53.551)	(323.895)	(153.651)	(38.728)	(925)	(711.730)	(58.832)	(770.562)
Lucro antes dos impostos	241.034	243.212	(35.190)	16.805	(63.077)	(15.898)	386.886	339.935	726.821
(-) Impostos sobre o lucro	(79.433)	(23.994)	(12.548)	(5.713)	(10.932)	-	(132.620)	(108.006)	(240.626)
Lucro Líquido	161.601	219.218	(47.738)	11.092	(74.009)	(15.898)	254.266	231.929	486.195
Outras informações:									
Depreciação e amortização	(64.365)	(49.398)	(230.612)	-	(24.361)	(72)	(368.808)	(14.370)	(383.178)

17.2.1 Investida Mesa

A Controlada pleiteou junto à Aneel projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 unidades geradoras (“UG”) para obter o aproveitamento ótimo de geração do Rio Madeira e para o Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentando sua capacidade instalada em 418 MW (de 3.150 MW para 3.568 MW). A Aneel, por meio do despacho nº 2.075, de 25 de junho de 2013, aprovou o projeto condicionando-o à cessão de lastro de 24,3 MW médios de garantia física em favor da Energia Sustentável do Brasil S.A. – ESB. Em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia também aprovou esta ampliação.

Durante o ano de 2013, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Aneel decidiu liberar as seguintes unidades geradoras para operação:

UG	Capacidade	Data da Entrada em Operação	Despacho	Operação
UG ₁₁	69.590 kw	18.01.2013	105/2013	Comercial
UG ₁₀	69.590 kw	12.03.2013	686/2013	Comercial
UG ₁₂	69.590 kw	05.06.2013	1.036/2013	Comercial
UG ₁₃	73.290 kw	11.06.2013	1.748/2013	Comercial
UG ₁₆	73.290 kw	28.06.2013	1.801/2013	Teste
UG ₁₄	73.290 kw	03.08.2013	2.012/2013	Comercial
UG ₁₇	73.290 kw	15.08.2013	3.057/2013	Comercial
UG ₁₈	73.290 kw	19.08.2013	2.885/2013	Teste
UG ₁₅	73.290 kw	19.08.2013	3.057/2013	Comercial
UG ₂₂	69.590 kw	05.11.2013	3.714/2013	Teste
UG ₂₃	73.290 kw	04.12.2013	4.114/2013	Teste

Em 31 de dezembro de 2013, a UHE Santo Antônio possui 16 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 1.139,8 MW médios de garantia física e 4 unidades geradoras em teste.

A investida reavaliou sua política contábil de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e promoveu ajustes que impactaram as demonstrações financeiras do exercício de 2013, requerendo também a reapresentação das cifras comparativas de 2012. Estes ajustes referem-se, basicamente, a capitalização da variação monetária e dos encargos financeiros das debêntures emitidas pela Mesa, com o objetivo exclusivo de financiar a UHE Santo Antônio. Até 31 de dezembro de 2013, o montante correspondente a esse ajuste foi de R\$ 816.630 mil gerando em Furnas um total de R\$ 201.650 mil para o mesmo período citado.

17.3 Outros investimentos

Tratam-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, que quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

17.4 SPEs em fase de constituição

a) Geração Eólica

No dia 23 de agosto de 2013, os consórcios firmados por Furnas e o parceiro FIP Caixa Milão arremataram, no leilão de Energia de Reserva 2013 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 13 parques eólicos, com a venda de 248 MW para entrega a partir de 1º de setembro de 2015 e prazo de 20 anos. Os lotes arrematados são compostos por dois conjuntos de parques eólicos: o Punaú, formado por sete centrais geradoras a serem construídas nos municípios de Rio do Fogo e Pureza (Rio Grande do Norte); e Baleia, com seis parques, em Itapipoca (Ceará).

b) Novas Linhas de Transmissão

A SPE constituída pelo Fundo Caixa Milão (51%), Celg (10%) e Furnas (39%) arrematou o Lote B no Leilão de Transmissão nº 002/2013 da Aneel, realizado na sede da Bovespa (SP). Este lote é composto por três linhas de transmissão e uma subestação nas regiões de Brasília, no Distrito Federal, e Luiziânia, em Goiás. Estes empreendimentos deverão ser implantados até 2017.

NOTA 18 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado de Furnas que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 são:

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
EM SERVIÇO			
Custo			
Terrenos	393.766	278.271	366.776
Reservatórios, barragens e adutoras	2.929.272	2.035.754	4.883.458
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.262.852	1.131.751	1.364.902
Máquinas e equipamentos	3.259.480	1.910.572	3.012.564
Veículos	34.249	26.449	26.171
Móveis e utensílios	27.172	21.128	21.707
Subtotal	7.906.791	5.403.925	9.675.578
Depreciação			
Reservatórios, barragens e adutoras	(869.921)	(860.551)	(1.843.722)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(550.974)	(539.923)	(662.244)
Máquinas e equipamentos	(989.266)	(731.007)	(1.264.511)
Veículos	(23.140)	(21.298)	(21.510)
Móveis e utensílios	(15.063)	(14.437)	(13.610)
Subtotal	(2.448.364)	(2.167.216)	(3.805.597)
TOTAL EM SERVIÇO	5.458.427	3.236.709	5.869.981
EM CURSO			
Terrenos	157.804	244.620	213.851
Barragens, reservatórios e adutoras	939.682	1.727.482	1.513.707
Edificações, obras civis e benfeitorias	61.832	139.313	122.300
Máquinas e equipamentos	314.304	1.028.773	1.130.442
Veículos	919	919	732
A ratear	130.479	514.111	430.256
Estudos e Projetos	323	-	-
Transformação, fabricação e reparo de materiais	21.441	14.999	1.863
Compras em andamento	(9.106)	3.312	3.312
Material em depósito	14.918	-	-
Adiantamento a fornecedores	(9.153)	-	-
TOTAL EM CURSO	1.623.443	3.673.529	3.416.463
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.060.332)	(1.028.266)	(693.338)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	5.908.998	5.769.432	8.480.566

Vale destacar que em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica em curso caiu em relação a 31 de dezembro de 2012, em virtude da UHE Simplício ter entrado em operação em 1º de maio deste ano. Desta forma, houve a transferência para serviço de todo o imobilizado em curso deste empreendimento, bem como seu valor correspondente de provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo.

O valor de Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) foi destacado no final das tabelas.

18.1 Obrigações vinculadas a concessões

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Amortização	(81.998)	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)	(28.539)
Outras	(2.003)	(2.003)	(2.003)
TOTAL	(112.540)	(112.540)	(112.540)

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas.

18.2 Cabe ressaltar que a composição do imobilizado de Furnas, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

R\$ Mil						
Descritivo	Taxas Médias Anuais de Depreciação (%)	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
		Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço						
Geração	2,68	7.654.609	(2.324.434)	5.330.175	3.136.519	5.783.978
Transmissão ^(a)	1,53	45.872	(448)	45.424	-	-
Administração	9,92	204.767	(122.260)	82.507	99.769	85.495
Comercialização	10,07	1.543	(1.222)	321	421	508
Subtotal		7.906.791	(2.448.364)	5.458.427	3.236.709	5.869.981
Em curso						
Geração	-	1.457.570	-	1.457.570	3.496.517	3.401.890
Transmissão ^(a)	-	136.746	-	136.746	155.175	-
Administração	-	29.127	-	29.127	21.837	14.573
Subtotal		1.623.443	-	1.623.443	3.673.529	3.416.463
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos		(1.060.332)	-	(1.060.332)	(1.028.266)	(693.338)
(-) Obrigações vinculadas a		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)	(112.540)
Imobilizado líquido - total		8.357.362	(2.448.364)	5.908.998	5.769.432	8.480.566

^(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se as subestações de Batalha e Simplício, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplício, uma parcela de seus bens - ligados a transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foram transferidos de em curso para serviço.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Cabe ressaltar que segundo a legislação vigente pela Aneel, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

18.3 Premissas para o cálculo do *Impairment*

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas;

Transmissão – Por Contrato (grupos de linhas e subestações agrupadas por um contrato).

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotado por Furnas:

(i) Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

No cenário foi considerada a projeção dos custos até 2020 com base no Plano Diretor da Empresa. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

Para o cálculo do PMSO, foi considerado um programa de ajuste de redução de custos operacionais da ordem de R\$ 370.000 mil, contendo as seguintes premissas:

- Redução do quadro de pessoal por meio de Plano de Incentivo a Aposentadoria;
- Minimização de custos de materiais, serviços e outros associados à redução do quadro de pessoal;
- Redução de custos com contratações, patrocínios e publicidades.

(ii) Receitas

Considera a receita baseada na média móvel dos últimos dez anos obtendo o cenário de R\$ 109,78/MWh até o vencimento da concessão e mais as receitas advindas das contratações do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Ambiente de Contratação Livre – ACL para os contratos não alcançados pela Lei nº 12.783/2013 (sem renovação de concessão).

(iii) Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Alíquota de 9,65% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

P&D - 1% da ROL.

CFURH – 6,75% sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.

Taxa de Fiscalização Aneel - 0,4% sobre a Receita Bruta.

RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão.

TUST – Considerado o valor da TUST realizado em 2013 para a projeção de todos os ativos.

PIS: Programa de Integração Social;

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;

P&D: Programa de Pesquisa e Desenvolvimento;

CFURH: Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica;

RGR: Reserva Global de Reversão; e

TUST: Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

(iv) Valor Novo de Reposição (VNR)

Foi considerado o estudo realizado pela área de Engenharia da Empresa para a determinação do VNR utilizado nos cálculos do balanço de 2012 e atualizados pelo IPCA para 2013.

Os critérios utilizados à época foram os seguintes:

a) Usinas Hidrelétricas - Metodologia de Orçamentação

a.1) Definição dos custos de Implantação dos Empreendimentos

A orçamentação de todas as usinas hidrelétricas constantes do Parque Gerador de FURNAS foi realizada com dados obtidos através de informações do Projeto Básico representativo de cada empreendimento.

Para cada usina, foi elaborada planilha de custos que é referência para o Setor Elétrico Nacional e que compõe o denominado Orçamento Padrão Eletrobras – OPE.

Para tal, foi realizado o preenchimento com os dados dos quantitativos de obras civis e de fornecimento eletromecânicos, inseridos em cada projeto, de forma a possibilitar o início da valoração dos serviços. Foram também considerados os custos Ambientais e Fundiários, além de Outros Custos adicionais, como os pertinentes a riscos geológicos, hidrológicos e topográficos, seguros, administração dos contratados, dentre outros, de forma a compor o CAPEX do empreendimento.

A única exceção à regra utilizada refere-se às Usinas Hidrelétricas de Batalha e Simplício, usinas recentes, cujos orçamentos já foram realizados com base no preenchimento da planilha OPE,

constante de seus projetos aprovados pela Aneel. Desta forma, para as referidas usinas o orçamento existente foi apenas corrigido pelo IPCA.

b) Usina Termelétrica de Santa Cruz - Metodologia de Orçamentação

Para a UTE Santa Cruz, por ser um empreendimento de fonte termelétrica, foi utilizada metodologia própria e específica vinculada a esta fonte de energia, sendo realizada a avaliação de custos de implantação de uma usina similar com características semelhantes.

(v) Investimentos

Para as usinas em construção e enchimento de reservatório, com referência a Batalha e Simplício, foram orçados em 2014 os valores aproximados de R\$ 64.000 mil e R\$ 81.000 mil, respectivamente.

(vi) Depreciação

Utilizada a taxa da Aneel conforme sua Resolução nº 474/2012.

(vii) Uso do Bem Público (UBP)

Foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplício, os valores aproximados de R\$ 319.300 mil e R\$ 1.112.200 mil ao ano, respectivamente.

(viii) Taxa de desconto para o fluxo de caixa

Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração: 6,8% a.a. real; e b) Ativo de Transmissão: 6,45% a.a. real, determinado pela deliberação DEL 110/2013 – Eletrobras.

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa não identificou novos casos em suas Unidades Geradoras de Caixa além das que já havia identificado no ano de 2012, UHE Batalha e Simplício e UTE Santa Cruz.

Procedeu a atualização das provisões conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2012	(Constituição)/ Reversão	31.12.2013
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UHE Batalha	(553.358)	26.024	(527.334)
UHE Simplício	(458.343)	(58.090)	(516.433)
Total	(1.028.266)	(32.066)	(1.060.332)

A UTE Campos (Roberto Silveira) não apresentou variações no cálculo devido à paralisação das operações naquela unidade.

A UHE Batalha apresentou uma reversão nas provisões de perdas devido à perspectiva de redução de custos com PMSO da Empresa, além da significativa redução da Compra de Energia prevista para os anos seguintes.

A UHE Simplício apresentou necessidade de aumento nas provisões de perda devido ao aumento da taxa de desconto do fluxo de caixa. A perspectiva de diminuição de custos com PMSO não foi suficiente para reverter previsões de perdas.

18.4 Movimentação do Ativo Imobilizado

R\$ Mil					
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31.12.2012	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS		SALDO EM 31.12.2013
			BAIXAS	SERVIÇO	
SERVIÇO					
CUSTO					
Terrenos	278.271	-	-	115.495	393.766
Barragens, reservatórios e adutoras	2.035.754	-	-	893.518	2.929.272
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.131.751	-	(107)	131.208	1.262.852
Máquinas e equipamentos	1.910.572	-	120.173	1.228.735	3.259.480
Veículos	26.449	-	(2.422)	10.222	34.249
Móveis e utensílios	21.128	-	(1.709)	7.753	27.172
Subtotal	5.403.925	-	115.935	2.386.931	7.906.791
DEPRECIAÇÃO					
Barragens, reservatórios e adutoras	(860.551)	(9.370)	-	-	(869.921)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539.923)	(11.158)	107	-	(550.974)
Máquinas e equipamentos	(731.007)	(143.939)	(114.320)	-	(989.266)
Veículos	(21.298)	(4.212)	2.370	-	(23.140)
Móveis e utensílios	(14.437)	(1.066)	440	-	(15.063)
Subtotal	(2.167.216)	(169.745)	(111.403)	-	(2.448.364)
TOTAL EM SERVIÇO	3.236.709	(169.745)	4.532	2.386.931	5.458.427
EM CURSO					
Terrenos	244.620	(30.163)	(668)	(55.985)	157.804
Barragens, reservatórios e adutoras	1.727.482	(4.450)	(2.444)	(780.906)	939.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.313	21.356	(245)	(98.592)	61.832
Máquinas e equipamentos	1.028.773	295.846	(3.592)	(1.006.723)	314.304
Veículos	919	10.222	-	(10.222)	919
Móveis e utensílios	-	7.743	-	(7.743)	-
A ratear	514.111	44.720	(1.612)	(426.740)	130.479
Adiantamento a fornecedores	-	(9.007)	(146)	-	(9.153)
Estudos e Projetos	-	346	(3)	(20)	323
Transformação, fabricação e reparo de materiais	14.999	6.801	(359)	-	21.441
Material em depósito	-	15.136	(218)	-	14.918
Compras em andamento	3.312	(12.220)	(198)	-	(9.106)
TOTAL EM CURSO	3.673.529	346.330	(9.485)	(2.386.931)	1.623.443
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.028.266)	(32.066)	-	-	(1.060.332)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	5.769.432	144.519	(4.953)	-	5.908.998

R\$ Mil

	SALDO EM			TRANSFERÊNCIAS		EFEITOS DA LEI	SALDO EM
Descritivo	01.01.2012	ADIÇÕES	BAIXAS	SERVIÇO	OUTROS	Nº 12.783/2013	31.12.2012
SERVIÇO							
CUSTO							
Terrenos	366.776	-	-	91	-	(88.596)	278.271
Barragens, reservatórios e adutoras	4.883.458	-	-	513	-	(2.848.217)	2.035.754
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.364.902	-	-	4.115	-	(237.266)	1.131.751
Máquinas e equipamentos	3.012.564	-	(138.597)	47.701	(12.242)	(998.854)	1.910.572
Veículos	26.171	-	(1.762)	1.057	983	-	26.449
Móveis e utensílios	21.707	-	(901)	729	(407)	-	21.128
Subtotal	9.675.578	-	(141.260)	54.206	(11.666)	(4.172.933)	5.403.925
DEPRECIAÇÃO							
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.843.722)	(92.377)	-	-	-	1.075.548	(860.551)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(662.244)	(34.930)	-	-	-	157.251	(539.923)
Máquinas e equipamentos	(1.264.511)	(90.928)	135.442	-	2.691	486.299	(731.007)
Veículos	(21.510)	(1.493)	1.746	-	(41)	-	(21.298)
Móveis e utensílios	(13.610)	(1.165)	329	-	9	-	(14.437)
Subtotal	(3.805.597)	(220.893)	137.517	-	2.659	1.719.098	(2.167.216)
TOTAL EM SERVIÇO	5.869.981	(220.893)	(3.743)	54.206	(9.007)	(2.453.835)	3.236.709
EM CURSO							
Terrenos	213.851	33.376	-	(91)	-	(2.516)	244.620
Barragens, reservatórios e adutoras	1.513.707	230.577	-	(6)	-	(16.796)	1.727.482
Edificações, obras civis e benfeitorias	122.300	20.413	-	(3.400)	-	-	139.313
Máquinas e equipamentos	1.130.442	366.366	(27)	(47.671)	-	(420.337)	1.028.773
Veículos	732	1.244	-	(1.057)	-	-	919
Móveis e utensílios	-	729	-	(729)	-	-	-
A ratear	430.256	85.107	-	(1.252)	-	-	514.111
Transformação, fabricação e reparo	1.863	13.136	-	-	-	-	14.999
Compras em andamento	3.312	-	-	-	-	-	3.312
TOTAL EM CURSO	3.416.463	750.948	(27)	(54.206)	-	(439.649)	3.673.529
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos	(693.338)	(334.928)	-	-	-	-	(1.028.266)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	-	-	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	8.480.566	195.127	(3.770)	-	(9.007)	(2.893.484)	5.769.432

NOTA 19 – INTANGÍVEL

R\$ Mil

Descritivo	Saldo em 31.12.2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.714	-	(5.130)	-	12.717	19.301
Amortização	(1.098)	-	-	(690)	-	(1.788)
	10.616	-	(5.130)	(690)	12.717	17.513
Em curso						
Custo	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
	53.274	1.123	-	-	(12.717)	41.680
Total vinculados à concessão - Geração	63.890	1.123	(5.130)	(690)	-	59.193
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	-	-	(454)	-	3.006	2.552
Amortização	-	-	-	(300)	-	(300)
	-	-	(454)	(300)	3.006	2.252
Em curso						
Custo	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
	-	8.113	-	-	(3.006)	5.107
Total vinculados concessão – Transmissão	-	8.113	(454)	(300)	-	7.359
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	79.870	760	-	-	1.122	81.752
Amortização	(53.412)	-	-	(15.695)	-	(69.107)
	26.458	760	-	(15.695)	1.122	12.645
Em curso						
Custo	7.845	^(a) 25.468	-	-	(1.122)	32.191
	7.845	25.468	-	-	(1.122)	32.191
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	34.303	26.228	-	(15.695)	-	44.836
Total	98.193	35.464	(5.584)	(16.685)	-	111.388

^(a) Este valor refere-se à aquisição de licenças e *softwares* corporativos.

Em 31 de dezembro de 2013, Furnas mantém registrado no intangível o custo com *software* de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 101.670 mil, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 78.461 mil, calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 78.978 mil registrado no intangível em curso de Furnas, R\$ 39.680 mil referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP) para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplício. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. A Usina de Simplício iniciou suas atividades em junho de 2013, e desde então vem amortizando a UBP em R\$ 92 mil mensais. O saldo remanescente, R\$ 39.298 mil, refere-se ao valor das faixas de servidões.

R\$ Mil

Descritivo	Saldo em 01.01.2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2012
Vinculados à concessão - geração						
Em serviço						
Custo	15.484	-	(5.875)	-	2.105	11.714
Amortização	(1.068)	-	(8)	(22)	-	(1.098)
	14.416	-	(5.883)	(22)	2.105	10.616
Em curso						
Custo	44.157	2.127	9.095	-	(2.105)	53.274
	44.157	2.127	9.095	-	(2.105)	53.274
Total vinculados à concessão - geração	58.573	2.127	3.212	(22)	-	63.890
Vinculados à concessão – transmissão						
Em serviço						
Custo	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Em curso						
Custo	-	777	(777)	-	-	-
	-	777	(777)	-	-	-
Total vinculados concessão – transmissão	-	777	(777)	-	-	-
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	79.852	-	(759)	-	777	79.870
Amortização	(37.941)	-	8	(15.479)	-	(53.412)
	41.911	-	(751)	(15.479)	777	26.458
Em curso						
Custo	8.368	241	13	-	(777)	7.845
	8.368	241	13	-	(777)	7.845
Total vinculados concessão – Outros intangíveis	50.279	241	(738)	(15.479)	-	34.303
Total	108.852	3.145	1.697	(15.501)	-	98.193

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 26).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

NOTA 20 – FORNECEDORES

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Materiais e serviços	287.126	296.622	298.539
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	79.981	348.753	453.963
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da	39.876	46.508	45.327
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	1.511	148.472	13.133
Outros	3.375	2.496	1.941
TOTAL CIRCULANTE	411.869	842.851	812.903

20.1 Fornecedores de energia elétrica – suprimento

Em 31 de dezembro de 2013, houve uma queda de R\$ 268.772 mil nesta rubrica, das quais R\$ 264.203 mil referem-se ao contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre Eletronuclear e Furnas em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001 até 31 de dezembro de 2012, liquidado no 1º semestre de 2013.

20.2 Fornecedores de energia elétrica – CCEE

Em 31 de dezembro de 2013, registra-se uma queda de R\$ 146.961 mil, dos quais:

- a) R\$ 117.756 mil referem-se a compra de energia na CCEE (mercado *spot*) provisionados em dezembro de 2012; e
- b) R\$ 29.205 mil, a baixa de provisão registrada a maior.

NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

21.1 Composição do endividamento (por contraparte)

R\$ Mil											
Contraparte	Moeda/ Indexa- dor	Venci- mento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2013				31.12.2012			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não Circul.	
Moeda Estrangeira											
Eletrobras											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	576	8.321	29.125	38.022	592	7.259	32.665	40.516
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.389	33.804	118.306	153.499	1.761	35.908	161.579	199.248
Subtotal				1.965	42.125	147.431	191.521	2.353	43.167	194.244	239.764
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	129	-	242.517	242.646	70	-	130.880	130.950
Subtotal				129	-	242.517	242.646	70	-	130.880	130.950
Subtotal				2.094	42.125	389.948	434.167	2.423	43.167	325.124	370.714
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA Não indexado	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm. 5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	6	206.689	2.759.243	2.965.938	16.095	190.059	2.800.408	3.006.562
Eletrobras	Selic	2014 a 2018		-	25.955	88.033	113.988	900	27.672	112.401	140.973
Eletrobras	Selic	30.08.2020		-	-	143.968	143.968	-	-	139.164	139.164
Subtotal				6	232.644	2.991.244	3.223.894	16.995	217.731	3.051.973	3.286.699
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.321	66.161	766.360	834.842	2.213	58.550	736.404	797.167
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	136	3.856	43.302	47.294	146	3.857	47.159	51.162
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	631	16.409	180.499	197.539	528	12.792	153.508	166.828
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	5.981	-	750.000	755.981	2.521	-	750.000	752.521
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	8.208	-	208.312	216.520	-	-	-	-
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	9.141	-	212.761	221.902	7.271	-	212.760	220.031
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	16.460	-	400.000	416.460	12.985	-	400.000	412.985
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	1.816	-	86.569	88.385	1.359	-	86.569	87.928
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	2.070	-	113.975	116.045	1.545	-	113.975	115.520
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	41	252	1.948	2.241	139	-	7.698	7.837
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	139	882	6.816	7.837	43	-	2.200	2.243
Finep Sub A	indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	98	-	68.246	68.344	-	-	-	-
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	136	-	95.000	95.136	-	-	-	-
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	12.094	-	1.000.000	1.012.094	-	-	-	-
BASA	CDI	15.02.2013	101,9% CDI	-	-	-	-	13.792	193.000	-	206.792
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	7.763	-	200.000	207.763	6.131	-	200.000	206.131
Subtotal				67.035	87.560	4.133.788	4.288.383	48.673	268.199	2.710.273	3.027.145
Subtotal Moeda Nacional				67.041	320.204	7.125.032	7.512.277	65.668	485.930	5.762.246	6.313.844
Total				69.135	362.329	7.514.980	7.946.444	68.091	529.097	6.087.370	6.684.558

R\$ Mil

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimen- to Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2012				01.01.2012			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não Circul.	
Moeda Estrangeira											
Eletrobras											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	592	7.259	32.665	40.516	662	6.663	36.647	43.972
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.761	35.908	161.579	199.248	2.184	36.801	202.399	241.384
Subtotal				2.353	43.167	194.244	239.764	2.846	43.464	239.046	285.356
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	70	-	130.880	130.950	-	-	-	-
Subtotal				70	-	130.880	130.950	-	-	-	-
Subtotal				2.423	43.167	325.124	370.714	2.846	43.464	239.046	285.356
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA Não indexado	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm. 5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	16.095	190.059	2.800.408	3.006.562	241	116.946	2.574.374	2.691.561
Eletrobras	Selic	2014 a 2018		900	27.672	112.401	140.973	-	27.193	137.906	165.099
Eletrobras		30.08.2020	Selic	-	-	139.164	139.164	-	-	-	-
Subtotal				16.995	217.731	3.051.973	3.286.699	241	144.139	2.712.280	2.856.660
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.213	58.550	736.404	797.167	2.892	58.522	794.925	856.339
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	146	3.857	47.159	51.162	190	3.857	51.015	55.062
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	528	12.792	153.508	166.828	688	12.792	166.301	179.781
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	2.521	-	750.000	752.521	-	-	-	-
Banco do Brasil	CDI	25.10.2012	103% a 104% CDI	-	-	-	-	3.916	183.000	-	186.916
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	7.271	-	212.760	220.031	9.882	191.972	-	201.854
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	12.985	-	400.000	412.985	-	-	-	-
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	1.359	-	86.569	87.928	-	-	-	-
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	1.545	-	113.975	115.520	-	-	-	-
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	139	-	7.698	7.837	-	-	-	-
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	43	-	2.200	2.243	-	-	-	-
BASA	CDI	15.02.2013	101,9% CDI	13.792	193.000	-	206.792	19.972	-	193.000	212.972
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	6.131	-	200.000	206.131	-	-	-	-
Subtotal				48.673	268.199	2.710.273	3.027.145	37.540	450.143	1.205.241	1.692.924
Subtotal Moeda Nacional				65.668	485.930	5.762.246	6.313.844	37.781	594.282	3.917.521	4.549.584
Total				68.091	529.097	6.087.370	6.684.558	40.627	637.746	4.156.567	4.834.940

21.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012		
	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%
Moeda									
US\$	119,810	280.668	3,6	83,908	171.466	2,6	23,442	43.972	0,9
Yen	6,874,116	153.499	1,9	8,400,000	199.248	3,0	9,929,412	241.384	5,0
		434.167	5,5		370.714	5,6		285.356	5,9
Moeda nacional									
CDI		3.035.150	38,2		2.001.908	29,9		601.742	12,4
IPCA		2.965.938	37,3		3.006.562	45,0		2.691.561	55,7
TJLP		1.177.052	14,8		1.025.237	15,3		1.091.182	22,6
SELIC		143.968	1,8		139.164	2,1		-	-
		7.322.108	92,1		6.172.871	92,3		4.384.485	90,7
Não Indexado		190.169	2,4		140.973	2,1		165.099	3,4
		7.512.277	94,5		6.313.844	94,4		4.549.584	94,1
Total		7.946.444	100,0		6.684.558	100,0		4.834.940	100,0

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação (%)		
	2013 (anual)	2012 (anual)	2011 (anual)
US\$	14,64	8,94	11,30
Yen	-5,86	-2,43	17,41
IPCA	4,95	5,84	6,50

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31.12.2013			R\$ Mil	
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	31.12.2012	01.01.2012
2013	-	-	-	-	476.439
2014	-	-	-	340.580	310.016
2015	333.251	49.474	382.725	365.920	320.176
2016	359.269	56.823	416.092	397.787	327.574
2017	1.146.234	56.823	1.203.057	814.615	338.952
Após 2017	5.286.278	226.828	5.513.106	4.168.468	2.383.410
Total	7.125.032	389.948	7.514.980	6.087.370	4.156.567

21.3 Mutação dos empréstimos e financiamentos

Descritivo	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		R\$ Mil
	Circulante	Não	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	632.063	3.917.521	46.310	239.046	4.834.940
Ingressos/capitalização	-	2.162.425	-	120.308	2.282.733
Encargos	356.590	-	12.445	-	369.035
Variação monetária e cambial	-	155.645	-	8.646	164.291
Transferências para o circulante	473.345	(473.345)	42.876	(42.876)	-
Amortizações	(910.400)	-	(56.041)	-	(966.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	551.598	5.762.246	45.590	325.124	6.684.558
Ingressos/capitalização	-	1.524.702	-	84.666	1.609.368
Encargos	512.665	-	11.470	-	524.135
Variação monetária e cambial	-	166.062	-	20.320	186.382
Transferências para o circulante	327.978	(327.978)	40.162	(40.162)	-
Amortizações	(1.004.996)	-	(53.003)	-	(1.057.999)
Saldo em 31 de dezembro de	387.245	7.125.032	44.219	389.948	7.946.444

As principais variações ocorridas no exercício de 2013, na mutação dos empréstimos e financiamentos está composta como segue:

a) Adições (moeda nacional):

Descritivo	R\$ Mil
	Valor
Liberação da 5ª e 6ª <i>tranche</i> do contrato BNDES - Simplicio	101.846
Portabilidade do BASA para o Banco do Brasil ⁽¹⁾	208.312
Liberação do contrato com a CEF ⁽²⁾	1.000.000
Liberação da 3ª <i>tranche</i> do subcrédito B do contrato BNDES - Batalha	35.393
Liberação do subcrédito A do contrato BNDES - Batalha	9.514
Liberação do subcrédito A do contrato FINEP	68.246
Liberação do subcrédito B do contrato FINEP	95.000
Liberação da 1ª <i>tranche</i> do contrato ECF 2821	1.585
Subtotal	1.519.896
Apropriação de juros ao principal de LP do contrato ECF 10001202 Eletrobras - Eletronet	4.806
TOTAL	1.524.702

⁽¹⁾ Portabilidade efetuada para alongamento do perfil da dívida.

⁽²⁾ Para contração, para fazer frente a Investimentos Próprios, Inversões Financeiras, Rolagem de Dívidas (principal e juros) e demais dispêndios de capital.

b) Adições (moeda estrangeira): liberação do 6º, 7º e 8º desembolsos do contrato BID 2549 no valor total de R\$ 84.666 mil.

c) Amortizações (moeda nacional e estrangeira):

Do valor total amortizado de R\$ 1.057.999 mil: 1) R\$ 523.091 mil referem-se a pagamento de encargos; e 2) R\$ 534.908 mil a amortização de principal da dívida com BNDES, BASA, BID e Eletrobras.

21.4 Garantias e Covenants

E, em 31 de dezembro de 2013, não houve cláusula restritiva não cumprida por Furnas.

21.4.1 Garantias corporativas

EMPRESA	TIPO	DESCRIÇÃO
Furnas	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por Furnas preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas as negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, a <i>Holding</i> Eletrobras. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da Eletrobras e Garantia do Tesouro Nacional.
	Covenant	Alguns contratos preveem o LAJIDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de Furnas, ora no da Eletrobras, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. Furnas e Eletrobras vêm cumprindo com todas as obrigações contratuais, garantindo dessa forma a manutenção das condições financeiras inicialmente contratadas.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)*	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) Em R\$ Mil	Saldo Devedor em 31.12.2013 Em R\$ Mil	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício Em R\$ Mil			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
							2014	2015	2016	Após 2016	
2010	UHE Baguari **	BNDES	Corporativa	100,00%	60.153	47.295	43.435	39.567	35.699	-	15.07.2026
2010	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	197.541	181.118	164.652	148.187	-	15.12.2025
2008	UHE Simplício	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	834.842	768.639	702.282	702.282	-	15.07.2026
2012	DIVERSOS	BRASIL	Corporativa	- *	750.000	755.982	755.977	756.277	756.277	-	31.10.2018
2013	Rolagem BASA 2008	BRASIL	Corporativa	100,00%	208.312	216.519	217.227	216.962	216.962	-	07.02.2018
2013	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativa	- *	268.503	163.480	229.145	256.775	250.733	-	15.11.2023

* Contratos cuja participação no financiamento varia de acordo com o projeto.

** Financiamento contraído diretamente por Furnas (equity), em cujo empreendimento Furnas possui participação indireta de 15%.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (Corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) Em US\$ Mil	Saldo Devedor em 31.12.2013 Em R\$ Mil	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício Em R\$ Mil			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
							2014	2015	2016	Após 2016	
2011	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID ^(a)	Corporativa	100,00%	128.660	242.517	308.812	303.170	284.222	-	15.12.2025

Premissas: Desembolsos de US\$ 20 milhões em 2014 (R\$ 50 milhões) e o restante até o final de 2015. Início das amortizações em dezembro de 2015. Cotação do R\$/US\$ foi a de R\$2,50/US\$ em 2014 e R\$2,43/US\$ em 2015 e 2016 (focus).

^(a) Contragarantia ao Tesouro Nacional consubstanciada no acesso à conta corrente centralizadora de Furnas.

21.4.2 Garantias das investidas de Furnas (SPE)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

Ano	Empreendimento	SPE	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) em R\$ Mil	Saldo Devedor em 31.12.2013 em R\$ Mil	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício em R\$ Mil			A liberar após 2016	Término da Garantia
							2014	2015	2016		
2013	UHE Santo Antônio	Santo Antônio Energia S.A	2ª Debêntures SAESA	39,0%	163.800	173.483	286.516	303.380	320.853	-	24.01.2023
2013	UHE Santo Antônio	Santo Antônio Energia S.A	BNDES	39,0%	388.050	315.071	339.724	366.606	395.706	-	15.03.2034
2010	UHE Santo Antônio	Santo Antônio Energia S.A	BNDES	39,0%	2.392.717	3.246.110	3.272.537	1.374.324	3.046.218	-	15.03.2034
2009	UHE Santo Antônio	Santo Antônio Energia S.A	Banco da Amazônia S.A. - FNO	39,0%	196.334	235.509	244.057	243.841	234.471	-	15.12.2030
2010	UHE Foz do Chapecó	Foz do Chapecó Energia S.A.	BNDES	40,0%	657.271	718.226	666.127	611.876	559.801	-	15.09.2027
2011	LT Furnas Pimenta	Cia. De Transmissão Centroeste de Minas	BNDES	49,0%	13.982	11.618	9.890	8.738	7.585	-	15.04.2023
2009	UHE Serra do Facão	Serra do Facão Energia S.A.	BNDES	49,5%	257.357	255.761	237.058	218.158	199.257	-	15.06.2027
2012	LT Madeira	Interligação do Madeira S.A.	BNDES LP	24,5%	455.504	438.224	423.418	391.632	359.847	-	30.06.2016
2012	LT Madeira	Interligação do Madeira S.A.	Banco da Amazônia S.A. - FNO	24,5%	65.415	69.277	72.310	75.897	77.192	-	30.06.2016
2013	LT Madeira	Interligação do Madeira S.A.	2ª Debêntures IE Madeira	24,5%	85.750	92.843	98.974	105.195	105.824	-	18.03.2025
2012 *	LT Rio Verde – Trindade, LT Trindade – Xavantes, LT Trindade – Carajás, e SE Trindade	Goiás Transmissão S.A.	Banco do Brasil - FCO	49,0%	49.000	49.385	49.385	49.385	49.385	-	01.12.2031

Continua

Continuação

Ano	Empreendimento	SPE	Banco Financiador	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Investida) Em R\$ Mil	Saldo Devedor em 31.12.2013 Em R\$ Mil	Projeção de Saldo Devedor – Fim do Exercício Em R\$ Mil			A liberar após 2016	Término da Garantia
							2014	2015	2016		
2011 *	LT Rio Verde – Trindade, LT Trindade – Xavantes, LT Trindade – Carajás, e SE Trindade	Goiás Transmissão S.A.	BNDES LP	49,0%	48.020	49.864	46.202	42.531	38.859	-	15.01.2027
2011	LT Mesquita – Viana 2, LT Viana 2 – Viana, e SE Viana 2	MGE Transmissão S.A.	BNDES LP	49,0%	58.359	55.456	51.227	46.988	42.748	-	15.01.2027
2011	SE Itatiba	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES LP	49,0%	18.963	18.109	16.630	15.205	17.779	-	15.08.2026
2010	Transmissão de Rede Básica para ICG e IEG	Transenergia Renovável S.A.	BNDES LP	49,0%	77.910	73.516	68.164	62.440	56.716	-	15.11.2026
2011	UEE Rei dos Ventos 1	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	BNDES LP	24,5%	30.851	32.312	30.270	28.229	26.188	-	15.10.2029
2011	UEE Miassaba 3	Brasventos Miassaba Geradora de Energia S.A.	BNDES LP	24,5%	30.984	32.532	30.476	28.422	26.367	-	15.10.2029
2012	UHE Teles Pires	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	BNDES LP	24,5%	590.940	471	-	-	-	-	15.02.2036
2012	UHE Teles Pires	Teles Pires Participações	FI-FGTS	24,72%	160.680	183	-	-	-	-	31.05.2032
2011	UEE Rei dos Ventos 3	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	BNDES LP	24,5%	32.533	34.053	31.901	29.751	27.600	-	15.10.2029

* Fiança corporativa de Furnas com a interveniência da Eletrobras.

NOTA 22 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, a composição dos impostos e contribuições sociais a recolher está decomposta como segue:

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante			
Tributos a recolher	287.856	307.119	230.432
Total circulante	287.856	307.119	230.432
Não circulante			
Tributos a recolher	739.705	498.666	544.767
Total não circulante	739.705	498.666	544.767

22.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	99.925	98.863	99.049
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	28.022	-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.678	24.815	2.074
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.324	10.149	746
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	24.277	30.824	27.685
Pasep/Cofins	41.772	51.846	19.381
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	5.994	6.892	4.585
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	26.178	24.341	33.193
Impostos retidos – Lei nº 10.833	22.883	30.277	22.780
ICMS/ISS	29.731	28.830	20.692
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	3.761	-	-
Outros	311	282	247
Total circulante	287.856	307.119	230.432
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	349.740	444.883	544.767
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	389.965	-	-
Pasep/Cofins	-	53.783	-
Total não circulante	739.705	498.666	544.767

22.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 1º de março de 2000, a Empresa formalizou a opção ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) com o objetivo de regularizar os débitos junto à União, relativos ao Pasep e Cofins decorrentes, principalmente, da decisão desfavorável do julgamento, por parte da Secretaria da Receita Federal do auto de infração, emitido em 30 de abril de 1999, relativo a fatos geradores do período de 1994 a 1998.

Contudo, em 30 de maio de 2003 por meio da Lei nº 10.684, o Governo Federal instituiu o Paes, que se destinava a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Desta forma, em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2013, está assim discriminado:

R\$ Mil	
Descritivo	Valor
SALDO EM 01.01.2012 (78 PARCELAS)	643.816
Valor dos pagamentos efetuados em 2012	(121.377)
Atualização monetária em 2012	21.307
SALDO EM 31.12.2012 (66 PARCELAS)	543.746
Valor dos pagamentos efetuados em 2013	(109.060)
Atualização monetária em 2013	14.979
SALDO EM 31.12.2013 (54 PARCELAS)	449.665
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2013 (12 parcelas)	99.925
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2013 (42 parcelas)	349.740

22.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 mil que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438 mil;
- b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 mil sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e
- c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 mil que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388 mil.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2013, está assim discriminado:

R\$ Mil	
Descritivo	Valor
DÉBITO TOTAL CONSOLIDADO DO REFIS LEI Nº 12.865/2013 EM 31.12.2013	420.197
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2013	(2.210)
Atualização monetária até 31.12.2013	-
SALDO EM 31.12.2013 (179 PARCELAS)	417.987
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2013 (12 parcelas)	28.022
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2013 (167 parcelas)	389.965

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)	21.790	218.522	93.137
Folha de pagamento	181.212	55.033	50.220
Provisão de férias	31.964	42.628	37.428
Provisão de gratificação de férias	23.980	31.972	28.071
Provisão de FRG sobre férias	5.267	6.040	5.126
INSS sobre provisão de férias	16.397	21.881	13.839
FGTS sobre provisão de férias	4.474	5.967	5.240
Adicional Senai sobre provisão de férias	112	149	131
Honorários/encargos dos administradores	740	757	300
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	337	449	394
Participações nos lucros (PLR)	105.296	114.455	106.093
Total circulante	391.569	497.853	339.979
Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)	-	-	247.793
Total não circulante	-	-	247.793

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

23.1 Programa de readequação do quadro de pessoal (Preq)

Em 18 de julho de 2011, a Empresa implantou o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), integrado pelos seguintes programas:

- (i) Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário (PBDV);
- (ii) Programa de Mapeamento e Repasse de Conhecimentos (PRC);
- (iii) Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA);
- (iv) Programa de Renovação e Desenvolvimento do Quadro de Pessoal.

No período compreendido entre 18 de julho a 26 de agosto de 2011 foram aceitas as adesões ao PBDV, do Preq, mediante condições, regras e critérios elencados abaixo:

- Somente serão desligados os empregados que atuam em processos essenciais, estratégicos ou de apoio cujos conhecimentos já tenham sido repassados e que atendam aos critérios estabelecidos no Preq.
- A adesão ao Preq/PBDV é voluntária e implica na dispensa sem justa causa do empregado inscrito, em data mínima indicada pelo Comitê de RH e definida pelo Diretor da Área, no período de horizonte do Plano.
- São elegíveis ao Preq/PBDV, os empregados aposentados pelo INSS, inclusive cedidos, licenciados e afastados, ou em condições de aposentadoria até o mês anterior ao término da vigência do Preq (julho de 2013).
- Os empregados, após o período de adesão e até o prazo máximo de 6 (seis) meses poderão desistir uma única vez, sem possibilidade de nova inscrição, preenchendo o Termo de Cancelamento da Adesão ao PBDV.
- No caso dos empregados sujeitos ao limite de complementação de aposentadoria pela Fundação Real Grandeza (Regulamento 001-C, item 29.1), a desistência ao Preq poderá ocorrer até um mês antes da data prevista para o desligamento, o que ocorrer primeiro.

- O empregado inscrito no PBDV fará jus, na época do desligamento, a:
 - ✓ Verbas rescisórias relativas à dispensa sem justa causa com aviso prévio trabalhado: saldo de salário, férias vencidas e/ou proporcionais, 13º salário proporcional, indenização compensatória (multa de 40%) sobre os depósitos na conta vinculada do FGTS.
 - ✓ O valor total a ser pago ao empregado limitado a R\$ 592.526,28, incluindo as verbas rescisórias, indenização complementar individual e benefícios, sendo corrigidos com os mesmos índices dos reajustes salariais que vierem a ser concedidos aos empregados nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).
 - ✓ Utilização do Plano de Saúde de Furnas pelo ex-empregado e seus dependentes cadastrados, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do desligamento, mantidas as coberturas e as normas em vigor no ato do desligamento.
- Os desligamentos se darão em até 24 (vinte e quatro) meses a partir do término do período de adesão.
- As datas de desligamentos serão definidas em função da elegibilidade de aposentadoria no INSS e FRG, do tempo necessário para o repasse de conhecimentos e preparação de substitutos, quando for o caso, das programações de trabalho e das possibilidades financeiras e administrativas da empresa, observando-se o disposto nos item 1 e 2 acima e considerando, sempre que possível, a data sugerida pelo empregado no Termo de Adesão.

Inicialmente, até 31 de dezembro de 2011, a Empresa provisionara o montante de R\$ 340.930 mil a ser despendido com o Preq aos seus funcionários elegíveis. No entanto, concomitantemente ao encerramento do Preq de Furnas, previsto originalmente para julho de 2013, a Eletrobras divulgou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) para todo o sistema Eletrobras.

Sendo assim, em função da realidade atual do setor elétrico e considerando a existência em Furnas, de um número significativo de empregados com possibilidade de aposentadoria até agosto de 2014, bem como as recomendações do DEST e orientações da *holding* Eletrobras, a Empresa aprovou o aditamento e a reabertura do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), como forma de adequação ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID).

O Preq aditado foi previsto para duas etapas, sendo a primeira até dezembro de 2013 e a segunda no período de janeiro a novembro de 2014, mediante o seguinte:

Parâmetros	Desligados na Etapa 1	Desligados na Etapa 2
Vigência	até Dez/2013	Jan a Nov/2014
Incentivo por Ano Trabalhado (bônus)	0,65 remuneração	0,50 remuneração
Limite de Tempo (anos trabalhados)	35 anos	24 anos
Incentivo Mínimo	R\$ 100.000,00	-
Incentivo Máximo	R\$ 600.000,00	R\$ 268.225,00
Indenização Compensatória	Multa de 40% sobre o saldo do FGTS e verbas rescisórias	Multa de 40% sobre o saldo do FGTS e verbas rescisórias
Limite Total (incentivo máximo + indenização compensatória)	Sem limite	R\$ 429.160,00
Plano de Saúde	Manutenção do Benefício Saúde de Furnas por 60 meses	Manutenção do Benefício Saúde de Furnas por 12 meses

As inscrições para a nova adesão compreenderam o período de 9 a 20 de setembro de 2013.

Os empregados já desligados de Furnas por meio do Preq, a partir de outubro de 2011, mediante assinatura de Termo de Aditamento, tiveram um complemento de rescisão relativo à diferença entre os valores pagos na quitação e os novos valores apurados, na base da data de desligamento de cada empregado e período adicional de 48 meses de utilização do Benefício Saúde de Furnas.

23.2 Folha de Pagamento

A variação apresentada no saldo da rubrica “Folha de Pagamento” refere-se aos pagamentos efetuados na etapa 1 do PBDV (Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário), que teve sua vigência encerrada em dezembro de 2013.

NOTA 24 – ENCARGOS SETORIAIS

Descritivo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	2.073	4.975	4.482
Ministério de Minas e Energia	1.036	2.487	2.242
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	90.194	49.572	42.239
Quota para o Proinfa	-	-	578
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	33.764	35.335	32.400
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica	1.198	1.889	1.574
Total circulante	128.265	94.258	83.515
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	76.601	214.749	184.832
Total não circulante	76.601	214.749	184.832

24.1 P&D

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta rubrica retraiu R\$ 138.148 mil em função da realização de investimentos que foram aprovados pela Aneel no exercício de 2013, dos quais destacamos: a) PD.F12.049.01 – embarcação com tração elétrica no valor de R\$ 17.401 mil; b) PD.F12.038.01 – Geração energia por pirólise de resíduos no valor de R\$ 27.661 mil e c) PD.F12.002.01 – LabUAT no valor de R\$ 95.000 mil.

A seguir, detalhamos informações acerca dos principais projetos próprios de P&D:

24.1.1 Fundo Patrimonial LabUAT Abrigado

Foram aplicados R\$ 95.000 mil no Fundo Patrimonial para o Laboratório de Ultra Alta Tensão (LabUAT) e seu principal objetivo é promover o estudo, a modelagem e a avaliação teórica de novos arranjos de linha de transmissão em ultra-alta tensão (UAT), até 1.200 kV, em corrente alternada, e aproximadamente 800 kV, em corrente contínua, para longas distâncias, e a realização de pesquisa teórico-experimental para validação dos arranjos de LTs em UAT, em corrente alternada e corrente contínua. Inicialmente, para o desenvolvimento desses estudos e pesquisas será utilizado um laboratório de ultra-alta tensão ao ar livre, no CEPEL, em Adrianópolis (RJ). Durante o projeto, será desenvolvido um laboratório de ultra-alta tensão abrigado.

24.1.2 Embarcação com Tração Elétrica

O projeto recebeu investimentos de R\$ 17.401 mil e envolve o desenvolvimento de barcas elétricas e híbridas a etanol para transportar veículos e passageiros entre diversos pontos do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas. Entre esses veículos, haverá caminhões transportando

para Boa Esperança (MG) resíduos sólidos de outros municípios limieiros, para serem processados na usina resultante do projeto "Energia do Lixo". As barcas atenderão às comunidades limieiras do reservatório da usina e, após a conclusão do projeto, serão cedidas em comodato às prefeituras dos municípios beneficiados.

24.1.3 Geração Solar Fotovoltaica

O projeto Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira, desenvolvido por Furnas e parceiros em atendimento à Chamada nº13/2011 da Aneel, tem o objetivo de prover a Agência de informações técnicas e comerciais para viabilizar a proposta de leilões para essa forma de geração de energia. O projeto inclui a construção de uma usina de 3 MW em Jaíba, Minas Gerais, município que possui a maior radiação global no estado, com 5,7801 kWh por metro quadrado.

24.1.4 Gerador de Energia de Ondas Offshore

O Projeto consiste na instalação e operação de um protótipo de conversor do tipo offshore, para geração de eletricidade pelas ondas do mar, em escala real, no litoral do Rio de Janeiro. O conversor será instalado no Rio de Janeiro, a 100 metros da costa, atrás da Ilha Rasa, em mar aberto, a uma profundidade de cerca de 20 metros. A eletricidade gerada será transmitida por cabo submarino - que seguirá pelo leito marinho até a ilha - para conexão à rede elétrica e alimentação do farol e demais instalações da Marinha na localidade. Desse modo, a geração será totalmente offshore, o que a torna a primeira no País com essa característica. A usina terá capacidade de gerar 100 kW, suficiente para abastecer 200 residências (800 pessoas) fora do horário de pico. O valor destinado para este projeto ao longo de 2013 foi de R\$ 1.078 mil.

24.1.5 Aerogerador Pás Dobráveis e Articuladas

A nova tecnologia utiliza pás dobráveis e articuladas, que se movem conforme a direção do vento. Os estudos buscam comprovar a capacidade de geração eólica com ventos de baixa intensidade (1m/s) em diferentes situações e a potência máxima que pode ser gerada em cada configuração.

O objetivo é avaliar comercial e tecnicamente a aplicabilidade da nova tecnologia em lugares distintos como o alto de prédios, áreas descampadas e até túneis do metrô. O projeto tem como ponto de partida um protótipo patenteado de um metro de altura, testado em túneis de vento, para micro geração, em torno de 100 kW. Furnas está investindo em modelos de maior capacidade, que pode ser aplicado em mini geração, até 1 MW, e futuramente em geração em grande escala, a partir de 1 MW.

24.2 RGR

Com o advento da Lei nº 12.783/13, os recursos disponíveis na conta da RGR foram direcionados para cobrir as indenizações aos concessionários, por ocasião da reversão dos bens ligados à execução do objeto das concessões.

A tarifa da RGR incide indiretamente na conta de energia elétrica do consumidor final, mas as concessionárias de energia elétrica são as responsáveis por seu repasse. É fixada em 2,5% do ativo imobilizado em serviço (usinas, torres de transmissão etc.), com os ajustes previstos em lei, observando o limite de 3% da receita anual da empresa.

Em função da Lei nº 12.783, as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica cujas concessões não foram afetadas pela lei e as que não anteciparam a renovação de suas concessões, continuarão recolhendo o encargo da RGR.

Em 10 de janeiro de 2013, a Aneel promulgou o Despacho nº 34 em que revogou as cotas mensais da Reserva Global de Reversão no exercício de 2012, especificamente aquelas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013. Portanto, Furnas ficou sem recolhimento de RGR de janeiro a junho de 2013.

Somente em 3 de setembro de 2013, mediante o despacho nº 3.039, que a Aneel fixou:

- a) o valor das cotas para o período de julho de 2013 a junho de 2014;
- b) o ajuste relativo à cota anual da RGR do exercício de 2011;
- c) a cota da competência de 2012;
- d) as cotas do período de janeiro a junho de 2013;
- e) a cota anual líquida de RGR a recolher, apurada pelo somatório da cota anual fixada para o mencionado período de competência com o ajuste de 2011, a cota da competência de dezembro de 2012 e as cotas do período de janeiro a junho de 2013;
- f) a cota mensal líquida a recolher, sendo que o primeiro valor a pagar em 15 de setembro de 2013 refere-se às competências de julho e agosto de 2013.

Sendo assim, explica-se o aumento em R\$ 40.622 mil no saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 quando comparado a 31 de dezembro de 2012.

24.3 CFURH

A CFURH é um encargo pago pelas geradoras de energia elétrica de origem hidráulica e destina-se a indenizar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal pela utilização dos territórios em que se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos reservatórios.

Os recursos da CFURH constituem uma das principais fontes de receita de vários municípios para aplicação em educação, saúde e segurança e correspondem a 6,75% do valor total de energia mensal produzida por usina (em Megawatt/hora- MWh), multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR). Do total arrecadado, 45% são destinados aos municípios atingidos pelos reservatórios das usinas e 45% são distribuídos aos estados. Os 10% restantes são repassados à União (3% ao MMA, 3% ao MME e 4% para o FNDCT).

NOTA 25 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

	31.12.2013			31.12.2012			R\$ Mil 01.01.2012
	Circulan- te	Não Circu- lante	Total	Circulan- te	Não Circu- lante	Total	Total
Termo de reconhecimento e consolidação de dívida	-	-	-	-	-	-	197.710
Contrato da reserva a amortizar	62.838	65.966	128.804	56.441	121.421	177.862	217.608
Contribuições amortizantes Plano BD	10.107	36.674	46.781	9.156	44.555	53.711	-
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	124.426	124.426	-	386.808	386.808	104.783
Total	72.945	227.066	300.011	65.597	552.784	618.381	520.101

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total desta rubrica reduziu R\$ 318.370 mil quando comparado a 2012, em virtude principalmente:

- a) Do pagamento de principal e juros no valor de R\$ 78.851 mil;
- b) De variação monetária e provisão de encargos no valor total de R\$ 22.863 mil; e
- c) Da redução de provisão, no valor de R\$ 262.382 mil, em outros benefícios ocorrido em função das novas premissas calculadas pelos atuários independentes.

25.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Variável (Plano CD).

No período compreendido entre 1 de junho de 2002 e 31 de agosto de 2002, foi oferecida aos participantes do Plano BD, a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar: o Plano Saldado, aprovado em abril de 2001, e o Plano CD, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldados e de Contribuição Definida ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos, somente, poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 315,97);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada a soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 27.138 mil (31.12.2012 - R\$ 27.011 mil).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrada:

DADOS POPULACIONAIS	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
1. Participantes ativos			
1.1. Participantes - nº	1.822	2.266	2.737
1.2. Idade Média	53,4	54,0	54,2
1.3. Serviço Creditado (total)	31,6	28,6	28,4
1.4. Tempo para Aposentadoria	6,1	4,4	6,8
1.5 Salário Médio em R\$	13.446	11.816	10.551
2. Aposentados			
2.1. Participantes Aposentados - nº	5.868	5.458	5.087
2.2. Idade Média	67,2	66,9	66,7
2.3. Benefício Médio em R\$	6.898	6.374	5.581
3. Pensionistas			
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.343	1.297	1.221
3.2. Idade Média	65,5	66,1	65,3
3.3. Benefício Médio em R\$	1.737	1.675	1.536
População Total	9.033	9.021	9.045

25.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com Furnas o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às

parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348 mil, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., que estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por Furnas, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 128.804 mil (31.12.2012 – R\$ 177.862 mil), dos quais R\$ 62.838 mil (31.12.2012 - R\$ 56.441 mil) classificados no passivo circulante.

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e que a edição dessa lei e circunstâncias posteriores impuseram a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação a Lei Federal nº 6.435/77; e
- (ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

E, tendo em vista que:

- (iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
- (iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder e que os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destacando que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou a FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarecendo que essa obrigação financeira, ora constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929 mil, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 mil e a Eletronuclear, R\$ 18.471 mil – valores referenciados em 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 mil com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 mil cada;
- (ii) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (iii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a.

O saldo devedor desta obrigação reconhecida por Furnas, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 46.781 mil (31.12.2012 – R\$ 53.711 mil), dos quais R\$ 10.107 mil (31.12.2012 - R\$ 9.156 mil) classificados no passivo circulante.

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionada:

	R\$ Mil		
Vencimento	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
2013	-	-	52.482
2014	-	68.373	55.630
2015	76.520	72.473	58.966
2016	11.187	10.595	-
2017	11.858	11.231	-
2018	3.075	3.304	-
Total	102.640	165.976	167.078

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

	R\$ Mil		
Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	248.240	167.078	415.318
Adições	-	61.457	61.457
Juros	23.993	-	23.993
Variação monetária	-	24.615	24.615
Pagamento de juros	(24.077)	-	(24.077)
Pagamento do principal	(269.733)	-	(269.733)
Transferência para o circulante	87.174	(87.174)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	65.597	165.976	231.573
Juros	11.781	-	11.781
Variação monetária	-	11.082	11.082
Pagamento de juros	(12.121)	-	(12.121)
Pagamento do principal	(66.730)	-	(66.730)
Transferência para o circulante	74.418	(74.418)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	72.945	102.640	175.585

25.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

	R\$ Mil		
Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Programa Previdenciário	175.585	471.166	415.318
Programa de Saúde	115.340	136.903	96.091
Programa de Seguro	9.086	10.312	8.692
Total	300.011	618.381	520.101

	R\$ Mil		
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Programa Previdenciário	904.657	1.140.946	579.793
Programa de Saúde	54.733	105.540	70.234
Programa de Seguro	6.673	8.780	8.047
Total	966.063	1.255.266	658.074

25.4 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

25.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

25.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

25.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
Descritivo	2013	2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,06%	8,55%
Taxa de juros real de desconto atuarial	6,42%	3,49%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,06%	8,55%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi uma perda de R\$ 644.360 mil para 31 de dezembro de 2013 em detrimento de um ganho de R\$ 2.107.407 mil para 31 de dezembro de 2012.

25.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

25.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

25.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	9.005.353	10.528.335
Valor justo dos ativos do plano (-)	(9.038.845)	(10.057.169)
Passivo (Ativo) líquido	(33.492)	471.166
Efeito de restrição sobre o ativo	33.492	-
Ajuste atuarial FRG	-	239.593
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	175.585	231.573
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	175.585	471.166
Custo do serviço corrente	37.586	7.929
Custos dos juros líquidos	40.288	(148.983)
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	77.874	(141.054)

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriativo	R\$ Mil			
	Saúde		Seguro	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	115.340	136.904	9.085	10.311
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	115.340	136.904	9.085	10.311
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	115.340	136.904	9.085	10.311
Custo do serviço corrente	-	-	-	-
Custos dos juros líquidos	11.706	9.807	882	887
Despesa/(receita) autarial reconhecida no exercício	11.706	9.807	882	887

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2012 estão apresentadas a seguir:

Descriativo	R\$ Mil		
	Plano BD	Saúde	Seguro
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013
Alterações nas obrigações			
Valor das obrigações atuariais no início do ano	10.528.335	136.904	10.311
Custos dos serviços corrente líquido	106.203	-	-
Custos dos juros	900.174	11.706	882
Benefícios pagos	(505.163)	(2.916)	-
Custo de saúde - Preq	-	20.453	-
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:			
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(3.171.859)	(51.758)	(1.404)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	1.147.663	951	(703)
Subtotal	(2.024.196)	(50.807)	(2.107)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	9.005.353	115.340	9.086
Alterações nos ativos financeiros			
Valor justo dos ativos no início do ano	10.057.169	-	-
Receita de juros	859.886	-	-
Contribuições patronais	62.582	-	-
Contribuições de participantes do plano	68.616	-	-
Benefícios pagos/adiantados	(505.163)	-	-
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	(1.504.245)	-	-
Subtotal	(1.504.245)	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	9.038.845	-	-

Descritivo	R\$ Mil		
	Plano BD 31.12.2012	Saúde 31.12.2012	Seguro 31.12.2012
Alterações nas obrigações			
Valor das obrigações atuariais no início do ano	6.808.288	96.091	8.692
Custo do serviços corrente líquido	69.781	-	-
Custos dos juros	674.656	9.807	887
Benefícios pagos/adiantados	(435.585)	(4.300)	-
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	3.411.195	35.306	732
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	10.528.335	136.904	10.311
Alterações nos ativos financeiros			
Valor justo dos ativos no início do ano	8.215.095	-	-
Receita de juros	823.640	-	-
Contribuições patronais	107.040	-	-
Contribuições de participantes do plano	63.211	-	-
Benefícios pagos/adiantados	(435.585)	-	-
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesas financeiras líquidas)	1.283.768	-	-
Subtotal	1.268.768	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.057.169	-	-

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Valores disponíveis imediatos	-	783
Realizável previdenciário	4.553	15.890
Renda fixa	6.748.152	27.049
Renda variável	2.155.853	9.495.191
Investimentos imobiliários	317.884	329.080
Empréstimos e financiamentos	234.320	240.251
Outros	-	99
(-) Exigíveis previdenciários	(375.893)	(51.081)
(-) Exigíveis de investimentos	(46.024)	(93)
Total dos ativos garantidos	9.038.845	10.057.169

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

25.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	966.063	1.255.266

Descritivo	R\$ Mil		
	Plano BD 31.12.2013	Saúde 31.12.2013	Seguro 31.12.2013
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício			
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-

	Plano BD	Saúde	Seguro
Descritivo	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.171.859	51.758	1.404
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.147.663)	(951)	703
Retorno sobre ativos do plano	(1.504.245)	-	-
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(283.662)	-	-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	236.289	50.807	2.107

	R\$ Mil		
	Plano BD	Saúde	Seguro
Descritivo	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício			
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	(3.411.195)	(35.306)	(732)
Retorno sobre ativos do plano	1.285.127	-	-
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	1.406.808	-	-
Ajustes referentes à dívida + complemento	158.107	-	-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	(561.153)	(35.306)	(732)

25.4.6 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 70.129 mil com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 8,56 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

	R\$ Mil
Programa Previdenciário	31.12.2013
Menos de 1 ano	712.504
Entre 1-2 anos	732.665
Entre 2-5 anos	2.213.114
Mais de 5 anos	15.746.939
Total	19.405.222

25.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 202.813 mil (aumento de R\$ 211.385 mil).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento R\$ 6.191 mil (redução de R\$ 5.691 mil).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 155.833 mil (redução de R\$ 160.505 mil).

NOTA 26 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 39.680 mil (31.12.2012 - R\$ 44.673 mil) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 8.847 mil (31.12.2012 - R\$ 8.321 mil) e Simplício, R\$ 30.833 mil (31.12.2012 - R\$ 36.352 mil).

26.1 Movimentação do passivo

Descrição	R\$ Mil
	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2012	42.230
Atualização monetária	2.443
Saldo em 31 de dezembro de 2012	44.673
Amortização	(4.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>39.680</u>

26.2 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

Ano	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
2013	-	-	1.255
2014	1.590	2.089	1.975
2015	1.433	2.089	1.975
2016	1.433	2.089	1.975
2017	1.433	2.089	1.975
2018	1.433	2.089	1.975
Após 2018	32.358	34.228	31.100
Total não circulante	39.680	44.673	42.230

26.3 Informação sobre os pagamentos do uso do bem público

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/Anos de pagamento	R\$ Mil			
	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Batalha – 35	249	6.897	463	8.847
Simplício – 35	972	26.905	1.427	30.833

NOTA 27 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário – principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

27.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

R\$ Mil					
Descritivo	01.01.2012	Adições/ (Reversões)	31.12.2012	Adições/ (Reversões)	31.12.2013
Trabalhistas	227.567	3.487	231.054	113.427	344.481
Tributários	98.807	220.480	319.287	(306.809)	12.478
Cíveis e outros	296.315	18.522	314.837	(116.487)	198.350
Total não circulante	622.689	242.489	865.178	(309.869)	555.309

Ações judiciais movidas contra a Empresa que se encontram registradas:

27.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (a) adicional de periculosidade e insalubridade, (b) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria dos quais vale mencionar:

a) Sindicato dos Engenheiros - SENGE processo nº 0322200-47.1981.5.01.0031.

Em 31 de dezembro de 2012, o referido processo tinha uma provisão de R\$ 33.141 mil tendo em vista sua classificação de risco 50% provável e 50% possível, porém, em decorrência do julgamento dos Agravos de Petição interpostos no Tribunal Regional do Trabalho por ambas as partes, foi dado provimento ao recurso do Sindicato para incluir parcelas afastadas na decisão recorrida (sentença em Embargos à Execução).

Nesse sentido, diante da probabilidade remota da reversão do quadro ora apresentado junto ao TST, o risco da ação foi alterado para 100% provável. O que elevou o valor para R\$ 84.547 mil em 31 de dezembro de 2013.

b) Complementação de aposentadoria para Berreta Coelho.

Valor de perda provável: R\$ 32.515 mil para quais há depósito judicial no montante de R\$ 41.285 mil (valor atualizado em 31 de dezembro de 2013).

27.1.2 Riscos tributários prováveis

A principal ação (15374-001.504/2001-65) registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra Furnas em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante histórico de R\$ 602.767 mil, em decorrência de exclusões da base de cálculo dos referidos tributos de receitas provenientes do transporte de energia de Itaipu, de receitas provenientes de Repasse da Energia adquirida de Itaipu e da RGR – Reserva Global de Reversão, por um período de dez anos.

Em 09 de julho de 2010, Furnas foi intimada a tomar ciência do acórdão 3401-00.326 que reconheceu a decadência de parte do crédito tributário, com fundamento na Súmula Vinculante nº 8 do STF, passando o montante atualizado em 30 de setembro de 2013 para R\$ 259.438 mil. Posteriormente, foi interposto Recurso Especial de Divergência contra o referido acórdão o qual não foi conhecido, em sessão realizada em 17 de outubro de 2012. Dessa forma, foram esgotadas as possibilidades de recurso na esfera administrativa, restando, tão somente, a possibilidade de oposição e Embargos Declaratórios, para sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade na decisão.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu, em 31 de dezembro de 2012, provisão para riscos fiscais no valor total de R\$ 246.204 mil que em 30 de setembro foi complementada para totalizar R\$ 259.438 mil.

O processo 18471.001.315/2008-59 versa sobre lançamentos decorrentes de diferenças entre valores de PIS/Cofins declarados/pagos e os valores escriturados, apurados com base na escritura fiscal e contábil de Furnas, pelo fato de ter excluído das suas bases de cálculo os valores referentes à RGR, ocorrido nos períodos de competência de outubro de 2005 a março de 2007, com valor atualizado em 30 de setembro de 2013 de R\$ 63.388 mil.

A empresa interpôs Recurso Especial de Divergência contra o acórdão que manteve a decisão que julgou procedente os lançamentos, com chances remotas de êxito, na esfera administrativa, em função das últimas decisões sobre o tema.

Tendo em vista, as últimas decisões sobre o tema, em dezembro de 2013, a Empresa reverteu a referida provisão no total de R\$ 322.826 mil devido ao seu ingresso no programa de recuperação fiscal (Lei nº 12.864/2013), utilizando-se do benefício do Parcelamento Especial (Paes) para a quitação do débito em 180 meses, constituindo o passivo correspondente.

27.1.3 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória das quais destacamos:

a) Autos de infração Aneel. A Empresa mantém registrado o valor de R\$ 18.610 mil referentes a autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por Furnas cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável.

b) Processo nº 0662964-19.1985.4.03.6100 – Trata-se de ação ordinária de indenização proposta por Garcia e Marchi em 17/01/1985, junto à 14ª Vara Federal de São Paulo, por conta de prejuízos por ocasião da formação do lago artificial da Usina Hidroelétrica de Marimbondo/SP. Após iniciada a liquidação e execução do julgado, a contadoria do Juízo apresentou o valor de R\$ 38.964 mil tendo Furnas concordado com o mesmo, já que detectou-se que a Contadoria do Juízo equivocou-se quanto a utilização do índice de correção monetária, apurando um valor indenizatório corrigido menor do que o efetivamente devido.

c) Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 – Trata-se de Ação Ordinária proposta por Ampla Energia e Serviços Ltda. em face de Furnas Centrais Elétricas S/A, tendo como pedido o reconhecimento da alegada violação ao congelamento de preços, e a declaração da ilegalidade e nulidade das majorações tarifárias relativas ao suprimento de energia elétrica cobradas da Ampla por Furnas, que foram implementadas durante o

período do congelamento de preços objeto dos Decretos Lei nº 2.283/86 e 2.284/86, bem como a declaração de ilegalidade e nulidade das portarias 37/DANEE/86, 49/DNAEE/86, 75/DNAEE/86 e posteriores, bem como as portarias 36/DANEE/86, 40/DNAEE/86 e posteriores, além da ilegalidade e nulidade da repercussão destas ilegais majorações tarifárias sobre as tarifas posteriores, com a condenação de Furnas a restituir à AMPLA a quantia correspondente à diferença entre os importes tarifários fixados pelas Portarias 15/DNAEE/86 e aquelas ilegalmente majoradas e fixadas pelas portarias posteriores. O objeto da presente ação, em síntese, é a dedução em Juízo do direito de obter junto às suas supridoras a restituição dos valores relativos aos percentuais majorados indevidamente, durante o período de congelamento de preços, bem como todos os demais reflexos decorrentes da referida majoração. Saliente-se que o processo foi julgado procedente em 1ª instância, e a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e atualmente está em fase de recurso para as instâncias superiores. O valor discutido monta em R\$ 27.270 mil.

d) Processo nº ACP 0318450-61.2012.8.09.0036: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Cristalina-GO em 19/10/2012, que tramita junto à 2ª Vara Cível da Comarca de Cristalina, com o objetivo de ver suspensa a expedição da Licença de Operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Batalha, além do pedido de indenização por diversos danos ambientais e sociais decorrentes da construção do referido empreendimento. O valor discutido monta em R\$ 20.870 mil.

e) Processo nº 0025662-66.1998.8.08.0024 – Condenação de Furnas ao pagamento de indenização por danos materiais em razão a acidente de veículo, em quantia a ser apurada em liquidação de sentença, já tendo ocorrido o trânsito em julgado. Na atual fase de cumprimento de sentença, após o pagamento dos valores referentes aos danos emergentes, prossegue-se a execução quanto aos lucros cessantes, cujo montante está sendo impugnado em sede recursal. Valor Provisionado: R\$ 14.234 mil.

27.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

R\$ Mil					
Descritivo	01.01.2012	Adições/ (Reversões)	31.12.2012	Adições/ (Reversões)	31.12.2013
Trabalhistas	164.356	71.016	235.372	9.059	244.431
Tributários	179.180	2.704.326	2.883.506	638.711	3.522.217
Cíveis e outros	365.004	292.962	657.966	368.937	1.026.903
Total não circulante	708.540	3.068.304	3.776.844	1.016.707	4.793.551

Ações judiciais movidas contra a Empresa com probabilidade de perda possível:

27.2.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, os processos trabalhistas tiveram um aumento de R\$ 9.059 mil, tendo em vista mudança de prognóstico de perda remota para possível.

Os processos trabalhistas com perda possível de maior valor são:

- (i) Processo nº 0161500-39.1995.5.01.0021 referente a reclamação trabalhista de Lopes Cabral e outros no valor de R\$ 32.271 mil.
- (ii) Processo nº 1.814/2003. Ação rescisória, no valor de R\$ 19.210 mil, do Acórdão proferido em recurso extraordinário nº 214.117/8 da 1ª Vara Trabalhista de Uberlândia

do TRT/MG referente a Reclamação Trabalhista nº 1.012/1991 – que requer diferença salarial em função do Plano Brasil Novo.

- (iii) Processo nº 0111400-58.1997.5.01.0038. Reclamação trabalhista em favor de Peternel no valor de R\$ 18.632 mil.

27.2.2 Processos tributários

Os processos tributários tiveram um aumento líquido de R\$ 638.711 mil, em função de novos processos e de atualização monetária. Das adições no período, destacamos o item (iii) descrito abaixo, os demais itens tratam-se de processos antigos atualizados até 31 de dezembro de 2013:

- (i) Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 1.010.335 mil.
- (ii) Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 953.985 mil.
- (iii) Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização de despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 593.014 mil.
- (iv) Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 437.884 mil.
- (v) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 170.184 mil.

27.2.3 Processos cíveis e outros

Os processos cíveis e outros, em 31 de dezembro de 2013, aumentaram R\$ 368.937 mil em decorrência de mudança de prognóstico de remoto para possível e de atualizações no valor de processos já existentes. Dos valores registrados destacamos os seguintes processos:

- (i) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400 - Furnas x Diretor Geral da Aneel - R\$ 103.000 mil.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Furnas que, como figura como ré, visa anular a decisão da Aneel que determinou a assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e demais contratos relacionados à Transmissão e à Distribuição da UTE Cuiabá.

Furnas alega que, nos termos da Resolução nº 236/2003 - Aneel, o CUST deveria ser assinado pela Unidade Geradora do empreendimento com o ONS que seria a Empresa Produtora de Energia (EPE). Furnas, nesse caso, seria mera comercializadora da energia produzida, não tendo assumido a assunção de encargos financeiros de correntes de contratos de transmissão e distribuição.

Saliente-se que a ação foi julgada improcedente na primeira instância, contudo, Furnas conseguiu junto ao TRF da 1ª Região, a suspensão da assinatura do contrato até o julgamento final da lide.

O processo atualmente está no TRF da 1ª Região, aguardando o julgamento da Apelação Cível interposta por Furnas.

- (ii) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - Aneel - Desconstituição de Ato Administrativo no valor de R\$ 43.398 mil.

Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo Nº 48500.006877/2009-46.

Nesse sentido, foram aplicadas as seguintes penalidades em função da Perturbação (Apagão) ocorrida no dia 10 de novembro de 2009 na SE Itaberá, SE Foz do Iguaçu e SE Ivaiporã e nos Centros de Operação de Campinas e Jacarepaguá:

Multa: Grupo III: de 0,8162%, no valor total de R\$ 53.734 mil, correspondente ao faturamento anual da empresa no período de dezembro de 2008 a novembro de 2009 (12 meses), disponível no Relatório Balancete Mensal Padronizado (BMP). Cabe registrar que a multa foi reduzida para R\$ 43.398 mil.

Foi ajuizada a ação bem como efetuado depósito em caução no valor de R\$ 47.414 mil em 25 de fevereiro de 2011, a fim de suspender a exigibilidade. Com efeito, foi concedida a Decisão Liminar nº 44/2011, proferida em 25 de fevereiro de 2011, pelo Juízo da 3ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal. O processo encontra-se concluso para sentença desde 10 de outubro de 2012.

- (iii) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; etc. Integral Engenharia Ltda. x Furnas: R\$ 88.141 mil. Processos estavam classificados de acordo com o valor dado à causa pelo Autor. Todavia, foi verificado que o valor estabelecido pelo Autor não correspondia ao valor real do pleito, razão pela qual foram adequados, o que gerou o aumento.
- (iv) Processo Aneel nº 0026627-17.2007.4.01.3400 – Nulidade da Resolução Normativa nº 257/2007 da Aneel, que dispõem sobre a revisão tarifária, dos serviços de transmissão prestados por Furnas, com a finalidade de manter a atual RAP – Receita Anual Permitida, até a edição de nova resolução autorizativa que atenda os termos do contrato de concessão firmado com o poder concedente, levando em consideração os investimentos realizados por Furnas. Valor em 31 de dezembro de 2013: R\$ 184.919 mil.

NOTA 28 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 34.740 mil, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 525.450 mil (01.01.2012 – R\$ 300.000 mil). Contudo, em 29 de abril de 2013, foi incorporado ao capital de Furnas, o montante de R\$ 500.000 mil conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013.

A origem do montante de AFAC incorporado ao capital referem-se aos aportes efetuados pela Eletrobras nos valores de:

a) R\$ 300.000 mil para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antônio aporte de R\$ 204.000 mil;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000 mil; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000 mil.

b) R\$ 200.000 mil para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antônio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

Caso o prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização seja superior a 1 (um) ano, haverá atualização pela Selic.

NOTA 29 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Provisão para UHE Marimbondo	2.336	-	-
Provisão para UHE Furnas	12.182	-	-
Provisão para UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB -	15.526	-	-
Provisão para UHE Funil	95.903	83.158	-
Provisão para Contrato nº 062/2001 – transmissão	875.272	1.407.057	-
Total	1.001.219	1.490.215	-
Não circulante	1.001.219	1.490.215	-

A Administração da Empresa realiza anualmente teste de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 18.3.

Com a renovação do contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contatos

de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 18.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constitui a provisão para UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE LCB – Estreito e UHE Funil do contrato nº 004/2004 e para o contrato nº 062/2001 – Transmissão.

29.1 Movimentação da provisão

	R\$ Mil
Descritivo	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-
(+) Constituição de provisão	1.490.215
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.490.215
(+) Constituição de provisão (UHEs: Marimbondo, Furnas, LCB - Estreito e Funil)	42.789
(-) Reversão de provisão (CT nº 062/2001 – transmissão) ^(a)	(531.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.001.219

^(a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneroso é devido ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de julho de 2013 a junho de 2014, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

NOTA 30 – OUTROS

Este grupo de contas compõem-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

	R\$ Mil		
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Adiantamentos - diversos	960	570	360
Cauções em garantia	625	753	950
Credores diversos	8.035	14.213	13.821
Ressarcimento – CCEAR ⁽¹⁾	24.642	69.475	-
Contribuições FRG	14.953	16.324	18.995
Remuneração aos acionistas	-	-	64.497
Total Circulante	49.215	101.335	98.623
FGTS conta empresa	1	1	2
Credores diversos	-	-	3.483
Total Não Circulante	1	1	3.485

⁽¹⁾ CCEAR= Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

30.1 Ressarcimento CCEAR

No âmbito na CCEE há cláusulas contratuais presentes nos contratos por disponibilidade firmados entre os agentes, cujo objetivo é identificar os valores dos ressarcimentos, aos agentes compradores de CCEARs por disponibilidade, originários do eventual descumprimento das obrigações previstas pelos vendedores nos termos destes contratos.

Em dezembro de 2013, havia o valor de R\$ 24.642 mil referente a estes tipos de ressarcimentos, seja: pela insuficiência de geração, indisponibilidade, geração inferior à inflexibilidade contratual ou ao despacho do ONS.

NOTA 31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 11.177.327 mil (R\$ 11.467.729 mil – 31.12.2012 e R\$ 13.445.103 mil – 01.01.2012), está assim composto:

31.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Empresa no total de R\$ 6.531.154 mil (31.12.2012 e 01.01.2012 – R\$ 6.031.154 mil) está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2013			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2012 e 01.01.2012			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Total	50.827.935	14.326.037	65.153.972	100,00%

Em 29 de abril de 2013, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada, foi aprovado um aumento do capital social de Furnas correspondente à capitalização de AFACs provenientes da Eletrobras no montante de R\$ 500.000 mil mediante a emissão, para subscrição privada de 2.449.739 mil novas Ações, sendo 1.911.091 mil Ações Ordinárias e 538.648 Ações Preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 204,10 por lote de 1 mil ações, considerando o Valor Patrimonial.

Sendo assim, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2013, foram publicados avisos aos acionistas nos jornais O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro para que os acionistas minoritários tenham o direito de subscrever ações visando a manutenção da sua participação no capital da Empresa.

Conforme previsto no § 4º, do artigo 171, da Lei nº 6404/76, foi dado aos acionistas minoritários um período para exercerem seu direito a subscrição, findando em 11 de Outubro de 2013.

Os Avisos aos Acionistas, foram publicados nos jornais O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 16, 17 e 18 de Setembro de 2013. Adicionalmente, cabe destacar o informado aos acionistas neste Aviso:

Direito de Subscrição. Terão direito de subscrever o aumento de capital os acionistas titulares de ações de emissão de Furnas em 29 de abril de 2013, na proporção da sua participação no capital social.

Prazo para a Subscrição. O prazo para exercício do direito de preferência pelos acionistas é de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Aviso.

Forma de Subscrição. Os acionistas deverão solicitar o Boletim de Subscrição, durante o prazo definido, para o exercício do direito de preferência.

Forma de Pagamento. Caso acionistas venham a exercer o direito de preferência, as ações subscritas deverão ser integralizadas no ato da subscrição, através da apresentação de comprovante de depósito Identificado, DOC ou TED em Conta Corrente de Furnas informada no Boletim de Subscrição.

Direitos e Vantagens. As ações terão os mesmos direitos e vantagens atribuídos às demais ações de mesma espécie.

Descriativo	Quantidade de mil ações em 31.12.2013			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

Descriativo	Quantidade de mil ações em 31.12.2012 e 01.01.2012			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	50.736.236	14.120.855	64.857.091	99,54%
Outros	91.699	205.182	296.881	0,46%
Total	50.827.935	14.326.037	65.153.972	100,00%

31.2 Reserva de Capital

Descriativo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297	3.405.297
Outros			
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	2.123.689	2.181.449	2.181.449
Correção monetária do ativo imobilizado	-	103.637	103.637
Total	5.528.986	5.690.383	5.690.383

31.3 Reserva de lucros

Descriativo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Legal	-	418.803	418.803
Lucros para expansão	-	237.310	1.131.512
Lucros a realizar	-	-	411.500
Total	-	656.113	1.961.815

31.4 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descriativo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ORA	(882.813)	(909.921)	(431.740)
Total	(882.813)	(909.921)	(431.740)

31.5 Dividendos adicionais propostos

Descriativo	R\$ Mil		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ORA	-	-	193.491
Total	-	-	193.491

Em 31 de dezembro de 2013, o prejuízo do exercício no valor de R\$ 817.510 mil foi absorvido pelas reservas de lucros e de capital, mediante os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

NOTA 32 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descriativo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Receita Operacional		
Geração		
Fornecimento de energia elétrica	75.809	200.192
Suprimento de energia elétrica	2.325.823	5.106.158
Energia de curto prazo	467.819	302.741
Operação e manutenção de usinas	543.127	-
Construção de usinas	103.967	-
Total	3.516.545	5.609.091
Transmissão		
Operação e manutenção de linhas de transmissão	726.879	960.211
Construção de linhas de transmissão	478.106	511.522
Remuneração financeira – retorno de investimento	172.204	1.212.992
Total	1.377.189	2.684.725
Outras receitas	69.648	52.178
Receita Operacional Bruta	4.963.382	8.345.994
Deduções à receita operacional		
Impostos e contribuições sobre a receita		
ICMS	(12.235)	(73.127)
Pis/Pasep	(125.483)	(138.892)
Cofins	(369.682)	(489.062)
ISS	(3.052)	(2.413)
Total	(510.452)	(703.494)
Encargos Setoriais		
Quota para a reserva global de reversão	(91.004)	(218.077)
Conta de Consumo de combustíveis (CCC)	(3.312)	(36.478)
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	(11.511)	(31.245)
Proinfa	(17.522)	(17.038)
Pesquisa e desenvolvimento	(37.386)	(74.212)
Total	(160.735)	(377.050)
Total de Deduções	(671.187)	(1.080.544)
Receita Operacional Líquida	4.292.195	7.265.450

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

32.1 Fornecimento e suprimento de energia elétrica com seus respectivos MWh

Descriativo	31.12.2013		31.12.2012	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Suprimento **	41.733.477	2.325.823	54.955.132	5.106.158
Energia de curto prazo	-	467.819	-	302.741
Fornecimento industrial	498.280	75.809	1.275.194	200.192
Total	42.231.757	2.869.451	56.230.326	5.609.091

* Informação não auditada.

** Inclui energia comercializada em cotas conforme Lei nº 12.783/2013.

NOTA 33 – CUSTO OPERACIONAL

	R\$ Mil	
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(673.974)	(1.880.642)
Encargos de uso da rede elétrica	(400.711)	(439.459)
Subtotal	(1.074.685)	(2.320.101)
Custo de operação		
Pessoal	(1.221.135)	(1.077.808)
Material	(36.930)	(47.318)
Serviços de terceiros	(692.066)	(680.151)
Depreciação e amortização	(185.816)	(236.077)
Utilização de recursos hídricos	(164.000)	(221.414)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(278.997)	(146.728)
Outros		
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(18.307)	(21.746)
Impostos e taxas	(6.000)	(4.762)
Subtotal	(2.603.251)	(2.436.004)
Subtotal	(3.677.936)	(4.756.105)
Custo de construção	(582.073)	(511.522)
TOTAL	(4.260.009)	(5.267.627)

33.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descritivo	31.12.2013		31.12.2012	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Contratos iniciais/bilaterais	4.158.712	(673.974)	(17.653.547)	(1.880.642)
Energia de curto prazo	-	-	-	-
Total	4.158.712	(673.974)	(17.653.547)	(1.880.642)

* Informação não auditada

O montante de energia comprada por Furnas para revenda, no valor de R\$ 673.974 mil (31.12.2012 – R\$ 1.880.642 mil), compreende a energia adquirida dos contratos firmados com as seguintes empresas: CPFL Geração S.A. e Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman).

Por força de Lei, até 31 de dezembro de 2012, a energia gerada pela Eletronuclear (Angra 1 e Angra 2) era adquirida por Furnas, através de contrato de compra e venda de energia, com tarifa fixada pela Aneel, que gerou pagamentos no ano de 2012 no valor de R\$ 2.146.011 mil.

33.2 Principais Custos e Despesas Operacionais com Treinamento e Benefícios Diversos (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2013, do montante de custos e de despesas operacionais, no valor de R\$ 5.074.513 mil (31.12.2012 - R\$ 6.310.678 mil). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais listamos os principais:

	R\$ Mil	
Descritivo	31.12.2013 *	31.12.2012 *
Remuneração	625.844	776.858
Encargos sociais	386.473	324.795
Auxílio alimentação	59.482	61.351
Convênio assistencial e outros benefícios	335.973	274.515
Previdência privada	28.962	25.260
Saúde	117.934	123.784

Descritivo	31.12.2013 *	31.12.2012 *
Segurança e saúde no trabalho	9.818	10.869
Educação	3.840	3.893
Cultura	1.739	1.906
Capacitação e desenvolvimento profissional	18.057	19.342
Creches ou auxílio creche	12.415	11.859
Provisão gratificação	72.403	66.974
Indenizações trabalhistas (constitucional)	62.821	47.920
(-) consumo de atividades **	(64.213)	(71.898)
Hospedagem e alimentação no país	22.340	24.095
Consultorias	32.698	27.681
Total	1.726.586	1.729.204

* Informações não auditadas.

** São valores de Batalha que estão transferidos de custo para investimento .

NOTA 34 – DESPESAS OPERACIONAIS

Descritivo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
(Provisão)/reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) ⁽¹⁾	(222.043)	50.967
(Provisão)/reversão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras ⁽²⁾	309.869	(242.489)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(60.532)	(232.658)
Provisão para baixa com ativo financeiro	(496.195)	-
Perdas/(Ganhos) na alienação e desativação de bens e direitos	(6.933)	(2.353)
Ajuste por sobre/(falta) de material de depósito no inventário	-	18
Provisão de redução ao valor recuperável de ativo (<i>impairment</i>)	(32.066)	(334.928)
Doações e contribuições não vinculadas	(26.514)	(36.678)
Arrendamento e Aluguéis	(60.954)	(60.222)
Seguros	(14.324)	(15.030)
Recuperação de despesas	-	40.696
Demais (receitas) despesas	(7.125)	(114.727)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(15.621)	(15.323)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(6.545)	(10.294)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(7.073)	(6.913)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença	(15.261)	(14.036)
Diferencial Alíquotas ICMS	(8.838)	(33.991)
Indenizações, perdas e danos	(2.093)	(72.360)
Gastos Ambientais	(414)	(458)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(2.489)	(18.502)
Ressarcimento por indisponibilidade de energia	(50.882)	(79.363)
Ganhos (perdas) atuariais	(88.471)	155.593
Total	(814.504)	(1.043.051)

(1) Vide nota 23.

(2) Vide nota 27.

NOTA 35 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descritivo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	42.793	41.178
Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos	67.806	59.434
VM s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos ^(a)	34.150	243.751
VM e acréscimo moratório - energia vendida	895	3.043
Outras variações cambiais e monetárias ativas	56.468	46.269
Outras receitas financeiras ^(b)	349.550	136.786
Subtotal	551.662	530.461
Despesa Financeira		

Descritivo	31.12.2013	31.12.2012
Encargos de empréstimos e financiamentos	(509.576)	(330.005)
Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes)	(14.979)	(21.307)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(157.913)	(153.145)
Outras variações monetárias passivas	(908)	(21.221)
Multas moratórias	(47.481)	(5.471)
Multas sobre autos de infração	(96.709)	(4.600)
Juros de mora	(12.526)	(5.492)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3.704)	(37.250)
Outras despesas financeiras ^(c)	(231.945)	(58.354)
Subtotal	(1.075.741)	(636.845)
Total	(524.079)	(106.384)

^(a) Em 31 de dezembro de 2012, ocorreu a capitalização de juros dos contratos de Celg em virtude de recálculo após revisão das cláusulas contratuais vigentes, o que motivou a incorporação de R\$ 204.049 mil ao saldo de principal deste contrato e a variação significativa em relação ao saldo do exercício de 2013.

^(b) Em 31 de dezembro de 2013, do total de R\$ 349.550 mil (31.12.2012 – R\$ 136.786 mil) registrado em “outras receitas financeiras”, R\$ 333.038 mil (31.12.2012 – R\$ 89.812 mil) decorre da contabilização da atualização monetária da indenização a receber decorrente da Lei nº 12.783/2013.

^(c) O aumento no saldo desta rubrica em relação ao mesmo período do ano anterior deve-se principalmente ao valor de R\$ 209.694 mil referente ao pagamento de juros de mora sobre a adesão ao Refis Lei nº 12.865/2013.

NOTA 36 – GANHO (PERDA) – LEI Nº 12.783/2013

Os quadros abaixo demonstram os efeitos da Lei nº 12.783/2013 e MP nº 591/2012 no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

		R\$ Mil					
Descritivo		Efeitos Patrimoniais					DRE
		Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR	CT Oneroso	Saldo Líquido	Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)
Geração Empreendimentos já prorrogados		995.718	-	-	(125.947)	995.718	(42.789)
Parcela Indenizada							
Projeto básico		-	-	-	(125.947)	-	(42.789)
Parcela não indenizada							
Modernizações e melhorias		(a) 995.718	-	-	-	(a) 995.718	-
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)		5.581.545	-	-	-	5.581.545	-
Projeto básico		5.581.545	-	-	-	5.581.545	-
TOTAL GERAÇÃO		6.577.263	-	-	(125.947)	6.577.263	(42.789)
Preço/tarifa média – praticada até 2013	R\$ 90,00						
Preço/tarifa média – praticada a partir de 2014	R\$ 109,78						

(a) Valor transferido para ativo financeiro.

(a) Valor transferido para ativo financeiro.

R\$ Mil						
Descritivo	Efeitos Patrimoniais					DRE
	Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR / Baixa	CT Oneroso	Saldo Líquido	Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)
Transmissão						
Empreendimentos já prorrogados	4.530.060			(875.272)	4.530.060	531.785
Parcela Indenizada						
Rede básica – novos empreendimentos (RBNI)	-	-	-	-	-	-
Parcela não indenizada						
Rede básica – serviços existentes (RBSE)	4.530.060	-	-	(875.272)	4.530.060	531.785
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)	860.140	-	-	-	860.140	-
Projeto básico	860.140	-	-	-	860.140	-
TOTAL TRANSMISSÃO	5.390.200			(875.272)	5.390.200	531.785
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM 31.12.13	11.967.463			(1.001.219)	11.967.463	488.996

		R\$ Mil				
		Efeitos Patrimoniais				
Descritivo		Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR	CT Oneroso	Saldo Líquido
		DRE				
		Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)				
Geração						
Empreendimentos já prorrogados		2.893.485	744.248	(1.153.519)	(83.158)	995.718
Parcela Indenizada						
Projeto básico		1.897.767	744.248	(1.153.519)	(83.158)	-
Parcela não indenizada						
Modernizações e melhorias		(a) 995.718	-	-	-	(a) 995.718
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)		5.606.132	-	-	-	5.606.132
Projeto básico		5.606.132	-	-	-	5.606.132
TOTAL GERAÇÃO		8.499.617	744.248	(1.153.519)	(83.158)	6.601.850
Preço/tarifa média – praticada até 2012	R\$ 90,00					
Preço/tarifa média – praticada a partir de 2013	R\$ 90,00					

(a) Valor transferido para ativo financeiro.

		R\$ Mil				
		Efeitos Patrimoniais				
Descritivo		Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR / Baixa	CT Oneroso	Saldo Líquido
		DRE				
		Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)				
Transmissão						
Empreendimentos já prorrogados		6.985.984	2.878.028	422.104	(1.407.057)	4.530.060
Parcela Indenizada						
Rede básica – novos empreendimentos (RBNI)		1.969.729	2.878.028	908.299	-	-
Parcela não indenizada						
Rede básica – serviços existentes (RBSE)		5.016.255	-	(486.195)	(1.407.057)	4.530.060
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)		804.074	-	-	-	804.074
Projeto básico		804.074	-	-	-	804.074
TOTAL TRANSMISSÃO		7.790.058	2.878.028	422.104	(1.407.057)	5.334.134
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM 31.12.2012		16.289.675	3.622.276	(731.415)	(1.490.215)	11.935.984

NOTA 37 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstrados:

Descrição	R\$ Mil			
	31.12.2013		31.12.2012	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos impostos	(665.621)	(665.621)	(1.169.418)	(1.169.418)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas	166.405	59.906	292.355	105.248
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	(47.683)	(17.166)	(256.654)	(92.396)
Provisões operacionais	(146.176)	(52.623)	(28.593)	(10.293)
Equivalência patrimonial	37.945	13.660	(12.308)	(4.430)
Outros				
Ajuste Societário	(76.366)	(27.492)	(1.975)	(711)
Demais adições/exclusões	(10.492)	(3.778)	(21.078)	(7.591)
Constituição de créditos tributários	86.932	31.296	73.524	26.468
Ganho contrato oneroso	(122.248)	(44.009)	(145.479)	(52.371)
Total	(111.683)	(40.206)	(100.208)	(36.076)
Corrente	-	-	(26.278)	(9.462)
Diferido	(111.683)	(40.206)	(73.930)	(26.614)
Total	(111.683)	(40.206)	(100.208)	(36.076)
Total	(151.889)		(136.284)	

NOTA 38 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, foram de R\$ 70.165,08 e R\$ 1.487,76, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2013, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 38.759,22.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos.

Descrição	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Honorários de Diretoria e Conselheiros	(3.685)	(3.746)
Encargos sociais	(783)	(833)
Benefícios + contribuições sociais diversas	(138)	(114)
Total	(4.606)	(4.693)

NOTA 39 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

39.1 Empresas do grupo

R\$ Mil											
Saldos	Clientes	Clientes Parcelamentos	Participação societária permanente	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar	AFAC	Saldo líquido
ELETROACRE	335	-	-	-	-	1	-	-	-	-	336
ELETROBRAS	-	-	-	(5.272)	(b) (3.415.415)	1.383	-	-	-	(g) (34.740)	(3.454.044)
CGTEE	226	-	-	-	-	-	-	-	-	-	226
CHESF	6.293	-	1.433	(2.572)	-	30.118	(d) (30.096)	-	(14)	-	5.162
ELETROSUL	62	-	-	(3.234)	-	184	-	-	(54)	-	(3.042)
ELETRONORTE	4.651	-	-	(1.518)	-	348	-	-	-	-	3.481
CERON	985	-	-	-	-	27	-	-	-	-	1.012
CEAL	23.581	-	-	-	-	4	-	-	(671)	-	22.914
CEPISA	16.301	-	-	-	-	5	-	-	(1.487)	-	14.819
ELETRONUCLEA	568	-	-	(330)	-	(c) 139.889	-	-	-	-	140.127
ELETROPAR	-	-	-	-	-	21.197	(e) (15.740)	-	-	-	5.457
AMAZONAS	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
CELG-D	40.756	(a) 228.843	-	(3)	-	-	(f) (215.915)	-	(4.731)	-	48.950
TOTAL 31.12.2013	93.758	228.843	1.433	(12.929)	(3.415.415)	193.159	(261.751)	-	(6.957)	(34.740)	(3.214.599)
TOTAL 31.12.2012	74.240	233.005	459	(282.116)	(3.523.087)	844.349	(249.885)	844	(259)	(525.450)	(3.427.900)
TOTAL 01.01.2012	47.037	-	1.114	(373.234)	(3.142.016)	53.978	(45.836)	3.482	(769)	(300.000)	(3.756.244)

(a) O valor de 228.843 = 145.412 (circulante) + 83.431 (não circulante) da nota 9.2

(b) 3.223.894 (MN) + 191.521 (ME) = 3.415.415 nota 21.1

(c) Nota 16.1.1

(d) Nota 16.1.4 / (e) Nota 16.1.3 / (f) 215.915 nota 9 = 132.484 (circulante) + 83.431 (não circulante).

(g) Saldo de atualização monetária remanescente de 34.740 nota 28.

R\$ Mil

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/Receitas	Saldo líquido
ELETROACRE	-	1.419	-	-	-	-	-	-	1.419
ELETROBRAS	-	-	-	-	-	45	(398.192)	3.928	(394.219)
CGTEE	-	-	-	2.036	-	-	-	-	2.036
CHESF	-	-	(24.989)	64.503	-	-	-	85	39.599
ELETROSUL	-	-	(23.299)	509	-	-	-	(492)	(23.282)
ELETRONORTE	-	-	(15.108)	52.115	-	-	-	(561)	36.446
CERON	-	1.592	-	3.536	-	-	-	(12)	5.116
CEAL	-	50.222	-	1.170	-	-	-	-	51.392
CEPISA	-	44.706	-	1.480	-	-	-	-	46.186
ELETRONUCLEA	(h) (648.562)	-	-	5.091	24	21.627	-	(1.051)	(622.871)
AMAZONAS	-	-	-	-	-	-	-	(243)	(243)
CELG-D	-	127.303	-	20.346	-	28.686	-	(12.186)	164.149
TOTAL	(648.562)	225.242	(63.396)	150.786	24	50.358	(398.192)	(10.532)	(694.272)
TOTAL	(1.289.920)	336.222	(115.685)	313.276	483	239.899	(399.634)	2.090	(913.269)

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

(h) Este valor compõe-se de: (581.431) diferencial Furnas RH nº 1.406/2012 e 1.585/2013; (108.625) devolução de tarifa de energia RH 1.406/2012 e 1.585/2013 + diferença perdas transmissão RH nº 1.585/2012; 41.494 energia comprada para revenda (AVP).

39.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e Investidas

R\$ Mil											
	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC (a)	Participação societária permanente (a)	Outros Créditos	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Saldos											
Empresas de Geração											
Enerpeixe	2	240	-	-	25.960	-	525.378	-	-	-	551.580
Baguari	-	15	-	-	1.837	82.632	9.805	-	-	-	94.289
Retiro Baixo	-	1.158	-	-	-	58	113.123	-	-	-	114.339
Serra Facão Energia	-	-	-	-	2.289	-	60.742	-	-	-	63.031
Chapecoense	751	448	-	-	17.054	-	345.387	-	-	-	363.640
Madeira Energia	163	2.011	-	-	-	89.700	2.416.382	-	-	(79)	2.508.177
Inambari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasventos Eolo	-	58	-	-	-	16.691	5.870	-	-	-	22.619
Brasventos Miassaba	-	68	-	-	-	22.885	8.247	-	-	-	31.200
Rei dos Ventos 3	-	60	-	-	-	12.894	7.553	-	-	-	20.507
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	12.026	250.592	-	-	-	262.618
Companhia Hidrelétrica Teles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos I	-	-	-	-	-	5.175	198	-	-	-	5.373
Energia dos Ventos II	-	-	-	-	-	3.121	154	-	-	-	3.275
Energia dos Ventos III	-	-	-	-	-	4.655	186	-	-	-	4.841
Energia dos Ventos IV	-	-	-	-	-	6.811	210	-	-	-	7.021
Energia dos Ventos V	-	-	-	-	-	5.454	183	-	-	-	5.637
Energia dos Ventos VI	-	-	-	-	-	7.585	181	-	-	-	7.766
Energia dos Ventos VII	-	-	-	-	-	7.634	205	-	-	-	7.839
Energia dos Ventos VIII	-	-	-	-	-	5.454	164	-	-	-	5.618
Energia dos Ventos IX	-	-	-	-	-	5.562	186	-	-	-	5.748
Energia dos Ventos X	-	-	-	-	-	4.131	178	-	-	-	4.309
Central Eólica Famosa	-	-	-	-	-	3.807	3.455	-	-	-	7.262
Central Eólica Pau Brasil	-	-	-	-	-	2.538	2.302	-	-	-	4.840

R\$ Mil

Saldos	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC (a)	Participação societária permanente (a)	Outros Créditos	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Central Eólica São Paulo	-	-	-	-	-	2.856	2.594	-	-	-	5.450
Central Eólica Rosada	-	-	-	-	-	4.759	4.326	-	-	-	9.085
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	123	-	-	-	123
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	113	-	-	-	113
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-	93
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	83	-	-	-	83
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	123	-	-	-	123
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	83	-	-	-	83
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	64	-	-	-	64
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-	93
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	64	-	-	-	64
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-	93
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	132	-	-	-	132
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-	93
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	122	-	-	-	122
Subtotal de Geração	916	4.058	-	-	47.140	306.428	3.758.880	-	-	(79)	4.117.343

R\$ Mil

Saldos	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC (a)	Participação societária permanente (a)	Outros Créditos	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Empresas de Transmissão											
Transleste	-	-	-	-	-	-	27.187	-	(160)	-	27.027
Transudeste	25	-	-	-	-	-	14.007	-	(99)	-	13.933
Transirapé	-	-	-	-	-	-	14.050	-	(68)	-	13.982
Centroeste	59	-	-	-	-	-	17.630	-	(68)	-	17.621
Transenergia Renovável	17	-	-	-	9.904	-	78.241	-	(79)	-	88.083
IE Madeira	-	-	-	-	-	11.025	303.858	-	-	(805)	314.078
Transenergia São Paulo	71	-	-	-	5.441	13.132	36.500	-	(20)	-	55.124
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	93	2.369	-	-	-	2.462
MGE Transmissão	-	-	-	-	-	45.570	60.802	-	-	-	106.372
Goiás Transmissão	359	-	-	-	20.051	51.499	80.080	-	(207)	-	151.782
Caldas Novas Transmissão	176	-	-	-	-	-	10.634	-	-	-	10.810
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	-	-	-	10.908	(443)	-	-	-	10.465
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	-	-	-	-	-	-	17.801	-	-	-	17.801
Luziânia–Niquelândia Transmissora	94	-	-	-	-	2.728	2.907	-	-	-	5.729
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	663	-	-	-	663
Subtotal de Transmissão	801	-	-	-	35.396	134.955	666.286	-	(701)	(805)	835.932
TOTAL SPE	1.717	4.058	-	-	82.536	441.383	4.425.166	-	(701)	(884)	4.953.275
FRG	5.943	-	-	-	-	-	-	-	-	(202.598)	(196.655)
TOTAL 31.12.2013	7.660	4.058	-	-	82.536	441.383	4.425.166	-	(701)	(203.482)	4.756.620
TOTAL 31.12.2012	23.247	4.443	(45)	2.561	35.171	261.927	(b) 3.538.346	-	(237)	(507.126)	3.358.287
TOTAL 01.01.2012	1.226	629	-	-	5.627	202.417	(c) 2.295.090	4.609	(753)	(438.949)	2.069.896

(a) O saldo somado destas duas colunas, por SPE, encontram-se na nota 17.

(b) O valor foi ajustado em mais R\$ 204.820 mil referente a ajustes de exercícios anteriores a 2012 de Mesa e Teles Pires Participações.

(c) O valor foi ajustado em R\$ 146.958 mil referente a ajustes de exercícios anteriores a 2011 de Mesa.

R\$ Mil

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/	Saldo líquido
Empresas de Geração										
Enerpeixe	-	-	96.604	-	2.414	86	-	-	-	99.104
Baguari	-	-	5.035	-	190	-	-	-	-	5.225
Retiro Baixo	-	-	3.103	-	-	-	3.138	(41)	-	6.200
Serra Facão Energia	-	-	(26.544)	-	-	298	-	-	-	(26.246)
Chapecoense	-	-	90.568	-	4.273	309	-	-	-	95.150
Madeira Energia	-	-	(18.678)	-	19.793	22.771	-	-	1.607	25.493
Inambari	-	-	(1.088)	-	-	-	-	-	(6.126)	(7.214)
Brasventos Eolo	-	-	(1.068)	-	135	-	-	-	-	(933)
Brasventos Miassaba	-	-	(1.288)	-	270	-	-	-	-	(1.018)
Rei dos Ventos 3	-	-	(1.359)	-	187	-	-	-	-	(1.172)
Teles Pires Participações	-	-	(5.158)	-	-	9.605	-	-	111	4.558
Energia dos Ventos I	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Energia dos Ventos II	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Energia dos Ventos III	-	-	(25)	-	-	-	-	-	61	36
Energia dos Ventos IV	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	(26)
Energia dos Ventos V	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Energia dos Ventos VI	-	-	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)
Energia dos Ventos VII	-	-	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)
Energia dos Ventos VIII	-	-	(22)	-	-	-	-	-	10	(12)
Energia dos Ventos IX	-	-	(24)	-	-	-	-	-	-	(24)
Energia dos Ventos X	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Central Eolica Famosa	-	-	(305)	-	-	-	-	-	-	(305)
Central Eolica Pau Brasil	-	-	(225)	-	-	-	-	-	-	(225)
Central Eolica São Paulo	-	-	(241)	-	-	-	-	-	-	(241)
Central Eolica Rosada	-	-	(347)	-	-	-	-	-	-	(347)

R\$ Mil

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/	Saldo líquido
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal de Geração	-	-	138.770	-	27.262	33.069	3.138	(41)	(4.337)	197.861

R\$ Mil

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Participação societária	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/ Receitas	Saldo líquido
Empresas de Transmissão										
Transleste	-	-	6.840	(1.631)	-	-	-	-	-	5.209
Transudeste	-	-	3.909	(996)	-	139	-	-	147	3.199
Transirapé	-	-	3.745	(698)	-	-	-	-	-	3.047
Centroeste	-	-	3.746	(689)	-	729	-	-	79	3.865
Transenergia Renovável	-	-	(21.680)	(654)	-	-	-	-	-	(22.334)
IE Madeira	-	-	5.311	(4.556)	-	8.270	-	-	7.350	16.375
Transenergia São Paulo	-	-	15.107	(293)	-	1.013	-	-	229	16.056
Transenergia Goiás	-	-	(487)	-	-	-	-	-	-	(487)
MGE Transmissão	-	-	(2.831)	-	-	1.855	-	-	-	(976)
Goiás Transmissão	-	-	(1.815)	-	-	2.290	-	-	-	475
Caldas Novas Transmissão	-	-	1.578	(11)	-	170	-	-	404	2.141
Triangulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	(443)	-	-	146	-	-	302	5
Paranaíba Transmissora de Energia	-	-	161	-	-	208	-	-	-	369
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	(131)	-	-	537	5	-	810	1.221
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Subtotal de Transmissão	-	-	13.010	(9.528)	-	15.357	5	-	9.337	28.181
Total SPEs	-	-	151.780	(9.528)	27.262	48.426	3.143	(41)	5.000	226.042
FRG	-	-	-	-	-	-	757	-	(24.678)	(23.921)
TOTAL 31.12.2013	-	-	151.780	(9.528)	27.262	48.426	3.900	(41)	(19.678)	202.121
TOTAL 31.12.2012	-	-	-	(3.064)	27.714	39.015	1.803	(3.881)	(87.093)	(25.506)

NOTA 40 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

Nos quadros seguintes são apresentados os compromissos de compra e venda de energia de longo prazo.

40.1 Energia Elétrica

40.1.1 Compromissos – Posições Vendidas

Comprador de Energia		LEE 2007 8 anos	LEE 2009 8 anos	LEE 2014 1 ano	LEN Manso 2008 a 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade e Santa Cruz 2012 15 anos	RAG
2015	Volume MWh *	-	2.277.743,99	-	788.400,00	2.032.320,00	3.074.760,00	20.486.661,60
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	141,48	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	322.255,22	-	122.638,43	342.889,04	244.293,22	556.474,63
2016	Volume MWh *	-	2.300.817,08	-	790.560,00	2.037.888,00	3.083.184,00	20.542.789,44
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	141,48	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	325.519,60	-	122.974,42	343.828,47	244.962,51	557.999,22
2017	Volume MWh*	-	-	-	788.400,00	2.032.320,00	3.074.760,00	20.486.661,60
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	-	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	-	-	122.638,43	342.889,04	244.293,22	556.474,63
2018	Volume MWh *	-	-	-	788.400,00	2.032.320,00	3.074.760,00	20.486.661,60
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	-	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	-	-	122.638,43	342.889,04	244.293,22	556.474,63
2019	Volume MWh *	-	-	-	788.400,00	2.032.320,00	3.074.760,00	20.486.661,60
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	-	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	-	-	122.638,43	342.889,04	244.293,22	556.474,63
Após 2019	Volume MWh *	-	-	-	788.400,00	2.032.320,00	3.074.760,00	20.486.661,60
	Preço MWh (R\$/MWh)	-	-	-	155,55	168,72	79,45	27,16
	Total (R\$ Mil)	-	-	-	122.638,43	342.889,04	244.293,22	556.474,63
Data do término do contrato (se houver mais de um cliente, colocar a data do último).		Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/39	Dez/39	Dez/26	Dez/42
É parte relacionada? (Sim/Não)		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

* Informações não revisadas.

40.1.2 Compromissos – posições compradas

Gerador de Energia		Total compras
2015	Volume MWh *	241.776,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.220,02
2016	Volume MWh *	242.438,40
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.311,04
2017	Volume MWh *	241.776,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.220,02
2018	Volume MWh *	241.776,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.220,02
2019	Volume MWh *	241.776,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.220,02
Após 2019	Volume MWh *	241.776,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40
	Total (R\$ Mil)	33.220,02
Data do término do contrato (se houver mais de um fornecedor , colocar a data do último).		Dez/35

* Informações não revisadas.

40.2 Compromissos Socioambientais (Não auditado)

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

É tão forte esse comprometimento que se expressa em sua missão: “*Atuar com excelência e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade*”.

A fim de atender suas metas estratégicas relacionadas às ações de proteção, monitoramento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais bem como a legislação ambiental vigente, foram feitos investimentos e gastos com projetos e estudos detalhados como seguem:

Descritivo	R\$ Mil	
	31.12.2013	31.12.2012
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	50.796	25.293
Subtotal	50.796	25.293
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	49.494	29.183
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	57	40
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	31.228	5.939
Subtotal	80.779	35.162
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	131.575	60.455

Nota: 1) Quadro não auditado.

2) Os referidos gastos encontram-se registrados nas despesas operacionais.

40.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) TAC UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implementar e manter até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto, Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e qualidade da água. Tais ações deverão estar concluídas até 2015. Atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma ensejarão a aplicação de multas diárias de R\$ 10 mil (dez mil reais). Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9, junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) TAC LT Itaberá - Tijuco Preto III

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 mil a R\$ 100 mil, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;

1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;

- 1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;
- 1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;
- 1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e
- 1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LT I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 mil a R\$ 100 mil, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

40.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental; de Recursos Hídricos; de Recursos Florestais; de Educação Ambiental; e de Gestão de Resíduos.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico e gestores da Empresa, além de representantes da sociedade.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Furnas, como uma das empresas do Sistema Eletrobras, também segue as diretrizes da política ambiental da Holding, contribuindo para o desenvolvimento e revisões dessa política.

NOTA 41 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

41.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa e suas investidas em conjunto operam com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e em 1º de janeiro de 2012.

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativos financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Clientes	1.430.927	1.334.028	1.436.860
Ativo financeiro – concessão de serviço público	6.389.473	6.329.851	7.580.769
Empréstimos concedidos	9.505	11.257	14.197
Direitos de ressarcimento	-	9.937	9.937
Mantidos até o vencimento			
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013	2.130.352	3.712.088	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	715.812	509.279	525.842
Total Ativos financeiros	10.676.069	11.906.440	9.567.605
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	7.946.444	6.684.558	4.834.940
Fornecedores e outras obrigações	411.869	842.851	812.903
Total Passivos financeiros	8.358.313	7.527.409	5.647.843

41.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

41.2.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivos			
Dólar norte-americano	(280.668)	(171.466)	(43.972)
YEN	(153.499)	(199.248)	(241.384)
Total	(434.167)	(370.714)	(285.356)
Passivo líquido exposto	(434.167)	(370.714)	(285.356)

41.2.2 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

	R\$ Mil		
Exposição à taxa de juro	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivos			
Selic	(143.968)	(139.164)	-
TJLP	(1.177.052)	(1.025.237)	(1.091.182)
CDI	(3.035.150)	(2.001.908)	(601.742)
IPCA	(2.965.938)	(3.006.562)	(2.691.561)
Total	(7.322.108)	(6.172.871)	(4.384.485)
Passivo líquido exposto	(7.322.108)	(6.172.871)	(4.384.485)

41.2.3 Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de Furnas, alcançados por esta norma legal, possuem RAP que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Cabe destacar que quando estas RAPs são insuficientes geram a necessidade de uma provisão para perda com contrato oneroso.

41.2.4 Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

41.2.5 Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

R\$ Mil					
Descritivo	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	(431.464)	(798.816)	(4.121.545)	(2.594.619)	(7.946.444)

41.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e em 1º de janeiro de 2012 podem ser assim sumariados:

R\$ Mil			
Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Financiamentos e empréstimos	7.946.444	6.684.558	4.834.940
Fornecedores	411.869	842.851	812.903
Menos:			
Caixa e equivalentes de caixa	(6.696)	(2.462)	(115.665)
Direitos de ressarcimento	-	(9.937)	(9.937)

Descritivo	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Outros TVM	(715.812)	(509.279)	(525.842)
Dívida líquida (A)	7.635.805	7.005.731	4.996.399
Patrimônio líquido	11.177.327	11.467.729	13.445.103
Total do capital (B)	18.813.132	18.473.460	18.441.502
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	40,59%	37,92%	27,09%

41.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

R\$ Mil				
Descritivo	31.12.2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	715.812	-	-	715.812
Total	715.812	-	-	715.812

R\$ Mil				
Descritivo	31.12.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	509.279	-	-	509.279
Total	509.279	-	-	509.279

R\$ Mil				
Descritivo	01.01.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	525.842	-	-	525.842
Total	525.842	-	-	525.842

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

41.5 Análise de Sensibilidade

Para essa análise de sensibilidade, as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como segue:

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGP-M	247.704	606.874	6,00%	4,50%	3,00%	602.685	597.716
TOTAL	247.704	606.874				602.685	597.716

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGP-M*	247.704	606.874	6,00%	7,50%	9,00%	611.058	615.237
TOTAL	247.704	606.874				611.058	615.237

Observação: As premissas macroeconômicas consideradas foram estabelecidas pela Eletrobras.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA*	-	-	1,96%	1,47%	0,98%	-	-
TOTAL	-	-				-	-

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA*	-	-	1,96%	2,45%	2,94%	-	-
TOTAL	-	-				-	-

Observação: As premissas macroeconômicas consideradas foram estabelecidas pela Eletrobras.

41.5.1 Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar (R\$/US\$)	135.957	333.096	2,45000	1,838	1,225	249.822	166.548
YEN (R\$/¥)	54.620	133.818	0,02526	0,019	0,013	79.670	53.113
TOTAL	190.577	466.914				329.492	219.661

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar (R\$/US\$)	135.957	333.096	2,45000	3,063	3,675	416.370	499.643
YEN (R\$/¥)	54.620	133.818	0,02526	0,032	0,038	132.783	159.340
TOTAL	190.577	466.914				549.153	658.983

41.5.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	410.830	1.006.533	5,0%	3,75%	2,50%	1.001.783	997.004
IPCA	1.193.244	2.923.449	1,96%	1,47%	0,98%	2.882.114	2.841.636
Selic	1.463.366	3.585.248	10,50%	7,88%	5,25%	3.568.272	3.551.011
TOTAL	3.067.440	7.515.230				7.452.169	7.389.651

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			Indexador			Saldo R\$ Mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	410.830	1.006.533	5,0%	6,25%	7,50%	1.011.255	1.015.949
IPCA	1.193.244	2.923.449	1,96%	2,45%	2,94%	2.964.495	3.005.539
Selic	1.463.366	3.585.248	9,75%	12,19%	14,63%	3.601.951	3.618.391
TOTAL	3.067.440	7.515.230				7.577.701	7.639.879

41.5.3 Índices para análise de sensibilidade

		Data base 31.12.2013			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2014	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic	10,50%	7,88%	5,25%	13,13%	15,75%
TJLP	5,00%	3,75%	2,50%	6,25%	7,50%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2014				
EURO - R\$/€	3,3793	2,5345	1,6897	4,2241	5,0690
YEN - R\$/¥	0,0253	0,0189	0,0126	0,0316	0,0379
Dólar - R\$/US\$	2,4500	1,8375	1,2250	3,0625	3,6750

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2014				
IPCA	6,00%	4,50%	3,00%	7,50%	9,00%
IGPM	6,00%	4,50%	3,00%	7,50%	9,00%

NOTA 42 – SEGUROS (Não auditado)

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

	Vigência		R\$ Mil	
	Início	Término	Importância Segurada	Prêmio
Garantia de Fiel Cumprimento - UHE Batalha	30.10.2009	02.03.2014	32.191	50
Garantia de Fiel Cumprimento - APM Simplicio	30.12.2012	31.03.2014	144.151	328

	Vigência		R\$ Mil	
	Início	Término	Importância Segurada	Prêmio
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	31.08.2013	31.12.2016	294	4
Garantia Judicial - Ação Cautelar	04.10.2013	04.10.2014	4.601	15
Garantia Judicial - 2ª Vara do Trabalho	25.06.2013	25.06.2014	5.204	17
Garantia Judicial - 62ª Vara do Trabalho	20.05.2013	20.05.2014	3.855	13
Garantia Judicial - 14ª Vara Cível	15.05.2013	15.05.2014	2.079	7
Responsabilidade Civil Geral	26.10.2013	26.10.2014	35.000	420
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos	21.08.2012	21.08.2014	50 por	166
Aeronáutico	02.12.2013	02.12.2014	4.136	23
Transportes:				
Internacional	23.06.2013	23.06.2015	31.493	24
Interestadual	23.06.2013	23.06.2015	204.411	42
Perímetro urbano/operação isolada	23.06.2013	23.06.2015	166.235	65
Operação Isolada	23.06.2013	23.06.2015	144.541	78

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontra-se em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

Risco de Garantia: cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil: cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Aeronáutico: cobertura para prejuízos sofridos por aeronaves de propriedade do contratante e se subdivide em: a) casco, que trata da aeronave, motores, célula etc.; e b) reta que trata de prejuízos causados a terceiros como passageiros, carga, tripulação, pessoas e bens no solo (este seguro é obrigatório).

Transportes Nacionais e Internacionais: cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

43.1 Furnas mediante consórcio arremata Linhão de Belo Monte

Em 7 de fevereiro de 2014, o consórcio formado por Furnas (24,5%), Eletronorte (24,5%) e a empresa chinesa State Grid Brasil Holding (51%) arrematou, no Leilão de Transmissão nº 11/2013 da Aneel, realizado na sede da Bovespa, em São Paulo, o sistema de transmissão do Complexo Hidrelétrico (CHE) de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará. O Lote AB, único do certame, que compreende a construção, montagem, operação e manutenção do empreendimento, foi conquistado com lance de R\$ 434.647 mil, representando 38% de deságio sobre a Receita Anual Permitida Máxima (aproximadamente R\$ 701.040 mil). O investimento previsto é de R\$ 5.000 mil.

O sistema de transmissão permitirá o escoamento da energia do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte ao Sistema Interligado Nacional por meio de um sistema de transmissão em extra-alta tensão em corrente contínua de ± 800 kV, inédito no país.

O circuito é composto de duas estações conversoras de corrente alternada 500 kV para corrente contínua ± 800 kV. A primeira terá capacidade de conversão de 4.000 MW e será construída na Subestação de Xingu (500 kV), localizada a 17 km da usina, que se conecta à interligação Manaus – Tucuruí; a segunda terá capacidade de conversão de 3.850 MW e será construída na área contígua à Subestação Estreito, em Minas Gerais.

A Linha de Transmissão Xingu-Estreito (± 800 kV) ligará as duas estações e terá 2.092 km, cruzando os estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A previsão de conclusão do sistema de transmissão é janeiro de 2018 e o prazo de concessão é de 30 anos.

Flavio Decat de Moura
Diretor – Presidente

Nilmar Sisto Foletto
Diretor

Cesar Ribeiro Zani
Diretor

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista
Diretor

Flávio Eustáquio Ferreira Martins
Diretor

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor

Fernando Sergio Lopes Rosa
Superintendência de Contabilidade
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

Anselmo Garcia Sobrosa
Gerência de Operações e Análise Contábil
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

QUADRO A.11.5.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL				
UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	77,876386	77,871286	77,871286
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est.S.Paulo - DAEE	0,113275	0,117534	0,117534
	Fundos de Pensão			
	CERES- Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021549	0,022359	0,022359
% Governo		78,011209	78,011179	78,011179
Free Float	Pessoas Físicas	0,000793	0,000822	0,000822
	Pessoas Jurídicas	0,000026	0,000027	0,000027
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,000819	0,000849	0,000849
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028	78,012028
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	21,684322	21,673053	21,673053
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est.S.Paulo - DAEE	0,140749	0,146042	0,146042
	Fundos de Pensão			
	CERES- Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021550	0,022360	0,022360
% Governo		21,846621	21,841455	21,841455
Free Float	Pessoas Físicas	0,040979	0,042452	0,042453
	Pessoas Jurídicas	0,100372	0,104065	0,104064
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,141351	0,146517	0,146517
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972	21,987972
Total		100%	100%	100%

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

QUADRO A.11.5.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES				
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação Investidora	Furnas Centrais Elétricas S.A.			
Ações Ordinárias (% de participação)				
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Enerpeixe S.A.	40,00	40,0	40,0	40,0
Baguari Energia S.A.*	30,61	30,61	30,61	30,61
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
Chapecoense Geração S.A.	40,0	40,0	40,0	40,0
Serra do Facão Energia S.A. **	49,47	49,47	49,47	49,47
Madeira Energia S.A.	39,0	39,0	39,0	39,0
Inambari Geração de Energia S.A.	19,6	19,6	19,6	19,6
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	24,5	24,5	24,5
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,5	24,5	24,5	24,5

Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	24,5	24,5	24,5
Cia. Hidrelétrica Teles Pires ***	-	-	24,5	-
Teles Pires Participações S.A.***	24,72	24,72	-	-
Cia. Transleste de Transmissão	24,0	24,0	24,0	24,0
Cia. Transirapé de Transmissão	24,5	24,5	24,5	24,5
Cia. Transudeste de Transmissão	25,0	25,0	25,0	25,0
Cia. de Transmissão Centroeste de Minas	49,0	49,0	49,0	49,0
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	24,5	24,5	24,5
Transenergia Goiás S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
Transenergia São Paulo S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
Goiás Transmissão S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
Transenergia Renovável S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
MGE Transmissão S.A.	49,0	49,0	49,0	49,0
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,9	49,9	49,9	-
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	49,0	49,0	49,0	-
Energia dos Ventos I	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos II	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos III	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos IV	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos V	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos VI	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos VII	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos VIII	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos IX	49,0	49,0	-	-
Energia dos Ventos X	49,0	49,0	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,5	-	-	-
Vale do São Bartolomeu S.A.	39,0	-	-	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49,0	-	-	-
Lago Azul Transmissora S.A.	49,9	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	49,9	-	-	-
Complexo Famosa: Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Rosada S.A., Central Eólica Pau Brasil S.A., Central Eólica São Paulo S.A.	49,0	-	-	-
Complexo Baleias: (Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A.; São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A; São Galvão Eólica S.A).	49,0	-	-	-
Complexo Punaú: (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., Punaú I Eólica S.A.).	49,0	-	-	-
Ações Preferenciais (% de Participação)				
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Serra do Facão Energia S.A. **	100	100	100	100
Estruturas Societárias:				
* Consórcio UHE Baguari: Furnas (30,6122%) e Cemig GT (69,3878%) formam a SPE Baguari Energia S.A, detentora de 49% de participação no Consórcio UHE Baguari. A participação de Furnas na UHE Baguari corresponde a 15% do total da formação Societária.				
** Serra do Facão Energia S.A: Furnas detém 30,19% das ações ordinárias e 19,28% das ações preferenciais do total das ações da Sociedade, perfazendo um montante de 49,47% em sua participação na Serra do Facão Energia S.A.				
*** UHE Teles Pires: A Teles Pires Participações detém 99,1% na Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., cuja participação acionária de Furnas na Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A perfaz em 24,5%.				

11.6 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CASO TENHA HAVIDO A CONTRATAÇÃO DESSE SERVIÇO PELA ENTIDADE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras de Furnas Centrais Elétricas S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na nota 2.1, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, bem como sobre a redução de encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega à Aneel que terá até 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa Aneel nº 596/2013 estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013 e, a partir dessa manifestação, teriam 180 dias para submeter à Aneel as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela Aneel.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem, respectivamente, a R\$ 4.530.060 mil e R\$ 995.718 mil em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Até o presente momento, não foram definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel o valor de indenização dos ativos de geração térmica e outros detalhes inerentes à nova formatação de negócio a ser proposta pelo Governo para a renovação de concessão de ativos dessa natureza. O valor residual contábil dos ativos de geração térmica a serem afetados pelas mudanças promovidas no ambiente regulatório corresponde a R\$ 683.330 mil em 31 de dezembro de 2013, cujo valor estimado de indenização pelo Valor Novo de Reposição - VNR é de aproximadamente R\$ 2.780.046 mil, determinado pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto 7.805/12, conforme descrito na Nota 2.3, podendo a referida estimativa sofrer alterações até a homologação final dos ativos indenizáveis.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase - Continuidade Operacional de Empresa Coligada

Em 31 de dezembro de 2013, a investida Madeira Energia S.A. ("MESA"), na qual Furnas participa com 39%, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 199.547 mil (R\$ 77.823 mil - parcela relativa a Furnas). Para a equalização da situação do capital circulante

negativo, a Companhia conta com os aportes de recursos dos seus acionistas. Ainda, a investida MESA incorreu em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações, incluindo a realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$ 18.624.982 mil.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros Assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

12.1.1. Acordo para Desmobilização dos Terceirizados

Este tema está detalhado na Análise Crítica do Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada.

12.1.2. Ambiente Regulatório

O Setor Elétrico passou por mudanças que impuseram às concessionárias o desafio de se adaptarem ao novo modelo regulatório. A Medida Provisória (MP) nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, que trata da prorrogação das concessões dos empreendimentos de geração e transmissão de energia, marcou a disposição do Governo Federal para a redução de tarifas de forma a gerar um ambiente de maior competitividade para o país. Tornou-se iminente a necessidade de cortar custos,

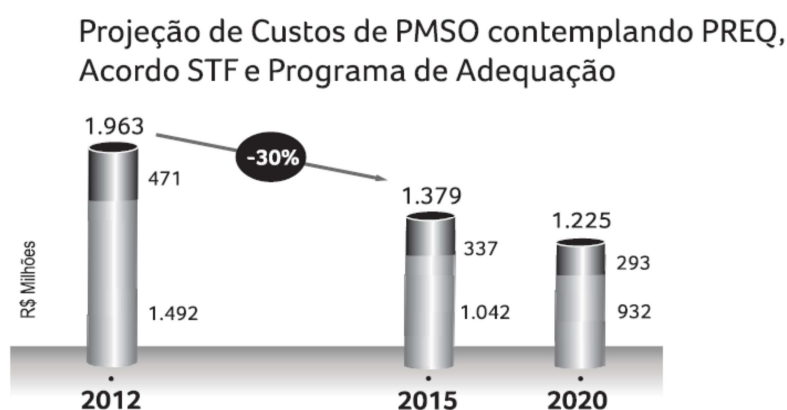
reduzir despesas e aperfeiçoar processos sem perder a excelência operacional, mantendo a participação no mercado frente à forte concorrência.

12.1.3. Alinhamento de Furnas à Lei nº 12.783

Antes mesmo da promulgação da Lei nº 12.783, em 11/01/2013, Furnas já vinha se preparando para uma fase de expansão e crescimento, com o compromisso de se tornar uma empresa empreendedora e voltada para resultados. Para tanto, trabalhava em duas frentes: redução de custos e recuperação de receitas.

O Primeiro Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) previa redução da ordem de 15% dos custos com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) até o final de 2013, equivalentes a uma economia de aproximadamente R\$ 400 milhões/ano.

Com a Lei nº 12.783, Furnas acelerou esse processo e, em agosto de 2013, lançou o segundo PREQ. Com esta medida, a empresa espera obter redução total nos custos de PMSO da ordem de 30%, ou R\$ 600 milhões/ano até 2015.

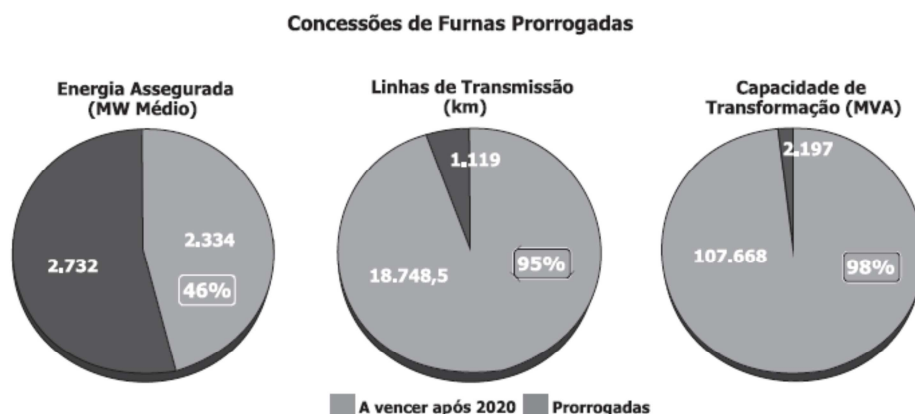


A mudança na política de concessões e a consequente redução líquida de receita, em aproximadamente 35%, intensificaram a busca por soluções que mantivessem a empresa dentro do seu propósito de crescimento. Sendo assim, a adequação de Furnas a este novo marco regulatório está sendo implementada, conforme descrito a seguir:

12.1.3.1. Prorrogação das Concessões

No final de 2012, Furnas optou pela prorrogação da concessão de todos os ativos com vencimento até 2017, pelo prazo de até 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2013, em atendimento à Lei nº 12.783.

A decisão pela prorrogação, aprovada em Assembleia de Acionistas, em 03/12/2012, foi baseada na análise dos números, que mostraram o equilíbrio financeiro da empresa. O conjunto de empreendimentos de geração que tiveram os seus contratos de concessão prorrogados incluíram as usinas de Furnas (MG), Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG), Marimbondo (MG), Funil (RJ), Corumbá I (GO) e Porto Colômbia (MG/SP). A legislação relativa à renovação das concessões afetou, na geração, 46% da energia assegurada (2.334 MW médios) da empresa e, em transmissão, 95% das linhas (18.748,5 km) e 98% da capacidade de transformação (107.668 MVA).



12.1.3.2. Indenização do Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

De acordo com o estabelecido na MP nº 579, Furnas tem direito à indenização do valor remanescente dos ativos ainda não depreciados ou amortizados na data de 31/12/2012, relativamente às concessões prorrogadas, indenização esta que foi calculada em R\$ 3,609 bilhões, sendo R\$ 2,878 bilhões referentes à transmissão e R\$ 731 milhões à geração. Furnas optou por receber a indenização em parcelas, ao longo de 30 meses, valores estes que estão sendo recebidos regularmente.

Ao ser publicada, a MP nº 579 só reconheceu como indenizáveis os ativos de transmissão referentes à Rede Básica de Novos Investimentos (RBNI), não reconhecendo os ativos ainda não depreciados ou amortizados referentes à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), ou seja, aqueles existentes e em operação na data de 31 de maio de 2000. Posteriormente, foi editada a MP nº 591, também acolhida pela Lei nº 12.783, reconhecendo o direito à indenização dos ativos referentes à RBSE.

Com a promulgação da Lei nº 12.783, em janeiro de 2013, que acolheu a MP nº 579 e a MP nº 591, ficou estabelecido que a indenização dos ativos referentes à RBSE se dará após a apuração do seu valor pela Aneel e em 30 anos. De acordo com cálculos internos, a indenização devida contabilizada é da ordem de R\$ 4,5 bilhões.

A Aneel publicou, em 10.12.2013, a Resolução Normativa (RN) nº 589, que estabelece os prazos e procedimentos para o pagamento da indenização dos ativos de transmissão relativos à RBSE e, em 19.12.2013, a RN nº 596 relacionada aos investimentos adicionais, exclusive o projeto básico, das melhorias e modernizações nas usinas geradoras prorrogadas, que atingem, aproximadamente, o valor contabilizado de R\$ 1,0 bilhão.

A orientação de utilização dos recursos provenientes da indenização é somente para aplicação em novos investimentos, de modo a permitir a recuperação da rentabilidade de Furnas. Estes novos recursos melhoram a capacidade de investimentos da empresa, reduzindo a necessidade de captação de recursos no mercado.

12.1.3.3. Recuperação da Tarifa de Transmissão

O aditamento ao Contrato de Concessão de Transmissão e ao Contrato de Concessão de Geração, celebrados com o Ministério de Minas e Energia (MME), para prestação de serviço continuado e de qualidade, acarretou na publicação das Receitas Anuais Permitidas (RAP) para operar e manter o sistema de transmissão e das Receitas Anuais de Geração (RAG), das seis usinas geradoras, com a mesma finalidade.

A redução acentuada na RAP, quando comparada à anteriormente praticada, ou seja, R\$ 629 milhões/ano ante R\$ 2,25 bilhões/ano, e com a definida na prorrogação das demais transmissoras de energia, despertaram o interesse de Furnas em estudar com profundidade a metodologia aplicada pela Aneel.

Os estudos conduzidos levaram à constatação de que importantes itens da atividade de transmissão que justificam o custo total de operação não foram considerados na abordagem que determinou a eficiência final de 49,3% para o desempenho operacional de Furnas.

Dos quesitos estudados que influenciaram o valor da RAP de Furnas, destacam-se dois:

- **Compensação Reativa** – A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 191/2005, define quatro Funções de Transmissão: Linha de Transmissão; Transformação; Controle de Reativo (CR) e Módulo Geral. Entretanto, os equipamentos de CR não foram considerados no cálculo da eficiência das empresas, embora houvesse previsão para isso na própria Nota Técnica nº 383/2012-SRE/Aneel, que subsidiou a decisão do MME. Para Furnas, que opera e mantém quase 50% da CR do SIN, a sua não consideração foi crítica. Simulações incluindo o CR mostram que sua eficiência aumentaria para 74%. Consequentemente, proporcionaria uma recomposição importante da RAP, medida esta necessária para suportar os custos e encargos de operação e manutenção do sistema;
- **Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI)** – Esse item, que tem como destinação fazer frente às despesas das concessionárias com a infraestrutura de escritórios e transporte, não foi considerado nos custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M) utilizados na determinação da RAP.

12.1.3.4. Próximas Concessões a Vencer

São duas as usinas hidrelétricas com vencimento em 2020 e 2023, a saber: UHE Itumbiara e UHE Mascarenhas de Moraes, com ativos registrados em dezembro de 2012 da ordem de R\$ 180 milhões e R\$ 343 milhões, respectivamente.

A UTE Santa Cruz foi objeto, em 06/07/2013, de declaração de interesse na prorrogação da concessão e está em curso processo licitatório para serviços de reforma, condicionamento e comissionamento dos ciclos combinados a gás natural das unidades 1 e 2.

12.1.3.5. Projeto de Reestruturação Organizacional (Projeto PRO-Furnas)

A reestruturação organizacional de Furnas, voltada para uma atuação com base em processos, tem sido foco da atenção e ação da alta direção da empresa. Ela se consubstancia como importante iniciativa estratégica no sentido da transformação e fortalecimento de Furnas para uma atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades do mercado.

A visão estratégica de Furnas para o modelo de gestão de seus negócios, a ser viabilizado por sua nova estrutura organizacional, configurou-se como no esquema da figura que se segue.



Nele, a lógica do modelo se dá de uma forma matricial em que:

- a empresa passa a se apoiar em dois pilares básicos, claros e distintos: o de empresa empreendedora, em associação minoritária com a iniciativa privada (SPE), voltada para a gestão de suas participações e o desenvolvimento de novos negócios, suportada pelos resultados de seus empreendimentos; e o de empresa operadora e mantenedora, aproveitando a integração e sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão, sustentada por receitas relativas a tais serviços;
- os processos corporativos (e áreas) se desenvolvem de forma transversal aos negócios, suportando a estratégia com prestação de serviços;
- os processos de engenharia (e áreas) se fazem também de maneira transversal aos negócios, prestando serviço técnico aos ativos da empresa e, por concorrência e contratos, às sociedades da qual ela participa e ao mercado de uma maneira geral.

A conclusão do escopo previsto do PRO-Furnas deu-se em julho de 2013 e englobou basicamente:

- o desenho de nova estrutura organizacional, com base em diagnóstico detalhado da situação vigente, e a comparação com *benchmarks* nacionais e internacionais;
- a elaboração de iniciativas (planos de ação) para a otimização dos processos empresariais;
- o dimensionamento qualiquantitativo de pessoal por processos;
- o planejamento das implementações dos itens anteriores.

A estrutura organizacional sofreu profundas alterações, de forma a ajustá-la ao modelo de negócios definido e aos desafios futuros da empresa.

Entre as mudanças, foram reduzidas as unidades de gestão da empresa em 26%, de modo a otimizar o processo decisório e facilitar ainda mais a comunicação e coordenação entre as áreas.

Foram configuradas novas áreas críticas para o futuro da empresa, como o Centro de Serviços Compartilhados, a Assessoria de Organização e Processos e o Escritório de Projetos. Também

foram definidos focos mais estratégicos (menos operacionais) para algumas áreas críticas, como a Gestão Estratégica de Pessoas e a Tecnologia da Informação, e remodelados os Comitês voltados para a tomada de decisões.

As equipes de otimização de Furnas, lideradas por experientes gestores da empresa com o apoio dos consultores, identificaram cerca de 230 iniciativas de aperfeiçoamento que representam até 27% de redução da base de custos com pessoal e contratados, equivalendo a patamares de eficiência próximos aos das melhores práticas nacionais.

Em relação à força de trabalho, no âmbito do PRO-Furnas, foi desenvolvida metodologia inédita e exclusiva para o dimensionamento de quadros de pessoal, levando em conta o aspecto quantitativo e as características qualitativas, avaliadas sob os aspectos de adequação de cargos, formações de profissionais e níveis de complexidade de funções e responsabilidades.

Foi então elaborado o dimensionamento do quadro qualiquantitativo ideal por macroprocesso, de acordo com a experiência e conhecimento das equipes de otimização compostas por gestores de Furnas. O mesmo também foi feito por órgão da estrutura organizacional, com base em estimativa da consultoria contratada.

O projeto também contemplou estudo dos riscos inerentes à implantação da nova estrutura, englobando sua definição, categorização, construção de mapa de riscos com avaliação da probabilidade de sua ocorrência e definição de elenco de ações para sua mitigação.

Considerando a reestruturação organizacional da empresa e a otimização de seus processos, foi elaborado um detalhado e abrangente Plano de Comunicação e Gestão da Mudança que motive e viabilize suas implementações.

Assim que foram concluídos os trabalhos do PRO-Furnas, a estrutura organizacional desenhada foi oficialmente implantada conforme previsto pelas normas e regulamentos da empresa, mas se apresentaram ainda como grandes desafios à frente:

- ajuste dos processos para o efetivo funcionamento da nova estrutura, principalmente no tocante a novos órgãos e órgãos-chave contemplados no desenho elaborado, em que se destacam o Centro de Serviços Compartilhados, estrutura inovadora no setor elétrico brasileiro, o Escritório de Projetos, a Assessoria de Organização e Processos e as áreas de recursos humanos e tecnologia da informação de cunho mais estratégico;
- revisão de *gaps* qualiquantitativos na composição da força de trabalho, em função de aditamento ao Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ), em aderência a plano lançado pela controladora Eletrobras, com novos desligamentos voluntários de pessoal próprio;
- execução de programas de mobilidade interna, capacitação e recrutamento de pessoal para compor quadro qualiquantitativo adequado;
- implantação das iniciativas de otimização dos processos empresariais e serviços complementares;
- execução da comunicação e da gestão da mudança.

Diante da grandeza do trabalho ainda por fazer, Furnas resolveu dar continuidade aos trabalhos com a implementação dos desafios acima listados, instituindo PRO-Furnas II e, desde o encerramento das atividades do projeto anterior, foram desenvolvidas tratativas com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com

a Roland Berger Strategy Consultants para a execução do escopo acima descrito, com patrocínio do Banco e apoio da mesma consultoria internacional.

Face ao sucesso dos resultados e da metodologia adotada no projeto recém-concluído, considerado referência em termos de programas de reestruturação de empresas, o BID demonstrou especial interesse não só em financiar sua continuidade, mas também em se associar a Furnas para a divulgação da experiência da empresa nos trabalhos realizados, por meio de *workshops* a serem montados junto a governos e empresas públicas e privadas do setor elétrico dos países afiliados daquela Instituição.

Ao final de outubro de 2013, a empresa obteve parecer favorável da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), e respectiva aprovação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, à formalização de cooperação técnica com o BID, com financiamento pelo Banco de US\$ 500 mil, a fundo perdido.

Paralelamente, de maneira a se valer da excelente oportunidade de aprendizado e formação de gestores para a empresa subjacente aos trabalhos a serem desenvolvidos, Furnas realizou uma seleção, denominada Programa Novos Talentos, que com base em análises de desempenho e curricular, entrevistas e testes de adequação de perfil de personalidade, foram escolhidos os profissionais da empresa para integrar a equipe de Furnas responsável pelo desenvolvimento do projeto.

A seleção das novas lideranças, entre mais de 500 inscritos, foi considerada de grande sucesso e elogiada pela força de trabalho da empresa em razão dos critérios e maneira isenta e transparente com que foi conduzida.

Em dezembro de 2013, foram formalizados o Convênio de Cooperação Técnica com o BID, no valor global de US\$ 3 milhões, inclusive para a realização dos citados *workshops*, e o contrato com a Roland Berger Strategy Consultants, no valor de R\$ 5,966 milhões, com prazo previsto de 10 meses, para o apoio de consultoria na realização do escopo do projeto PRO-Furnas II.

12.1.3.6. Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ)

Dando continuidade à busca por uma empresa mais ágil e eficiente, alinhada às orientações da *Holding* Eletrobras, Furnas aprovou, em agosto de 2013, o aditamento e a reabertura do PREQ. O aditamento contempla duas etapas: desligamentos até dezembro de 2013 e no período de janeiro a novembro de 2014.

Implantado em 2011, o PREQ constitui um conjunto de programas e ações que possibilitarão a renovação do quadro de empregados de Furnas, com o desligamento de aposentados e a admissão de novos empregados, com foco na adequação às necessidades decorrentes de projetos em desenvolvimento na empresa e às novas exigências do setor de energia.

Na primeira fase do PREQ, de julho de 2011 a agosto de 2013, foram desligados 1.285 empregados. Na segunda fase, de outubro de 2013 a novembro de 2014, o número de desligamentos já realizados e as adesões ativas foram de 460 empregados, totalizando 1.745 desligamentos nas duas fases.

Os impactos dos desligamentos por meio do PREQ já são significativos no custo de pessoal. Furnas registrou redução mensal de R\$ 33 milhões (a partir de setembro de 2013) e economia acumulada de R\$ 330 milhões até setembro de 2013. A projeção é de que, ao final das duas etapas, a economia mensal seja de aproximadamente R\$ 50 milhões e a acumulada, de aproximadamente R\$ 1 bilhão a partir de dezembro de 2014.

A tabela a seguir, retrata o número de desligamentos realizados e a realizar nas duas fases do PREQ:

Desligamentos				
Realizados			A Realizar	Total
Outubro/2011 a Agosto/2013	Outubro/2013 a Novembro/2013	Dezembro/2013	2014	
1.285	15	384	61	1.745

Em relação aos profissionais na ativa, antes do início dos desligamentos pelo PREQ, os perfis de adesão ao Plano foram: 54% de nível fundamental; 46% de nível médio suporte; 28% de nível médio operacional; e 36% de nível superior.

A reposição de pessoal está sendo praticada em percentual inferior aos 50% pactuados com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) quando da aprovação do PREQ, demonstrando o compromisso de Furnas com a estruturação de uma força de trabalho que seja, ao mesmo tempo, menor e mais produtiva, alinhada aos objetivos de efficientização da empresa e redução de custos para aumento de sua competitividade.

12.1.3.7. Plano Diretor

O Plano Diretor de Furnas é um guia da gestão que reflete compromissos da empresa e do Conselho de Administração com seus acionistas, no que se refere a metas econômico-financeiras (dividendos, lucro líquido, EBITDA, etc.), *covenants* e estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos, com objetivos e resultados a serem perseguidos. Para atingir seus objetivos, o Plano Diretor contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos administrativo, financeiro e operacional, assim como para investimentos na expansão dos serviços.

O Plano Diretor foi desenvolvido com o objetivo de orientar a atuação dos gestores da empresa, estabelecendo como metas crescer para manter o *market share* atual, racionalizar os custos operacionais, reduzir o custo do capital de terceiros e melhorar a performance financeira e operacional das Sociedades de Propósito Específico (SPE). A gestão das participações nas SPE contemplou como meta proporcionar taxa de retorno sob a forma de dividendos superior ao custo de capital de Furnas.

Para atingir a melhoria da performance das SPE, o foco voltou-se para a gestão financeira e operacional, diminuindo as estruturas administrativas, captando recursos a custos mais econômicos e compartilhando custos entre elas.

Em relação ao crescimento, a premissa era de manutenção do *market share* de Furnas em cerca de 10% da capacidade instalada de geração do País e de aproximadamente 20% das redes de transmissão. O crescimento estava focado no objetivo de atender as necessidades energéticas do País, concentrando-se em projetos *greenfield* desenvolvidos em parcerias, com participação da empresa em até 49%.

Com a prorrogação das concessões, que impactou as tarifas da empresa, o Plano Diretor passou por uma revisão para adaptar-se à nova realidade do setor elétrico brasileiro. A revisão tratou essencialmente da recuperação das receitas e do EBITDA, adotando como estratégia o crescimento acelerado. A definição da ambição de crescimento passou de uma meta de manutenção do *market share* atual para sua ampliação, adotando-se como estratégia além da captura de projetos *greenfield*, aquisições de ativos já performados (*brownfield*), de modo a permitir a rápida recuperação da rentabilidade da empresa a níveis anteriores à edição da Medida Provisória nº 579.

A rota estabelecida persegue uma meta arrojada de crescimento que prevê saltar dos atuais 10 mil MW para 19 mil MW na geração, até 2019, expandindo em 90% a capacidade instalada atual da empresa, diversificando as fontes sempre no campo da energia limpa e renovável. Na transmissão, projeta-se sair dos atuais 19 mil km de linhas para 30 mil km, representando elevação de 58% no mesmo período. Este crescimento acelerado permitirá a recuperação da rentabilidade e do EBITDA para os níveis anteriores à MP nº 579 até 2016 e, a partir daí, uma evolução positiva em todos os seus indicadores.

Para atingir estas metas, estão previstos R\$ 3,9 bilhões por ano em investimentos, dos quais R\$ 3 bilhões em geração e R\$ 900 milhões em transmissão. Parte dos recursos necessários para esses investimentos será obtida diretamente pelas SPE detentoras das concessões desses empreendimentos junto às fontes tradicionais de financiamento (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e instituições privadas). A parcela de recursos que a empresa precisará aportar, que corresponde a cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano, será viabilizada por meio do seu fluxo operacional de caixa e das indenizações que tem a receber pelos ativos prorrogados e ainda não amortizados.

Embora considerada um desafio, a trajetória de crescimento perseguida é compatível com a grandeza e a importância de Furnas para o sistema elétrico brasileiro, bem como com sua dimensão econômico-financeira, visto que, nos últimos dois anos, a empresa destinou cerca de R\$ 2,3 bilhões de recursos próprios para investimentos e igual valor em 2013, montante superior ao necessário para atingir as metas estabelecidas.

Cumprindo os compromissos assumidos no Plano Diretor, já foram registradas importantes conquistas, dentre as quais destacam-se:

- a Usina Hidrelétrica de São Manoel, localizada no rio Teles Pires, em Mato Grosso, com capacidade instalada de 700 MW;
- 48 parques eólicos nos últimos leilões, com total sinergia ao sistema de Furnas e capturados com taxas de retorno mais expressivas. Esses novos projetos já garantem o alcance das metas de expansão de Furnas para os próximos dois anos;
- execução de 70% das obras do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), muitas já concluídas e as demais em fase final de implementação, garantindo a eficiência e a robustez do sistema de Furnas para atender aos importantes eventos esportivos que serão realizados no País;
- obtenção de financiamento dos empreendimentos com custos mais competitivos e com prazos mais longos de maturação;
- percepção do mercado ao direcionamento estratégico de Furnas, que permitiu captar recursos com taxas mais baixas, reduzindo o custo médio do capital da empresa;
- conclusão dos projetos UHE Simplício, UHE Batalha e a Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara, que faz o escoamento da energia produzida pelas usinas do rio Madeira, do Norte do País para a Região Sudeste;
- redução de custos operacionais, além dos obtidos com as saídas já registradas do PREQ, especialmente decorrentes de aprimoramento e simplificação de processos, compartilhamento de serviços nas áreas operacionais e enxugamento da estrutura organizacional;
- aumento do fluxo de dividendos e da eficiência operacional das SPE devido à forte atuação na gestão das parcerias.

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR
UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

13 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

14 PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

15 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Publicidade Institucional

Contrato: Arcos Propaganda Ltda.

Vigência do Contrato: 09.02.2013 a 08.02.2014

Valor do Contrato: R\$ 20.000.000,00

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Simplicio	1022	Institucional	25/fev	55.702,73
Programa Deles & Delas	1023	Institucional	25/fev	68.400,00
Projeto MOV TV (Band)	1024	Institucional	25/fev	57.000,00
JB On line	1026	Institucional	17/abr	119.700,00
Showbol Campeonato Carioca 2013	1027	Institucional	17/abr	285.000,00
Aeroportos Brasil	1029	Institucional	17/abr	519.785,69
Espaço Furnas Cultural	1037	Institucional	13/mar	289.591,64
Rádio Band News FM	1039	Institucional	03/abr	137.277,52
Rádio Bradesco	1040	Institucional	01/abr	104.738,90
Rádio MPB	1041	Institucional	03/abr	114.820,85
TV Band e TV CNT Programas Esportivos	1042	Institucional	11/abr	278.148,00
Bom Despacho	1045	Institucional	01/abr	7.671,31
Circuito Sul Americano de Futsal	1046	Institucional	01/abr	190.000,00
Ponte Rio – Niterói	1047	Institucional	09/abr	650.664,91
Paineis Galeão	1049	Institucional	03/abr	787.239,83
Carrinhos Elétrico Galeão	1050	Institucional	03/abr	126.810,75
Carrinhos Elétricos Coppe	1052	Institucional	15/abr	177.768,75
Simplicio	1053	Institucional	15/abr	116.170,77
Programa Deles e Delas	1060	Institucional	25/abr	68.400,00
Rádio Tupi	1061	Institucional	25/abr	128.409,60
Rádio Transamérica	1062	Institucional	25/abr	123.975,00
Revista Justiça e Cidadania	1063	Institucional	28/abr	42.750,00
MOV TV	1067	Institucional	30/abr	57.000,00
Rádio Globo AM/FM	1068	Institucional	05/mai	285.000,00
Rádio Itatiaia	1069	Institucional	29/abr	713.130,87
Rádios Região dos Lagos	1074	Institucional	14/mai	28.015,84

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Espaço Furnas Cultural	1095	Institucional	21/ago	336.549,66
Rádio Band News – Renovação	1096	Institucional	03/jul	283.580,85
Rádio Bradesco	1097	Institucional	05/jul	211.362,17
TV Band e TV CNT – Esporte	1098	Institucional	12/jul	375.250,42
Carro Elétrico Galeão	1104	Institucional	12/jul	253.621,50
Campanha Institucional Atletas	1105	Institucional	03/ago	926.098,95
Programa Deles e Delas	1107	Institucional	17/set	68.400,80
Revista Viver Brasil e Revista Encontro	1108	Institucional	19/ago	86.229,11
Rádio Região dos Lagos	1119	Institucional	15/out	28.407,52
Rádio Transamérica	1120	Institucional	15/out	81.504,10
Campanha Atletas – Revista Esportes	1123	Institucional	07/out	141.622,20
Campanha Atletas – Jornal Lance	1124	Institucional	01/out	134.270,15
JB Online / Globo Online – Atletas	1125	Institucional	27/nov	39.995,00
Revista Catálogo ACIE	1126	Institucional	21/out	18.896,64
Jornal do Comércio – Projeto Brasil: Um Novo País	1127	Institucional	09/out	68.023,80
Campanha LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste	1128	Institucional	16/out	59.030,39
Rádio Transamérica FM + BEAT 98 FM	1135	Institucional	21/nov	30.424,68
Rádio Catedral FM	1141	Institucional	28/nov	11.278,40
Painéis Aeroporto Tom Jobim e Taxi Especial	1144	Institucional	13/dez	727.954,60
Usina de Batalha	1147	Institucional	11/dez	11.922,24
Campanha Atletas – Revistas	1150	Institucional	13/dez	345.460,85
Subtotal Geral Média				9.773.056,99

Produção	Siref - Ação	PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Anúncios Carnaval 2013	14	Institucional	25/fev	1.349,60
Finalização Anúncio Jornais de Cuiabá	15	Institucional	25/fev	1.934,40
Produção Campanha Simplício - enchimento	16	Institucional	01/mar	2.378,48
Sinalização Interna Sede de Furnas	17	Institucional	01/mar	104.016,64
Produção para Controle e exposição Digital dos Eventos do Centro Cultural	18	Institucional	06/mar	102.596,00
Produção Registro do Enchimento do Reservatório de Simplício	19	Institucional	13/mar	36.154,56
Endomarketing – Heliponto	20	Institucional	20/mar	56.249,86
Produção de 7 Arquivos em MOV – Filmes Furnas	22	Institucional	14/mar	4.588,60
Impressão Papelaria Reunião CEF	23	Institucional	14/mar	5.670,24
Espera Telefônica	24	Institucional	15/mar	936,00
Produção Spot LT Bom Despacho	25	Institucional	15/mar	2.912,00
Filme Retrospectiva 2012 – Refação	26	Institucional	20/mar	16.624,40
Espera Telefônica – Novo Slogan	27	Institucional	20/mar	624,00
Segunda Etapa Projeto Sinalização Interna	28	Institucional	22/mar	87.441,12
Melhorias Mapa Digital	30	Institucional	22/mar	205.387,52

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Custo das Vozes + Direito de Imagens	31	Institucional	27/mar	832.000,00
Campanha Institucional Furnas Rio 2016	32	Institucional	01/abr	52.000,00
Melhoria Mapa Digital – Canal de Comunicação <i>Mobile</i>	34	Institucional	05/abr	131.570,40
Melhoria Canal Mobile Esportes Paralímpicos IOS – Internacionalização	35	Institucional	05/abr	84.448,00
Produção Canal Comunicação Mobile Esporte – Furnas 2016	36	Institucional	05/abr	147.922,32
Vídeo Projeto Natação Sem Barreiras	39	Institucional	17/abr	4.511,52
Produção Lona Paineis Pedágio Ponte Rio/Niterói	40	Institucional	18/abr	5.491,20
Custo Voz + Direito de Imagem Daiane dos Santos	41	Institucional	26/abr	249.600,00
Custo Voz + Direito de Imagem Chloe Calmon	42	Institucional	26/abr	87.360,00
Produção Fotos Campanha Furnas Esportes 2016	43	Institucional	02/mai	134.523,90
Reutilização do Filme Vento 30”	44	Institucional	03/mai	114.980,32
Custo Voz + Direito de Imagem Arthur Zanetti	45	Institucional	08/mai	249.600,00
Custo Voz + Direito de Imagem Vitor Penauber	46	Institucional	08/mai	87.360,00
Programação Visual Simplício / Anta	47	Institucional	13/mai	44.610,80
Papelaria Reunião CEF e BID	48	Institucional	15/mai	1.909,44
Making Of Fotos dos Atletas	49	Institucional	15/mai	13.780,00
Spots Atletas	50	Institucional	16/mai	23.400,00
Produção / Instalação Lonas Aeroportos Brasil	51	Institucional	23/mai	16.588,00
Produção / Instalação Lonas Aeroportos Tom Jobim	52	Institucional	23/mai	16.296,80
Filme Subestação Grajaú	54	Institucional	23/mai	91.998,40
Adesivação Frota Furnas – Endomarketing	56	Institucional	21/jun	26.873,60
Captação Imagens Subestações Grajaú e Jacarepaguá	57	Institucional	27/jun	118.242,80
Custo Voz + Direito de Imagem Atletas do Vôlei	58	Institucional	27/jun	499.200,00
Alteração Filme Simplício	59	Institucional	03/jul	6.718,40
Manipulação Imagem Simplício	60	Institucional	05/jul	5.576,00
Vídeo Institucional Usinas	61	Institucional	09/jul	98.806,24
Produção Troca dos Adesivos Carros Elétricos Fundão	64	Institucional	02/ago	16.473,60
Produção Papelaria para Reunião com Banco do Brasil	65	Institucional	15/ago	2.059,20
Melhoria Canal de Comunicação Casa Virtual	66	Institucional	19/ago	133.396,64
Custos Internos Papelaria Reunião Banco do Brasil	67	Institucional	20/ago	3.760,80
Making Of – Valor Adicional	68	Institucional	28/ago	8.268,00
Produção Melhoria Mapa Digital (android) – Dicas de Energia e Pesquisa	70	Institucional	03/set	74.752,08
Produção Melhoria Mapa Digital (iOS) – Dicas de Energia e Pesquisa	71	Institucional	03/set	108.524,00
Custos Internos Anúncios Campanha	74	Institucional	05/set	31.946,08

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Institucional Atletas				
Produção Troca Programação Visual Sedes Jacarepaguá, Grajaú e Foz	75	Institucional	10/set	51.760,80
Criação e Produção Vídeo Animação 3D – Caminhos da Energia	76	Institucional	12/set	26.811,46
Direito Imagem Atleta Vôlei Masculino (Ualas)	78	Institucional	18/set	184.479,02
Direito Imagem Atleta Vôlei Masculino (BSCR)	79	Institucional	18/set	122.079,02
Programação Visual Simplício/Anta Fase II	80	Institucional	18/set	50.668,80
Produção Placas Sinalização Externa Empreendimentos Furnas	81	Institucional	18/set	68.608,80
Produção da Troca da Lona Bloco C Furnas – Endomarketing	82	Institucional	23/set	26.977,60
Direito Imagem Atleta Vôlei Masculino (Hansports)	84	Institucional	25/set	42.569,98
Vídeo Retrospectiva 2012	85	Institucional	20/set	50.777,50
Produção de Melhoria do Mapa Digital Revisão de Conteúdo	86	Institucional	26/set	45.032,00
Direito Imagem Atletas Vôlei Mascul. (PVA Esportes)	87	Institucional	30/set	136.169,98
Custo Interno Painéis Atletas	89	Institucional	03/out	2.380,80
Direito Imagem Atletas Vôlei Mascul. (Riad)	90	Institucional	08/out	33.732,04
Produções de Comunicação e Marketing	93	Institucional	14/out	61.484,80
Produção Spot Tijuco Preto-Itapeti	96	Institucional	22/out	3.000,00
Melhoria Canal Comunicação Mobile Mapa Digital	97	Institucional	23/out	87.224,80
Custos Internos Campanha Inst. Atletas	98	Institucional	24/out	4.798,36
Adaptação e Produção Arroba Banner	99	Institucional	24/out	1.400,00
Totens Sinalização Empreendimentos Furnas – Endomarketing	100	Institucional	24/out	137.217,60
Direito Imagem Atleta Vôlei Masc. (DM7 Sports)	102	Institucional	29/out	104.969,98
Vídeo Caminhos da Energia Eólica	106	Institucional	05/nov	26.811,46
Vídeo Caminhos da Energia Solar	107	Institucional	05/nov	26.811,46
Direito de Imagem Atletas Ligiero e Jaquelin	108	Institucional	06/nov	134.726,59
Produção Frota Furnas e Lona Heliponto – Endomarketing	109	Institucional	07/nov	62.712,00
Direito Imagem e Voz Atleta César Cielo	111	Institucional	13/nov	249.600,00
Vídeos Dicas Furnas	112	Institucional	21/nov	102.960,00
Vídeo 30" Furnas	113	Institucional	22/nov	186.220,00
Produção Melhoria Mapa Digital iOS – Roteirização	114	Institucional	25/nov	64.688,00
Produção Melhoria Mapa Digital Android – Roteirização	115	Institucional	25/nov	69.648,80
Campanha Usina Batalha	119	Institucional	09/dez	4.000,00
Maquete 3D	120	Institucional	09/dez	48.214,40
Energia Eólica	121	Institucional	09/dez	27.414,40
Vídeo Institucional Furnas	122	Institucional	11/dez	100.842,56
Material On Line – Adaptação	123	Institucional	11/dez	3.500,00
Custos internos Anúncio Pag Dupla O Globo	124	Institucional	11/dez	4.324,40

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Manipulação Imagem Anúncio Atletas O Globo	125	Institucional	11/dez	4.160,00
Canal Comunicação Mobile Queimadas	126	Institucional	18/dez	90.740,00
Canal Comunicação Mobile Ventos e Marés	127	Institucional	18/dez	99.216,00
Canal Comunicação Mobile Melhoria Mapa Digital – Tour Virtual Android	128	Institucional	18/dez	177.808,80
Melhoria Mapa Digital – Tour Virtual	129	Institucional	18/dez	174.824,00
Melhoria Canal Comunicação Mobile Esportes Especiais	130	Institucional	18/dez	86.788,00
Campanha Simplício Enchimento Reservatório – Custos Internos Anúncio e Lâmina	131	Institucional	20/dez	3.242,40
Campanha Simplício – Início dos Testes de Operações de Máquinas Custos Internos Anúncios	132	Institucional	20/dez	5.838,40
Campanha LT Bom Despacho Custos Internos Lâmina e Spot	133	Institucional	20/dez	2.618,80
Campanha Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste Custos Internos Anúncios e Spot	134	Institucional	20/dez	4.010,76
Projeto Furnas Educa	135	Institucional	20/dez	192.558,08
Subtotal Geral Produção 2013				7.349.834,61
Total Mídia + Produção 2013				17.122.891,60

Publicidade Legal

Contrato: Empresa Brasil de Comunicação

Vigência do Contrato: 28.10.2013 a 27.10.2014

Valor do Contrato: R\$ 6.000.000,00

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106218230	2.223,36	10/1/2013	246376	Correio Braziliense
5106218229	2.223,36	10/1/2013	246375	Correio Braziliense
5106218228	2.223,36	10/1/2013	246374	Correio Braziliense
5106218227	34.701,00	10/1/2013	246373	O Globo
5106218226	240,00	10/1/2013	246074	Folha Popular
5106218225	1.940,40	10/1/2013	245788	O Tempo
5106218224	594,55	10/1/2013	245787	O Popular
5106218223	1.264,20	10/1/2013	245113	Jornal do Commercio
5106218221	1.264,20	10/1/2013	245111	Jornal do Commercio
5106218220	1.053,50	10/1/2013	245110	Jornal do Commercio
5106218219	1.264,20	10/1/2013	245109	Jornal do Commercio
5106218218	1.264,20	10/1/2013	245108	Jornal do Commercio
5106218217	570,24	10/1/2013	244800	Mogi News
5106218216	413,28	10/1/2013	244799	A Voz da Cidade
5106218215	413,28	10/1/2013	244798	A Voz da Cidade

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106218214	2.117,50	10/1/2013	244530	Diário do Nordeste
5106218213	1.794,10	10/1/2013	244529	Diário do Nordeste
5106218212	1.794,10	10/1/2013	244528	Diário do Nordeste
5106218211	2.117,50	10/1/2013	244527	Diário do Nordeste
5106218210	713,46	10/1/2013	244287	O Popular
5106218209	594,55	10/1/2013	244286	O Popular
5106218208	14.106,24	10/1/2013	244285	Folha de São Paulo
5106218207	1.474,90	10/1/2013	244053	Jornal do Commercio
5106218206	1.264,20	10/1/2013	244052	Jornal do Commercio
5106218205	1.474,90	10/1/2013	244051	Jornal do Commercio
5106218204	1.264,20	10/1/2013	244050	Jornal do Commercio
5106218203	3.131,10	10/1/2013	244049	Jornal do Commercio
5106218202	1.264,20	10/1/2013	244048	Jornal do Commercio
5106218201	1.053,50	10/1/2013	244047	Jornal do Commercio
5106218286	1.770,00	14/1/2013	248607	Valor Econômico
5106218285	1.203,84	14/1/2013	248606	Estado de Minas
5106218283	14.106,24	14/1/2013	248605	Folha de São Paulo
5106218281	2.170,88	14/1/2013	248270	Diário do Nordeste
5106218280	2.170,88	14/1/2013	248269	Diário Do Nordeste
5106218278	2.208,92	14/1/2013	248268	O Dia
5106218275	1.971,20	14/1/2013	247895	A Tarde
5106218273	1.971,20	14/1/2013	247894	A Tarde
5106218266	1.971,20	14/1/2013	247892	A Tarde
5106218264	2.263,80	14/1/2013	247282	O Tempo
5106218260	2.263,80	14/1/2013	247281	O Tempo
5106218258	2.263,80	14/1/2013	247280	O Tempo
5106218256	2.263,80	14/1/2013	247279	O Tempo
5106218253	1.264,20	14/1/2013	247063	Jornal do Commercio
5106218244	1.264,20	14/1/2013	247062	Jornal do Commercio
5106218243	1.053,50	14/1/2013	247061	Jornal do Commercio
5106218242	1.264,20	14/1/2013	247060	Jornal do Commercio
5106218240	1.264,20	14/1/2013	246708	Jornal do Commercio
5106218237	1.264,20	14/1/2013	246707	Jornal do Commercio
5106218236	1.264,20	14/1/2013	246706	Jornal do Commercio
5106218235	1.264,20	14/1/2013	246705	Jornal do Commercio
5106218233	270,00	14/1/2013	246704	Jornal da Mantiqueira
5106218231	2.223,36	14/1/2013	246377	Correio Braziliense
5106218338	674,88	16/1/2013	250260	Tribuna do Norte

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106218333	674,88	16/1/2013	250259	Tribuna do Norte
5106218332	7.886,34	16/1/2013	250012	Estado de São Paulo
5106218331	7.886,34	16/1/2013	250011	Estado de São Paulo
5106218326	1.264,20	16/1/2013	249213	Jornal do Commercio
5106218324	1.264,20	16/1/2013	249212	Jornal do Commercio
5106218323	1.264,20	16/1/2013	249211	Jornal do Commercio
5106218322	2.087,40	16/1/2013	249210	Jornal do Commercio
5106218320	2.087,40	16/1/2013	249209	Jornal do Commercio
5106218319	1.264,20	16/1/2013	249208	Jornal do Commercio
5106218317	1.264,20	16/1/2013	249207	Jornal do Commercio
5106218316	1.264,20	16/1/2013	249206	Jornal do Commercio
5106218313	1.053,50	16/1/2013	249205	Jornal do Commercio
5106218310	1.264,20	16/1/2013	249204	Jornal do Commercio
5106218309	1.264,20	16/1/2013	249203	Jornal do Commercio
5106218307	1.739,50	16/1/2013	249202	Jornal do Commercio
5106218304	1.474,90	16/1/2013	249201	Jornal do Commercio
5106218301	1.474,90	16/1/2013	249200	Jornal do Commercio
5106218299	1.161,00	16/1/2013	248868	Gazeta do Povo
5106218298	1.161,00	16/1/2013	248867	Gazeta do Povo
5106218294	928,80	16/1/2013	248866	Gazeta do Povo
5106218292	928,80	16/1/2013	248865	Gazeta do Povo
5106218290	928,80	16/1/2013	248864	Gazeta do Povo
5106218288	928,80	16/1/2013	248863	Gazeta do Povo
5106218287	19.716,00	16/1/2013	248862	O Globo
5106218271	1.971,20	16/1/2013	247893	A Tarde
5106218241	1.264,20	16/1/2013	246709	Jornal do Commercio
5106218222	1.264,20	16/1/2013	245112	Jornal do Commercio
5106223740	2.087,40	21/1/2013	250426	Jornal do Commercio
5106223737	1.053,50	21/1/2013	250423	Jornal do Commercio
5106223734	1.474,90	21/1/2013	250408	Jornal do Commercio
5106223701	715,65	21/1/2013	252234	Paraná Centro
5106223741	1.770,00	24/1/2013	252667	Valor Econômico
5106223723	363,62	24/1/2013	252675	Gazeta do Iguaçu
5106223722	1.264,20	24/1/2013	252674	Jornal do Commercio
5106223721	1.264,20	24/1/2013	252673	Jornal do Commercio
5106223719	1.264,20	24/1/2013	252672	Jornal do Commercio
5106223718	1.264,20	24/1/2013	252671	Jornal do Commercio
5106223717	1.474,90	24/1/2013	252670	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106223716	1.264,20	24/1/2013	252669	Jornal do Commercio
5106223715	1.264,20	24/1/2013	252668	Jornal do Commercio
5106223711	1.474,90	24/1/2013	252666	Jornal do Commercio
5106223710	1.264,20	24/1/2013	252665	Jornal do Commercio
5106223709	1.264,20	24/1/2013	252664	Jornal do Commercio
5106223708	1.264,20	24/1/2013	252663	Jornal do Commercio
5106223707	1.264,20	24/1/2013	252662	Jornal do Commercio
5106223706	1.264,20	24/1/2013	252661	Jornal do Commercio
5106223705	1.264,20	24/1/2013	252660	Jornal do Commercio
5106223704	1.264,20	24/1/2013	252659	Jornal do Commercio
5106223703	1.161,00	24/1/2013	252658	Gazeta do Povo
5106223702	1.161,00	24/1/2013	252657	Gazeta do Povo
5106223700	5.680,08	24/1/2013	251928	O Dia
5106223699	1.404,48	24/1/2013	251462	Estado de Minas
5106223698	240,00	24/1/2013	251461	Folha Popular
5106223696	45.192,00	24/1/2013	251160	O Globo
5106223695	240,00	24/1/2013	251157	Folha Popular
5106223694	1.789,28	24/1/2013	251159	Jornal do Commercio
5106223693	1.789,28	24/1/2013	251158	Jornal do Commercio
5106223689	8.554,76	24/1/2013	250925	Folha de São Paulo
5106223688	1.026,96	24/1/2013	250924	O Popular
5106223687	1.026,96	24/1/2013	250923	O Popular
5106223686	1.026,96	24/1/2013	250922	O Popular
5106223685	1.026,96	24/1/2013	250921	O Popular
5106223684	641,85	24/1/2013	250920	O Popular
5106223683	1.770,00	24/1/2013	250608	Valor Econômico
5106223682	1.353,60	24/1/2013	250607	A Gazeta
5106223681	1.353,60	24/1/2013	250606	A Gazeta
5106223680	363,62	24/1/2013	250428	Gazeta do Iguaçu
5106223679	1.474,90	24/1/2013	250427	Jornal do Commercio
5106223678	1.264,20	24/1/2013	250425	Jornal do Commercio
5106223677	1.264,20	24/1/2013	250424	Jornal do Commercio
5106223675	1.474,90	24/1/2013	250422	Jornal do Commercio
5106223674	1.474,90	24/1/2013	250421	Jornal do Commercio
5106223672	1.474,90	24/1/2013	250420	Jornal do Commercio
5106223671	1.474,90	24/1/2013	250419	Jornal do Commercio
5106223670	1.264,20	24/1/2013	250418	Jornal do Commercio
5106223669	1.685,60	24/1/2013	250417	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106223668	1.264,20	24/1/2013	250416	Jornal do Commercio
5106223666	1.264,20	24/1/2013	250415	Jornal do Commercio
5106223664	1.264,20	24/1/2013	250414	Jornal do Commercio
5106223663	1.264,20	24/1/2013	250413	Jornal do Commercio
5106223662	1.474,90	24/1/2013	250412	Jornal do Commercio
5106223661	1.474,90	24/1/2013	250411	Jornal do Commercio
5106223660	1.264,20	24/1/2013	250410	Jornal do Commercio
5106223659	1.264,20	24/1/2013	250409	Jornal do Commercio
5106223657	1.474,90	24/1/2013	250407	Jornal do Commercio
5106223656	1.474,90	24/1/2013	250406	Jornal do Commercio
5106223655	1.264,20	24/1/2013	250405	Jornal do Commercio
5106223653	1.739,50	24/1/2013	250404	Jornal do Commercio
5106223651	1.264,20	24/1/2013	250403	Jornal do Commercio
5106223650	1.264,20	24/1/2013	250402	Jornal do Commercio
5106223649	1.264,20	24/1/2013	250401	Jornal do Commercio
5106226499	12.388,32	21/2/2013	258839	Estado de São Paulo
5106226498	12.388,32	21/2/2013	258838	Estado de São Paulo
5106226497	1.003,20	21/2/2013	258837	Estado de Minas
5106226496	19.709,16	21/2/2013	258597	O Globo
5106226495	2.173,50	21/2/2013	258372	Correio Braziliense
5106226494	1.070,19	21/2/2013	258371	O Popular
5106226493	6.468,98	21/2/2013	257742	O Dia
5106226492	507,60	21/2/2013	257478	A Gazeta
5106226491	507,60	21/2/2013	257477	A Gazeta
5106226490	676,80	21/2/2013	257476	A Gazeta
5106226489	641,85	21/2/2013	257250	O Popular
5106226488	1.770,00	21/2/2013	256469	Valor Econômico
5106226487	507,60	21/2/2013	256468	A Gazeta
5106226486	363,62	21/2/2013	256467	Gazeta do Iguaçu
5106226458	6.759,72	21/2/2013	256219	Estado de São Paulo
5106226456	6.759,72	21/2/2013	256218	Estado de São Paulo
5106226455	894,98	21/2/2013	255847	Folha de Londrina
5106226454	894,98	21/2/2013	255846	Folha de Londrina
5106226453	1.161,00	21/2/2013	255549	Gazeta do Povo
5106226452	788,90	21/2/2013	255217	O Dia
5106226451	1.161,00	21/2/2013	254969	Gazeta do Povo
5106226448	5.649,00	7/3/2013	254706	O Globo
5106226443	894,98	7/3/2013	254705	Folha de Londrina

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106226441	894,98	7/3/2013	254704	Folha de Londrina
5106226440	894,98	7/3/2013	254703	Folha de Londrina
5106226438	894,98	7/3/2013	254702	Folha de Londrina
5106226436	1.264,20	7/3/2013	254701	Jornal do Commercio
5106226434	1.053,50	7/3/2013	254700	Jornal do Commercio
5106226433	1.264,20	7/3/2013	254699	Jornal do Commercio
5106226430	1.264,20	7/3/2013	254698	Jornal do Commercio
5106226428	1.264,20	7/3/2013	254697	Jornal do Commercio
5106226425	1.264,20	7/3/2013	254696	Jornal do Commercio
5106226423	1.474,90	7/3/2013	254409	Jornal do Commercio
5106226422	1.264,20	7/3/2013	254408	Jornal do Commercio
5106226421	1.264,20	7/3/2013	254407	Jornal do Commercio
5106226419	1.264,20	7/3/2013	254406	Jornal do Commercio
5106226416	1.264,20	7/3/2013	254405	Jornal do Commercio
5106226413	1.474,90	7/3/2013	254404	Jornal do Commercio
5106226409	1.053,50	7/3/2013	254403	Jornal do Commercio
5106226406	7.886,34	7/3/2013	254046	Estado de São Paulo
5106226403	5.506,56	7/3/2013	254045	Zero Hora
5106226401	5.995,64	7/3/2013	254044	O Dia
5106226398	1.203,84	7/3/2013	254043	Estado de Minas
5106218329	570,24	7/3/2013	249632	Mogi News
5106232702	2.173,50	26/3/2013	263312	Correio Braziliense – Distrito Federal
5106232701	192,96	26/3/2013	263311	Jornal de Frutal
5106232700	192,96	26/3/2013	263310	Jornal de Frutal
5106232698	192,96	26/3/2013	263308	Jornal de Frutal
5106232688	1.073,42	26/3/2013	263109	A Tribuna
5106232685	13.287,82	26/3/2013	218146	O Dia
5106232683	1.324,13	26/3/2013	262658	A Gazeta
5106232681	14.937,12	26/3/2013	262657	O Globo
5106232672	288,75	26/3/2013	262276	Diário de Cuiabá
5106232665	288,75	26/3/2013	262275	Diário de Cuiabá
5106232661	363,00	26/3/2013	262274	Diário de Cuiabá
5106232660	288,75	26/3/2013	262273	Diário de Cuiabá
5106232657	2.024,60	26/3/2013	262072	Valor Econômico
5106232652	1.264,20	26/3/2013	261916	Jornal do Commercio
5106232650	1.264,20	26/3/2013	261664	Jornal do Commercio
5106232649	1.264,20	26/3/2013	261663	Jornal do Commercio
5106232648	1.264,20	26/3/2013	261662	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106232638	1.264,20	26/3/2013	261661	Jornal do Commercio
5106232634	1.264,20	26/3/2013	261660	Jornal do Commercio
5106232631	17.138,40	26/3/2013	261398	O Globo
5106232628	315,00	26/3/2013	261397	Correio Braziliense – Distrito Federal
5106232627	8.258,88	26/3/2013	260946	O Estado de São Paulo
5106232624	1.264,20	26/3/2013	260944	Jornal do Commercio
5106232620	1.264,20	26/3/2013	260943	Jornal do Commercio
5106232618	1.264,20	26/3/2013	260942	Jornal do Commercio
5106232617	1.104,46	26/3/2013	260941	O Dia
5106232614	3.471,16	26/3/2013	260940	O Dia
5106232613	1.053,50	26/3/2013	260939	Jornal do Commercio
5106232612	1.264,20	26/3/2013	260938	Jornal do Commercio
5106232611	1.264,20	26/3/2013	260937	Jornal do Commercio
5106232610	1.264,20	26/3/2013	260936	Jornal do Commercio
5106232609	1.053,50	26/3/2013	260935	Jornal do Commercio
5106232608	1.264,20	26/3/2013	260934	Jornal do Commercio
5106232607	1.264,20	26/3/2013	260933	Jornal do Commercio
5106232606	315,00	26/3/2013	261177	Correio Braziliense – Distrito Federal
5106232605	3.786,72	26/3/2013	261176	O Dia
5106232604	694,40	26/3/2013	260684	Jornal do Commercio
5106232603	1.474,90	26/3/2013	260449	Jornal do Commercio
5106232602	1.053,50	26/3/2013	260448	Jornal do Commercio
5106232601	1.474,90	26/3/2013	260447	Jornal do Commercio
5106232600	1.264,20	26/3/2013	260446	Jornal do Commercio
5106232598	385,11	26/3/2013	259997	Diário da Manhã
5106232597	1.474,90	26/3/2013	259768	Jornal do Commercio
5106232596	1.264,20	26/3/2013	259767	Jornal do Commercio
5106229338	31.473,00	26/3/2013	235648	O Globo
5106232625	8.258,88	27/3/2013	260945	O Estado de São Paulo
5106234985	31.473,00	2/4/2013	235648-1	O Globo
5106232699	192,96	2/4/2013	263309	Jornal de Frutal
5106232697	192,96	2/4/2013	263307	Jornal de Frutal
5106232695	192,96	2/4/2013	263306	Jornal de Frutal
5106232599	898,59	2/4/2013	260445	O Popular
5106217089	475,20	3/4/2013	233777	Mogi News
5106217079	2.409,12	3/4/2013	233776	Zero Hora
5106217072	1.264,20	3/4/2013	233775	Jornal do Commercio
5106217070	1.264,20	3/4/2013	233774	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106217060	534,86	3/4/2013	223360	O Diário
5106223646	1.264,20	4/4/2013	250400	Jornal do Commercio
5106223645	1.264,20	4/4/2013	250399	Jornal do Commercio
5106223642	1.474,90	4/4/2013	250398	Jornal do Commercio
5106236296	1.474,90	9/4/2013	250398	Jornal do Commercio
5106236294	1.264,20	9/4/2013	250399	Jornal do Commercio
5106236290	1.264,20	9/4/2013	250400	Jornal do Commercio
5106235140	1.605,12	9/4/2013	237814	Estado de Minas
5106235121	1.264,20	9/4/2013	265637	Jornal do Commercio
5106235119	1.053,50	9/4/2013	265636	Jornal do Commercio
5106235118	1.474,90	9/4/2013	265635	Jornal do Commercio
5106235117	1.053,50	9/4/2013	265634	Jornal do Commercio
5106235116	1.053,50	9/4/2013	265633	Jornal do Commercio
5106235115	1.264,20	9/4/2013	265632	Jornal do Commercio
5106235114	1.474,90	9/4/2013	265254	Jornal do Commercio
5106235113	1.264,20	9/4/2013	265253	Jornal do Commercio
5106235112	1.474,90	9/4/2013	265252	Jornal do Commercio
5106235111	1.264,20	9/4/2013	265251	Jornal do Commercio
5106235110	1.264,20	9/4/2013	265250	Jornal do Commercio
5106235109	1.474,90	9/4/2013	265249	Jornal do Commercio
5106235107	9.635,36	9/4/2013	264923	Estado de São Paulo
5106235105	2.200,64	9/4/2013	264752	O Dia
5106235104	5.998,44	9/4/2013	264541	O Globo
5106235103	1.474,90	9/4/2013	264327	Jornal do Commercio
5106235097	1.264,20	9/4/2013	264326	Jornal do Commercio
5106235095	1.053,50	9/4/2013	264325	Jornal do Commercio
5106235094	1.264,20	9/4/2013	264324	Jornal do Commercio
5106235092	1.264,20	9/4/2013	264323	Jornal do Commercio
5106235091	1.474,90	9/4/2013	264322	Jornal do Commercio
5106235089	1.474,90	9/4/2013	264321	Jornal do Commercio
5106235088	2.173,50	9/4/2013	264121	Correio Braziliense
5106235086	1.474,90	9/4/2013	263915	Jornal do Commercio
5106235084	8.258,88	9/4/2013	263449	Estado de São Paulo
5106235083	8.258,88	9/4/2013	263448	Estado de São Paulo
5106235139	570,24	17/4/2013	232224	Mogi News
5106235138	570,24	17/4/2013	232223	Mogi News
5106235136	626,40	17/4/2013	230956	Mogi News
5106238368	2.024,60	30/4/2013	266691	Valor Econômico

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106238367	1.264,20	30/4/2013	266474	Jornal do Commercio
5106238366	1.474,90	30/4/2013	266473	Jornal do Commercio
5106238365	1.474,90	30/4/2013	266472	Jornal do Commercio
5106238362	1.264,20	30/4/2013	266471	Jornal do Commercio
5106238361	1.264,20	30/4/2013	266470	Jornal do Commercio
5106238357	3.724,00	30/4/2013	266469	Jornal do Commercio
5106238356	1.264,20	30/4/2013	266468	Jornal do Commercio
5106238354	3.724,00	30/4/2013	266467	Jornal do Commercio
5106238352	1.474,90	30/4/2013	266466	Jornal do Commercio
5106238350	1.474,90	30/4/2013	266465	Jornal do Commercio
5106238349	22.279,92	30/4/2013	266346	O Globo
5106238333	78.510,60	30/4/2013	265991	Folha de São Paulo
5106238331	6.771,20	30/4/2013	265990	O Dia
5106238328	1.053,50	30/4/2013	265809	Jornal do Commercio
5106238326	1.264,20	30/4/2013	265808	Jornal do Commercio
5106238324	1.053,50	30/4/2013	265807	Jornal do Commercio
5106238321	1.053,50	30/4/2013	265806	Jornal do Commercio
5106238320	1.053,50	30/4/2013	265805	Jornal do Commercio
5106239724	1.026,96	2/5/2013	269365	O Popular
5106239721	2.107,00	2/5/2013	269303	Jornal do Commercio
5106239720	1.083,60	2/5/2013	269083	Jornal do Commercio
5106239718	46.033,92	2/5/2013	268908	O Globo
5106239716	1.721,28	2/5/2013	268682	Estado de Minas
5106239715	1.264,20	2/5/2013	268681	Jornal do Commercio
5106239713	1.474,90	2/5/2013	268680	Jornal do Commercio
5106239712	2.107,00	2/5/2013	268679	Jornal do Commercio
5106239701	1.264,20	2/5/2013	268678	Jornal do Commercio
5106239699	1.053,50	2/5/2013	268677	Jornal do Commercio
5106239698	1.474,90	2/5/2013	268676	Jornal do Commercio
5106239696	1.264,20	2/5/2013	268675	Jornal do Commercio
5106239695	1.437,92	2/5/2013	268674	O Popular
5106239694	1.797,18	2/5/2013	268673	O Popular
5106239693	2.516,36	2/5/2013	268672	O Popular
5106239692	898,59	2/5/2013	268671	O Popular
5106239691	903,00	2/5/2013	268670	Jornal do Commercio
5106239690	716,10	2/5/2013	268468	Jornal do Tocantins
5106239689	363,62	2/5/2013	268467	Gazeta do Iguaçu
5106239688	1.743,00	2/5/2013	268306	O Tempo – Belo Horizonte

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106239687	1.743,00	2/5/2013	268305	O Tempo – Belo Horizonte
5106239686	2.257,50	2/5/2013	268304	O Tempo – Belo Horizonte
5106239685	363,62	2/5/2013	268095	Gazeta do Iguaçu
5106239684	1.083,60	2/5/2013	268094	Jornal do Commercio
5106239683	1.264,20	2/5/2013	268093	Jornal do Commercio
5106239682	2.484,00	2/5/2013	267597	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106239681	3.744,00	2/5/2013	267596	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106239680	2.484,00	2/5/2013	267595	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106239679	40.521,60	2/5/2013	267594	Folha de São Paulo
5106239678	1.290,96	2/5/2013	267348	Estado de Minas
5106239677	698,54	2/5/2013	267180	Mogi News
5106239676	641,85	2/5/2013	267179	O Popular
5106239675	898,59	2/5/2013	267178	O Popular
5106239673	2.173,50	2/5/2013	267177	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106239672	694,40	2/5/2013	267176	Jornal do Tocantins
5106239669	2.170,88	2/5/2013	266952	Diário do Nordeste
5106239723	1.026,96	3/5/2013	269364	O Popular
5106239717	1.083,60	3/5/2013	268683	Jornal do Commercio
5106238329	898,59	3/5/2013	265810	O Popular
5106243527	14.940,00	27/5/2013	272166	O Tempo – Belo Horizonte
5106243526	4.752,00	27/5/2013	272165	Jornal de Brasilia
5106243524	2.031,36	27/5/2013	271733	O Dia
5106243522	1.013,38	27/5/2013	271540	O Popular
5106243521	1.083,60	27/5/2013	271539	Jornal do Commercio
5106243519	1.264,20	27/5/2013	271538	Jornal do Commercio
5106243518	1.083,60	27/5/2013	271537	Jornal do Commercio
5106243517	1.552,50	27/5/2013	271284	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106243516	1.552,50	27/5/2013	271283	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106243515	21.610,80	27/5/2013	271138	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106240725	10.283,04	27/5/2013	270618	O Globo
5106240724	532,00	27/5/2013	270617	Bom Dia
5106240722	2.024,60	27/5/2013	270463	Valor Econômico
5106240721	1.444,80	27/5/2013	270462	Jornal do Commercio
5106240719	1.083,60	27/5/2013	270461	Jornal do Commercio
5106240718	1.264,20	27/5/2013	270460	Jornal do Commercio
5106240704	2.151,60	27/5/2013	269917	Estado de Minas
5106240703	2.200,64	27/5/2013	269916	O Dia
5106240702	8.633,28	27/5/2013	269915	O Dia

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106240695	89.904,78	27/5/2013	269683	Folha de São Paulo
5106240691	2.173,50	27/5/2013	269682	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106240690	1.099,93	27/5/2013	269681	A Gazeta - Mato Grosso
5106240687	1.466,57	27/5/2013	269680	A Gazeta - Mato Grosso
5106240685	1.099,93	27/5/2013	269679	A Gazeta – Mato Grosso
5106240682	976,96	27/5/2013	269678	Gazeta do Povo
5106240633	1.747,52	27/5/2013	269677	Gazeta do Povo
5106240629	976,96	27/5/2013	269676	Gazeta do Povo
5106240714	1.264,20	29/5/2013	270459	Jornal do Commercio
5106240713	1.264,20	29/5/2013	270458	Jornal do Commercio
5106240712	1.264,20	29/5/2013	270457	Jornal do Commercio
5106240710	1.083,60	29/5/2013	270456	Jornal do Commercio
5106240709	903,00	29/5/2013	270455	Jornal do Commercio
5106240706	329,84	29/5/2013	270454	Folha – Ribeirão Preto
5106245193	13.711,68	11/6/2013	275215	O Dia
5106245192	723,84	11/6/2013	274947	O Popular
5106245191	1.552,50	11/6/2013	274788	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106245190	1.552,50	11/6/2013	274787	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106245189	1.492,40	11/6/2013	274595	Correio Popular
5106245185	2.024,60	11/6/2013	274111	Valor Econômico
5106245175	17.766,00	11/6/2013	274110	Super Noticia – Minas Gerais
5106245174	128.420,00	11/6/2013	274109	O Globo
5106245173	664,20	11/6/2013	274108	Folha do Estado – Mato Grosso
5106245172	805,30	11/6/2013	274107	Folha do Estado – Mato Grosso
5106245171	664,20	11/6/2013	274106	Folha do Estado – Mato Grosso
5106245169	47.293,20	11/6/2013	274105	Valor Econômico
5106245168	664,20	11/6/2013	274104	Folha do Estado – Mato Grosso
5106245164	1.083,60	11/6/2013	273827	Jornal do Commercio
5106245163	1.083,60	11/6/2013	273826	Jornal do Commercio
5106245162	1.264,20	11/6/2013	273825	Jornal do Commercio
5106245161	903,00	11/6/2013	273824	Jornal do Commercio
5106245160	1.083,60	11/6/2013	273823	Jornal do Commercio
5106245155	1.015,68	11/6/2013	273821	O Dia
5106245154	96.299,82	11/6/2013	273820	Folha de São Paulo
5106245150	8.900,10	11/6/2013	273599	Jornal do Tocantins
5106245146	26.844,72	11/6/2013	273598	Jornal do Commercio
5106245145	1.083,60	11/6/2013	273597	Jornal do Commercio
5106245144	1.264,20	11/6/2013	273596	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106245142	10.056,82	11/6/2013	273413	A Gazeta
5106245141	15.263,28	11/6/2013	272843	Hoje em Dia
5106245140	12.594,82	11/6/2013	272842	O Popular
5106245132	11.961,73	11/6/2013	272597	A Gazeta
5106249000	9.635,36	3/7/2013	278296	Estado de São Paulo
5106248999	1.083,60	3/7/2013	278036	Jornal do Commercio
5106248998	1.083,60	3/7/2013	278035	Jornal do Commercio
5106248997	779,16	3/7/2013	278034	Jornal do Commercio
5106248996	1.083,60	3/7/2013	278033	Jornal do Commercio
5106247707	903,00	3/7/2013	278032	Jornal do Commercio
5106247704	1.083,60	3/7/2013	278031	Jornal do Commercio
5106247702	1.083,60	3/7/2013	278030	Jornal do Commercio
5106247699	1.083,60	3/7/2013	278029	Jornal do Commercio
5106247697	17.138,40	3/7/2013	277720	O Globo
5106247692	363,62	3/7/2013	277626	Gazeta do Iguaçu
5106247689	1.013,38	3/7/2013	277259	O Popular
5106247688	1.013,38	3/7/2013	277258	O Popular
5106247687	1.013,38	3/7/2013	277257	O Popular
5106247666	1.863,00	3/7/2013	276466	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106247665	1.552,50	3/7/2013	276465	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106247664	903,00	3/7/2013	276464	Jornal do Commercio
5106247663	1.083,60	3/7/2013	276463	Jornal do Commercio
5106247661	1.083,60	3/7/2013	276462	Jornal do Commercio
5106247658	1.083,60	3/7/2013	276461	Jornal do Commercio
5106247657	1.083,60	3/7/2013	276460	Jornal do Commercio
5106247654	1.083,60	3/7/2013	276459	Jornal do Commercio
5106247653	1.083,60	3/7/2013	276458	Jornal do Commercio
5106247652	1.083,60	3/7/2013	276457	Jornal do Commercio
5106247651	1.083,60	3/7/2013	276456	Jornal do Commercio
5106247650	903,00	3/7/2013	276455	Jornal do Commercio
5106247648	1.083,60	3/7/2013	276454	Jornal do Commercio
5106247647	1.083,60	3/7/2013	276453	Jornal do Commercio
5106247646	1.264,20	3/7/2013	276452	Jornal do Commercio
5106247641	1.264,20	3/7/2013	276451	Jornal do Commercio
5106247638	1.083,60	3/7/2013	276448	Jornal do Commercio
5106247633	1.083,60	3/7/2013	276447	Jornal do Commercio
5106247630	4.758,75	3/7/2013	275627	A Notícia
5106247629	4.920,00	3/7/2013	275626	Diário Catarinense

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106247627	1.506,12	3/7/2013	273036	Estado de Minas
5106247619	2.139,20	3/7/2013	273035	Folha Campinas
5106247618	10.283,04	3/7/2013	275458	O Globo
5106247616	2.173,50	3/7/2013	275457	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106247612	2.173,50	3/7/2013	275456	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106247607	2.173,50	3/7/2013	275455	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106247604	10.624,44	3/7/2013	275454	Gazeta do Povo
5106245194	2.992,80	3/7/2013	275216	O Estadão
5106245166	10.260,00	3/7/2013	273828	O Estado de São Paulo
5106245159	13.335,00	3/7/2013	273822	Brasil Econômico
5106245135	608,00	3/7/2013	272598	Bom Dia
5106240705	2.151,60	3/7/2013	269918	Estado de Minas
5106240626	460,00	3/7/2013	269675	Jornal de Londrina
5106245187	531,30	15/7/2013	274593	Jornal da Cicade
5106252801	2.173,50	19/8/2013	283426	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106252800	2.173,50	19/8/2013	283179	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106252799	83.549,70	19/8/2013	282495	O Globo
5106252796	4.739,84	19/8/2013	282217	O Dia
5106252792	1.552,50	19/8/2013	281989	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106252790	1.552,50	19/8/2013	281988	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106252787	1.015,68	19/8/2013	281721	O Dia
5106252783	868,61	19/8/2013	281719	O Popular
5106252781	1.863,00	19/8/2013	281464	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106252780	1.083,60	19/8/2013	281076	Jornal do Commercio
5106252779	1.083,60	19/8/2013	281075	Jornal do Commercio
5106252775	903,00	19/8/2013	281074	Jornal do Commercio
5106252772	1.083,60	19/8/2013	281073	Jornal do Commercio
5106252771	779,16	19/8/2013	280604	Jornal do Commercio
5106252767	1.083,60	19/8/2013	280602	Jornal do Commercio
5106252765	2.538,00	19/8/2013	280601	Super Noticia
5106252764	1.083,60	19/8/2013	280600	Jornal do Commercio
5106252762	1.264,20	19/8/2013	280599	Jornal do Commercio
5106252761	1.264,20	19/8/2013	280598	Jornal do Commercio
5106252760	1.083,60	19/8/2013	280597	Jornal do Commercio
5106252758	903,00	19/8/2013	280596	Jornal do Commercio
5106252756	1.083,60	19/8/2013	280595	Jornal do Commercio
5106252755	1.083,60	19/8/2013	280594	Jornal do Commercio
5106252748	1.083,60	19/8/2013	280593	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106252745	1.264,20	19/8/2013	280592	Jornal do Commercio
5106252741	2.024,60	19/8/2013	280279	Valor Econômico
5106252737	57.842,10	19/8/2013	279815	O Globo
5106252736	14.972,32	19/8/2013	279550	Tudo – Minas Gerais
5106252727	716,10	19/8/2013	279247	Jornal do Tocantins
5106252725	716,10	19/8/2013	279246	Jornal do Tocantins
5106252723	716,10	19/8/2013	279245	Jornal do Tocantins
5106252722	1.184,96	19/8/2013	278919	O Dia
5106252719	1.083,60	19/8/2013	278655	Jornal do Commercio
5106249002	1.083,60	19/8/2013	276450	Jornal do Commercio
5106249001	1.083,60	19/8/2013	276449	Jornal do Commercio
5106252784	868,61	21/8/2013	281720	O Popular
5106252770	1.083,60	21/8/2013	280603	Jornal do Commercio
5106252744	1.518,22	21/8/2013	280280	O Hoje
5106252721	3.893,44	21/8/2013	278918	O Dia
5106247622	18.718,92	21/8/2013	275625	Estado de Minas
5106245188	329,84	21/8/2013	274594	Folha Ribeirão Preto – São Paulo
5106240698	2.139,20	21/8/2013	269684	Folha Campinas
5106255435	9.919,35	28/8/2013	285992	Empresa Brasil de Comunicação
5106255510	2.484,00	2/9/2013	285777	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255507	2.024,60	2/9/2013	285495	Valor Econômico – São Paulo
5106255505	2.024,60	2/9/2013	285494	Valor Econômico – São Paulo
5106255504	1.179,93	2/9/2013	285493	Jornal do Commercio
5106255503	1.179,92	2/9/2013	285492	Jornal do Commercio
5106255501	1.011,36	2/9/2013	285491	Jornal do Commercio
5106255500	1.011,36	2/9/2013	285490	Jornal do Commercio
5106255499	1.011,36	2/9/2013	285489	Jornal do Commercio
5106255498	1.264,20	2/9/2013	285488	Jornal do Commercio
5106255496	2.484,00	2/9/2013	285487	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255494	2.484,00	2/9/2013	285486	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255493	2.484,00	2/9/2013	285485	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255492	1.290,96	2/9/2013	285484	Estado de Minas – Minas Gerais
5106255491	1.011,36	2/9/2013	285483	Jornal do Commercio
5106255489	55.164,04	2/9/2013	285155	O Globo (Rio de Janeiro) – Nacional
5106255485	1.743,00	2/9/2013	284910	O Tempo – Belo Horizonte
5106255483	1.743,00	2/9/2013	284909	O Tempo – Belo Horizonte
5106255481	1.743,00	2/9/2013	284908	O Tempo – Belo Horizonte
5106255478	20.647,20	2/9/2013	284907	O Estado de São Paulo

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106255477	17.894,24	2/9/2013	284906	O Estado de São Paulo
5106255476	20.647,20	2/9/2013	284905	O Estado de São Paulo
5106255475	17.894,24	2/9/2013	284904	O Estado de São Paulo
5106255474	17.894,24	2/9/2013	284903	O Estado de São Paulo
5106255470	1.743,00	2/9/2013	284599	O Tempo – Belo Horizonte
5106255466	1.264,20	2/9/2013	284242	Jornal do Commercio
5106255463	1.083,60	2/9/2013	284241	Jornal do Commercio
5106255461	1.264,20	11/9/2013	284240	Jornal do Commercio
5106255460	1.264,20	11/9/2013	284239	Jornal do Commercio
5106255459	1.264,20	11/9/2013	284238	Jornal do Commercio
5106255457	1.083,60	11/9/2013	284237	Jornal do Commercio
5106255455	1.264,20	11/9/2013	284235	Jornal do Commercio
5106255454	1.083,60	11/9/2013	283980	Jornal do Commercio
5106255453	2.173,50	11/9/2013	283979	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255452	2.173,50	11/9/2013	283978	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255451	1.083,60	11/9/2013	283977	Jornal do Comércio
5106255449	930,55	11/9/2013	286385	A Crítica – Amazonas
5106255448	930,55	11/9/2013	286384	A Crítica – Amazonas
5106255439	1.592,45	11/9/2013	286213	O Popular – Goiás
5106255437	1.013,38	11/9/2013	286212	O Popular – Goiás
5106255436	1.013,38	11/9/2013	286211	O Popular – Goiás
5106255188	2.484,00	11/9/2013	285991	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255186	3.744,00	11/9/2013	285990	Empresa Brasil De Comunicação
5106255185	854,84	11/9/2013	285989	Gazeta do Povo
5106255184	854,84	11/9/2013	285988	Gazeta do Povo
5106255181	2.173,50	11/9/2013	284236	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106255179	854,84	11/9/2013	285987	Gazeta do Povo
5106255178	854,84	11/9/2013	285986	Gazeta do Povo
5106255167	1.013,38	11/9/2013	285781	O Popular – Goiás
5106255147	1.743,00	11/9/2013	285783	O Tempo – Belo Horizonte
5106255143	1.013,38	11/9/2013	285780	O Popular – Goiás
5106255139	1.011,36	11/9/2013	285778	Jornal do Commercio
5106255175	1.013,38	13/9/2013	285782	O Popular – Goiás
5106255140	1.011,36	13/9/2013	285779	Jornal do Commercio
5106245186	531,30	13/9/2013	274592	Jornal da Cicade
5106258140	11.011,84	18/9/2013	282975	O Estado de São Paulo
5106256857	2.133,12	18/9/2013	287280	A Tarde – Bahia
5106256856	2.133,12	18/9/2013	287279	A Tarde – Bahia

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106256855	2.133,12	18/9/2013	287278	A Tarde – Bahia
5106256853	2.133,12	18/9/2013	287277	A Tarde – Bahia
5106256850	602,70	18/9/2013	287033	Diário Catarinense
5106256846	2.133,12	18/9/2013	287276	A Tarde – Bahia
5106256844	1.866,48	18/9/2013	287275	A Tarde – Bahia
5106256840	2.484,00	18/9/2013	287032	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106256838	2.484,00	18/9/2013	287031	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106256837	1.743,00	18/9/2013	286756	O Tempo – Belo Horizonte
5106256835	1.743,00	18/9/2013	286755	O Tempo – Belo Horizonte
5106256830	1.743,00	18/9/2013	286754	O Tempo – Belo Horizonte
5106256801	2.257,50	18/9/2013	286529	O Tempo – Belo Horizonte
5106256799	1.743,00	18/9/2013	286528	O Tempo – Belo Horizonte
5106256797	1.011,36	18/9/2013	286527	Jornal do Commercio
5106256795	854,84	18/9/2013	286526	Gazeta do Povo
5106256792	1.743,00	18/9/2013	286525	O Tempo – Belo Horizonte
5106256791	1.084,27	18/9/2013	286387	O Hoje – Goiás
5106256859	2.666,40	20/9/2013	287281	A Tarde – Bahia
5106258439	1.158,14	30/9/2013	288939	O Popular – Goiás
5106258435	1.592,45	30/9/2013	288938	O Popular – Goiás
5106258432	2.484,00	30/9/2013	288937	Correio Brasiliense – Distrito Federal
5106258429	1.158,14	30/9/2013	288651	O Popular – Goiás
5106258428	1.622,40	30/9/2013	288650	O Popular – Goiás
5106258427	1.592,45	30/9/2013	288649	O Popular – Goiás
5106258425	1.683,99	30/9/2013	288648	O Liberal – Pará
5106258424	1.683,99	30/9/2013	288647	O Liberal – Pará
5106258422	1.743,00	30/9/2013	288370	O Tempo – Belo Horizonte
5106258420	1.743,00	30/9/2013	288369	O Tempo – Belo Horizonte
5106258418	1.317,98	30/9/2013	288368	A Crítica – Amazonas
5106258417	1.063,49	30/9/2013	288367	A Crítica – Amazonas
5106258415	1.063,49	30/9/2013	288366	A Crítica – Amazonas
5106258186	1.063,49	30/9/2013	288365	A Crítica – Amazonas
5106258176	1.063,49	30/9/2013	288364	A Crítica – Amazonas
5106258172	1.747,52	30/9/2013	288362	Gazeta do Povo
5106258170	976,96	30/9/2013	288361	Gazeta do Povo
5106258169	976,96	30/9/2013	288360	Gazeta do Povo
5106258168	976,96	30/9/2013	288359	Gazeta do Povo
5106258166	976,96	30/9/2013	288358	Gazeta do Povo
5106258165	66.110,12	30/9/2013	288051	O Globo (Rio de Janeiro) – Nacional

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106258156	976,96	30/9/2013	288049	Gazeta do Povo
5106258155	881,28	30/9/2013	287841	Tribuna do Norte
5106258153	682,56	30/9/2013	287840	Tribuna do Norte
5106258151	682,56	30/9/2013	287839	Tribuna do Norte
5106257229	597,24	30/9/2013	287289	Tribuna do Norte
5106257228	597,24	30/9/2013	287288	Tribuna do Norte
5106257225	602,70	30/9/2013	287286	Diário Catarinense
5106257224	682,56	30/9/2013	287284	Tribuna do Norte
5106257222	846,40	30/9/2013	287283	O Dia – Rio de Janeiro
5106257072	682,56	30/9/2013	287285	Tribuna do Norte
5106257056	2.196,72	30/9/2013	287543	Jornal do Commercio
5106257054	2.196,72	30/9/2013	287542	Jornal do Commercio
5106257050	2.196,72	30/9/2013	287541	Jornal do Commercio
5106257047	1.158,14	30/9/2013	287295	O Popular – Goiás
5106257044	1.158,14	30/9/2013	287294	O Popular – Goiás
5106257041	1.158,14	30/9/2013	287293	O Popular – Goiás
5106257030	597,24	30/9/2013	287290	Tribuna do Norte
5106260209	377,30	7/10/2013	292739	Folha de Notícias – Goiás
5106260208	377,30	7/10/2013	292738	Folha de Notícias – Goiás
5106260067	42.846,00	7/10/2013	293201	O Globo (Rio de Janeiro) –Nacional
5106260066	10.130,40	7/10/2013	292299	Folha de São Paulo
5106260065	2.031,36	7/10/2013	292298	O Dia – Rio de Janeiro
5106260063	2.505,89	7/10/2013	292994	Zero Hora – Porto Alegre
5106260061	682,56	7/10/2013	292993	Tribuna do Norte
5106260059	602,70	7/10/2013	292992	Diário Catarinense
5106260058	1.683,99	7/10/2013	292991	O Liberal – Pará
5106260034	1.011,36	15/10/2013	291777	Jornal do Commercio
5106260031	842,80	15/10/2013	291776	Jornal do Commercio
5106260029	1.011,36	15/10/2013	291775	Jornal do Commercio
5106260026	1.011,36	15/10/2013	291774	Jornal do Commercio
5106260025	1.179,92	15/10/2013	291773	Jornal do Commercio
5106260024	1.011,36	15/10/2013	291772	Jornal do Commercio
5106260005	842,80	15/10/2013	291550	Jornal do Commercio
5106260004	1.011,36	15/10/2013	291549	Jornal do Commercio
5106259995	842,80	15/10/2013	291548	Jornal do Commercio
5106259993	842,80	15/10/2013	291547	Jornal do Commercio
5106259991	1.011,36	15/10/2013	291546	Jornal do Commercio
5106259990	1.011,36	15/10/2013	291545	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106259989	1.011,36	15/10/2013	291544	Jornal do Commercio
5106259988	1.011,36	15/10/2013	291543	Jornal do Commercio
5106259987	1.011,36	15/10/2013	291542	Jornal do Commercio
5106259857	602,70	15/10/2013	291541	Diário Catarinense
5106259855	750,29	15/10/2013	291540	Diário Catarinense
5106259854	602,70	15/10/2013	291539	Diário Catarinense
5106259853	1.683,99	15/10/2013	291538	O Liberal – Pará
5106259852	1.683,99	15/10/2013	291537	O Liberal – Pará
5106258490	63.312,48	15/10/2013	289066	Folha de São Paulo
5106258487	20.260,80	15/10/2013	289067	Folha de São Paulo
5106258483	22.840,00	15/10/2013	290022	Zero Hora – Porto Alegre
5106258479	962,44	15/10/2013	290381	A Gazeta – Mato Grosso
5106258477	962,44	15/10/2013	290380	A Gazeta – Mato Grosso
5106258475	688,80	15/10/2013	290021	Diário Catarinense
5106258473	688,80	15/10/2013	290020	Diário Catarinense
5106258472	688,80	15/10/2013	290019	Diário Catarinense
5106258468	2.024,60	15/10/2013	290018	Valor Econômico – São Paulo
5106258466	1.158,14	15/10/2013	289741	O Popular – Goiás
5106258463	1.743,00	15/10/2013	289740	O Tempo – Belo Horizonte
5106258461	2.133,12	15/10/2013	289739	A Tarde – Bahia
5106258460	1.866,48	15/10/2013	289738	A Tarde – Bahia
5106258459	1.866,48	15/10/2013	289737	A Tarde – Bahia
5106258456	1.592,45	15/10/2013	289736	O Popular – Goiás
5106258448	1.011,36	15/10/2013	289279	Jornal do Commercio
5106258447	7.517,66	15/10/2013	289065	Zero Hora – Porto Alegre
5106258442	1.683,99	15/10/2013	289064	O Liberal – Pará
5106258440	1.683,99	15/10/2013	289063	O Liberal – Pará
5106258173	1.063,49	15/10/2013	288363	A Crítica – Amazonas
5106255509	1.564,88	15/10/2013	285776	O Povo – Fortaleza
5106255488	1.369,27	15/10/2013	285154	O Povo – Fortaleza
5106255487	1.369,27	15/10/2013	285153	O Povo – Fortaleza
5106255443	1.564,88	15/10/2013	286215	Empresa Brasil de Comunicação
5106255442	1.564,88	15/10/2013	286214	O Povo – Fortaleza
5106260203	244,20	17/10/2013	291264	Rádio Paranaíba FM
5106260022	17.995,32	17/10/2013	290983	O Globo (Rio de Janeiro) – Nacional
5106260020	2.562,84	17/10/2013	290982	Jornal do Commercio
5106260019	3.288,60	17/10/2013	290981	Jornal do Commercio
5106260016	2.562,84	17/10/2013	290980	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106260010	2.562,84	17/10/2013	290979	Jornal do Commercio
5106260009	2.562,84	17/10/2013	290978	Jornal do Commercio
5106260007	976,96	17/10/2013	290977	Gazeta do Povo
5106259851	1.683,99	17/10/2013	291536	O Liberal – Pará
5106259850	1.683,99	17/10/2013	291535	O Liberal – Pará
5106259846	1.063,49	17/10/2013	291534	A Crítica – Amazonas
5106259844	723,84	17/10/2013	291533	O Popular – Goiás
5106259843	682,56	17/10/2013	291532	Tribuna do Norte
5106259842	682,56	17/10/2013	291531	Tribuna do Norte
5106259841	2.562,84	17/10/2013	291268	Jornal do Commercio
5106259840	2.562,84	17/10/2013	291267	Jornal do Commercio
5106259838	2.562,84	17/10/2013	291266	Jornal do Commercio
5106259837	2.562,84	17/10/2013	291265	Jornal do Commercio
5106259830	260,87	17/10/2013	290581	Tempo Novo – Espírito Santo
5106259828	1.683,99	17/10/2013	290580	O Liberal – Pará
5106260207	684,00	21/10/2013	292297	Rádio Módulo FM
5106260205	342,00	21/10/2013	292296	Rádio Módulo FM
5106260056	1.179,92	21/10/2013	291795	Jornal do Commercio
5106260055	1.179,92	21/10/2013	291794	Jornal do Commercio
5106260054	1.011,36	21/10/2013	291793	Jornal do Commercio
5106260053	1.179,92	21/10/2013	291792	Jornal do Commercio
5106260051	1.011,36	21/10/2013	291791	Jornal do Commercio
5106260050	842,80	21/10/2013	291790	Jornal do Commercio
5106260049	1.011,36	21/10/2013	291789	Jornal do Commercio
5106260047	1.011,36	21/10/2013	291787	Jornal do Commercio
5106260045	1.011,36	21/10/2013	291786	Jornal do Commercio
5106260044	842,80	21/10/2013	291785	Jornal do Commercio
5106260043	1.011,36	21/10/2013	291784	Jornal do Commercio
5106260042	1.011,36	21/10/2013	291783	Jornal do Commercio
5106260041	1.179,92	21/10/2013	291782	Jornal do Commercio
5106260040	1.011,36	21/10/2013	291781	Jornal do Commercio
5106260039	1.011,36	21/10/2013	291780	Jornal do Commercio
5106260038	1.011,36	21/10/2013	291779	Jornal do Commercio
5106260036	842,80	21/10/2013	291778	Jornal do Commercio
5106264462	488,40	24/10/2013	295317	Rádio Paranaíba FM
5106264461	1.866,48	24/10/2013	297524	A Tarde – Bahia
5106264456	1.015,68	24/10/2013	295318	O Dia – Rio de Janeiro
5106264454	1.013,38	24/10/2013	298310	O Popular – Goiás

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106264451	597,24	24/10/2013	298309	Tribuna Do Norte – Rio Grande do Norte
5106264449	1.013,38	24/10/2013	298308	O Popular – Goiás
5106264448	5.998,44	24/10/2013	298047	O Globo – Rio de Janeiro
5106264446	5.416,96	24/10/2013	297811	O Dia – Rio de Janeiro
5106264443	1.179,92	24/10/2013	297810	Jornal do Commercio
5106264442	2.196,72	24/10/2013	297809	Jornal do Commercio
5106264439	1.369,27	24/10/2013	297525	O Povo – Ceará
5106264437	1.369,27	24/10/2013	297526	O Povo – Ceará
5106264434	1.011,36	24/10/2013	297523	Jornal do Commercio
5106264433	1.011,36	24/10/2013	297522	Jornal do Commercio
5106264432	1.866,48	24/10/2013	297261	A Tarde – Bahia
5106264430	930,55	24/10/2013	297260	A Critica – Amazonas
5106264429	930,55	24/10/2013	297259	A Critica – Amazonas
5106264428	5.011,78	24/10/2013	297056	Zero Hora – Rio Grande do Sul
5106264424	1.179,92	24/10/2013	296931	Jornal do Commercio
5106264421	1.683,99	24/10/2013	296930	O Liberal – Pará
5106264420	1.011,36	24/10/2013	294029	Jornal do Commercio
5106264419	2.173,50	24/10/2013	295789	Correio Braziliense
5106264418	2.173,50	24/10/2013	295790	Correio Braziliense
5106264321	12.318,04	24/10/2013	296587	O Globo – Rio de Janeiro
5106264318	723,84	24/10/2013	296586	O Popular – Goiás
5106264317	1.179,93	24/10/2013	296585	Jornal do Commercio
5106264312	698,54	24/10/2013	295998	Mogi News – São Paulo
5106264311	1.179,93	24/10/2013	295788	Jornal do Commercio
5106264309	1.179,93	24/10/2013	295787	Jornal do Commercio
5106264306	1.011,36	24/10/2013	295553	Jornal do Commercio
5106264305	1.011,36	24/10/2013	295551	Jornal do Commercio
5106264304	1.011,36	24/10/2013	295550	Jornal do Commercio
5106264302	1.011,36	24/10/2013	295549	Jornal do Commercio
5106264301	1.721,28	24/10/2013	295320	Estado de Minas
5106264299	1.075,80	24/10/2013	295319	Estado de Minas
5106264294	2.024,60	24/10/2013	294871	Valor Econômico – São Paulo
5106264287	2.133,12	24/10/2013	294870	A Tarde – Bahia
5106264284	1.179,93	24/10/2013	294262	Jornal do Commercio
5106264283	1.179,93	24/10/2013	294261	Jornal do Commercio
5106264282	1.179,93	24/10/2013	294260	Jornal do Commercio
5106264278	868,61	24/10/2013	294259	O Popular – Goiás

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106264276	1.179,93	24/10/2013	294258	Jornal do Commercio
5106264275	1.179,93	24/10/2013	294257	Jornal do Commercio
5106264272	1.011,36	24/10/2013	294028	Jornal do Commercio
5106264271	1.011,36	24/10/2013	294027	Jornal do Commercio
5106264269	1.011,36	24/10/2013	294026	Jornal do Commercio
5106264267	1.011,36	24/10/2013	294025	Jornal do Commercio
5106264264	1.011,36	24/10/2013	293731	Jornal do Commercio
5106264262	1.179,92	24/10/2013	293730	Jornal do Commercio
5106264260	1.011,36	24/10/2013	293729	Jornal do Commercio
5106264259	1.011,36	24/10/2013	293728	Jornal do Commercio
5106264255	1.011,36	24/10/2013	293727	Jornal do Commercio
5106264253	1.011,36	24/10/2013	293726	Jornal do Commercio
5106264251	1.011,36	24/10/2013	293725	Jornal do Commercio
5106239671	460,00	11/11/2013	267175	Jornal de Londrina
5106239670	460,00	11/11/2013	267174	Jornal de Londrina
5106268572	460,00	14/11/2013	267175	Jornal de Londrina
5106268571	460,00	14/11/2013	267174	Jornal de Londrina
5106268569	570,24	14/11/2013	232224	Mogi News
5106268565	570,24	14/11/2013	232223	Mogi News
5106268564	626,40	14/11/2013	230956	Mogi News
5106267574	1.400.000,00	14/11/2013	303008	1ª Parcela do Balanço – Exercício 2012
5106260048	1.179,92	14/11/2013	291788	Jornal do Commercio
5106258496	377,30	14/11/2013	289278	Folha de Notícias – Goiás
5106255472	4.401,28	14/11/2013	284600	O Dia – Rio Janeiro
5106268388	1.011,36	27/11/2013	299568	Jornal Do Comércio
5106268384	16.517,76	27/11/2013	298683	O Estado de São Paulo
5106268338	1.011,36	27/11/2013	300011	Jornal do Commercio
5106268337	1.179,92	27/11/2013	300010	Jornal do Commercio
5106268334	1.179,92	27/11/2013	300009	Jornal do Commercio
5106268332	1.011,36	27/11/2013	300008	Jornal do Commercio
5106268331	1.179,92	27/11/2013	300007	Jornal do Commercio
5106268328	1.179,93	27/11/2013	299799	Jornal do Commercio
5106268325	1.179,93	27/11/2013	299798	Empresa Brasil de Comunicação
5106268324	1.179,93	27/11/2013	299797	Jornal do Commercio
5106268321	1.011,36	27/11/2013	299572	Jornal do Commercio
5106268319	1.011,36	27/11/2013	299571	Jornal do Commercio
5106268317	1.011,36	27/11/2013	299570	Jornal do Commercio

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106268315	854,84	27/11/2013	299022	Gazeta do Povo
5106268313	598,75	27/11/2013	298686	Mogi News – SP
5106268311	17.728,20	27/11/2013	298685	Folha de São Paulo
5106268308	16.517,76	27/11/2013	298684	O Estado de São Paulo
5106268307	2.173,50	27/11/2013	299024	Correio Braziliense – Distrito Federal
5106268305	854,84	27/11/2013	299023	Gazeta do Povo
5106268303	2.173,50	27/11/2013	299025	Correio Braziliense – Distrito Federal
5106268300	11.996,88	27/11/2013	299026	O Globo – Rio de Janeiro
5106268297	1.179,92	27/11/2013	299564	Jornal do Commercio
5106268294	1.179,92	27/11/2013	299566	Jornal do Commercio
5106268292	1.011,36	27/11/2013	299567	Jornal do Commercio
5106268281	597,24	27/11/2013	298682	Tribuna do Norte – Natal
5106268280	602,70	27/11/2013	298681	Diário Catarinense
5106268277	602,70	27/11/2013	298680	Diário Catarinense
5106268329	1.179,93	28/11/2013	299800	Jornal do Commercio
5106268296	1.179,92	28/11/2013	299565	Jornal do Commercio
5106268290	1.348,48	28/11/2013	299569	Jornal do Commercio
5106268382	1.866,48	29/11/2013	301846	A Tarde – Bahia
5106268380	1.866,48	29/11/2013	301845	A Tarde – Bahia
5106268379	2.056,74	29/11/2013	301843	O Tempo – Belo Horizonte
5106268378	1.743,00	29/11/2013	301844	O Tempo – Belo Horizonte
5106268376	1.369,27	29/11/2013	301551	O Povo – Fortaleza
5106268375	1.013,38	29/11/2013	301550	O Popular – Goiás
5106268374	1.013,38	29/11/2013	301549	O Popular – Goiás
5106268373	2.196,72	29/11/2013	301548	Jornal do Comércio
5106268371	2.115,00	29/11/2013	301547	Super Notícia – Minas Gerais
5106268370	1.743,00	29/11/2013	301546	O Tempo – Belo Horizonte
5106268368	1.743,00	29/11/2013	301545	O Tempo – Belo Horizonte
5106268367	597,24	29/11/2013	301313	Tribuna do Norte – Natal
5106268363	597,24	29/11/2013	301312	Tribuna do Norte – Natal
5106268360	5.998,44	29/11/2013	300943	O Globo – Rio de Janeiro
5106268359	6.319,60	29/11/2013	300942	O Globo – Rio de Janeiro
5106268356	1.179,92	29/11/2013	300941	Jornal do Commercio
5106268355	1.179,92	29/11/2013	300940	Jornal do Commercio
5106268354	1.011,36	29/11/2013	300939	Jornal do Commercio
5106268351	1.011,36	29/11/2013	300938	Jornal do Commercio
5106268348	2.024,60	29/11/2013	300937	Valor Econômico
5106268343	723,84	29/11/2013	300535	O Popular – Goiás

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106268341	1.011,36	29/11/2013	300013	Jornal do Commercio
5106268339	1.179,92	29/11/2013	300012	Jornal do Commercio
5106268285	7.786,88	29/11/2013	300232	O Dia – Rio de Janeiro
5106268322	1.179,92	6/12/2013	299796	Jornal do Commercio
5106271433	815.742,50	9/12/2013	306977	3ª Parcela do Balanço – Exercício 2012
5106271416	815.742,50	9/12/2013	306916	2ª Parcela do Balanço – Exercício 2012
5106272271	1.179,93	26/12/2013	299796	Jornal do Commercio
TOTAL	5.899.015,90			

Patrocínios

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio a Eventos	9000000718	30º Congresso Mineiro de Municípios, realizado no período de 07 a 09 de maio de 2013, na cidade de Belo Horizonte (MG).	06/05/2013	06/05/2013	31/12/2013	100.000,00	Associação Mineira de Municípios	100.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000730	X Festival Gastronômico Rio Bom de Mesa, realizado no período de 31 de maio a 09 de junho de 2013, nas cidades Rio de Janeiro, Niterói, Penedo, Petrópolis, Piraí e Rio das Ostras (RJ).	29/05/2013	29/05/2013	09/08/2013	30.000,00	Associação dos Restaurantes da Boa Lembrança	30.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000733	Evento Ministério Público Itinerante 2013, realizado em Minas Gerais nas datas: 25 de junho em Indaiabira; 27 de junho em Fruta de Leite; 23 de julho em Novo Oriente de Minas; 25 de julho em Setubinha; 27 de agosto em Crisólita; 29 de agosto em Bertópolis; 24 de setembro em Bonito de Minas; 26 de setembro em Monte Formoso; 22 de outubro em Alpinópolis; 24 de outubro em Carmo do Rio Claro e 27 de novembro de 2013 em Muzambinho.	24/06/2013	24/06/2013	31/12/2013	100.000,00	Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman	100.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000737	10º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e ExpoEficiência 2013, realizado nos dias 02 e 03 de julho de 2013, em São Paulo (SP).	28/06/2013	28/06/2013	31/12/2013	80.000,00	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia	80.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000751	VIII CIERTEC, realizado no período de 18 a 20 de setembro de 2013, em Fortaleza (CE).	17/09/2013	17/09/2013	31/12/2013	40.000,00	Maestria Comunicação Ltda.	40.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000754	8º Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro (SENSE), realizado no período de 01 a 04 de setembro de 2013, na cidade Foz do Iguaçu (PR).	30/08/2013	30/08/2013	31/12/2013	23.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação Coge	23.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000755	Encontro de Tecnologia da Informação do Setor Elétrico Brasileiro – TI 2013, realizado no período de 22 a 25 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro (RJ).	11/09/2013	11/09/2013	31/12/2013	50.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação Coge	50.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000756	Evento Celebrar Brasília 2013, realizado no período de 7 e 8 de setembro de 2013, em Brasília (DF).	03/09/2013	03/09/2013	31/12/2013	80.000,00	Oh! Artes Publicidade, Produção e Eventos Ltda.	80.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000757	Evento Top of Mind 2013, realizado no dia 4 de setembro de 2013, na cidade Brasília (DF).	02/09/2013	02/09/2013	31/12/2013	70.000,00	Editora Jornal de Brasília Ltda.	70.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio a Eventos	9000000758	Coppe: 50 anos antecipando o futuro, realizada no período de 20 de setembro de 2013 a março de 2014, na cidade Rio de Janeiro (RJ).	18/09/2013	18/09/2013	31/12/2013	300.000,00	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC)	300.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000762	XVII Prêmio ANEFAC - FIPECAFI - Serasa Experian Troféu Transparência, realizado no dia 26 de setembro de 2013, na cidade de São Paulo (SP).	25/09/2013	25/09/2013	26/11/2013	98.000,00	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade	98.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000763	XV Congresso Brasileiro de Energia, realizado no período de 22 a 24 de outubro de 2013, no Rio de Janeiro (RJ).	17/10/2013	17/10/2013	24/12/2013	50.000,00	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC)	50.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000766	Prêmio Ouro Azul 12ª Edição, realizado no dia 10 de dezembro de 2013, na Cidade de Belo Horizonte (MG).	19/11/2013	19/11/2013	10/03/2014	274.493,00	Sociedade Rádio e Televisão Alterosa S.A.	247.493,00
Patrocínio a Eventos	9000000767	V Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares (CMP), realizado no período de 25 a 27 de outubro de 2013, na cidade de Ipatinga (MG).	24/10/2013	24/10/2013	31/12/2013	150.000,00	Cátia Cristina Gonzalez Esteves de Oliveira - ME	150.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000768	XXI Seminário de Lubrificantes e Lubrificação Industrial, realizado no dia 7 de novembro de 2013, na cidade de São Paulo (SP).	06/11/2013	06/11/2013	07/01/2014	20.000,00	Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos (ABRAMAN)	20.000,00
Patrocínio a Eventos	9000000772	Seminário Internacional sobre Educação, Tecnologia e Infraestrutura - 100 Anos de Conhecimento, realizado no dia 20 de novembro de 2013, na cidade Itajubá (MG).	20/11/2013	20/11/2013	31/12/2013	105.000,00	Fundação Theodomiro Santiago	105.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000690	Projeto Origem: Retratos de Família no Brasil, do segmento Arte Visual, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	06/03/2013	06/03/2013	31/12/2013	52.000,00	Arco Arquitetura e Produções Ltda.	52.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000695	Duas apresentações do espetáculo Tributo a Waldir Azevedo, do músico Ronaldinho do Cavaquinho e Banda, nos dias 23 e 24 de março de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	14/03/2013	14/03/2013	31/12/2013	20.000,00	Ronaldinho do Cavaquinho Eventos Musicais Ltda.	20.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000696	Dois shows do cantor Carlos Lyra, nos dias 27 e 28 de abril de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	16/04/2013	16/04/2013	31/12/2013	75.000,00	MCK Produções Artísticas Ltda.	75.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000697	Duas apresentações do espetáculo Todo Mundo Quer Amar, nos dias 13 e 14 de abril de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	29/03/2013	29/03/2013	31/12/2013	50.000,00	Mulato Bamba Produção Musical Ltda.	50.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000698	Duas apresentações do espetáculo apresentado pela cantora Leila Pinheiro e pelo músico Roberto Menescal, realizadas nos dias 10 e 11 de maio de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	17/04/2013	17/04/2013	31/12/2013	85.000,00	MPB Marketing e Produções Artísticas Ltda.	85.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000699	Duas apresentações do espetáculo musical Da harpa de Cristina Braga às guitarras de Dado Villa-Lobos, nos dias 4 e 5 de maio de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	16/04/2013	16/04/2013	31/12/2013	50.000,00	Carlos Belém Produções Artísticas e Culturais Ltda.	50.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000701	Três shows dos artistas Hermeto Pascoal e Aline Morena, nos dias 24, 25 e 26 de maio, no Espaço Furnas Cultural.	16/04/2013	16/04/2013	31/12/2013	95.000,00	Verastar Criações Artísticas e Culturais	95.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000702	Duas apresentações do show Samba pra Vinicius, nos dias 20 e 21 de abril de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	09/04/2013	09/04/2013	31/12/2013	32.500,00	VFC Rio Marketing Cultural Ltda.	32.500,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000703	Duas apresentações do show Volta, da cantora Ana Cañas, nos dias 06 e 07 de abril de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	03/04/2013	03/04/2013	31/12/2013	50.000,00	Soc. Azevedo e Gonçalves de Entretenimento e Realização de Eventos Culturais	50.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000704	Projeto Arco do Tempo, do segmento Música, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	18/04/2013	18/04/2013	31/12/2013	30.500,00	Carino Produções Ltda.	30.500,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000713	Quatro apresentações de shows musicais, sendo duas do artista João Bosco, realizadas nos dias 08 e 09 de junho de 2013, e duas do artista Moraes Moreira, realizadas nos dias 06 e 07 de julho de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	13/05/2013	13/05/2013	31/12/2013	142.000,00	Planetário Produções Culturais Ltda.	142.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000716	Seis apresentações, nos dias 15, 16, 22, 23, 29 e 30 de junho, de oficina com duração de 16 horas/aulas divididas em 4 dias e mesa de debate no dia 29 de junho, no Espaço Furnas Cultural.	15/05/2013	15/05/2013	31/12/2013	35.000,00	Grupo Teatral Magiluth	35.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000724	Seis apresentações do espetáculo teatral Comunicações Possíveis - Espetáculo Larvárias e Ações Culturais, nos dias 12, 13, 14, 19, 20 e 21 de julho de 2013. E realização de 1 workshop O jogo das máscaras larvárias - sobre a linguagem e técnica das máscaras, no Espaço Furnas Cultural.	17/06/2013	17/06/2013	31/12/2013	55.000,00	TEPA - Teatro Escola de Porto Alegre Ltda.	55.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000731	Uma apresentação do show Cantos e Encantos da MBP da cantora e atriz Iza Eirado e o pianista, compositor e arranjador Maurício Gueiros e Banda, no dia 10 de agosto de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	06/07/2013	06/07/2013	10/09/2013	20.000,00	Eirado e Gueiros Produções Artísticas e Culturais Ltda.	20.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000732	Exposição do artista João Penoni, no período de 28 de junho a 15 de setembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	12/06/2013	12/06/2013	15/10/2013	48.000,00	Híbrida Produções Artísticas Ltda.	48.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000738	Seis apresentações, nos dias 17, 18, 24, 25 e 31 de agosto e 01 de setembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural, do espetáculo teatral In Concerto.	14/08/2013	14/08/2013	31/12/2013	38.000,00	Grupo Anônimo de Teatro	38.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000742	Duas apresentações, nos dias 03 e 04 de agosto de 2013, do show da banda Azymuth, em comemoração aos seus 40 anos de carreira, no Espaço Furnas Cultural.	12/07/2013	12/07/2013	31/12/2013	42.000,00	78 Rotações Produções e Eventos Culturais Ltda.	42.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000744	Quatro apresentações, nos dias 05, 06, 12 e 13 de outubro de 2013, do espetáculo teatral El Truco de Olej, da Cia. de Teatro de Animação e Manipulação de Bonecos Pampinak, no Espaço Furnas Cultural.	10/09/2013	10/09/2013	13/11/2013	70.000,00	Sandra Honorina Mello Narcizo - ME	70.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000745	Exposição do artista plástico Francisco Severino, no período de 26 de setembro a 15 de dezembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	22/08/2013	22/08/2013	15/01/2014	48.000,00	Elizângela Granadeiro Gomes 121.459.117-58	48.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000747	Quatro apresentações do espetáculo No Buraco, de 07 a 15 de setembro de 2013, e quatro apresentações do espetáculo O Maior Menor Espetáculo da Terra, de 21 a 29 de setembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	22/08/2013	22/08/2013	31/12/2013	60.000,00	Etc e Tal Produção Cultural Ltda. ME	60.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000753	Oito apresentações do espetáculo infanto-juvenil Cyrano de Berinjela, de 19 a 27 de outubro e 02 e 03 de novembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	09/10/2013	09/10/2013	31/12/2013	37.000,00	Artesanal Produções Artísticas Ltda.	37.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000759	Seis apresentações, nos dias 23, 24 e 30/11/2013 e 01, 07 e 08/12/2013, do espetáculo teatral R&J Shakespeare - Juventude Interrompida, com direção de João Fonseca e tradução de Geraldo Carneiro, no Espaço Furnas Cultural.	24/10/2013	24/10/2013	31/12/2013	40.000,00	Sevenx Produções Artísticas Ltda.	40.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000761	Dois shows do Grupo Pau Brasil, nos dias 9 e 10 de novembro de 2013, no Espaço Furnas Cultural.	15/10/2013	15/10/2013	10/12/2013	50.000,00	Pau Brasil Som Imagem Editora Ltda.	50.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000765	Show de Joyce Morena e Banda, no Espaço Furnas Cultural.	02/12/2013	02/12/2013	15/01/2014	75.000,00	Ciranda Projetos Culturais Ltda.	75.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000717	VI Festival de Música, Dança e Cultura Afro-Brasileiras, do segmento Patrimônio Cultural/Preservação de Patrimônio Imaterial, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 125028, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada	10/05/2013	10/05/2013	31/12/2013	200.000,00	ND Comunicação Ltda.	200.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000722	Projeto Corpo Cidadão Manutenção 2013, do segmento Artes Cênicas/Dança, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 128534, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	21/06/2013	21/06/2013	31/12/2013	300.000,00	Corpo Cidadão	300.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000723	Festival Vale do Café 2013, do segmento Música/Música Instrumental, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 125974, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	21/06/2013	21/06/2013	31/12/2013	220.000,00	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda.	220.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000728	Projeto Sinfonia das Águas, do segmento Artes Cênicas/Dança, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 122798, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	14/06/2013	14/06/2013	30/11/2013	170.000,00	Ribeiro & Machado Produção, Promoção e Organização de Espetáculos	170.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000729	43º Festival Nacional da Canção, realizado em seis cidades mineiras.	12/07/2013	12/07/2013	08/10/2013	180.000,00	Fenac Promoções e Eventos Ltda.	180.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000746	Festival Música do Mundo 4ª Edição, do segmento Música/Música Popular, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 129862, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	26/08/2013	26/08/2013	21/12/2013	120.000,00	Marolo Produções Culturais e Artísticas Ltda.	120.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000752	Projeto Novo Canto Instrumental - 3 cidades, do segmento Música/Música Instrumental, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 114641, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	15/08/2013	15/08/2013	31/12/2013	50.000,00	Eureka Imagens e Ideias Ltda.	50.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000760	Criação e produção de espetáculo, com trilha composta por Lenine, previsto para estreia em agosto de 2013, e realização de temporada de apresentações de espetáculos e remontagem de obras anteriores do repertório do Grupo Corpo. São 80 (oitenta) apresentações do Grupo Corpo, em média, por ano.	01/10/2013	01/10/2013	31/12/2013	390.000,00	Corpo Ltda.	390.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000688	Projeto A Velha Sentada, do segmento Artes Cênicas/Teatro, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 113291, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	01/03/2013	01/03/2013	30/06/2013	200.000,00	Navegar Produções Artísticas e Culturais Ltda.	200.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000689	Projeto Em Nome do Jogo, do segmento Artes Cênicas/Teatro, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 1012675, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada	01/03/2013	01/03/2013	30/06/2013	300.000,00	Em Cena Produções Artísticas Ltda.	300.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000710	Projeto O Casamento de Gorete, do segmento Audiovisual/longa-metragem, aprovado na Agência Nacional de Cinema (Ancine), sob o Salic nº 09-0263, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	21/03/2013	21/03/2013	31/12/2013	750.000,00	Letícia Spiller Pena Produções Artísticas	750.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000714	Projeto Trinta, do segmento audiovisual/longa-metragem, aprovado na Agência Nacional de Cinema (Ancine), sob o Salic nº 090075, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada	21/05/2013	21/05/2013	20/07/2014	280.000,00	Primo Filmes Ltda.	280.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000734	Projeto Namíbia, Não! Circulação Teatral, do segmento Artes Cênicas/Teatro, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 129746, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	28/06/2013	28/06/2013	31/12/2013	200.000,00	Aldri Antonio Alves da Anunciação	200.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000739	Projeto O médico que tinha letra bonita, do segmento Artes Cênicas/Teatro, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 132508, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	12/07/2013	12/07/2013	31/12/2013	150.000,00	Guta Stresser Produções Artísticas Ltda	150.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000740	7º Festival CineMúsica - Conservatória 2013, do segmento Audiovisual/Difusão de Acervo Audiovisual, aprovado no Ministério da Cultura, sob o Pronac nº 131543, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	28/06/2013	28/06/2013	31/12/2013	120.000,00	Associação Cultural CineMúsica	120.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2013 (R\$)
Patrocínio Esportivo sem Incentivo	9000000709	Projeto Dream Football UPP Salgueiro	03/04/2013	03/04/2013	31/12/2013	300.000,00	Evecon Brasil Eventos e Comunicação Ltda.	300.000,00
Patrocínio Esportivo sem Incentivo	9000000769	Projeto Dream Football UPP Alemão	21/11/2013	21/11/2013	08/01/2014	200.000,00	Evecon Brasil Eventos e Comunicação Ltda.	200.000,00

Obs.: Patrocínios assinados em 2013, com desembolsos em 2013.

Fonte: Sistema SAP/ERP e Gerência de Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

16 PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

17 PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

18 PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

19 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

20 PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

21 PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

22 PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

23 PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

24 PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

25 PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

26 PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

27 PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

28 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

29 PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

30 PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

31 PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

32 PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

33 PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

34 PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

35 PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

36 PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

37 PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

38 PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

39 PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

40 PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

1. Contrato de Empréstimo BID 2549/OC-BR - Modernizações das UHE's Furnas e Luiz Carlos Barreto.

- a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc**

Tendo em vista que: (i) o empréstimo BID 2549/OC-BR, de US\$ 128,7 milhões, sendo US\$ 123,6 milhões para as modernizações das Usinas Furnas e Luiz Carlos Barreto, é implementado em parcelas para reembolso de investimento realizado, em dólares convertidos em reais, à taxa de câmbio na data do aporte; (ii) até dez/2013 foram efetuados 8 (oito) aportes totalizando US\$ 103,5 milhões, sendo US\$ 37,5 milhões em 2011, US\$ 26,6 milhões em 2012 e US\$ 39,4 milhões em 2013; (iii) a amortização do contrato de empréstimo somente será efetuada a partir de dez/2015, em 32 parcelas semestrais, a serem pagas em dólares convertidos na data dos respectivos pagamentos;

Conclui-se que: (i) existe impacto da variação cambial na TIR das modernizações, mas o efeito total (negativo ou positivo) somente poderá ser obtido ao final do pagamento do financiamento; (ii) a obtenção de um resultado estimado, neste momento, depende do comportamento do câmbio em face da variação do IPCA, para os próximos 16 anos.

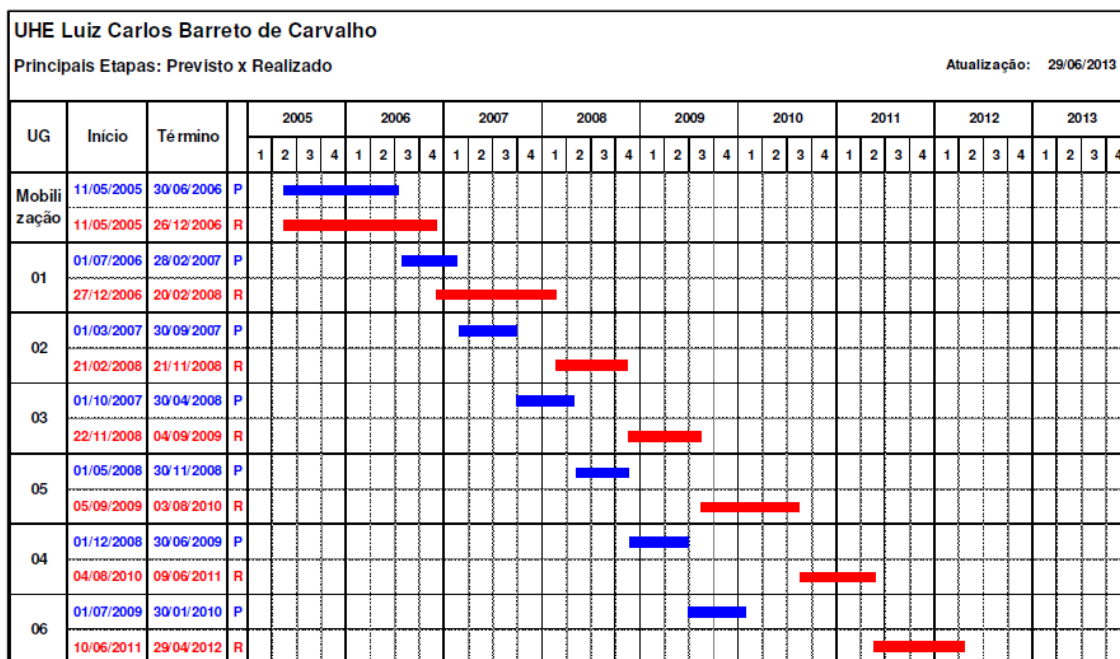
É importante frisar que o efeito da variação cambial na TIR, mantida a tendência de correlação entre a TIR e os índices de inflação brasileira, não é significativo frente a outros fatores, tais como, alterações no cronograma, comportamento dos preços de energia, etc.

b. Resumo dos Impactos nas Modernizações da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho

Ao se deparar com o ineditismo deste tipo de projeto, principalmente desse vulto, constatou-se que os prazos prognosticados no Edital mostraram-se inadequados e insuficientes para tratar a gama de peculiaridades acerca do complexo das Usinas, cujos detalhes construtivos, níveis de desgaste e deformidade, entre outras particularidades, somente tiveram condições de ser conhecidos quando da desmontagem das máquinas, seus componentes, partes e peças, inviáveis de serem conjecturados na fase de projeto básico e visitas técnicas.

Este cenário, além de impedimentos operacionais, trouxe fortes impactos na linha de caminho crítico do planejamento global do empreendimento, dentre os quais destacamos:

- Atrasos na liberação de desligamento de unidades geradoras, decorrentes da não autorização pelo Operador Nacional do Sistema do Sistema Elétrico (ONS);
- Diversidade na solução técnica de projetos de modernização de cada UG, exigindo tratamentos peculiares e adicionais durante a fase executiva;
- Atividades imprevisíveis, conhecidas apenas durante a execução de cada etapa dos serviços, após a desmontagem das máquinas;
- Atividades de testes e ensaios que serviram como registro das condições da unidade geradora antes da modernização, o chamado descomissionamento, realizado com o intuito de avaliar práticas a serem adotadas (impossíveis de serem previstas sem essas verificações iniciais) e de se obter parâmetros de referência para avaliação dos serviços executados;
- Surgimento de serviços imprevistos no decorrer da obra, essenciais à perfeita execução do empreendimento em questão, e que geraram a necessidade de adequações e adaptações técnicas, complementações e melhorias de projeto, incremento de atividades e rotinas técnicas;
- Busca por alternativas e soluções técnicas, que requeriam, previamente à sua aplicação, a execução de ensaios e testes, bem como a submissão à análise e aprovação de FURNAS, cuja demanda somente foi constatada na fase executiva da obra; e,



2. A Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/FI-13220-BR – Programa de Apoio a Reestruturação Organizacional de Furnas – PRO-Furnas I

A prestação de serviços de consultoria especializada para implantação do Projeto de Reestruturação Organizacional de FURNAS (PRO-Furnas) é objeto do contrato nº TC-8000005485, firmado em 12.09.2012 entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Consultora Roland Berger Strategy Consultants Ltda. (Pessoa JURÍDICA de CGC nº 46.546.479/0001-67), com prazo de execução dos serviços de 30 (trinta) semanas, e vigência de 34 (trinta e quatro) semanas, no valor total de R\$ 3.987.987,46 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) conforme quadro abaixo:

Objeto	Valor Global (R\$)
Valor dos Serviços	3.616.487,46
Despesas Reembolsáveis	371.500,00
Valor do Contrato Original	3.987.987,46

A contratação foi autorizada e feita no âmbito da Cooperação Técnica Não-Reembolsável nº ATN/FI-13220-BR, de 09.08.2012, entre Furnas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com vigência até 08.08.2013, cuja participação financeira é de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte americanos), conforme estabelecido em seu próprio preâmbulo e os trabalhos se desenvolveram dentro dos prazos previstos.

Não se aplicou a análise de variação da Taxa Interna de Retorno do projeto por variação cambial, atrasos e alterações contratuais.

O principal impacto sobre os serviços prestados foi a edição da Medida Provisória 579 de 11.09.12, que tornou mais urgente a reestruturação organizacional de Furnas em busca de eficiência, agilidade e modernidade.

Os serviços foram encerrados em 09.08.2013, executados adequadamente, com ótimos resultados em termos de qualidade da análise e cumprimento de cronograma.

3. Prestação de Serviços de Consultoria para Implementação da Nova Estrutura Organizacional e das Iniciativas de Otimização dos Processos de Furnas e Serviços Complementares – PRO-Furnas II.

Novo Termo Contratual nº TC-8000006776 foi firmado em 17.12.2013 entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Consultora Roland Berger Strategy Consultants Ltda., com prazo de execução dos serviços de 10 (dez) meses, e vigência de 13 (treze) meses, no valor total de R\$ 5.966.077,13 (cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, setenta e sete reais e treze centavos) conforme quadro abaixo:

Objeto	Valor Global (R\$)
Valor dos Serviços	5.306.639,87
Despesas Reembolsáveis	659.437,27
Valor do Contrato Original	5.966.077,13

A contratação foi autorizada pela Cooperação Técnica Não-Reembolsável nº ATN/OC-14110-BR, de 17.12.2013, entre Furnas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com prazo para execução do Projeto de 18 (dezoito) meses, cuja participação financeira do BID é de US\$500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), conforme estabelecido em seu próprio preâmbulo.

Não se aplica a análise de variação da Taxa Interna de Retorno do projeto por variação cambial, atrasos e alterações contratuais.

Os principais objetivos deste projeto são a Implementação da Nova Estrutura Organizacional, das Iniciativas de Otimização dos Processos de Furnas desenvolvidas no Projeto do PRO-Furnas I (Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/FI-13220-BR) e Serviços Complementares, a serem levados a efeito pelas áreas da empresa. Este serviço é decorrente do desenho da nova estrutura organizacional da empresa e das ações de otimização de processos identificadas a partir do projeto PRO-Furnas I.

41 PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

42 PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

43 PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

44 PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

45 PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas

Identificação da Entidade

1. Nome

Real Grandeza

2. Razão Social

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

3. CNPJ

34.269.803/0001-68

4. Demonstrativo Anual

a) Valor Total da Folha de Pagamento Bruta dos Empregados Participantes

R\$ 1.542.746* mil

* Informação contábil.

b) Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	32.118.394,70
Contribuição Definida (CD)	28.922.064,77
Total	61.040.459,47

c) Valor Total das Contribuições Pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	64.332.373,34
Contribuição Definida (CD)	28.961.777,86
Total	93.294.151,20

d) Valor Total de Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora

Cobertura de despesas administrativas à FRG

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	31.966.802,00
Contribuição Definida (CD)	4.902.348,32
Total	36.869.150,32*

* Inclui 13º salário.

e) Discriminação da Razão ou Motivo do Repasse de Recursos que Não Sejam Contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	175.584.805,06
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	37.179.804,08
Total	212.764.609,14

f) Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundo Assistencial	Programa de Gestão Administrativa	Total
Renda Fixa	7.421.020.685,16	279.990.031,39	105.276.940,71	55.479.971,76	7.861.767.629,02
Renda Variável	2.244.503.392,60	116.432.198,12	0,00	5.712.548,15	2.366.648.138,87
Investimentos	163.203.408,04	8.224.314,90	0,00	0,00	171.427.722,94
Estruturados					
Imóveis	356.747.429,86	0,00	0,00	0,00	356.747.429,86
Empréstimos a participantes	262.966.748,30	43.830.394,80	297.986,51	0,00	307.095.129,61
Caixa (Despesas a Pagar)	11.585.179,62	575.364,70	(1.905,55)	13.814,27	12.172.453,04
Total	10.460.026.843,58	449.052.303,91	105.573.021,67	61.206.334,18	11.075.858.503,34

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

g) Síntese da Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
ESCRITÓRIO REGIONAL II - RIO DE JANEIRO

Fls 15
Rubrica:

5. QUADRO RESUMO

QUADRO RESUMO DAS OCORRÊNCIAS VERIFICADAS

EFPC: REAL GRANDEZA			CNPB: 1971.0001-83	RF: 18/2013/ERRJ/PREVIC
ITEM	ESCOPO	SUBITEM (SE HOUVER)	OCORRÊNCIA	CONCLUSÃO
3.1	Conselho Fiscal		Determinação de procedimentos	Determina-se que a Entidade apresente documentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste relatório, que ateste o conhecimento pelo Conselho Deliberativo da manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2012.
3.1	Conselho Fiscal		Determinação de Procedimentos	Determina-se que as próximas manifestações semestrais do Conselho Fiscal contemplem o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas quanto aos limites e critérios qualitativos e quantitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, ao intento de alinhar-se ao disposto no artigo 12 da Resolução CGPC nº 29/2009.
3.2	Benefícios		Não identificação de irregularidades	-
3.3	Plano de Custeio		Recomendação	Recomenda-se que a entidade promova melhorias nos seus controles internos referentes às informações de contribuições pagas por participantes e assistidos.
3.3	Plano de Custeio		Recomendação	Recomenda-se que a entidade retire do seu regulamento as taxas de contribuição a serem pagas por participantes e patrocinadoras.
4	Considerações Finais		Determinação	Determina-se à Diretoria Executiva a divulgação do presente Relatório de Fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste relatório, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

Relatório de Fiscalização nº 18/2013/ERRJ/PREVIC

h) Avaliação da Política de Investimento da Entidade Fechada de Previdência Complementar, Evidenciando o Retorno das Aplicações, bem como sua Conformidade com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN)

Política de Investimentos da FRG em 31.12.2013

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano BD	Total FRG	
Renda Fixa	7.421.020.685	70,95	67,00	100,00
Renda Variável	2.256.203.270	21,57	20,37	70,00
Investimentos Estruturados	163.215.993	1,56	1,17	20,00
Imóveis	356.747.430	3,41	3,22	8,00
Empréstimos a participantes	262.966.748	2,51	2,37	15,00
Outros (Despesas a Pagar)	(127.283)	0,00	0,00	0,00
Total do Plano BD	10.460.026.843	100,00	94,44	

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano CD	Total FRG	
Renda Fixa	279.990.031	62,35	2,53	100,00
Renda Variável	117.009.742	25,06	1,06	70,00
Investimentos Estruturados	8.229.120	1,83	0,07	20,00
Empréstimos a participantes	43.830.395	9,76	0,40	15,00
Outros (Despesas a Pagar)	(6.984)	0,00	0,00	0,00
Total do Plano CD	449.052.303	100,00	4,05	

Fundos Assistenciais (FA)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites ANS* Nº 159 (%)
		FA	Total FRG	
Renda Fixa	105.276.940	99,72	0,95	100,00
Empréstimos a participantes	297.987	0,28	0,00	-
Total dos Fundos Assistenciais	105.573.022	100,00	0,95	

* Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Programa de Gestão Administrativa (PGA)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		PGA	Total FRG	
Renda Fixa	55.479.971	90,64	100,00	100,00
Renda Variável	5.712.548	9,33	20,00	20,00
Caixa (Despesas a Pagar)	13.814	0,03	-	-
Total do Programa Administrativo	61.206.334	100,00		

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		PGA	Total FRG	
Renda Fixa	55.479.972	90,64	0,50	100,00
Renda Variável	5.729.143	9,36	0,05	70,00
Outros (Conta Corrente)	(2.781)	0,00	0,00	-
Total do Programa Administrativo	61.206.334	100,00	0,55	

Rentabilidade dos Investimentos

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmentos	Valor da Cota	Rentabilidade no Ano (%)	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano (%)
Renda Fixa	1,70335	(5,88)	-	-
Títulos a mercado	1,68911	(11,70)	IMA	(1,42)
Títulos na Curva	2,02947	13,14	INPC+5,75	11,63
Renda Variável	1,36623	(4,19)	-	-
Carteira de Mercado	1,36327	(4,54)	IBrx	(3,13)
Carteira de Ativos Diversos	4,09371	93,72	IBrx	(3,13)
Investimentos Estruturados	1,56631	5,69	IMA-B+2%	(8,22)
Investimentos Imobiliários	6,83617	10,65	IMA	(1,42)
Operações com Participantes	2,11669	16,53	INPC+5,75%	11,70
Total	1,91409	(4,29)	INPC+5,75%	11,63

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmentos	Valor da Cota	Rentabilidade no Ano (%)	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano (%)
Renda Fixa	1,96844	(6,66)	IMA	(1,42)
Renda Variável	1,41624	(3,22)	-	-
Carteira de Mercado	1,40787	(3,37)	IBrx	(3,13)
Carteira de Ativos Diversos	2,60934	17,14	IBrx	(3,13)
Investimentos Estruturados	0,59002	(12,53)	IMA-B+2%	(8,22)
Operações com Participantes	2,11289	11,38	IGP-DI+5,75%	11,60
Total	1,81931	(4,22)	IGP-DI +5,75%	11,57

Plano de Fundos Assistenciais (FA)

Segmentos	Valor da Cota	Rentabilidade no Ano (%)	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano (%)
Renda Fixa	1,73259	(8,79)	Variação da taxa Selic	8,22
Operações com Participantes	1,08311	(15,12)	INPC+5,75%	11,70
Total	2,02777	(8,77)	Variação da taxa Selic	8,22

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Segmentos	Valor da Cota	Rentabilidade no Ano (%)	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano (%)
Renda Fixa	1,14115	5,50	Variação da taxa Selic	8,22
Renda Variável	1,06235	(2,85)	IBrx	(3,13)
Total	0,82725	4,63	Variação da taxa Selic	8,22

Rentabilidades dos Planos Administrados pela Real Grandeza

Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	PGA	Total
(4,29%)	(4,22%)	(8,77%)	(4,63%)	(4,29%)

A rentabilidade do Plano BD da Real Grandeza, em 2013, foi de -4,29% que, comparada com a inflação acumulada de 5,56% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real de -9,33%, equivalente a -14,26% abaixo da meta atuarial (INPC + 5,75% ao ano). O Plano BD, responsável por cerca de 94% dos recursos investidos, teve seu desempenho impactado negativamente em função do aumento da aversão ao risco

observado nos mercados financeiros globais, nas perspectivas mais pessimistas em relação ao crescimento econômico brasileiro e pela deterioração dos números de inflação, impactando diretamente os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável no período.

No Plano CD, a rentabilidade calculada pela variação da cota, atingiu, no mesmo período, o percentual de -4,22% que, comparada com a inflação acumulada de 5,53% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade líquida de inflação, de -9,24%, equivalente a -14,18% abaixo da meta atuarial (IGP-DI + 5,75%), em função principalmente dos baixos desempenhos das carteiras de Renda Fixa e Renda Variável.

Com relação aos Fundos Assistenciais compostos por recursos do plano de saúde gerido pela Real Grandeza, os investimentos tiveram rentabilidade de -8,77%, ficando abaixo da variação de 8,22%, apresentada por sua meta de investimentos (taxa Selic), em -15,70%.

Quanto ao Programa de Gestão Administrativa, a rentabilidade do investimento ficou -3,32% abaixo da meta de investimentos da taxa Selic.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	-4,29	11,63 *
Plano CD	-4,22	11,60 **
Fundos Assistenciais	-8,77	8,22 ***
Programa Administrativo	4,63	8,22 ***

* INPC + 5,75% a.a.

** IGP-DI + 5,75% a.a.

*** Selic.

5. Conclusões Contidas no Parecer da Auditoria Independente



Fernando Motta
& Associados

EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ nº 14.083.888/0001-00
R. S. Paulo, 100 - 10º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20010-000

RJPAP-14/008

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

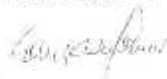
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2014.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador - CRCRJ - 046.114/O

6. Conclusões do último Estudo Atuarial

Fundação Real Grandeza

1

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/08/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificou-se que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Contribuição Definida.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria n.º 3.255 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder		31/08/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
– Número		2.509
– Idade média (em anos)		43,5
– Tempo de serviço médio (em anos)		8,1
– Folha Salarial anual		272.353.259
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
– Número		36
– Idade média (em anos)		49,6

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Fevereiro, 2014

TOWERS WATSON 

Benefícios Concedidos		31/08/2013
Número de aposentados válidos		
– Número		31
– Idade média (em anos)		59,0
– Benefício médio mensal		2.685
Número de aposentados inválidos ²		
– Número		6
– Idade média (em anos)		55,5
– Benefício médio mensal		826
Número de pensionistas (grupos familiares)		
– Número		20
– Idade média (em anos)		53,7
– Benefício médio mensal		1.762

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	100,00%	100,00%

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
– Benefícios do plano	100,00%	100,00%
– Benefícios do INSS	100,00%	100,00%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ³	RP-2000 Geracional ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Wyatt 1985 Disability Class ^{1 2}
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table	T-1 Service Table

Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria ⁴	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada
– Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
– Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

¹ RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

² Tábua específica por sexo.

³ Suavizada em 10%, específica por sexo.

⁴ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, realizou, em novembro de 2013, estudo de aderência da taxa de desconto do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais. Com um intervalo de confiança de 79%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação da carteira de ativos do plano é compatível com a taxa real de juro de 5,75% a.a.

O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 5,75% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos pertencente ao Plano e indicou uma rentabilidade real acumulada no prazo de 25 anos de 7,68% para o Plano de Contribuição Definida.

A expectativa do retorno real acumulado bem como a taxa interna de retorno apuradas nos cenários apresentados nesse estudo são superiores a 5,75% a.a.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza conforme atas de reuniões de 15/01/2014, e atestado tempestivamente pelo Conselho Fiscal conforme parecer de 29/01/2014.

A entidade e as patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida optaram por reduzir a taxa real anual de juros de 5,75% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2012 para 5,50% a.a.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% para Furnas e 2,5% para a Real Grandeza por considerar que essas taxas refletem a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Contribuição Definida foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados do estudo de aderência de hipóteses da Towers Watson realizado em 2013 foram inconclusivos. Entretanto, a GEA realizou testes estatísticos semelhantes com algumas modificações aceitáveis na metodologia utilizada pela Towers Watson e desta forma referendamos as conclusões do estudo da GEA/FRG, descritas a seguir: substituição da tábua de mortalidade geral para a AT-2000 (suavizada em 10%), manutenção da tábua de mortalidade de inválidos RP-2000 Disabled e substituição da tábua de entrada em invalidez para a Alvaro Vindas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Contribuição Definida são avaliados pelo regime de capitalização.

Crédito Unitário Projetado

Em 2013, o método de avaliação atuarial adotado nos benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e o Benefício Mínimo foram alterados do método Agregado para o Crédito Unitário Projetado, para adequação ao item 5.2.1.2 do Regulamento do Plano, o qual descreve que a contribuição específica é calculada para financiar exclusivamente o benefício definido e o saldo projetado. Como o método agregado não gera custo específico para os benefícios, recomendamos a alteração do método atuarial para que o custo do plano não seja influenciado por ganhos ou perdas com as rendas vitalícias em manutenção.

O Crédito Unitário Projetado é usado para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o correspondente custo corrente do serviço. De acordo com este método, um "benefício acumulado projetado" é calculado com base no serviço creditado na data da avaliação e quando a fórmula de benefício utiliza níveis futuros de salário e benefício da Previdência Social, utiliza-se hipóteses para a projeção desses valores para a idade a qual se considera que o empregado deixe o serviço. Em circunstâncias normais o "benefício acumulado projetado" é calculado com base na fórmula de acumulação do plano.

Capitalização Individual – Saldo de Contas

Os demais benefícios, ou seja, Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Pensão por Morte – Participante Vinculado, Pensão por Morte – Participante Assistido, Complementação de Pecúlio, Resgate e Benefício Diferido são determinados pelo Saldo de Contas.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade superior à admitida nas hipóteses atuariais.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário de Participação, elas poderão aumentar nominalmente à medida que os salários e outros componentes da remuneração sofram reajustes.

O método de financiamento é adequado a natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 472.588.343,76.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Contribuição Definida possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	456.590.590,70
Provisões Matemáticas	458.868.928,00
• <i>Benefícios Concedidos</i>	15.260.537,97
– Contribuição Definida	4.511.738,97
– Saldo de Conta de Assistidos	4.511.738,97
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.748.799,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.050.520,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.698.279,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>	443.608.390,03
– Contribuição Definida	426.404.244,03
– Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	184.157.873,92
– Saldo de Contas – Parcela Participantes	242.246.370,11
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.060,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.183,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(123,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	17.200.086,00
–	
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	30.298.717,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(13.098.631,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	-

Valores em R\$	
– Serviço Passado	-
– Déficit Equacionado	-
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(2.278.337,30)
• <i>Resultados Realizados</i>	(2.278.337,30)
• <i>Superávit Técnico Acumulado</i>	-
– Reserva de Contingência	-
– Reserva Especial para Revisão de Plano	-
• <i>Déficit Técnico Acumulado</i>	(2.278.337,30)
• <i>Resultados a Realizar</i>	-
Fundos	15.997.753,06
• Fundo Previdencial	-
• Fundo Administrativo	14.517.380,73
• Fundo de Investimento	1.480.372,33

De acordo com o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, o déficit apurado no exercício, correspondente ao primeiro resultado deficitário e equivalente a 0,50% das provisões matemáticas, não precisa ser equacionado imediatamente, uma vez que é inferior a 10% das provisões matemáticas. Caso o resultado deficitário seja mantido por três exercícios consecutivos será obrigatória a elaboração de um plano de equacionamento de déficit. É necessária a formalização de estudos pela Fundação Real Grandeza que concluam que o fluxo financeiro do plano seja suficiente para honrar os compromissos do período.

O déficit apurado em 31/12/2013 se deve principalmente à rentabilidade negativa do patrimônio observada no exercício de 2013, pela alteração das hipóteses atuariais e pela adoção de um novo método de financiamento para o plano.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 projetado para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	458.868.928,00	456.590.590,70	0%
<i>Benefícios Concedidos</i>	15.260.537,97	10.011.797,97	52%
– Contribuição Definida	4.511.738,97	4.511.738,97	0%
– Benefício Definido	10.748.799,00	5.500.059,00	95%

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
<i>Benefícios a Conceder</i>	443.608.390,03	446.578.792,73	-1%
– Contribuição Definida	426.404.244,03	426.404.244,03	0%
– Benefício Definido	17.204.146,00	20.174.548,70	-15%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 458.868.928,00, apenas 6,09% (R\$ 27.952.945,00) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois correspondem à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 93,91% restantes (R\$ 430.915.983,00) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação Real Grandeza.

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos referente à parcela de benefício definido decorre de novas concessões de saldo de conta em renda vitalícia durante o exercício de 2013.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Fundação Real Grandeza consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos. As alterações das hipóteses de mortalidade geral e redução da taxa de juros geraram um aumento nas provisões matemáticas enquanto a mudança da tábua de entrada em invalidez resultou em um ganho atuarial, conforme quadro abaixo:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Entrada em Invalidez	(13.838.953)
Mudança da Tábua de Mortalidade Geral	5.727.405
Redução da taxa real de juros	869.270

VI – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Contribuição Definida no ano de 2013 foi negativa em 4,22%.

VII – Plano de Custeio

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio de 2013 e no período de abril de 2014 a março de 2015 deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

*Patrocinadoras***Segmento Benefício Definido:**

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e o regulamento do plano, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição específica de 0,72%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano, sendo 0,32% referentes ao custo do pagamento de saldo projetado em caso de invalidez e 0,39% em caso de morte.

Segmento Contribuição Definida:

No exercício de 2013, com base no cadastro de agosto/2013 informado pela Fundação Real Grandeza, observamos uma contribuição média de 7,03% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras.

A contribuição complementar, de 10,26% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,88% da Folha de Salários Reais de Contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 31/12/2013 em 8,59% da folha de salários.

Tendo em vista a natureza do plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão efetuar além das suas contribuições básicas, as contribuições regulares, as contribuições específicas que seriam feitas pela patrocinadora e as contribuições para despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido devem arcar com as despesas administrativas do plano.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2014)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Normal	0,72%	0,67%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,88%	0,89%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,60%	1,56%
<i>Participantes</i>		
Normal	0,00%	0,00%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,00%	0,00%

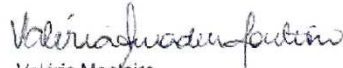
VIII – Conclusão

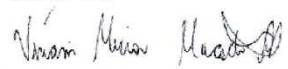
Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, de acordo com os padrões atuariais de prática, informamos que o plano apresenta um déficit técnico inferior a 10% das provisões matemáticas. Nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, será necessário elaborar plano de equacionamento de déficit caso esse resultado seja mantido por três exercícios consecutivos. Além disso, a Fundação Real Grandeza deverá formalizar estudos que demonstrem que o fluxo financeiro do plano seja suficiente para honrar os compromissos no período.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.


Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158


Valéria Monteiro
MIBA nº 845


Viviam Alves
MIBA nº 1982

Z:\Real Grandeza Fundacao ds - 102980\13\RETIVAL\03 Deliverables\FRG_Parecer Atuarial_CD_26022013.docx

Fevereiro, 2014

TOWERS WATSON 

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/08/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que estavam suficientemente completos, havendo necessidade apenas da aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefício Definido.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza encontra-se em extinção desde 7/7/2005.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo Ofício nº 3.256 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/08/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
– Número	2.618
– Idade média (em anos)	54,4
– Tempo de serviço médio (em anos)	28,3

Fevereiro, 2014

TOWERS WATSON 

Benefícios a Conceder	31/08/2013
– Folha de salários anual	428.624.196
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
– Número	64
– Idade média (em anos)	51,9

Benefícios Concedidos	31/08/2013
Número de aposentados válidos	
– Número	5.853
– Idade média (em anos)	67,2
– Benefício médio mensal	6.883
Número de aposentados inválidos ²	
– Número	214
– Idade média (em anos)	64,1
– Benefício médio mensal	2.892
Número de pensionistas (grupos familiares)	
– Número	1.432
– Idade média (em anos)	66,1
– Benefício médio mensal	1.730

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,75% a.a.

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT-20001	RP-2000 Geracional ²
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ³	RP-2000 Disabled ³
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Wyatt 1985 Disability Class 1 ³
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table – 20%	T-1 Service Table – 20%

Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria ⁴	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		

¹ Suavizada em 10%, específica por sexo.

² RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

³ Tábua específica por sexo.

⁴ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%. Para os participantes que optaram pelo PREQ, a data de saída por aposentadoria se sobrepõe à hipótese de aposentadoria utilizada.

Outras hipóteses	2013	2012
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em novembro de 2013, estudo de aderência da taxa real de juros com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais. Com um intervalo de confiança de 67%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação da carteira de ativos do plano é compatível com a taxa real de juro de 5,75% a.a.

O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 5,75% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos pertencente ao Plano e indicou uma rentabilidade real acumulada no prazo de 25 anos de 6,50% para o Plano de Benefício Definido.

A expectativa do retorno real acumulado bem como a taxa interna de retorno apuradas nos cenários apresentados nesse estudo são superiores a 5,75% a.a.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza conforme atas de reuniões de 15/01/2014, e atestado tempestivamente pelo Conselho Fiscal conforme parecer de 29/01/2014.

A entidade e as patrocinadoras do Plano de Benefício Definido optaram por reduzir a taxa real anual de juros de 5,75% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2012 para 5,50% a.a.

TOWERS WATSON 

Confidencial Towers Watson

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% por considerarem que essa taxa reflete as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefício Definido foram realizados estudos de aderência de hipóteses pela Towers Watson e pela GEA/FRG.

Os resultados do estudo de aderência de hipóteses da Towers Watson realizado em 2013 foram inconclusivos. Entretanto, a GEA realizou testes estatísticos semelhantes com algumas modificações aceitáveis na metodologia utilizada pela Towers Watson e desta forma referendamos as conclusões do estudo da GEA/FRG, descritas a seguir: substituição da tábua de mortalidade geral para a AT-

2000 (suavizada em 10%), manutenção da tábua de mortalidade de inválidos RP-2000 Disabled e substituição da tábua de entrada em invalidez para a Alvaro Vindas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Idade Normal de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial utilizado na avaliação dos benefícios gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo ter flutuações por ser usado para um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado a natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31/12/2013, o Patrimônio Social é de R\$ 10.598.803.470,82.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31/12/2013 é a seguinte:

TOWERS WATSON 

Confidencial Towers Watson

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	10.499.196.727,45
Provisões Matemáticas	10.091.707.425,00
• <i>Benefícios Concedidos</i>	6.534.657.017,00
– Contribuição Definida	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	6.534.657.017,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	6.078.974.867,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	455.682.150,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>	3.557.050.408,00
– Contribuição Definida	-
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.512.618.067,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.709.653.551,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(98.517.742,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(98.517.742,00)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	44.432.341,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	48.389.335,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(1.978.497,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.978.497,00)
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	-
– Serviço Passado	-
– Déficit Equacionado	-
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	407.489.302,45
• <i>Resultados Realizados</i>	407.489.302,45
• <i>Superávit Técnico Acumulado</i>	407.489.302,45
– Reserva de Contingência	407.489.302,45
– Reserva Especial para Revisão de Plano	-
Fundos	99.606.743,37
• Fundo Previdencial	-
• Fundo Administrativo	51.650.173,68
• Fundo de Investimento	47.956.569,69

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 projetado para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	10.091.707.425,00	9.437.980.519,85	6,9%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>6.534.657.017,00</i>	<i>7.321.528.348,50</i>	<i>-10,7%</i>
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	6.534.657.017,00	7.321.528.348,50	-10,7%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>3.557.050.408,00</i>	<i>2.116.452.170,35</i>	<i>68,1%</i>
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	3.557.050.408,00	2.116.452.170,35	68,1%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2013 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as alterações de hipóteses selecionadas.

A projeção dos números do exercício anterior, apresentada no quadro acima, considera que os participantes ativos iminentes teriam se aposentado durante o ano. Apesar de termos observado grande quantidade de aposentadorias durante o ano, o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza ainda conta com uma quantidade significativa de participantes ativos iminentes, que já possuem todas as elegibilidades necessárias para se aposentar, mas que ainda permanecem como ativos contribuintes e geram um ganho financeiro para o plano.

Essa situação pode ser verificada no quadro acima, que apresenta valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder acima do esperado, enquanto as provisões de benefícios concedidos do exercício encerrado ficaram abaixo do projetado.

Observamos ainda um acréscimo nas provisões matemáticas devido, principalmente, a alterações de algumas hipóteses conforme descrito no quadro seguinte:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Entrada em Invalidez	(2.541.858)
Mudança da Tábua de Mortalidade Geral	168.775.467
Redução da taxa real de juros	269.560.047

VI – Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo dos Pareceres Atuariais de encerramento dos exercícios de 2007 a 2012, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da então Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2013.

A Fundação Real Grandeza elaborou uma proposta de alteração regulamentar protocolizada no sistema CADPREVIC no dia 13/12/2012. Para análise do processo, a Previc solicitou a manifestação do Dest sobre alguns pontos, em especial sobre os contratos de dívida assinados, que por sua vez requereu que a data de referência dos valores mencionados no contrato seja a data de sua assinatura. Adicionalmente, o Dest solicitou a adequação das cláusulas 95 "b" e 96 do regulamento do Plano. Desta forma, o processo ainda está em análise da Fundação Real Grandeza e das Patrocinadoras para que seja novamente submetido à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

VII – Custo do Plano

O custo do plano apurado em percentual dos salários reais de contribuição é demonstrado na tabela a seguir:

Benefício	Custo em % do Salário
Aposentadorias	9,93
Aposentadoria por Invalidez	0,18
Pensão por Morte	0,14
Pecúlio/BPD	0,02
Custo Normal	10,27

VIII – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Benefício Definido no ano de 2013 foi negativa em 4,32%.

IX – Plano de Custeio

Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item VI, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações realizados pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente, denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2014 estão descritos abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

Faixa Salarial/Benefício	Taxa sobre a parcela salarial/benefício
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

- Contribuição das Patrocinadoras
 - Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

Informamos que as contribuições eternas referentes a 5,09% da folha de salários das patrocinadoras foram transformadas em contratos de dívidas, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização da então SPC realizado em 2007. Entretanto, o Dest por meio do Ofício 1726, ratificou o seu entendimento de que a data de referência do contrato deve ser a data de sua assinatura, desaconselhando retroagir a data para 31/12/2010 como realizado. Assim, informamos que os valores destas dívidas com base nos resultados da Avaliação Atuarial de 31/12/2013 equivaleriam a R\$ 44.534.900,44 e R\$ 16.104.357,69 para Furnas e Eletronuclear, respectivamente.

A aplicação das taxas definidas no regulamento mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,44%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 16,88%.

TOWERS WATSON 

Confidencial Towers Watson

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 7,03 %. Considerando, no entanto, como base o cadastro de agosto de 2013, a contribuição média de assistidos é de 7,78% em relação à folha de benefícios do Plano.

Tendo em vista que o custeio dos benefícios de risco do plano e das despesas administrativas para os participantes do Plano de Benefício Definido deve seguir critérios uniformes e não discriminatórios, conforme disposto na Instrução SPC nº 5 de 9/12/2003, informamos que conforme Capítulo XXIII do Regulamento do Plano, os participantes optantes pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições de 0,32% para custeio dos benefícios de risco, a ser aplicado sobre o benefício proporcional calculado e reajustado conforme definido no item 48 e seus subitens do Regulamento do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo, através da RC nº 001/248, em reunião do dia 5/10/2012, aprovou um plano de custeio adequando as taxas de contribuição ao custo do plano proporcionando uma redução nas contribuições atualmente praticadas, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar.

Após aprovação das patrocinadoras do plano e do Dest, o processo de alteração regulamentar com as novas taxas foi enviado para análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 13/12/2012, mas ainda não foi aprovado e está sendo revisto pela entidade e pelas patrocinadoras para adequação. Em 2013, como resultado de uma nova fiscalização da Previc, o Ofício nº 128/ERRJ/PREVIC de 04/07/2013, recomendou que o regulamento do plano excluísse a menção a quaisquer taxas de contribuição, dada a natureza do Plano de Benefício Definido.

Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, levou em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido, além da situação do plano à época.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza

Assim, os percentuais definidos em faixas salariais e de benefício a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela Previc. O Plano de Custeio estabelecido pelo Conselho Deliberativo e enviado como parte integrante da alteração regulamentar para a Previc está descrito abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos

Faixa Salarial	Taxa sobre a parcela salarial
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	9,00%

- Contribuição de Participantes Assistidos

Faixa Benefício da FRG	Taxa sobre a parcela benefício
Até ½ Teto Previdência Social	0,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	3,00%

- Contribuição das Patrocinadoras

- Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,78% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 11,56%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é 1,66%.

Caso o plano de custeio proposto acima pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 10,94% e o resultado seria deficitário em R\$ 310.599.585,55. Destacamos que as taxas de contribuição acima descritas foram desenvolvidas com base na Avaliação Atuarial de 2011, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano, considerando as hipóteses adotadas à época e a situação financeira de então. Dessa forma, recomendamos revisar o plano de custeio para adequação à nova realidade do plano.

Após a aprovação da alteração regulamentar, recomendamos uma avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição que serão aplicados e, além disso, que o custeio do plano possa ser ajustado anualmente ao custo normal, tendo em vista as variações inerentes a um plano de benefício definido.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2013 com os que deverão ser praticados em 2014.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2014)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	8,440	8,400
Amortizante para Furnas/Eletronuclear	0,000	0,000 / 5,090
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Patrocinadores	8,440	8,400 / 13,490
Participantes		
Normal	8,440	8,400
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Participantes	8,440	8,400

X – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

O custeio previsto para o início de 2014 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial de R\$ 407.489.302,45, alocados como reserva de contingência e formado pela contínua manutenção do

Fevereiro, 2014

TOWERS WATSON 

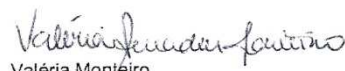
excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

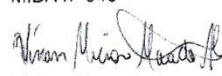
Conforme consta neste parecer, as Patrocinadoras, o Dest e a Fundação Real Grandeza estão analisando as alterações necessárias no processo de adequação do Plano de Benefício Definido às exigências do Relatório de Fiscalização da então SPC, para novo envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Após a aprovação da Previc, recomendamos uma nova avaliação atuarial para ratificar os percentuais de contribuição aprovados pelo Conselho Deliberativo da entidade através da RC 001/248.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.


Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158


Valéria Monteiro
MIBA nº 845


Viviam Alves
MIBA nº 1982

Z:\Real Grandeza Fundacao de - 102980\13\RETIVAL\03 Deliver\Deliverables\FRG_ Parecer Atuarial_BD_20022013.docx

TOWERS WATSON 

Confidencial Towers Watson

II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Houve uma fiscalização (Relatório de Fiscalização - RF Nº 18/2013/ERRJ/PREVIC) que determinou:

- a) que a Entidade apresente documentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste relatório, que ateste o conhecimento pelo Conselho Deliberativo da manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2012.
- b) que as próximas manifestações do Conselho Fiscal contemplem o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas quanto aos limites e critérios qualitativos e quantitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, ao intento de alinhar-se integralmente ao disposto no artigo 12 da Resolução CGPC nº 29/2009.

Resposta: A Real Grandeza encaminhou a carta DP.E.189.2013 com a documentação do item a), e solicitou esclarecimentos à Previc para atendimento integral à alínea b).

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2013
N.Ref.: DP.E.189.2013

Ilmo. Sr.
Eduardo Menezes Meireles
Coordenador do Escritório Regional II – Rio de Janeiro
Superintendência Nacional de Previdência
Complementar – PREVIC

Assunto: Atendimento às determinações do
Relatório de Fiscalização nº
18/2013/ERRJ/PREVIC (comando
367725672), e solicitação de
esclarecimentos adicionais

Senhor Coordenador,

1. Atendendo às determinações expressas nos itens 3.1 e 4 do Relatório de Fiscalização em epígrafe, estamos anexando as documentações a seguir descritas:

- 1.1. Atendimento ao item 3.1 – Declaração do Presidente do Conselho Deliberativo atestando o conhecimento, pelo referido Conselho, da Manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2012.
- 1.2. Atendimento ao item 3.1 – Cópia de carta do Presidente do Conselho Fiscal em que o referido Conselho solicita que seja feita consulta à PREVIC, quanto ao seu entendimento de quais sejam os procedimentos necessários para alcançar o alinhamento integral ao disposto no artigo 12 da Resolução CGPC nº 29/2009.
- 1.3. Atendimento ao item 4 – Cópia do Ofício nº 128/ERRJ/PREVIC, recebida em 11/07/2013, em cujo verso figura o despacho para a Secretaria Corporativa (SEC), responsável pelas comunicações com os Conselhos Deliberativo e Fiscal, em 12/07/2013.

2. Tendo atendido tempestivamente às determinações dessa Coordenação, aguardamos o retorno de V.Sa. à consulta formulada pelo Conselho Fiscal, colocando-nos ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Aristides Leite França
Diretor-Presidente

Anexos



ENCAMINHAMENTO PADRÃO N° 008

I - IDENTIFICAÇÃO

Interessado: Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social	Sigla: FRC	Data: 31/07/2013
Endereço: Rua Menel Carrato nº 143, 6º andar - Bora'ogo	Número do Processo	
CEP.: 22.271-100 Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ	Código da EFPC: 0086-4	
TEF.: (021) 2528-6301 FAX: (021) 2539-6960 E-mail: previdencia@frc.com.br	Código do Plano (CNPB): 19710001-83	

II - SOLICITAÇÃO

a) () Certificação de Modelo de Regulamento (1 e 2)	e) () Criação de EFPC - Patrocinador Privado (8, 13, 14 e 15)	h) () Adesão do Patrocinador (8, 9 e 16)
b) () Implantação do Plano (5, 6, 7, 8, 9 e 18)	f) () Criação de EFPC - Patrocinador Público (10, 13, 14 e 18)	i) () Adesão de Instituidor (8, 9, 15, 16 e 20, 21 e 22)
c) () Implantação de Plano com Certificação (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 18)	g) () Criação de EFPC - Instituidor (8, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22 e 23)	k) () Alteração de Convênio de Adesão (17)
d) () Alteração de Plano (5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12)	h) () Alteração de Estatuto (8, 9, 11 e 13)	Atendimento às Exigências: (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), e (k).
OUTROS (Especificar): Atendimento às determinações do Relatório de Fiscalização nº 18/2013/ERRJ/PREVIC (comando 367725672), e solicitação de esclarecimentos adicionais.		
Número de Processo: 367725672		

III - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS POR TIPO DE SOLICITAÇÃO

01 - Modelo de Regulamento com cópia em meio magnético	15 - Comprovação do número de associados do Instituidor
02 - Quadro Resumo do Modelo de Regulamento	16 - Convênio de Adesão
03 - Cópia de Certificação	17 - Termo aditivo de convênio de adesão com as alterações
04 - Termo de Responsabilidade	18 - Documentos relativos à Adesão de Patrocinador/Instituidor
05 - Regulamento de Plano com cópia em meio magnético	19 - Documentos relativos à Implantação de plano e adesão de Patrocinador/Instituidor
06 - () DRAA	20 - Instituidor: ato de constituição registrado ou Lei de criação caso de profissão regulamentada
07 - () Nota Técnica Atuarial	21 - Instituidor: Estatuto Social ou regimento com identificação base territorial
08 - Ciência e concordância dos Patrocinadores/Instituidores	22 - Instituidor: Comprovação da legitimidade da representação (termo de posse, ato de nomeação etc)
09 - Ata de aprovação pela EFPC	23 - Demonstração da viabilidade econômica e financeira da EF relativamente ao 1.º ano
10 - Manifestação do órgão responsável pelo patrocinador público	24 - Demonstrações Contábeis
11 - Quadro comparativo texto vigente x texto proposto, com justificativa	25 - Ficha de Inscrição do CNPB
12 - () Parecer Atuarial	26 - OUTROS (Discriminar)
13 - Estatuto	Carta DP.E.189/2013, de 31.07.2013
14 - Relação de Patrocinadores e Instituidores	
RESPONSÁVEL Aristides Leite França Diretor-Presidente	CARIMBO/ASSINATURA  ARISTIDES LEITE FRANÇA Diretor-Presidente

REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
CNPJ nº 34.269.803/0001-68

EXTRATO DA ATA DA 263ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REAL GRANDEZA –
Fundação de Previdência e Assistência Social, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2013

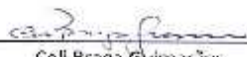
1. **Data, hora e local:** No dia vinte e nove de abril de 2013, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA, na Sala de Reunião dos Conselhos, localizada na Rua Mena Barreto nº143, 7º andar, Rio de Janeiro – RJ. 2. **Presentes:** o Presidente do Conselho VICTOR ALBANO DA SILVA ESTEVES, os Conselheiros Titulares, EDSON FRANCO BELGA DE MEDEIROS, GEOVAH MACHADO, HÓRACIO DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS BARROS CAMPBELL e LUIZ ROBERTO BEZERRA, e os Conselheiros Suplentes AUGUSTO BALPARDA DE CARVALHO, HENRIQUE PIMENTEL TRIGUEIRO, LUIZ CARLOS ABRANCHES e PEDRO DE OLIVEIRA TROTTA. 3. **Assunto tratado - Relatório do 1º semestre de 2012 – com os comentários enviados pela Diretoria Executiva.** O Conselho tomou conhecimento.

Certifico que o registro acima transcrito é cópia fiel do item 8.1 da ata da 263ª reunião do Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA, realizada em vinte e nove de abril de 2013, cuja ata encontra-se arquivada na Entidade.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2013



Victor Albano da Silva Esteves
Presidente do Conselho Deliberativo



Celi Braga Guimarães
Secretária da Reunião

Para: Aristides Leite França
Diretor-Presidente

Data: 23.07.2013

De: Adilson dos Santos Carreira
Presidente do Conselho Fiscal

Assunto: Relatório de Fiscalização nº 18/2013/ERRJ/PREVIC, de 28/06/2013

Prezado Senhor,

1. Diante das considerações constantes no item 23 e para atendermos o disposto no item 27, ambos do Relatório em referência, para a elaboração dos próximos Relatórios de Controles Internos (RCI), solicitamos que seja realizada consulta à PREVIC sobre o entendimento daquele órgão quanto aos procedimentos a serem realizados acerca dos critérios quantitativos e qualitativos mencionados no referido item 27, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, ao intento de alinhar-se, integralmente, ao disposto no artigo 12 da Resolução CGPC nº 29/2009.

2. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários.

CF/fn

Atenciosamente,

ADILSON DOS S. CARREIRA
Presidente do Conselho Fiscal
da REAL GRANDEZA



PREVIC

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Ofício nº. 128/ERRJ/PREVIC

PRE - PRESIDENCIA 11/07/2013 13:52 00022 82/06
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2013.

Ao Senhor
Aristides Leite França
Diretor-Presidente da REAL GRANDEZA
Rua Mena Barreto, 143 – Botafogo
22.271-100 - Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Encaminha Relatório de Fiscalização nº 18/2013/ERRJ/PREVIC, de 28/06/2013.

1. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no exercício de suas atribuições legais, executou nessa Entidade, ação fiscal comandada pelo Ofício nº. 062/ERRJ/PREVIC, de 14 de março de 2013, no período de 25/03/2013 a 28/06/2013, no Plano BD, de CNPJ nº 1971.0001-83.
2. Em decorrência deste procedimento, foi emitido o Relatório de Fiscalização nº. 18/2013/ERRJ/PREVIC, com recomendações e determinações de procedimentos a serem cumpridas pela EFPC, que ora encaminhamos a Vossa Senhoria.
3. O Escritório coloca-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida que venha a surgir, devendo ser mencionado, na resposta ao presente ofício o comando nº **367725672**, sob o qual foi protocolado.

Atenciosamente,

Eduardo Menezes Meireles
Coordenador do Escritório Regional II - Rio de Janeiro
Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Previdência Social 90 anos.
Cada vez mais Presente no Futuro dos Brasileiros.

Rua México, 168 – 11º andar – Centro Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.031-141 - (21)2532-2662 – previc.rrj@previdencia.gov.br

46 PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

47 PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

48 PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

49 PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

50 PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

51 PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

52 PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

53 PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

54 PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

55 PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

56 PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

57 PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

58 PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

59 PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.

60 PARTE B, ITEM 48, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Não se aplica a Furnas.